

ESTÁCIO DE SÁ

CIÊNCIAS HUMANAS



REVISTA DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÂNIA
SESES - GO

FICHA CATALOGRÁFICA DA REVISTA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)

FACULDADE DE GOIÁS

CATALOGAÇÃO NA FONTE / BIBLIOTECA FAGO

JACQUELINE R.YOSHIDA – BIBLIOTECÁRIA – CRB 1901

LOPES, Edmar Aparecido de Barra e (org.).
Revista de Ciências Humanas da Faculdade Estácio de Sá de
Goiás- FESGO. Goiânia, GO, v.02, nº05, Jan. 2011/Jun. 2011.

ISSN 1984-2864

Nota: Revista da Faculdade Estácio de Sá de Goiás – FESGO.

I. Ciências Humanas. II- Título: Revista de Ciências Humanas. III.
Publicações Científicas.

CDD 300

ESTÁCIO DE SÁ

CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS – FESGO

VOLUME 02, n. 05, Jan. 2011/Jun. 2011

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

ISSN: 1984-2864

Cursos de da Faculdade Estácio de Sá de Goiás:

Administração
Enfermagem
Farmácia
Educação Física
Fisioterapia
Recursos Humanos
Redes de Computadores

Editor Científico:

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

Conselho Editorial Executivo:

Amore Inácia Alves
Anderson de Brito Rodrigues
Cleyson M. Mello
Edmar Aparecido de Barra e Lopes
Eguimar Felício Chaveiro
Jaqueline Veloso Portela de Araujo
Nildo Silva Viana

Conselho Editorial Consultivo:

Amore Inácia Alves
Claudio Luiz Correia de Freitas
Edicassia Rodrigues de Moraes Cardoso
Edmar Aparecido de Barra e Lopes
Elisa Mara Silveira Fernandes Leão
Jose Walber Borges Pinheiro
Margareth Ribeiro Machado Santos Silva
Maria Aparecida Teles Rocha

Nildo Viana

Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos
Tadeu Alencar Arraes
Valdeniza Maria Lopes da Barra

Equipe Técnica:

Editoração Eletrônica , Coordenação Gráfica,
Capa e Revisão de Texto em Inglês:
Edclio Consultoria: Editorial Pesquisa e Comunicação Ltda

Projeto Editorial, Projeto Gráfico, Preparação,
Revisão Geral:
Edmar Aparecido de Barra e Lopes

Revisão Técnica:

Josiane dos Santos Lima

Endereço para correspondência/Address for correspondence:

Rua, 67-A, número 216 – Setor Norte
Ferroviário,
Goiânia-GO, CEP: 74.063-331 - Coordenação
do Núcleo de Pesquisa

Informações:

Tel.: (62) 3212-0088

Email:

pesquisa@go.estacio.br
edmar.lopes@go.estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS-FESGO

Diretora Geral

Sirle Maria dos Santos Vieira

Gerente Acadêmico

Adriano Fonseca

Qualidade & Regulatório

Sue Christine Siqueira

COORDENADORES/AS DE CURSOS E NÚCLEOS**Coordenação de Enfermagem**

Edicássia Rodrigues de Moraes Cardoso
Rejane Danielle Borges Naves Spirandelli

Coordenação de Administração e Recursos Humanos

Ana Cláudia Pereira de Siqueira Guedes

Coordenação de Farmácia

Edson Sidião de Souza Júnior

Coordenação de Fisioterapia

Kliver Antônio Marin

Coordenação de Educação Física

Maria Aparecida Teles Rocha

Psicologia

Elisa Mara Silveira Fernandes Leão

Coordenação de Redes de Computadores

Marcelo Almeida Gonzaga

Coordenação de Coordenadora do EAD

Mara Silvia dos Santos

Coordenador de Pós-Graduação

Marcelo Marcos Medeiros Luz

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

FESGO Estácio

www.go.estacio.br/ Fones: (62) 3601-4900 -
Brt (62) 8599-6894 - VoIP: *370 4902

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 08 - 27 **A SOCIOLOGIA DO FILME DE DIETER PROKOP**
NILDO VIANA
- 28 - 39 **AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA HUMANA**
EDMILSON MARQUES
- 40-52 **EM CONTRAPONTO À ESTÉTICA HEGEMÔNICA DO PÓS-MODERNO: A DELICADEZA**
MARA CONCEIÇÃO VIEIRA DE OLIVEIRA
- 53-63 **FLORESTAN FERNANDES E A REVOLUÇÃO BURGUESA: NOTAS PARA UMA INTERPRETAÇÃO "MILITANTE" DO BRASIL**
LEONARDO VENICIUS PARREIRA PROTO
- 64-75 **REFERÊNCIAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS**
DANIELE DE LIMA DE OLIVEIRA
- 76-83 **JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E MISÉRIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**
VERALÚCIA PINHEIRO
- 84-98 **A BIOÉTICA DE RESPONSABILIDADE NA "SOCIEDADE DE RISCO COSMOPOLITA" UM OLHAR SOBRE O EXPERIMENTO DE J. CRAIG VENTER**
HOMERO GONÇALVES NETO
- 99-115 **CRISE DE ACUMULAÇÃO E IDEOLOGIA: A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL**
LUCAS MAIA
- 116-128 **MOVIMENTO SOCIAL CLÁSSICO E CONTEMPORÂNEO**
ERISVALDO SOUZA
- 129-154 **OBRA LITERÁRIA E LEITURA SOCIOLÓGICA: A VIOLÊNCIA NA LITERATURA DE PATRÍCIA MELO**
MARIA ANGÉLICA PEIXOTO
- 155-169 **AS ILUSÕES DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO SEGUNDO TERRY EAGLETON**
LISANDRO BRAGA

- 170-177 **RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DE CLASSE: APROXIMAÇÕES ENTRE MARX, KERGOAT E DEVREUX**
HUGO LEONNARDO CASSIMIRO
- 178-188 **VANGUARDAS ARTÍSTICAS: ELEMENTOS CONSTITUIDORES DO FAZER ARTÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**
MARCUS VINÍCIUS COSTA DA CONCEIÇÃO
- 189-205 **REFLEXÕES SOBRE O VALOR DO TRABALHO E A ESCOLHA CORRETA DA CARREIRA PROFISSIONAL NA ATUALIDADE**
SUELENA FARIA BASTOS BALSANULFO
- 206-215 **UM REFLEXO SOBRE O PAPEL DA TECNOLOGIA NA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO BRASILEIRAS**
ALINE REZENDE BELO ALVES

RESENHAS

- 217-219 **A SOCIEDADE SOB UM OLHAR SOCIOLÓGICO**
LEILA SILVA DE MOURA

ARTIGOS

A SOCIOLOGIA DO FILME DE DIETER PROKOP

Nildo Viana*

Resumo:

O artigo apresenta uma exposição e crítica da sociologia do filme de Dieter Prokop. A partir da idéia de indústria cultural desenvolvida pela Escola de Frankfurt, o sociólogo alemão discute o cinema a partir da idéia de “condições estruturais”, principalmente a indústria cinematográfica, para analisar a história do cinema, e realiza interpretações e análises de filmes. A sua crítica de Kracauer e da escola funcionalista é bem fundamentada. A contribuição de Prokop, no entanto, não está isenta de limites e pontos problemáticos, o que também é analisado, mostrando suas contradições e aspectos questionáveis. Neste sentido, é questionado as bases de sua análise, cujo esquema analítico não consegue perceber as contradições e brechas do capital cinematográfico, o problema de sua conceitualização de esfera pública e sua concepção de “consciência de massa”. A sua interpretação de Griffith também é questionada, devido ao fetichismo da técnica e outros problemas.

Palavras-Chave:

Capital Cinematográfico, Cinema, Sociologia do Cinema, Prokop.

Abstract:

The article presents a critical exposition and of the sociology of the film of Dieter Prokop. From the idea of cultural industry developed by the School of Frankfurt, the German sociologist argues the cinema from the idea of “structural conditions”, mainly the cinematographic industry, to analyze the history of the cinema, and carries through interpretations and analyses of films. Its critical one of Kracauer and the functionalist school well is based. The contribution of Prokop, however, is not exempt of problematic limits and points, what also it is analyzed, showing to its contradictions and questionable aspects. In this direction, it is questioned the bases of its analysis, whose analytical project does not obtain to perceive the contradictions and breaches of the cinematographic capital, the problem of its conceptualization of public sphere and its conception of “mass conscience”. Its interpretation of Griffith also is questioned, had to the fetichism of the technique and other problems.

Key-words:

Cinematographic capital, Movie, Sociology of the Movie, Prokop.

O objetivo do presente artigo é realizar uma breve exposição e análise sobre a sociologia do filme Dieter Prokop. Embora não seja um autor extensamente reconhecido, é um dos mais importantes pesquisadores da área de sociologia do cinema e da cultura em geral. O interesse pela

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG – Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB – Universidade de Brasília; e autor dos livros “*A Esfera Artística. Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*” (Porto Alegre, Zouk, 2007); “*Os Valores na Sociedade Moderna*” (Brasília, Thesaurus, 2007); “*O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*” (São Paulo, Idéias e Letras, 2009); “*Como Assistir um Filme?*” (Rio de Janeiro, Corifeu, 2009); “*A Concepção Materialista da História do Cinema*” (Porto Alegre, Asterisco, 2009).

obra de Prokop, do qual só há tradução em língua portuguesa de alguns capítulos, deve-se ao fato da importância que assume na teoria da produção cinematográfica, pois este é um dos poucos autores que não apenas descreve o papel do capital cinematográfico (ou “indústria cinematográfica”), mas realiza uma análise da mesma.

Iremos discutir alguns aspectos de sua sociologia do filme, as mais acessíveis pelos textos traduzidos do autor. Prokop tem um objeto mais amplo, no qual sua sociologia do filme é apenas uma parte de um programa de pesquisa sobre a comunicação na sociedade contemporânea, o que é chamado *mass media*¹, embora seja um de seus elementos mais importantes. Sua primeira obra importante é justamente intitulada *Sociologia do Filme*, de 1970. Podemos resumir o eixo analítico dos estudos de Prokop sobre indústria cultural em três aspectos: produção, consumo e análise do produto². No aspecto da produção, ele analisa o que denomina “condições estruturais” da produção cinematográfica, a indústria cinematográfica. No aspecto do consumo, ele analisa elementos complementares ao processo da produção cinematográfica, focalizando o desenvolvimento histórico da venda da mercadoria filme. No aspecto da análise do produto, ele realiza um processo de interpretação de filmes (como o faz também com programas de televisão, tal como seu estudo sobre a Série Holocausto, dos anos 70).

Em primeiro lugar, há a discussão sobre a indústria cinematográfica e a história do cinema. Prokop analisa a evolução do cinema através de uma periodização que parte da estrutura da indústria cinematográfica. Para ele, tal estrutura atravessou três fases fundamentais: a polipolista, a oligopolista e a monopolista. O polipólio é marcado por uma oferta geral que é disputada por vários fornecedores que não possuem condições de influenciar de forma decisiva a situação de mercado e são geralmente pequenos produtores. O seu período de existência, nos Estados Unidos, se deu entre 1896 e 1908. O oligopólio é marcado por poucos fornecedores que realizam uma concorrência entre si. A luta deixa de ser pela mera sobrevivência e passa a garantir para si determinada fatia do mercado ou mesmo o seu domínio. O período de existência do oligopólio se deu entre 1909 e 1929, nos Estados Unidos. O monopólio é caracterizado por um único fornecedor é o responsável pela oferta de um bem e sem existir substituto, sendo possível, neste contexto, haver uma reunião de diferentes fornecedores em uma organização monopolista para abolir a concorrência entre eles. O período de vigência do monopólio ocorre a partir de 1930 e vai até 1946. Este processo se altera com o retrocesso da procura a partir de 1947.

¹ Para uma crítica do uso de termos como mídia, *mass media*, meios de comunicação de massas, veja-se: Viana, 2007.

² Isto está de acordo com algumas obras organizadas pelo autor na década de 70: “suas coletâneas principais deste período foram: Pesquisa em comunicação de massa. t. 1: Produção (1971); idem, t. 2: Consumo (1973); idem, t. 3: Análise de produto (1977)” (FILHO, 1986, p. 12).

“Nos EUA (e também na Grã-Bretanha), desde 1946, a frequência aos cinemas no decurso de 7 anos caiu consideravelmente com a introdução da televisão e o progressivo acesso aos automóveis. Em 1947, registravam-se 4,7 bilhões de espectadores; em 1955, em oposição, somente a metade: 2,5 bilhões de espectadores. Ao todo, a perda de público nos EUA atingia, em 1959 – em relação a 1947 – aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas (53,4%). Enquanto havia nos EUA, nos anos do pós-guerra, cerca de 20.000 cinemas, sua quantidade cai até o final de 1959 para 11.335. Conforme avaliação correspondente, foram responsáveis pela redução de público, nos EUA: a televisão (54, 5%) e a motorização da população (29%); outras causas, 15,5%” (PROKOP, 1986a, p. 29).

Outro acontecimento ocorre simultaneamente com esta queda do público. Em 1946 termina o julgamento dos cartéis, que durou oito anos, já que se iniciou em 1938. Sua prática, tal como a “venda em bloco” (as empresas não vendiam apenas um filme, mas um bloco inteiro, no qual, além dos filmes considerados “de prestígio”, se colocavam também os chamados filmes B, de baixo custo), foi abandonada a partir do momento que as cinco principais companhias americanas (Paramount, Loew’s, RKO, Warner Bros, Twentieth Century-Fox), depois de terem sido indiciadas por desobedecer a lei antitruste (devido acusação de monopolizar os três setores da indústria cinematográfica), foram condenadas a abandonar suas práticas monopolistas. A partir deste momento:

“Os conglomerados não poderiam mais (1) obrigar salas de exibição independentes a comprar, junto com os filmes de maior prestígio, uma série de filmes B, bem como (2) bloquear o acesso ao mercado de outras firmas por meio dos cinemas especializados em lançamentos, controlados por eles. Estes cinemas deveriam, a partir de então, exibir também filmes de produtores independentes e, inversamente, os demais cinemas teriam acesso anterior aos filmes em primeira exibição” (PROKOP, 1986a, p. 29).

Isto fez renascer a concorrência entre as empresas independentes. O crescimento destas empresas foi visível (1945: 40; 1946: 70; 1947: 100; 1957: 165 aproximadamente) e aumentar a importação de filmes europeus. Assim, filmes como *A Doce Vida* (*La Dolce Vita*, Federico Fellini, 1960) e *Et Dieu créa la Femme* (*E Deus Criou a Mulher*, Roger Vadim, 1956) fizeram grande sucesso junto ao público norte-americano. Este processo abriu espaço para diretores europeus e japoneses no mercado norte-americano (Federico Fellini, Ingmar Bergman, Luis Buñuel, Akira Kurosawa, entre outros) que durou aproximadamente entre 1946 e 1960. Logo após veio a reação das grandes empresas, que lançaram seus próprios diretores, controlados burocraticamente, mas agora promovidos (tal como Stanley Kubrick, George Stevens, John Huston, Stanley Kramer, entre outros). A principal estratégia de reação das grandes empresas foi a inovação técnica, tal como a criação de cinemas drive-in, cinerama, cinemascope, o filme colorido, etc. Estas inovações técnicas exigiam maior capital de investimento e assim as grandes empresas derrotavam seus adversários menores. Elas passaram a investir em filmes de entretenimento de altos custos (principalmente publicitários), atores renomados e roteiros baseados em *best-sellers*. Os lucros foram adquiridos

através deste tipo de filmes, o que compensava o pouco retorno de outros ou mesmo perdas financeiras, o que ocorria com a maioria deles. Entre estes filmes de sucesso estavam *From Here to Eternity* (*A Um Passo da Eternidade*, Fred Zinnemann, 1953) e *On the Waterfront* (*Sindicato de Ladrões*, Elia Kazan, 1954).

No bojo destas mudanças, o aumento do custo dos filmes era um dos elementos mais importantes, bem como o aumento da publicidade. As grandes companhias também superaram as independentes na importação de filmes, seja utilizando a lei da obscenidade para criar um sistema de censura, seja através de seu maior capital que lhe permitia vencer a concorrências das empresas independentes. A redução do público devido à introdução da televisão, não provocou uma concorrência entre as empresas e sim um “arranjo entre elas”. As grandes companhias cederam seus velhos filmes produzidos até 1948. Elas cederam até 10 000 filmes até 1961 e tiveram 270 milhões de dólares. Posteriormente, as companhias cinematográficas passaram a produzir filmes em série para televisão, criando filiais próprias e acabaram hegemonizando a programação da televisão.

A diminuição do público do cinema também provocou a formação, em 1946, a *Motion Picture Export Association of America*, cujo objetivo principal era exportar os filmes norte-americanos para o resto do mundo, através das mais variadas iniciativas. Para isso seria necessário conquistar uma ilimitada liberdade de movimento do filme norte-americano em todo o mundo. Assim, inclusive devido ao domínio do mercado nacional e da importação, as empresas européias caíram na dependência das empresas norte-americanas. As exportações produziram uma reserva financeira, já que os EUA não podiam transferir toda a renda, o que gerou o investimento nas empresas européias para a produção de filmes. A crise de público do cinema europeu (devido a Televisão e acesso aos automóveis) também beneficiou as empresas norte-americanas, compraram várias empresas européias de produção e distribuição e fundaram novas, adquirindo assim a possibilidade de participar de associações profissionais destas empresas e influenciá-las, desenvolvendo a política de runaway production (transferência da produção de Hollywood para a Europa usando o pessoal técnico local).

“Daí resultou certa quantidade de filmes que, financiados inteiramente pelo capital norte-americano, eram apresentados nos EUA ou na Europa como sendo filmes europeus. Assim eram por exemplo, em 1962, cerca de um terço dos filmes de origem européia distribuídos na Alemanha Ocidental pelas grandes empresas norte-americanas” (PROKOP, 1986a, p. 37).

A produção de filmes em Hollywood diminuiu drasticamente entre 1950 e 1967. Assim, criou-se uma dependência de Hollywood em relação ao mercado exterior. Os quinze países que constituem os maiores consumidores de filmes norte-americanos no início dos anos 1970 são os seguintes: Inglaterra, Itália, Canadá, Alemanha Ocidental, França, Japão, Espanha, Austrália, África

do Sul, Brasil, México, Argentina, Suécia, Bélgica, Venezuela. Isto promove uma internacionalização do filme e as empresas norte-americanas passam a se concentrar na produção de poucos “filmes de prestígio”, de altos custos, com difusão mundial e propaganda intensiva, tal como *Bem-Hur. Doutor Jivago, 2001 – Uma Odisséia no Espaço*.

O alvo passa a ser o público internacional. A estratégia de publicidade é focalizada na “capacidade de representação do conglomerado” (apresentação de muitos artistas famosos, exércitos amplos de figurantes, instalações refinadas, caros locais de filmagem de toda parte do mundo, etc.), ao lado de receitas de sucesso garantido, tal como projetos caros e baseados em livros, por exemplo. A indústria cinematográfica fica, com este processo de internacionalização, cada vez mais independente do público. Os filmes de prestígio, cujo público é atraído pela publicidade, compensam os poucos lucrativos filmes B, que seguem as preferências de limitados público-alvos. A grande quantidade de filmes B abre caminho para a entrada dos filmes de prestígio. Isto faz com que os filmes crítico-sociais, documentários e artisticamente experimentais são praticamente suprimidos do mercado. Nos Estados Unidos, no início da década de 1960, o “novo cinema americano”³ foi excluído do mercado, facilitado pela importação do *underground* europeu.

Prokop também busca discutir a chamada “sociologia do cinema”. Nesta discussão ele retoma de modo teórico a questão da produção da obra cinematográfica e a relaciona com a questão do público/consumo, partindo das considerações da sociologia do cinema da escola kracaueriana e funcionalista para abordar este fenômeno. Prokop afirma que a partir dos anos 50-60 houve uma reformulação na sociologia do filme tendo por base a desconsideração das “coerções externas”, sem analisar as “condições estruturais”:

“De fato, a Sociologia das décadas de 1950 e 1960, na medida em que se ocupou com o cinema, satisfiz-se em investigar as conseqüências funcionais de um fenômeno dado, do meio de entretenimento filme. Em virtude de não inserir este fato no pano de fundo das condições estruturais do contexto, ela tornou-se necessariamente ultraconservadora” (PROKOP, 1986b, p. 43).

Prokop critica a teoria do reflexo, de Kracauer, e a teoria da ação norte-americana. A escola “kracaueriana” é criticada por Prokop devido seus postulados básicos e sua falta de comprovação empírica:

“A Teoria do Reflexo de Kracauer foi absorvida por muito tempo por sociólogos e economistas, em geral, contudo, sem a comprovação empírica das implicações de Kracauer,

³ O autor registra o relativo sucesso de *Bonnie e Clyde* (*Bonnie e Clyde, Uma Rajada de Balas*, Arthur Penn, EUA, 1967); *Easy Reader* (*Sem Destino*, Dennis Hopper, EUA, 1969) e outros. O novo cinema americano, segundo Prokop, era produzido por pequenos produtores, usando poucos recursos e inovação técnica, ao lado de garantir um público com preferência para “protesto abstrato e crítica social geral e descompromissada”, e, graças a isso, conseguiam escapar da censura. A exploração de novo público, segundo Prokop, é deixada aos produtores independentes.

como, por exemplo, (1) a aceção de que a indústria cinematográfica se oferece como um meio neutro na formação das preferências do público; e, (2) a tese de que o público se coloca como unitário, como “o povo”, diante de uma massa dirigida por um inconsciente coletivo. Esta debilidade da Teoria do Reflexo pode ficar despercebida, na medida em que é apresentada nos limites de postulados gerais. Entretanto, como base para explicação de fenômenos empíricos concretos, ela exige o recurso de grandezas empiricamente não-verificáveis” (PROKOP, 1986b, p. 44).

A metáfora do espelho é, então, utilizada por esta interpretação do cinema. O livro de Götte, *"O Filme e o Caráter Nacional nos EUA"*, segue a linha de orientação de Kracauer. Para Götte, a indústria cinematográfica depende do público, dos consumidores. É necessário que o produtor siga a demanda, inclusive nos títulos e escolha dos atores. O sucesso dos filmes norte-americanos se deve a isto, o que é reforçado pelo uso do método de testes, que expressa uma colaboração do filme pelo público. Desta forma, tais filmes são uma manifestação do caráter norte-americano. Segundo Götte, “o filme é um trabalho coletivo para a totalidade do povo” (apud. PROKOP, 1986b, p. 44).

Assim, nesta concepção, o filme é um espelho do público (inconsciente coletivo, valores, neuroses, caráter, etc.)⁴. O apelo a uma “alma coletiva”, empiricamente não-palpável, passa a explicar os filmes. Esta posição de Götte e Kracauer foi seguida e reproduzida pela maioria dos sociólogos, com poucas variações interpretativas (tal como Morin, Heusch, Rosten, König, etc.). Para Prokop, estes sociólogos desconhecem as implicações de tal concepção, tal como a hipostasiação de um inconsciente coletivo e reproduzem, na verdade, a auto-imagem que faz a indústria cinematográfica sobre si mesma, segundo seus próprios discursos. Para Prokop, a indústria cinematográfica não é um meio neutro que reproduz as preferências do público:

“Em vez disso, a indústria cinematográfica incide sobre as preferências dos consumidores de forma somente seletiva; ela assimila apenas preferências difundidas globalmente de camadas altamente participantes. Na medida em que trata somente destas, ela provoca ao mesmo tempo uma reestruturação do público: somente as camadas médias, orientadas ao lazer de forma genérica, vão freqüentemente ao cinema. As demais, principalmente as inferiores, são excluídas da participação freqüente: os filmes produzidos não correspondem nem às suas formas de preferências, nem às suas formas de percepção. No monopólio internacional, a própria indústria cinematográfica é dependente das preferências das camadas sociais cuja orientação em termos de lazer é genérica; em virtude do fato de seu círculo de consumo compor-se agora principalmente de raros espectadores de cinema, é suficiente motivá-los a ir ao cinema por meio da ‘exibição de sua riqueza’ (da indústria). A produção de filmes B de entretenimento, ao lado da produção de filmes de prestígio, explora, por outro lado, a constelação de preferências, criadas a curto prazo, sempre renovadas no mercado do show business junto ao público” (PROKOP, 1986b, p. 46).

⁴ “O que os filmes refletem não são tanto credos explícitos, mas dispositivos psicológicos – essas profundas camadas da mentalidade coletiva que se situam mais ou menos abaixo da dimensão da consciência” (KRACAUER, 1988, p. 18).

A escola kracaueriana, através da Revista *Filmkritik*, se caracterizou por "excluir os fatores estruturais", e isto gerou uma explicação dos conteúdos fílmicos "a partir de um inconsciente coletivo apenas obscuramente palpável". Porém, os representantes desta revista não extraíram de Kracauer apenas a concepção de que o filme é um espelho do inconsciente coletivo, mas também que, partindo deste pressuposto, então está ligado à ideologia das massas, o que traz implicações crítico-culturais. O desmascaramento das ideologias por detrás do filme passa a ser uma tarefa da crítica cinematográfica, que supera sua postura "jornalística", "subjetiva". O filme passa a ser denunciado por manifestar pulsões secretas, desejos secretos, arquétipos nacionais, preconceitos pequeno-burgueses tardios, etc. Desta forma, se realiza uma demonização da indústria cinematográfica.

Ao se limitar a esta denúncia, a discussão não ultrapassa o reino da ideologia. Neste caso, não há luz no fim do túnel, ou então ocorre a apologia do filme. Prokop afirma que a passagem à apologia ocorre facilmente e cita o exemplo dos filmes de faroeste. O filme de faroeste teria criado a "imagem histórica do herói", que se tornou "arquétipo da alma norte-americana"; um "sonho secreto" de uma "vida livre, cheia de orgulho". Porém, tal gênero, segundo Prokop, foi rejeitado por todas as camadas sociais entre 1940 e 1960. Ao invés de "sonhos secretos de vida livre", eram produções secundárias vendidas no monopólio graças às "vendas em bloco". Esse gênero não passava de produto do monopólio internacional e não manifestação das preferências do público.

O objetivo da Revista *Filmkritik* era um filme livre de ideologia, tal como o neo-realismo italiano, sem perceber que este também possuía determinados "pressupostos sócio-econômicos". Foi por isso que pode perceber o fim do neo-realismo como mera "degeneração". Prokop passa, então, a fazer uma análise do neo-realismo para demonstrar o equívoco dos ideólogos do filme como reflexo.

Segundo Prokop, o neo-realismo italiano (voltado para crítica social e documentação) tinha os seguintes pressupostos: 1) um grupo de artistas formados durante o fascismo, orientados para a crítica social e num contexto político que excluía a censura cinematográfica pelo Estado na Itália; 2) a estrutura polipolista da indústria cinematográfica, dominada por pequenos produtores e não por uma sólida indústria oligopolista. Era este contexto que permitiu a emergência do neo-realismo e foi a mudança dele que fez esta tendência acabar. Segundo Prokop:

"Com a Lei Andreotti, de 29-12-1949, criou-se na produção cinematográfica italiana um processo de concentração com apoio público. As causas da intervenção estatal foram: 1) a pressão dos produtores tradicionais de filme, assim como manifestações (fevereiro de 1949) de atores, figurantes, técnicos, etc., contras as conseqüências do neo-realismo, que filmava fora dos estúdios, utilizava atores amadores e, com isso, desempregava os integrantes da indústria cinematográfica tradicional; além disso, 2) o governo italiano via prejudicada sua

imagem, principalmente no exterior, por causa dos filmes de crítica social. A Lei Andreotti aliava à ajuda financeira aos filmes uma série de medidas de censura, entre elas a cláusula pela qual poderia ser proibida a exportação de filmes italianos que representassem falsamente o país” (PROKOP, 1986b, p. 49).

A intervenção estatal, devido a protestos de “funcionários do cinema”, e a imagem externa do governo italiano graças ao cinema neo-realista, foram a razão de seu abandono, principalmente após a Lei Andreotti. Outro elemento foi a dependência financeira do Banco Nacional do Trabalho, que cedia recursos, mas censurava os roteiros, e liberavam mais filmes pornográficos que neo-realistas.

“A fraqueza decisiva do Neo-realismo, que possibilitou sua liquidação por meio de medidas legislativas (1949) e autocensura (1954), foi o pouco apoio que encontrou junto ao público italiano. Ele foi vítima principalmente da necessidade de entretenimento. Esta predisposição existente nas sociedades industriais, em virtude da estrutura e funções do trabalho do lazer, foi reforçada pela inundação de filmes do pós-guerra de Hollywood. O público preferiu os filmes de Hollywood às produções nacionais crítico-sociais” (PROKOP, 1986b, p. 50).

O mercado italiano passou a ser dominado pela produção norte-americana (1947: 64%; 1949: 71%; 1950: 65%). Somente após a liquidação do neo-realismo é que o filme italiano recuperou uma boa participação e o norte-americano teve uma queda relativamente grande (1953-54: 42%). Assim, segundo o Ministro Ponti, a razão de ser do filme é a evasão, o entretenimento, etc., e, assim, há a omissão das condições estruturais, o que aproxima seu discurso do realizado pela escola kracaueriana. O exemplo do neo-realismo demonstra a fraqueza desta escola, pois o que explica sua emergência e declínio não é a alma coletiva e sim o desenvolvimento da indústria cinematográfica.

A teoria do reflexo acaba tendo uma recaída na concepção conservadora da “aura”, no qual são os especialistas que devem julgar o filme. Neste ponto, Prokop faz uma crítica fundamental à Kracauer e sua obra *Teoria do Filme*⁵. Kracauer, nesta obra, se desviou dos problemas sociológicos para se recolher às questões meramente “estético-cinematográficas” e através disso justificava sua defesa do filme realista. De Kracauer à revista *Filmkritik*, a posição é de favorecimento crescente do papel do crítico de cinema:

⁵ Kracauer sintetiza nesta obra sua visão do filme, bastante problemática e criticada por Prokop, que acaba sendo a reprodução de concepções produzidas por agentes do processo de produção do filme, o que o faz criar mais uma ideologia cinematográfica. O sucesso de sua obra *De Caligari a Hitler – Uma História Psicológica do Cinema Alemão*, no qual usa sua “teoria do reflexo”, realizando uma interpretação psicologista e problemática (VIANA, 2009a), demonstra o estágio rudimentar da sociologia do cinema em suas bases teóricas, o que torna imperceptível o caráter ideológicas das obras deste autor (CF. KRACAUER, 1989; KRACAUER, 1988). Esta concepção de filme é complementar ao esteticismo, pois o primeiro se prende à forma, tornando-o um valor e objetivo em si mesmo, e o segundo pode desproblematizar o conteúdo, através de uma psicologia rudimentar e ideológica. O resultado disso só pode ser a transformação, no caso do livro de Kracauer, do expressionismo alemão em um monstro despolitizado que reflete a mentalidade idêntica de certos analistas (embora pensando que seria do “povo alemão”), ao contrário do que realmente era.

“Em vez do leigo, o crítico experimentado é que deveria desvendar a ‘substância’ do filme. (...) A Filmkritik tentou, então, aproximar-se do concreto de forma ‘não-preconceituosa ou carregada’. Ela proclamava numa situação ‘pós-normativa’ um procedimento subjetivo-empático e voltava, com isso, ao seu ponto de partida, à crítica de filme ao estilo de matéria de suplemento jornalístico: a crítica tornou-se novamente o ‘protocolo de um encontro’ entre críticos e filme. Com isso, a revista regrediu à observação isenta de teoria, que Walter Benjamin considerava superada, exatamente em relação ao filme. O espectador não é mais solicitado à participação na argumentação, que pode ser seguida intersubjetivamente, mas à participação no monopólio de experiências do crítico” (PROKOP, 1986b, p. 51-52).

Prokop passa a realizar a crítica de uma outra tendência da sociologia do cinema, a da chamada “teoria da ação” norte-americana. O público anticapitalista dos anos 10 aos 30 foi substituído progressivamente pelas “camadas médias” e o filme crítico pelo “entretenimento”.

“Já que os fatores estruturais relevantes não eram investigados, esses teóricos chegavam a falsos resultados que, então, absolutizados adicionalmente, apareciam como sendo imanentes ao meio ou ao público. Assim, características contraditórias entre si eram declaradas como universalmente válidas em diferentes fases estruturais. Os representantes da Teoria da Ação na sociologia norte-americana conformavam-se em investigar as funções de um fenômeno dado para um público” (PROKOP, 1986b, p.53).

Os representantes da “teoria da ação” estavam preocupados com “as funções de um fenômeno dado para um público, sem explicar o próprio fenômeno e suas funções a partir das pressões estruturais historicamente dadas” (PROKOP, 1986b, p. 53). M. J. Levy, por exemplo, considera que o filme é disfuncional quando produz insatisfação no público, já que sua função é a recreação escapista. Lazarsfeld, por sua vez, considera isto uma “disfunção narcotizante” já que é necessidade que a população deva participar politicamente. Ambos os casos mostram o abandono das condições estruturais e juízos normativos. Esta concepção funcionalista apontava para a função do filme de realizar o entretenimento e permitir a estabilidade social, assumindo um caráter conservador.

Prokop passa a abordar a análise de Huaco, cujo objetivo seria desenvolver um “quadro referencial estrutural para a explicação dos estilos cinematográficos”. Prokop afirma que Huaco utiliza diversos fatores estruturais para explicar o desenvolvimento dos “estilos de cinema”⁶. Ele destaca quatro condições estruturais: 1) grupo de agentes da produção cinematográfica; 2) instalações; 3) modo de organização da indústria cinematográfica que não colocasse em questão a ideologia do estilo cinematográfico; 4) um clima político que não atrapalhasse esta ideologia. Huaco não apresenta a interdependência destes elementos. Ele não aborda questões mais amplas como o mercado, o sistema de dominação. Assim, ele apresenta uma investigação isolada, típica da

⁶ Huaco, segundo Prokop, não ultrapassa os limites de uma história tradicional do cinema, buscando apenas “sociologizar” o interesse do historiador do filme, focando na observação tradicional da obra de arte e buscando tratar das inovações estéticas em detrimento das produções de massas, quantitativa superior e sem problematizar tais inovações, se seriam introduzidas por “personalidades artísticas” ou pressões estruturais.

forma tradicional de observação da arte e assim abandona as condições estruturais. Assim, afirmar que o desenvolvimento de uma ideologia ocorre quando o clima político não cria obstáculos é não dizer nada, já que não está detalhado e organizado a forma como isto se manifesta e seus componentes (sistema de dominação, censura estatal, estrutura da sociedade, do público e do lazer, etc.). Enfim, “as categorias estruturais de Huaco são mais ajuda de orientação do que instrumentos analíticos” (PROKOP, 1986b, p. 55).

A partir dos anos 50 e 60 ocorre uma mudança na recepção: da recepção coletiva dos operários à recepção individual. Se em 1910 a ida ao cinema significa busca de informação, ensinamento ou “convite à luta de classes”, a partir de 1950 passa a ser voltada para a “distração”⁷. O medo dos teóricos do cinema voltados para a psicologia de massas é o comportamento não de “público” – devido à recepção individual – meros espectadores, dos que assistem ao filme. O risco seria o comportamento coletivo e participativo. O comportamento passivo diante do filme é tido como uma “característica imanente ao meio”, o público se encontra, durante a exibição do filme, em estado subconsciente, como reduzido autodomínio e capacidade de reflexão. Daí as teses de “participação mística”. O filme, segundo Cohen-Séhat, produz sonhos acordados no plano emocional, não exige esforço intelectual. O filme coloca seus receptores em uma “seqüência ininterrupta de emoções” (apud PROKOP, 1986). O filme é não-exigente, provoca “vertigem interna”. Assim se defende a passividade do público. Lerner complementa isto colocando a “manipulação interna”, o que Prokop diverge dizendo que se trata de “recepção individual”.

Assim, a mudança da recepção foi a passagem da recepção coletiva dos operários dos primeiros anos do cinema para a recepção individual. O que estes sociólogos se esquecem é que se trata de uma recepção que se tornou isolada e, portanto, individualizada, ao contrário dos tempos da aurora do cinema, no qual ainda existia um processo de comunicação entre os espectadores. A regulamentação institucional é a razão deste comportamento passivo e os sociólogos do filme desconsideram esta dimensão e apelam para a psicologia de massas⁸. Desta forma, não é devido “ao meio e suas características imanentes” que ocorre a passividade do público – e, portanto, pode ser superado – e sim devido à “força das pressões estruturais”, que “articula as experiências do público de forma diferente do que este mesmo poderia fazê-lo” (PROKOP, 1986b, p. 59).

⁷ Prokop coloca que os teóricos do cinema do início do século 20 (Walter Benjamin, por exemplo) colocavam a função revolucionária do cinema como sua função imanente e, já na década de 50 deste mesmo século, os teóricos da ação dizem que sua função imanente é a distração e o escapismo. Posições opostas que absolutizam algo histórico, e que seria perceptível se tivessem se atentado para as condições estruturais.

⁸ É por isso que Kracauer afirma que o espectador “deve” sentir-se, quando assiste ao filme, com um enfraquecimento do ego, conduzir-se pelo subconsciente (KRACAUER, 1989; PROKOP, 1986).

O terceiro elemento da abordagem prokopiana do filme é a “análise do produto”, tal como ele faz no que se refere aos filmes de D. W. Griffith. Ele inicia dizendo que, para quem parte da perspectiva do proletariado, os filmes de Griffith são “extremamente irritantes”:

“O capitalismo não é citado expressamente, os vilões de seus filmes não são mostrados em sua relatividade material, a esfera da produção permanece claramente excluída, os contextos sociais são sugeridos somente nas imagens, a perspectiva de classe não aparece nem mesmo nas situações em que os exploradores e políticos, ávidos por poder, saem-se mal. As saídas que Griffith oferece ficam, pelo que parece, mais no plano das relações pessoais e das ações individuais do que no plano social; ‘sua posição’, Griffith não a define. Seus filmes defendem com frequência, principalmente nos entretítulos, uma ideologia conservadora. No final, em vez do apelo à organização, segue o *laste minute rescue* (salvação no último momento). O ‘efeito’ dos filmes de Griffith é extremamente obscuro e de forma alguma calculável. As pessoas voltam ‘inalteradas’ para casa” (PROKOP, 1986c, p. 60.61).

Griffith, no entanto, é reconhecido como o grande responsável por descobrir os mais avançados meios de realização de um filme. A montagem, o close-up, a câmara móvel, foram descobertas por Griffith. O épico também é uma invenção griffithiana.

“Entretanto, é estranho que o progresso nas forças produtivas técnico-cinematográficas de Griffith não corresponda a momentos de conteúdo, a não ser que os que só louvaram Griffith como descobridor de novas técnicas cinematográficas se tenham limitado, com parcialidade, ao lado técnico, formal. O fato de que Griffith produza ‘belas imagens’, montagens interessantes, etc., mas seja reacionário ‘no conteúdo’, só pode ser um erro de classificação” (PROKOP, 1986c, p. 61).

Prokop busca compreender este processo de suposta oposição entre forma e conteúdo. Ele afirma que nos filmes de Griffith existem aspectos sociais: oposição entre proletariado e burguesia, greves, amor, solidariedade, fome, alcoolismo, luta pela vida, sonhos de riqueza, vingança, sofrimento, autoritarismo. O capitalismo fica intocado, mas se manifesta em seus personagens e instituições: padrões inescrupulosos, políticos ambiciosos, juízes ignorantes, policiais estúpidos, empresários sedentos por lucro, etc. Segundo Prokop, Griffith produzia seus filmes para uma esfera pública proletária, já que suas produções vão de 1908 a 1931, que também é o período da estrutura oligopolista da indústria cinematográfica nos Estados Unidos.

A compreensão dos filmes de Griffith, no entanto, precisa perceber que as temáticas e sua elaboração estética não podem ser avaliadas em termos de “luta” e “organização” (de classe). Superando isto, é possível perceber seu trabalho produtivo sobre a consciência das massas, atingindo suas vivências e fantasias.

“As ‘mensagens’ do artista são sempre precárias; a uma capacidade analítica do seu médium em geral não corresponde uma capacidade teórica de seus autotestemunhos. Se Griffith atribui, nos entretítulos, expressamente à intolerância todos os males sociais, isto ainda não

diz nada sobre a força social-teórica analítica das imagens e das ações que ele combina” (PROKOP, 1986c, p. 62).

Prokop alerta que é preciso olhar de forma muito mais cuidadosa a obra de Griffith, pois assim seria possível perceber que, esteticamente, ele é um crítico das aureolas. A razão disto está no fato de que a produção monopolista ainda não havia se instaurado, o que vai ocorrer, nos Estados Unidos, somente a partir de 1930. Com isso, a relação entre indústria cinematográfica e público irá se alterar. Nos filmes de Griffith, ainda se está livre dos estereótipos e modelos que irão ser o padrão futuro. A função educativa do filme para os trabalhadores, cujo objetivo é sua integração, em Griffith se manifesta também como função crítica. A partir de 1920 a situação começa a se alterar, mas ainda não se orientava para o mero entretenimento.

“Griffith mantém-se preso à sua intenção básica de ensinar o público, de alterar os seres humanos. Com isso, é-lhe importante dissolver os preconceitos, tornar as ações compreensíveis. O preconceito engrena nos estereótipos. Griffith tenta captar o estereótipo e ao mesmo tempo dissolvê-lo, na medida em que quebra as ações ‘oficiais’. Mesmo que na superfície assim o pareça (pois as cenas, que representam sentimentos em todos os seus detalhes, hoje assim o sugere), seus filmes não oferecem nenhuma dramaticidade de identificação; decupagem e montagem são utilizadas como meios épicos” (PROKOP, 1986c, p. 64).

A fantasia é amplamente utilizada por Griffith para trabalhar questões como solidariedade, amor, etc. Na sua produção, estes aspectos não se apresentam, tal como ocorrerá na fase monopolista, através de “fórmulas difusas descaracterizadas”. O uso do “meio estético” (*close-up*, montagem, etc.) faz Griffith trabalhar coisas como o melodrama, a queixa, etc., de forma antipositivista⁹.

“Griffith torna-se medíocre quando não usa os meios estéticos da montagem, do *close-up* e da iluminação, mas melodramas representados por atores de forma realista, filmados com câmara fixa (*Isn't life wonderful*), ou seja, quando não utiliza nenhum meio estético para destacar situações sentimentais e significados (como em *Dream street* ou em *Way dow east*). Por isso, *Isn't life wonderful* é um filme fraco, pois Griffith, além disso, deixou-se impressionar demasiadamente pela solidariedade da família como ideologia, ou seja, pelo aspecto ‘oficial’” (PROKOP, 1986c, p. 66).

Pensar que Griffith é racista só pode acontecer através de uma visão positivista de sua obra. Ele destaca a situação dos negros sem poupá-los ou apresentá-los como heróis. A descrição do caráter rebelde, apresentada de forma rude, é derivada do sistema de dominação anterior. As mensagens políticas de Griffith voltam-se para as relações solidárias dos indivíduos a partir de uma

⁹ Prokop, a partir de seus estudos sobre Comte e positivismo, no qual aborda a estrutura do pensamento positivista e sua tradução para a “consciência de massa”, se transformando num “positivismo prático”, cujas características seriam a utilidade, exatidão, relativismo, empiricidade, certeza. Estas características seriam um produto oriundo da ciência e atenderia a objetivos tecnocráticos de organização (CF. FILHO, 1986; PROKOP, 1986d).

moral, através de grupos, apesar dele o mostrar apenas em grandes famílias. A sua crítica incide sobre o ódio e a raiva, aos quais contrapõe o amor e o trabalho. Estes são princípios, segundo Prokop, emancipatórios. A sua crítica político-social consiste na defesa da moral individual, encontrada na grande família rural, contra a agressão e a concorrência. Griffith, ao contrário de Eisenstein, não parte de uma teoria pré-formulada e dogmática, tal como o princípio leninista do partido, e sim das experiências.

“A alternativa emancipatória ao coletivismo ilustrado significamente não é a apresentação do destino individual que emociona, senão o aprofundamento nas experiências e idéias, mesmo nas ‘falsas’, das ‘massas’, no trabalho artístico. Nesse aspecto, Griffith é exemplar” (PROKOP, 1986c, p. 70).

Depois desta breve exposição das principais teses de Griffith, passemos para uma análise crítica das mesmas. É inegável a contribuição de Prokop para o estudo do capital cinematográfico, ou indústria cinematográfica. A sua periodização é uma importante contribuição, além de sua recuperação de acontecimentos e relações entre o capital cinematográfico e a produção fílmica. Também a sua relação entre história do cinema e indústria cinematográfica é uma importante contribuição para superação da historiografia descritiva do cinema. Contudo, sua obra possui alguns problemas que iremos destacar a partir de agora.

A evolução do capital cinematográfico é um ponto fundamental para entender a história do cinema e a produção fílmica, tal como bem destaca Prokop. Porém, sua linguagem é demasiadamente limitada e próxima, em muitos momentos, ao positivismo. Mas a questão fundamental é que falta a perspectiva da totalidade em sua análise, ou seja, ele isola, de forma descritiva, a evolução do capital cinematográfico, sem relacionar com o processo global de acumulação de capital e do desenvolvimento capitalista. Daí sua periodização ser problemática. O período polipolista é, na verdade, um período pré-cinematográfico, ou melhor, pré-fílmico. O que existia, na verdade, não era produção de filmes enquanto obras de arte e sim recursos tecnológicos e técnicos, que vão se desenvolvendo, mas não a produção fílmica. No que se refere à produção fílmica, o que se tem são esboços experimentais que não constituem exatamente um filme. Se considerarmos, por exemplo, que o primeiro filme da história foi *O Estudante de Praga* (Paul Wegener e Stellan Rye, Alemanha, 1912), então esta estrutura polipolista não atingiu a época do filme propriamente dito. Assim, existiam pequenos produtores que ainda não tinham um produto mercantil estruturado para venda. Por conseguinte, a fase que o autor denomina “oligopolista” é a que ocorre após a criação do filme, que passa a exigir uma maior durabilidade de filmagem (o tempo de duração aumenta, o que provoca aumento dos gastos), atores, instalações, etc., que são elementos que trazem a necessidade de um grande investimento, o que não ocorria nas filmagens

experimentais de 2 ou 15 minutos, que poderiam ser cenas do cotidiano ou imagens desenhadas, sem maiores custos e exigências financeiras, ou sem ter por trás de si, necessariamente, concepções estéticas ou, ainda, manifestar uma produção fictícia.

Assim, do ponto de vista da história do filme, temos uma época pré-fílmica, experimental, que vai desde as inovações tecnológicas que permitem a filmagem até o início da década de 1910. Já no que se refere ao processo de produção, temos um período de pequenos capitais investidos, num processo ainda rudimentar e pré-capitalista. O período posterior, que vai desta época até os anos 1945, a emergência do capital cinematográfico, mas de forma incipiente em seu início, que, com o processo de centralização e concentração do capital, promove as bases para a formação dos oligopólios, seus primeiros esboços, e sua estruturação em alguns países, especialmente nos Estados Unidos. O capital cinematográfico deste período é marcado pela competição não-oligopolista, sendo que, nos EUA, ela se inicia em torno dos anos 1930. O período que Prokop chama de “monopolista”, é, na verdade, o período oligopolista transnacional, no qual há uma cartelização, marcada por avanços e recuos.

Este processo todo está ligado com a totalidade do desenvolvimento da sociedade capitalista e da acumulação de capital. Embora o capital cinematográfico, tal como o capital comunicacional em geral (“indústria cultural”), tenha se desenvolvido de forma posterior ao capital industrial e outros setores capitalistas, ele se integra em tal desenvolvimento e no processo geral do desenvolvimento da sociedade capitalista. É por isso que o capital cinematográfico, apesar do capitalismo estar já numa fase oligopolista em alguns de seus setores, só vai se tornar oligopolista na época de crise do regime de acumulação intensivo, ou seja, o período do capitalismo oligopolista. O aceleração da concentração e centralização do capital cinematográfico ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e nos Estados Unidos, justamente por sua situação de grande potência a partir deste período, o que permitiu formar um forte capital cinematográfico oligopolista transnacional. No caso dos países europeus, que formaram um capital cinematográfico oligopolista meramente nacional, e, em muitos casos, dependente da intervenção estatal, a proeminência norte-americana se tornou muito mais expressiva do que em outros setores do capital. É por isso que o cinema norte-americano ganhou proeminência mundial (embora não imediatamente e sem contradições), pois os concorrentes mais fortes, os demais países imperialistas, neste setor não tinham condições de competir tal como em outros, como no setor automobilístico, por exemplo. Se no setor automobilístico existe Ford, Volkswagen, Fiat, etc., no setor cinematográfico só existe Hollywood e as empresas oligopolistas norte-americanas (Universal Pictures, Paramount, MGM, Fox, etc.). De qualquer forma, a periodização de Prokop é uma contribuição para a compreensão da emergência e história do capital cinematográfico e da produção fílmica.

A crítica prokopiana à sociologia do cinema, especialmente à escola kracaueriana e à escola funcionalista norte-americana é muito bem realizada. Porém, além de algumas lacunas, a crítica tem alguns pontos questionáveis. No que se refere à escola kracaueriana, a crítica sobre o filme como manifestação do caráter nacional, inconsciente coletivo, etc., é, de certa forma, correta, mas possui um sério problema ao não discutir tais conceitos. Em nível mais geral, é possível compreender que um filme possa manifestar a mentalidade coletiva, ou o inconsciente coletivo (por exemplo, em muitos filmes hollywoodianos, se manifesta a cultura ocidental ou, mais especificamente, a norte-americana). Além disso, existe a mentalidade de grupo, o inconsciente de grupos, etc., e o próprio Prokop faz isto quando analisa os filmes que ele diz representar a “esfera pública proletária”. A crítica termina limitada por não discutir a base conceitual dos autores criticados, ou seja, o problema fundamental é o que se entende por “alma coletiva do povo”, os construtos de “massas”, “povo”, “caráter nacional”, etc.

A crítica à escola funcionalista tem como ponto problemático a sua recusa de perceber o papel do filme enquanto elemento realmente “escapista”, seu caráter não-exigente, etc., o que depende não apenas do filme, mas também do público, sem dúvida, mas que é uma realidade. Inclusive, é possível perceber uma convergência entre público e filme escapistas. O público que busca nos filmes o escapismo, geralmente buscam filmes escapistas. A questão da recepção individual é muito limitada para explicar este fenômeno, que teria que ser pensado de uma perspectiva social mais ampla e também das especificidades de cada público, além da questão psíquica envolvida (em textos posteriores ele aborda, partindo de uma certa visão da psicanálise, esta problemática, mas elabora uma posição ainda problemática, como veremos a seguir).

O grande problema é que Prokop interpreta o papel do filme, e o próprio produto cinematográfico (como veremos adiante no caso de Griffith), a partir de seu esquema analítico que tem três pilares fundamentais e que seguem a seguinte hierarquia: a) indústria cinematográfica; b) esfera pública; c) consciência de massa. Assim, esse esquema analítico passa do mais geral para o mais particular. A sua tese da indústria cinematográfica (e seus pontos problemáticos também) já foi apresentada. Ele interpreta a produção cinematográfica como um bloco homogêneo, o que não ocorre na realidade concreta. Ele não percebe as contradições e brechas existentes no capital cinematográfico e, por isso, deixa de lado determinações importantes. Isto é complementado por sua tese da esfera pública, tese que afirma que no período inicial do cinema havia uma “esfera pública proletária” na qual ele se manifestava. Sem dúvida, a produção cinematográfica era muito mais livre antes da oligopolização (ou “monopolização”, segundo Prokop), sua forma de produção era bem

diferente¹⁰, o público operário tinha muito mais acesso e era o seu público hegemônico. Porém, não se trata da existência de uma “esfera pública proletária” e sim de uma época na qual o filme ainda não tinha o *status* garantido de arte, o público burguês mantinha preconceitos, o proletariado estava em fase de ascensão de suas lutas. Neste sentido, Prokop consegue hipostasiar a realidade a partir do seu construto de esfera pública proletária.

Ele distingue entre uma esfera pública burguesa e uma esfera pública proletária¹¹: a burguesa é a das associações, partidos e empresas e a proletária é a não-organizada das massas, pequenas empresas, pequenas associações, artistas, jornalistas, etc. Esta última, ao contrário da primeira que se fundamenta pela liberdade formal, se organiza próximo a uma democracia direta. Esta contraposição entre esferas públicas, além da linguagem fundada em construtos (esfera pública, massas, etc.), faz uma diferenciação bastante problemática, entre o pequeno e o grande, entre a democracia formal e a democracia direta, sendo abstrato-metafísicas. Isto ocorre porque nem sempre o que ele denomina “esfera pública proletária” se aproxima da democracia direta (isto depende de qual classe social se organiza, em que época histórica, etc.) e nem sempre a “esfera pública burguesa” se fundamenta numa liberdade formal (aí também há variações). Porém, tais construtos em nada contribuem para compreender a produção cinematográfica, pois, existem várias outras determinações e embora as formas de organização e consciência das classes sociais possam ser divididas, elas mudam com o contexto histórico, possuem outras divisões e subdivisões, inclusive internas, e dependem de determinado momento da luta de classes.

O terceiro ponto problemático da concepção prokopiana é a idéia de consciência de massa e sua relação com a “cultura de massa”. Para ele, as massas não são receptáculos vazios da indústria cultural, o que é correto¹². Daí ele trabalha com a idéia de fascinação e tédio (PROKOP, 1986f; PROKOP, 1986g; SOUZA, 2007) nos produtos do monopólio. A sua discussão sobre fascinação mostra todo um conjunto de problemas e questões que o autor não desenvolve. As bases psicanalíticas da análise prokopiana são bastante limitadas, bem como suas conclusões a respeito da

¹⁰ Santos, apoiando-se no historiador Hobsbawm, afirma: “o cinema na sua fase inicial correspondia a um veículo de massa inovador para os padrões artísticos do início do século 20, pois possuía um modo de produção diferenciado, propiciando um novo sentido de compreensão do mundo, além de possuir uma nova forma de representar a realidade” (SANTOS, 2007, p. 91). Sem dúvida, o filme constituía uma nova forma de arte e seu modo de produção, não só se diferenciava de outras produções artísticas, mas estava num processo de produção fundado num capital incipiente, e por isso possuía maior liberdade e apresentava muitos traços artesanais, o que permitia que fosse um produto cultural submetido a um controle que ainda não era tão intensivo, mas que foi crescendo com o passar do tempo.

¹¹ “O conceito de ‘esfera pública’ refere-se à área da comunicação social resultante da exclusão tanto do trabalho na empresa como da família e caracteriza-se como o encontro (real ou fictício) de pessoas livres para a discussão de questões de interesse geral. A esfera pública abrange fenômenos desde congressos de associações até o conviver social” (PROKOP, 1986e, p. 104).

¹² “Prokop contesta a idéia de que os receptores dos produtos da indústria cultural são meros espectadores passivos e conformados com a sua posição social, para isso busca trabalhar com outra perspectiva, mostrando que de fato esses produtos podem divertir o receptor, ao mesmo tempo podem provocar o tédio para esse receptor, ou seja, não tem importância no cotidiano dessas pessoas” (SOUZA, 2007, p. 51).

fascinação e fantasia. O universo psíquico em toda sua complexidade é substituído por uma idéia limitada de fascinação. Fenômenos psíquicos, conscientes e inconscientes, individuais e coletivos, são deixados de lado, tais como o da identificação, projeção, inconsciente (embora o autor trate dos “desejos”, mas não aprofunda teoricamente esta questão), fetichismo, fixação, etc., bem como suas fontes e diferenças em públicos diferentes. Prokop, que recusou a idéia da escola funcionalista da função escapista do filme, acaba afirmando o contrário ao tratar da fascinação:

“Outro argumento para os receptores permanecerem fixados nos meios de comunicação, um outro momento de fascinação, consiste no fato de que os produtos na sua dinâmica, na sua destrutividade, na sua harmonia demonstrativa, na sua libertinagem comprimida possibilitam uma ligeira ruptura do mundo rotineiro (...). Ainda não deixamos de ser seres rotineiros cansados e já queremos ser outros. Em princípio não muda nada se isto é apenas aparente ou compensatório. Seres rotineiros: isso quer dizer que se tem, de forma geral, muito pouco sentimento, que a emocionalidade se acaba na rotina” (PROKOP, 1986g, p. 151).

Assim, a fascinação faz um indivíduo romper “ligeiramente” com o mundo cotidiano. Tanto faz se aqui Prokop se baseia no pensamento do sociólogo Henri Lefebvre, influenciado pelo marxismo, ou na escola funcionalista, pois a ruptura (imaginária) com o cotidiano significa quase a mesma coisa que o escapismo.

O tédio é outro ponto que o autor analisa:

“Os produtos da cultura monopolística de massa têm algo de entediante. O incrível design, o rápido noticiário, os balés de televisão escassamente gesticulados, Angélique, Cathérine, Amber e Barry Lindon, que são procurados em virtude do seu sucesso e de seus elementos trágicos – em determinado aspecto, muitos dos produtos adorados e mais freqüentemente consumidos são simplesmente cansativos. Esta não é apenas uma impressão subjetiva. O público de fato se entedia” (PROKOP, 1986g, p. 152).

Os dados apresentados para confirmar que tal afirmação não é “impressão subjetiva” não são muito convincentes, já que apenas um grupo minoritário de entrevistados confirma tal hipótese. Além disso, o que dizer das respostas contrárias e da persistência de um público ansioso para assistir *Changeman*; *Jaspion*, *Jiraya*, *Flashman*, *Power Rangers*, para citar algumas das séries mais repetitivas e que deveriam ser as mais entediantes, mas que atraem a ansiedade de numerosas crianças e jovens? De qualquer forma, este é um ponto no qual Prokop avança ao reconhecer a importância da psicanálise para a compreensão dos meios de comunicação e sua relação com o público. A psicanálise possui um papel importante para a análise da produção e recepção do filme e outros produtos culturais. A problemática da assistência ao filme envolve inúmeras questões, desde a formação intelectual, os valores, a cultura, a publicidade, os recursos utilizados em cada produção fílmica, o inconsciente, etc. (VIANA, 2009b). E por isso uma teoria da assistência é necessária e Prokop criou apenas um modelo abstrato para explicar um fenômeno muito mais complexo.

A análise prokopiana de Griffith é mais problemática ainda. Prokop interpreta Griffith de forma questionável. Colocaremos aqui alguns pontos que julgamos problemáticos na interpretação propkopiana de Griffith. Em primeiro lugar, Prokop não apresenta suas bases interpretativas, o que pode ter sido feito em outro texto que para nós é inacessível. Mas, mesmo neste caso, a referência deveria ter sido apresentada, ou, caso não exista a exposição desta base interpretativa, a limitação é ainda mais grave.

Em segundo lugar, ele não distingue entre sua interpretação, bastante arbitrária, e o que realmente foi expresso nos filmes de Griffith, ou seja, ele não distingue entre significado atribuído e significado original¹³. Para Prokop passar da atribuição de significado aos filmes produzidos por Griffith para a expressão do seu conteúdo seria necessário ir além da obra e analisar o seu processo de produção. Também seria necessário aprofundar a análise dos filmes e em sua totalidade. Porém, metodologicamente, deveria ser uma totalidade concreta e não abstrato-metafísica, que joga para a lata de lixo partes não abordadas ou explicadas¹⁴, tal como Prokop faz com os entretítulos, que entram em contradição com a interpretação proposta.

Essa dicotomia entre a interpretação de Prokop e as mensagens dos filmes de Griffith nos parece essencial. Prokop, a todo o momento, busca apresentar os filmes de Griffith como sendo críticos, como não sendo fundado em estereótipos mas sendo um dissolvedor deles, etc. Porém, ele mesmo reconhece que nos “entretítulos”, Griffith manifesta uma “ideologia conservadora”. Recusa o racismo que quase todos enxergam em *O Nascimento de uma Nação* (EUA, 1916), aliás, pouco citado e trabalhado por Prokop. A biografia de Griffith, no entanto, não deixa margem de dúvida sobre seu conservadorismo e racismo (Xavier, 1984). Assim, a interpretação prokopiana de Griffith é uma atribuição de significados e não uma análise do significado original.

Em terceiro lugar, Prokop não ultrapassa o fetichismo da técnica, quando considera que os “meios estéticos” são o grande mérito de Griffith, inclusive fazendo seus filmes se tornarem críticos, e quando ele não o faz uso de tais meios (montagem, etc.), torna-se “medíocre”. O ponto de partida dessa avaliação de Griffith reside na tese segundo a qual a afirmação de que “Griffith produza ‘belas imagens’, montagens interessantes, etc., mas seja reacionário ‘no conteúdo’, só pode ser um erro de classificação” (PROKOP, 1986c, p. 61). Assim, Prokop busca superar este “erro de classificação”, mostrando que justamente devido ao uso dos meios estéticos, Griffith não é um reacionário no conteúdo. Prokop não só desconsidera, em sua conclusão de que Griffith não é reacionário, a biografia deste, como também se esquiva de reconhecer o racismo em *O Nascimento de uma Nação*. Soma-se a isso seu fetichismo da técnica, pois se deduz do seu argumento que,

¹³ Sobre significado atribuído e significado original, cf. Viana (2010).

¹⁴ Esta concepção metafísica de totalidade foi criticada por Kosik (1986), que deixa tudo que não se encaixa na análise fora dela, como “resquícios” não explicados e inexplicáveis.

utilizando os meios estéticos (na verdade, procedimentos técnico-formais, que, obviamente, podem ressaltar aspectos, produzir efeitos, gerar significados, etc., mas que dependem da intenção geral, e, dificilmente, quem apresenta uma “ideologia conservadora” nos entretítulos, vai utilizar tais recursos com uma intenção geral contrária), a técnica, o conteúdo será também “progressista”.

A contradição não está em Griffith, e sim em Prokop. Ela deriva do não entendimento que os “meios estéticos”, tal como a tecnologia, não são determinantes nesse caso. Quanto mais se desenvolve a tecnologia e a técnica, mais o mundo capitalista fica opressivo e repressivo. O uso da montagem, close-up, etc., podem ser feito tanto para desvendar algum aspecto da realidade, como para encobri-la. Se Billy Wilder usa magistralmente os recursos técnico-formais para produzir uma grande obra como *O Crepúsculo dos Deuses*, uma crítica ao cinema hollywoodiano, isto se deve a perspectiva que ele possui para usar os recursos disponíveis. Da mesma forma, Griffith pode utilizar vários recursos, inclusive inovar produzindo novas técnicas, para expressar o racismo. A escrita pode ser utilizada tanto para se escrever um manifesto socialista quanto um manifesto nazista ou, ainda, humanista ou racista. Isto não quer dizer que a técnica e a tecnologia sejam neutras. Quanto mais complexas, mais intimamente ligadas às relações sociais que as engendraram, com raras exceções. Porém, elas podem ser utilizadas, com maior ou menor eficácia, com maior ou menor dificuldade, para fins diferentes para os quais foram criadas. Porém, quanto mais o cinema avança no sentido técnico-formal e tecnológico, mais preso fica nas relações sociais capitalistas (não devido ao caráter da própria tecnologia, em muitos casos, mas, no caso da produção cinematográfica, devido ao custo). Por conseguinte, o uso dos “meios estéticos” por Griffith não anula o seu caráter conservador. Curiosamente, Prokop foi um dos pesquisadores que destacou a relação entre desenvolvimento técnico-formal e tecnológico com a indústria cinematográfica e basta ver sua afirmação sobre a relação entre inovações técnicas e domínio desta para ver a sua contradição.

Assim, Prokop se rende à mistificação segundo a qual Griffith seria o “criador da linguagem cinematográfica”, sendo, que, no máximo, poderia ser considerado o criador de um “cinema particular”, o cinema narrativo clássico, “instituição dominante na produção industrial deste século” (XAVIER, 1984, p. 17). A obra de Griffith é conservadora e os “meios estéticos” que utilizou apenas torna o efeito desta mensagem mais poderoso.

Em síntese, a sociologia do filme de Prokop é uma contribuição para o desenvolvimento de análise do filme, tanto seu processo de produção quanto de seu consumo. No caso da interpretação Prokop deixa muito a desejar. Suas teses sugestivas sobre indústria cinematográfica são as mais importantes e que contribuem para a superação da visão descritiva e apologista da

produção fílmica. Neste sentido, Prokop, com as devidas reservas críticas, é um ponto de partida para análise do cinema.

REFERÊNCIAS

- FILHO, Ciro M. *Análise do Produto Cultural*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- KRACAUER, S. *De Caligari a Hitler – Uma História Psicológica do Cinema Alemão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- KRACAUER, S. *Teoria del Cine. La Redencion de la Realidade Fisica*. Buenos Aires, Paidós, 1989.
- PROKOP, D. *A Esfera Pública*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986e.
- PROKOP, D. *Consciência de Massa e Positivismo Prático: Sobre Augusto Comte*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986d.
- PROKOP, D. *Ensaio sobre a Cultura de Massa e Espontaneidade*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986f.
- PROKOP, D. *Estrutura Monopolista Internacional da Produção Cinematográfica*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986a.
- PROKOP, D. *Fascinação e Tédio na Comunicação. Produtos de Monopólio e Consciência*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986g.
- PROKOP, D. *O Papel da Sociologia do Filme no Monopólio Internacional*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986b.
- PROKOP, D. *O Trabalho com Estereótipos: os Filmes de D. W. Griffith*. In: FILHO, Ciro M. (org.). *Prokop*. São Paulo, Ática, 1986c.
- SANTOS, Jean Isídio. *O Cinema e a Indústria Cultural*. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2007.
- SOUZA, Erisvaldo. *A Renovação da Teoria da Indústria Cultural em Prokop*. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2007.
- VIANA, Nildo. *A Concepção Materialista da História do Cinema*. Porto Alegre, Asterisco, 2009a.
- VIANA, Nildo. *Como Assistir um Filme?* Rio de Janeiro, Corifeu, 2009b.
- VIANA, Nildo. *Cinema e Mensagem. Significado Atribuído e Significado Original do Filme*. No prelo.2010.
- VIANA, Nildo. *Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação*. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2007.
- XAVIER, Ismail. *Griffith – O Nascimento de um Cinema*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA HUMANA

Edmilson Marques¹

Resumo:

Tem-se ouvido constantemente que Marx está superado, que sua teoria não explica mais a realidade atual, e que nem mesmo seu método não contribui para explicar parte da história da humanidade. A validade de sua teoria é reduzida por muitos ao século XIX, período em que Marx desenvolve e sistematiza seu método de análise e suas percepções sobre a sociedade em que viveu. Estas críticas a Marx, no entanto, trás como consequência a negação e marginalização de sua teoria tornando-a alvo de críticas que não contribuem para a compreensão de seu pensamento, por constranger muitas pessoas a não lerem, nem conhecerem os seus escritos. A partir destas questões propomos neste texto realizar uma discussão da teoria e do método de análise de Marx, na tentativa de perceber se de fato contribuem ou não para a compreensão da sociedade atual bem como da história da humanidade.

Palavras-Chave:

Marx, Teoria, Método, História.

Abstract:

Have heard repeatedly that Marx is outdated, that his theory does not explain mostcurrent reality, and that even his method does not contribute to explain part of the history of mankind. The validity of this theory is reduced by many to the nineteenth century, a period in which Marx develops and establishes its method of analyses and their perceptions about the society they lived. These criticisms of Marx, however, behind the effect of marginalization and denial of his theory making it the target of critics who do not contribute to the understanding of his thought, embarrassed by many people not to read or understanding their writings. From these issues we propose in this paper make a discussion of theory and method of Marx's analysis in an attempt tounderstand whether or not in fact contribute to the understanding of contemporary society as well as the history of mankind.

Keywords:

Marx, Theory, Method, History.

O objetivo deste texto é discutir as contribuições fundamentais de Marx para a compreensão da história humana, fundamentalmente a validade da teoria e do método por ele desenvolvido para a análise e interpretação da sociedade atual. Seguindo ainda nesta proposta,

¹ Professor dos programas de história e economia da Universidade Estadual de Goiás.

analisaremos a seguinte questão: dentro do campo da *história acadêmica*² o método desenvolvido por Marx pode ser utilizado para a interpretação do passado e do presente? Estas questões serão analisadas pelo fato de que atualmente fala-se muito, principalmente no campo da história acadêmica, que Marx está ultrapassado. Assim, colocaremos também em análises esta concepção.

Uma das principais contribuições de Marx foi oferecer à classe operária uma explicação teórica das suas lutas evidenciando com detalhes e com um rigor metodológico as questões que lhes envolve no cotidiano, além dos motivos que levam à sua radicalização, e, além disso, que todas as lutas travadas pelo proletariado objetivam determinados fins, que para Marx esses fins está na abolição da propriedade privada, no fim da sociedade burguesa, e em seu lugar, objetiva “uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (MARX, 1998, p. 45). Nesse sentido, Korsch (2008, p. 32) afirma que a teoria de Marx “constitui a expressão geral do movimento revolucionário autônomo do proletariado” sendo considerada por este mesmo autor como a *teoria da revolução social*.

O rigor analítico de Marx e sua honestidade na análise da realidade, o levou a expressar em determinado momento de suas pesquisas que necessitava de um método mais apropriado para expressar de forma concreta a sua concepção das questões materiais. No prefácio do seu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política* declara que no início da década de 1840 ao ser convidado pelo editorial do jornal em que trabalhava (Gazeta Renana) para discutir o roubo de lenha que estava ocorrendo em uma região nos arredores da França (Mosela) se sentiu incapaz de tal atividade. Foi aí que se propôs a desenvolver um método de análise que lhe garantisse a possibilidade de tratar de questões materiais.

Inicia seus estudos com a análise da Filosofia do Direito de Hegel. Com o desenvolvimento de seus estudos foi se distanciando do método de análise de Hegel, com o qual tinham certa proximidade, tendo como consequência o seu rompimento com as idéias hegelianas levando-o a perceber que o método de Hegel não contribuía para expressar a realidade na sua expressão concreta. A essência humana, o homem, equivale para Hegel à autoconsciência (MARX,

² Utilizamos o termo *história acadêmica* pelo seguinte motivo: há um debate que permeia o campo da história acadêmica que gira em torno de se comprovar se a história é uma ciência ou não. Alguns defendem que sim, outros que não. Do nosso ponto de vista, a história existente na academia, enquanto disciplina, sim, é uma ciência, e segue os preceitos do positivismo, mesmo que haja debates que refutem esta ideia, e isso pode ser comprovado na defesa que alguns historiadores fazem da necessidade da interdisciplinaridade na história. É uma ciência pelo fato de que dentro da academia age como tal, com um grupo de intelectuais que fazem dela um meio científico de interpretação, separando passando do presente e este das possibilidades futuras, os quais vêm se preocupando em criar métodos e conceitos específicos da história, além, e fundamentalmente, pelo recorte específico de análise que se determina a fazer no campo da pesquisa em história. O outro motivo fundamental que nos levou a utilizar este termo foi para não confundir com a história já aludida por Marx, quando ele no Manifesto Comunista coloca que a história que conhecemos até o presente momento é a história da luta de classes. Embora a história acadêmica seja uma expressão da luta de classes, a história acadêmica oculta a existência de classes, e evidencia o seu caráter científico.

1987, p. 204). Para ele a consciência é que determinava a realidade, e Marx chega à conclusão que esta ideia estava invertida, ou seja, é a realidade que determina a consciência. Enfim, “as circunstâncias fazem os homens, da mesma forma que os homens fazem as circunstâncias” (IANNI, 1987, p. 147).

Marx desenvolve então os fundamentos para sua interpretação materialista da história. Sistematiza o seu método de análise que segundo ele serviu de fio condutor para seus estudos o qual foi resumido por ele da seguinte forma:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política... A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. Estas relações transformam-se de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Ao considerarmos estas transformações, é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, susceptível de ser constatada de modo cientificamente rigoroso, e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele pensa de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe senão tarefas que pode levar a cabo, já que, se virmos bem as coisas, chegaremos sempre à conclusão de que a própria tarefa só surge se as condições materiais da sua resolução já existem ou estão, pelo menos, em vias de se formarem. Em traços largos, os modos de produção asiático, clássico, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica, não no sentido de antagonismo individual, mas no de um antagonismo nascido das condições de existência social dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais que resolverão este antagonismo. Com esta formação social, termina, portanto, a pré-história da sociedade humana" (MARX, 1977, p. 24-25).

A partir destes princípios teórico-metodológicos Marx mergulha em um dos seus principais objetos de pesquisa, o capitalismo. Partindo das determinações aparentes do capitalismo, Marx observa com precisão e detalhes o funcionamento de sua essência, onde concentra suas atenções e sistematiza seu estudo com rigor em *O Capital*.

A partir de suas pesquisas e tomando seu método de análise como referência percebe-se duas faces do capitalismo: uma que é a aparente e outra que é a oculta. Contudo, são duas faces que se entrelaçam e uma é consequência da outra e vice-versa. Na sua essência está o modo de produção capitalista, que segundo Marx é uma relação de exploração, sua essência e determinação fundamental. E o fundamental desta relação é a produção e apropriação de mais-valor, nas palavras de Marx “a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista” (MARX, 1988, p. 226).

O proletariado responde à exploração sofrida e busca modificar, senão, destruir esta relação. Nesse sentido que a teoria se transforma numa arma poderosa quando é apropriada pelo proletariado através da qual toma clareza da sua luta no sentido de desenvolver sua consciência e a qual objetivo deverá alcançar e almejar em sua luta. Marx (2005, p. 152) coloca que “as revoluções precisam de um elemento *passivo*, de uma base *material*. A teoria só se realiza num povo na medida em que é a realização das suas necessidades”.

A luta do proletariado contra a exploração, portanto, será marcada por avanços e retrocessos, sendo este o motivo fundamental que leva à aceitação ou negação e marginalização da obra de Marx. Em períodos em que a luta proletária avança sua teoria recebe uma maior atenção e é trazida à tona havendo assim uma aceitação ampla de seus escritos, uma vez que os valores e interesses do proletariado alcança um patamar de igualdade com os valores dominantes. Como já colocava Marx (2001b, p. 183)

Os homens que produzem as relações sociais conforme a sua atividade material, produzem também as idéias, as categorias, que dizer as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Assim, as categoriais são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios (MARX, 2001b, p. 183)

Ao contrário, em períodos de refluxo da luta operária, seus valores e interesses passam a se tornar marginais e os valores e interesses dominantes hegemônicos. Nesse sentido, a teoria e o método de Marx segue o caminho trilhado pela classe operária sendo ora negado e marginalizado ora aceito e divulgado mais amplamente. Permeado por esta questão do retrocesso e avanço da luta

do proletariado, podemos citar questões específicas que em período de retrocesso da luta operária provocam a marginalização e negação da teoria de Marx³.

Suas idéias são sistematizadas, no entanto, ao longo do século XIX, período em que a luta proletária se radicalizava e as expressões jurídicas do capitalismo se comportavam aparentemente de uma determinada forma, assumia um aspecto diferente do que veio tomar posteriormente. Contudo, de meados do século XIX até o presente momento, muitas coisas mudaram na aparência do capitalismo, como por exemplo, a clareza na formação e objetivos dos partidos políticos e sindicatos, as relações de trabalho, a burocracia do estado, artes, cultura, enfim, todas as mudanças ocorridas na aparência do capitalismo acabaram despertando a atenção de alguns estudiosos levando-os a afirmar que vivemos noutra sociedade, outros, que vivemos no pós-capitalismo. Estas mudanças na aparência do capitalismo foi um dos motivos que contribuiu para levarem alguns ideólogos a refutarem a teoria de Marx.

O capitalismo atual, na sua aparência, de fato não pode ser comparado à aparência do capitalismo na época de Marx. Contudo, levando em consideração a aparência, as expressões jurídicas como Marx já colocava, desprezam o que é de essencial na sua teoria, que é a questão essencial existente para além da aparência. Marx, quando estudou o capitalismo, partiu do concreto dado para chegar à sua essência, e sempre tomando o cuidado de fazer o processo inverso, da essência para o concreto dado. De acordo com seu método “as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas”.

Outra questão que vem provocando a negação da teoria e do método de Marx é o desenvolvimento da divisão intelectual do trabalho, conseqüente da divisão social do trabalho. A divisão intelectual do trabalho tem como conseqüência a especialização, a criação de diversos ramos do saber transformado em ciência. Cada ciência vai se autonomizando uma da outra e cada uma criando seus procedimentos teórico-metodológicos específico de análise, o que tem como conseqüência a negação dos procedimentos-metodológicos de outras ciências, logo, de outras manifestações do conhecimento. Viana (2007a, p. 128) expressa que

Cada cientista busca colocar a sua ciência como o centro hierárquico do saber, criando, assim, uma rivalidade entre as diversas ciências [...] a ciência em geral é dividida em ciências humanas e ciências naturais e estas, por sua vez, estão subdivididas em diversa outras ciências. Qual é a justificativa desta divisão? A justificativa desta divisão só pode ser encontrada na ideologia do conhecimento produzida pela ciência. Esta separa o sujeito e objeto e este é o fundamento de todas as outras separações que a ciência irá produzir.

³ Aqui não abordaremos as deformações que sofreu a teoria de Marx, que ocorreu principalmente com a instituição do capitalismo de estado da Rússia, conseqüência do uso que Lênin fez de seus escritos, além das deformações sofridas dentro do campo acadêmico. Aqui abordaremos mais a questão da negação da teoria e do método de Marx. Para uma leitura de sua deformação ver Viana (2007; 2008)

A teoria e o método de Marx prezava pela totalidade do conhecimento e não pela sua especialidade. Logo, sua teoria da totalidade é dominada pela especialização, pelo conhecimento científico.

Com as diversas ciências dominando o campo do conhecimento no capitalismo, o aparente se torna o fundamental, e a essência, negada. Assim, tem-se uma ampla produção sistemática em que a essência é separada do aparente no campo do conhecimento. O aparente se torna autônomo como se portasse de regras e vida própria. Com isso a essência das expressões jurídicas é ocultada e não aparece nas diversas produções científicas, realizando assim a inversão da realidade. Quando invertida, ou seja, tomada como fim em si mesma, cria idéias falsas desta realidade, embora possa expressar momentos de verdade, e quando sistematizadas tornam o que Marx (1977) chamou de ideologia, isto é, falsas idéias sistematizadas.

Outra questão que vem provocando a negação e marginalização da teoria de Marx trata-se dos valores dominantes na sociedade. A teoria de Marx é expressão teórica da classe proletária. Portanto, aquele que vier a utilizar sua teoria e seu método, só poderá compreendê-lo e ser coerente na sua utilização, partindo do ponto de vista do proletariado. Como afirma Viana (2007b, p. 72),

A perspectiva de um autor é o fio condutor de sua análise, dos problemas que ele coloca e das respostas que procura fornecer. Ao perder de vista essa perspectiva, perde-se a oportunidade de apresentar uma interpretação correta da obra. A perspectiva de Marx é uma perspectiva revolucionária...

Marx (2003, p. 65), no entanto, já havia observado que “as idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante”. No capitalismo a classe dominante é a burguesia, logo, são suas idéias que se tornam dominantes. Os intelectuais são os principais indivíduos que contribuem para a produção e divulgação das idéias burguesas. Isso fica claro na maioria das produções intelectuais existentes. Muitos se julgam neutros e defendem a objetividade, consequência da especialização do conhecimento em bases positivistas. Assim, negam a questão essencial pelo fato de que os valores burgueses buscam ocultar a relação de exploração, a luta de classes, como forma de reprodução da sociedade existente e não percebem que as idéias são produtos de indivíduos históricos.

Marx tinha um compromisso com as classes exploradas. Devido a isso, analisava tudo e qualquer questão presente na vida humana, a partir do ponto de vista destas classes. E fazia isso, porque, segundo ele, só deste ponto de vista está a possibilidade de uma compreensão total da sociedade nas suas mais específicas entranhas. Enquanto o ponto de vista burguês oculta a luta de classes em torno do mais-valor, as relações de exploração e tudo que deriva daí, o ponto de vista do proletariado, pelo contrário, busca tornar isso claro e superar os limites intransponíveis do aparente

estabelecido pela consciência burguesa. Por isso que a classe operária, segundo Marx (1986, p. 77), “não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade, que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio”.

O proletariado, classe explorada do capitalismo, por sua vez, busca tornar consciente esta exploração, uma vez que isso pode ser o meio fundamental para a superação e supressão desta mesma exploração. Contudo, diante do conjunto de intelectuais que contribuem para a reprodução do capitalismo, surgem aqueles intelectuais que buscam expressar o ponto de vista do proletariado, conseqüentemente, fazer uso e divulgar a teoria e o método de Marx. Assim, a luta de classes também se estende para o campo da intelectualidade, onde de um lado a grande maioria vai expressar o ponto de vista burguês e uma minoria o ponto de vista do proletariado.

Portanto, o que reina no campo da produção intelectual, devido à hegemonia dos representantes da burguesia, é a negação da teoria e do método de Marx. Mas, esta marginalização e negação de seu método e de sua teoria têm realmente a sua confirmação na relação que mantém na sua aplicação na análise da realidade? Para compreender isso é preciso partir do princípio pelo qual Marx desenvolve sua teoria e seu método e relacioná-lo com a realidade atual. Começemos pela realidade atual.

Vivemos atualmente na sociedade capitalista. Essa questão seria o suficiente para justificar a sua validade, pelo fato de que Marx foi quem mais aprofundou na análise do capitalismo, e uma vez o capitalismo existindo, significa que sua teoria ainda continua válida. A não validade de sua teoria continuará até que o capitalismo for extinto e dar lugar a outra forma de sociedade, onde os indivíduos passarem a estabelecer relações de produção não capitalista.

Na sua essência, o capitalismo continua o mesmo da época de Marx, ou seja, ainda continua sendo um modo de produção estabelecido sob a luta de classes em torno do mais-valor. De um lado a classe trabalhadora continua produzindo mais-valor e ao mesmo tempo lutando constantemente contra a burguesia na busca pela supressão da relação de exploração à qual está submetido a viver, e de outro um conjunto de indivíduos continuam se apropriando do trabalho da classe trabalhadora. Ou seja, a relação de exploração ainda é evidente e permeia toda a sociedade capitalista.

A sua teoria toma força ainda mais quando se verifica o crescimento de um descontentamento das classes exploradas e a explosão nos quatro cantos do mundo de movimentos revolucionários que espontaneamente se organizam para lutarem contra o capital. É quando conscientemente vislumbram e demonstram na prática de suas lutas, a possibilidade do estabelecimento de uma nova sociedade no lugar da atual.

O princípio sobre o qual Marx empreende seus estudos está intimamente relacionado com o movimento histórico da luta das classes exploradas na busca pela libertação humana, pela instituição real da liberdade, Korsch (2008) denomina este princípio como *práxis revolucionária*. Como colocou Fromm (1979, p. 133), “a libertação do homem da pressão das condições econômicas que impediam seu desenvolvimento pleno era o objetivo de todos os pensamentos e esforços de Marx”.

Marx colocava que isso só se tornará possível quando todas as classes sociais forem extintas não existindo dominantes e dominados, exploradores e explorados. E do seu ponto de vista a única classe capaz de realizar a libertação humana é a classe operária. Segundo ele “a classe trabalhadora, ao longo do seu desenvolvimento, substituirá a velha sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo” (MARX, 2001a, p. 113). Por isso, seus estudos tinham como referência a história da luta do proletariado a partir do qual ergueu desenvolveu seu processo teórico-metodológico de análise, transformando-se assim, na expressão teórica do proletariado.

Portanto, a negação e marginalização da teoria e do método de Marx é conseqüente do trabalho intelectual dos representantes da burguesia que buscam divulgar a idéia de que está ultrapassado e não serve mais para explicar a realidade atual. Este trabalho dos intelectuais acaba tendo certo êxito quando esta idéia se apodera daqueles que estão iniciando no campo da intelectualidade. Ao ouvirem de seus mestres e doutores que Marx está ultrapassado, muitos acabam não lendo com profundidade ou até mesmo o desprezando em suas leituras. Por outro, por compactuarem com os valores e interesses dos intelectuais, passam a almejar determinado cargo ou espaço na academia, o que lhe renderá o privilégio de viver com o status que a sociedade burguesa dirige àqueles que estão neste posto. Neste sentido a representação descritiva e aparente da sociedade é privilegiada e se torna hegemônica.

Todas estas questões colocadas anteriormente, relacionadas à negação e marginalização da teoria e do método de Marx, podem ser observados no campo da história acadêmica. A história da luta de classes aludida por Marx deu lugar à história factual, localizada e recortada nas suas diversas variantes. E quer queira, quer não, a história acadêmica atua como qualquer outra ciência, que busca o conhecimento específico de determinado período do passado da história humana, considerando apenas o aparente, e neste caso, a totalidade é desprezada, ocultada e reduzida à fragmentação. Marx (1979, p. 33) já havia criticado esta forma analítica quando se dirigiu aos economistas vulgares, os quais, segundo ele

Crê ter feito uma grande descoberta quando, na revelação da conexão interna, afirma orgulhosamente que as coisas são todas diferentes na aparência. Na realidade gaba-se de que, para ele, o fim último é a aparência, e aí se mantém.

Nesse sentido, o método de Marx é substituído por uma série de outros métodos, a exemplo do que ocorre no campo da história acadêmica, onde a narrativa, a escrita, as fontes, a história das idéias levam o mérito e ao invés de um processo de apreensão do real no pensamento e do retorno deste para a sua compreensão na realidade, evidencia o processo de descrição do real. Ou seja, a superficialidade da realidade torna-se o foco na história acadêmica.

Neste viés intelectual a interpretação pela interpretação ganha espaço e se torna o fundamento. Marx já havia feito a crítica a este tipo de reducionismo interpretativo, quando se dirigindo a Feuerbach expressou que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 539).

Nesse sentido, portanto, é que uma história do Brasil e uma história de Goiás que ultrapasse a sua aparência, ainda está por ser feita. A negação do marxismo provocou a hegemonia da ideologia, logo, a hegemonia da aparência sobre a essência. Assim, o que se tem em termo de história mundial, história específica dos países e história regionais, é a aparência separada da sua essência. A essência é o fundamento do aparente, contudo, não aparece nas diversas interpretações da história. Aí está um trabalho por fazer, e uma lacuna na história da humanidade.

Outros afirmam que Marx é um economicista e por isso não contribui para que o historiador compreenda o passado. Esta concepção expressa, no entanto, desconhecimento ou equívoco de interpretação da profundidade e amplitude de seu pensamento, e ao mesmo tempo, inversão de seus escritos. Crítica semelhante a esta foi realizada por Marx aos economistas do século XVII⁴. Marx não separava economia da política, da cultura etc. E ao sistematizar o método da economia política oferece uma ferramenta fundamental para se analisar qualquer sociedade. Do seu ponto de vista pode-se analisar qualquer sociedade passada compreendendo a sua forma mais desenvolvida, que se encontra na sociedade burguesa. Para Marx a Economia Burguesa fornece a chave da Economia da antiguidade etc.

A sociedade burguesa é a organização história mais desenvolvida, mas diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc (MARX, 1982, p. 17).

⁴ Veja esta crítica em seu texto “O Método da Economia Política”.

Pra ele essência e aparência estão interligados e para compreender um, é necessário e indispensável relacioná-lo com o outro. E nesse sentido, é impossível compreender as populações, seus valores, cultura etc, se não relacionar com a luta de classes e a propriedade privada, questão essencial em determinada população, cultura etc. Na base da sociedade está a luta de classes que ocorre em torno da propriedade privada dos meios de produção pela classe dominante. A partir desta relação de luta que se origina as demais características da sociedade. A propriedade privada material, segundo Marx, “imediatamente sensível, é a expressão material e sensível da vida humana alienada” (1987, p. 174).

Contudo, os valores burgueses e a idolatria acadêmica impedem a percepção da luta de classes e da propriedade privada colocadas como determinação fundamental por Marx. Por isso grande parte dos estudiosos do período escravista não consegue perceber a luta de classes aí existente e todas as conseqüências provenientes desta luta. É o mesmo que ocorre com o período feudal, e em grande parte no capitalismo.

Desde o princípio da história humana os seres humanos só conseguem sobreviver atendendo às suas necessidades básicas. E para isso, buscavam alguma forma de produzi-la e ao produzi-la reproduz a sua própria condição de existência, e esta é a questão fundamental em Marx. Nesse sentido, Marx ofereceu todas as explicações e um conjunto de conceitos embasados num arcabouço teórico coerente que possibilita esta análise de forma ampla atingindo a totalidade que envolve o ser humano na sociedade. Nesse sentido, o método de análise utilizado e oferecido por Marx não só é atual e fundamental para a compreensão da sociedade moderna, como é uma ferramenta indispensável para se compreender a história da humanidade.

A questão é que o seu método é uma ferramenta de luta das classes exploradas e só do seu ponto de vista é que este pode ser coerente com o objetivo para o qual foi desenvolvido. Como colocou Nildo Viana (2007, p. 75),

A perspectiva do proletariado, então, é a perspectiva de uma classe social determinada e que expressa como ela vê a sociedade a partir de sua relação com ela. Essa perspectiva, segundo Marx, marcaria a unidade entre o que é visto e a forma como se vê. A perspectiva de Marx busca ser essa perspectiva de classe e é nesse sentido que se pode compreender sua obra.

Assim, a compreensão do período escravista a partir do materialismo histórico-dialético é possível se o pesquisador partir do ponto de vista dos escravos e analisar as suas lutas cotidianas, as estratégias da classe dominante para a manutenção de seus privilégios através da manutenção da ordem estabelecida, bem como as experiências de luta dos explorados em direção à sua libertação. Desde o aparecimento da sociedade de classe, o que vemos são as classes exploradas lutando

cotidianamente contra os opressores pela sua libertação. Por isso Marx (2003, p. 45) expressou que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”.

O materialismo histórico-dialético, além de ser uma ferramenta fundamental para a compreensão do passado e do presente, enquanto expressão da luta do proletariado, objetivando a negação da luta de classes, pode ser considerado também uma ferramenta de luta para a afirmação de uma sociedade futura. Por ser uma expressão da luta das classes exploradas, o materialismo histórico-dialético torna-se indispensável para a reflexão dos princípios básicos e gerais de uma sociedade sem classes, para além do capitalismo. E isso se tornou possível devido o desenvolvimento e desfecho das experiências históricas da luta do proletariado em determinados períodos da história.

A primeira experiência desta luta empreendida pelo proletariado revolucionário que apontou para uma nova sociedade aconteceu em Paris/França em 1871. Foi naquele período que o proletariado fez soar pela primeira vez a sirene do funeral capitalista. Por um curto período de tempo se tornou num marco para a história da luta operária. Nesta a classe trabalhadora demonstrou a sua capacidade para a reconstrução da sociedade em novas bases, onde toda a história passada da luta de classes começava a tomar novos rumos e ser esquecida como um passado tenebroso, fundado na exploração de uma minoria integrante da classe dominante, sobre a maioria integrante das classes exploradas, dando lugar à sociedade gerida pelos próprios trabalhadores. Como expressou Marx (1979, p. 23) em carta dirigida a Kugelmann

Graças ao combate oferecido por Paris, a luta da classe operária contra a classe capitalista e o Estado capitalista entrou em nova fase. Qualquer que seja o resultado, conquistamos um novo ponto de partida de uma importância histórica universal.

Após a Comuna de Paris diversas outras experiências foram surgindo em todo o mundo, marcando de vez a história da sociedade burguesa, deixando cicatrizes cada vez mais profundas e alargadas, a ponto de torná-las impossíveis de cicatrização. Enquanto a burguesia conseguia oprimir e controlar determinados períodos revolucionários, outros iam surgindo, e cada vez mais demonstrando ao capitalismo que seu fim é só uma questão de tempo.

Portanto, concluímos colocando que a principal contribuição de Marx para a compreensão da história humana está na teoria e no método que desenvolveu e que deixou para uso posterior daqueles que almejam a libertação humana de toda e qualquer espécie de opressão, controle e exploração. O materialismo histórico-dialético e a teoria desenvolvida por Marx mantém sua validade insuperada até o presente momento. Sua superação e validade coincide com a superação e validade da história que lhe deu origem, a superação e fim da história das sociedades de

classes. O fim do capitalismo e a instituição de uma sociedade estabelecida aos moldes dos interesses das classes exploradas, uma sociedade que seja gerida por elas mesmas, é uma possibilidade que demarca, portanto, o fim da validade da teoria e do método de Marx, que se enterrará com toda a história da exploração estabelecida na história passada da vida humana permeada pela luta de classes, ou talvez, receba um lugar especial em alguma estante de algum museu, de forma que a humanidade da posteridade possa conhecer que no passado tenebroso houve uma teoria que contribuiu amplamente para se chegar naquela sociedade onde a liberdade se tornou algo natural pela sua efetiva existência.

REFERÊNCIAS

- FROMM, Erich. *Meu Encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- IANNI, Octavio (org.). *Karl Marx*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- _____. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *As Armas da Crítica e a Crítica das Armas*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos: e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Miséria da Filosofia: resposta á filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro, 2001b.
- _____. *O Capital, vol. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política; Salário Preço e Lucro; O rendimento e Suas Fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.
- VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007b.
- _____. *O que é o fim do Marxismo*. Rio de Janeiro: Elo, 2008.

EM CONTRAPONTO À ESTÉTICA HEGEMÔNICA DO PÓS-MODERNO: A DELICADEZA

Mara Conceição Vieira de Oliveira¹

Resumo:

A *Caixa Preta*, de Amós Oz, encena criticamente a situação da guerra, do dinheiro, da religião, da tradição oriental, dentre outras. A literatura não apenas tematiza e reflete as questões sociais, mas narra mais que o imaginário cultural de cada povo, ela revela os impasses e a experiência individual e subjetiva de cada sujeito. A delicadeza, talvez seja ou sirva de contraponto ao estado de coisas instaurado na pós-modernidade. O resgate desse gesto pode ser verificado em cenas de *A Caixa Preta*. O suporte teórico para esta análise focalizará alguns textos de Frederic Jameson e Roland Barthes, principalmente.

Palavras-Chave:

Pós-modernidade. Literatura. Delicadeza.

Abstract:

The *Caixa Preta*, de Amós Oz encena criticamente a situação da guerra, do dinheiro, da religião, da tradição oriental, dentre outras. A literatura não apenas tematiza e reflete as questões sociais, mas narra mais que o imaginário cultural de cada povo, ela revela os impasses e a experiência individual e subjetiva de cada sujeito. A delicadeza, talvez seja ou sirva de contraponto ao estado de coisas instaurado na pós-modernidade. O resgate desse gesto pode ser verificado em cenas de *A Caixa Preta*. O suporte teórico para esta análise focalizará alguns textos de Frederic Jameson e Roland Barthes, principalmente.

Key-Words:

Postmodernity. Literature. Delicacy.

INTRODUÇÃO

Fazendo do mundo a sala de espera do mundo, o homem muitas vezes deixa de realizar a idéia de que “o eterno se faz agora”, permitindo-se viver espremido pelos maniqueísmos, endurecido pela solidão, saturado de intolerância, recalcado em seus insulados devaneios, porém, surpreendentemente, ávido por delicadeza.

A obra *A Caixa Preta*², de Amós Oz conduz-nos à reflexão de que a intensidade com que se vive determinados acontecimentos poderá torná-los instantes jamais esquecidos. A força de

¹ Mara Conceição é graduada, mestra e doutora em Letras. Leciona na Estácio de Sá de Juiz de Fora. É autora da obra: *Nomeação e pensatividade poética em Manoel de Barros, Murilo Mendes e Francis Ponge*, publicada pela Paco Editora, 2011. maravioli@yahoo.com.br

² Veja resumo informativo da obra no final deste artigo.

suas reminiscências transcende o silêncio e ressoa como uma caixa preta, reacendendo o passado, agora transfigurado e recoberto pelo desejo de se refazer presente, talvez para que assim seja possível, em outro cenário, num novo tempo, a prática do perdão, da remissão da culpa e a promessa de atitudes mais sensatas.

Colocando-me num tempo e espaço determinado, pela nova era do capitalismo – pós anos 70 – que marcariam o início da chamada sociedade pós-moderna, e tendo experimentado na leitura do romance *A Caixa Preta*, do israelense Amós Oz, alguns contrapontos como vingança e solidariedade, ambição e generosidade, dinheiro e afeto, chantagem e delicadeza é que proponho pensar a questão: “Há lugares para as Literaturas nacionais na pós-modernidade?”.

O suporte teórico para a análise da supracitada obra focalizará alguns textos de Frederic Jameson e Roland Barthes, uma vez que neles pude encontrar pontos de convergência para as inquietações despertadas por algumas categorias temáticas presentes no romance *A Caixa Preta*, bem como para minhas elocubrações teóricas acerca do exame do sujeito, buscando mostrar que seus descontentamentos não são específicos de um tempo determinado: “...nos querem todos iguais, pois assim é bem mais fácil nos controlar” (RENATO RUSSO).

A TEXTUALIDADE LITERÁRIA NA PÓS-MODERNIDADE

Com o início de uma nova era do capitalismo é possível dizer que os anos 70 marcariam o início da sociedade pós-moderna. Mas o que seria o pós-moderno? Nos anos 80 vivemos a chamada 3ª revolução industrial (ou revolução científico-tecnológica), quando surgiu uma nova concepção político-econômica, que teve seu ápice na década de 90: o neoliberalismo, impulsionado pelo ex-presidente americano Ronald Reagan e pela ex-primeira ministra inglesa Margareth Thatcher. Com a liberalização total do mercado e a queda do comunismo no final dos anos 80, a lógica regente é a do mercado ou tal como considera Jameson “a cultura do dinheiro”³; segundo ele, o pós-moderno corresponde à *lógica cultural do capitalismo tardio*⁴, ou multinacional.

Embora se saiba que as mudanças pós anos 70, especialmente as relativas ao modelo político-econômico, tivessem reflexos em diferentes áreas e assuntos, elas certamente afetaram (e continuam afetando) o bem estar social, ponto de partida para o objetivo deste estudo: *uma análise das alterações do sujeito e da textualidade literária*.

³ JAMESON, Frederic. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Vozes, 2001.

⁴ JAMESON, Frederic. *A pós-modernidade: a lógica do capitalismo tardio*. Atica, 2002.

Segundo alguns escritores, como por exemplo Baudelaire ou mesmo Flaubert, a arte é autônoma, “não apresentando um retrato análogo do social nem do nacional, apesar de vinculada à historicidade”, ou seja, a arte não corresponde necessariamente à historicidade. Desde o romantismo, os artistas já se expressavam de maneira diferenciada, uma vez que a *mimesis* não mais era o modelo e a ela se opunha uma produção que refletia o mal estar existencial, ou seja, algumas tensões entre o eu e a sociedade, a utopia e a realidade, a vida e a morte. Em decorrência dessas tensões delineia-se um quadro de indefinições por vezes reconhecido como moderno, modernidade, modernismo e pós-modernismo. Para Lucia Helena⁵, “tais termos devem ser pensados como categorias filosóficas, formas estéticas e éticas, ou mesmo como modos de ser da arte e dos homens, no tempo e no espaço.” Dessa forma, este modo de ser (da textualidade ou do sujeito) pode não representar o retrato análogo do social-histórico, mas refleti-lo, uma vez que a ele está vinculado.

Além de imprecisos, os termos moderno, modernidade, modernismo e pós-modernismo recebem definições distintas entre os diversos autores que buscam conceituá-los. Muitos apontam a subjetividade, a indefinição, a incerteza, a fragmentação como propriedades exclusivas do pós-modernismo, porém o que se observa, independente da época, é que elas são inerentes ao homem, podendo, portanto, terem sido mais exacerbadas ou mais exibidas neste tempo denominado pós-moderno, em função, até mesmo, de interesses ideológicos⁶.

Perry Anderson, em *As origens da pós-modernidade*, considera que

o moderno – estético ou histórico – é sempre em princípio o que se deve chamar um presente absoluto, ele cria uma dificuldade peculiar para a definição de qualquer período posterior, que o converteria num passado relativo. Nesse sentido, o recurso a um simples prefixo denotando o que vem depois é virtualmente inerente ao próprio conceito, cuja recorrência se poderia esperar de antemão sempre que se fizesse sentir a necessidade ocasional de um marcador de diferença temporal. O uso nesse sentido do termo “pós-moderno” sempre foi de importância circunstancial. Mas o desenvolvimento teórico é outra coisa. A noção de pós-moderno só ganhou difusão mais ampla a partir dos anos 70” (PERRY. 1999. p. 20)

ou, ainda: para ele, o pós-modernismo tem uma “cumplicidade com a lógica do mercado e do espetáculo inequívocas” (PERRY. 1999. p.77).

Uma vez compreendido que há esta cumplicidade, podemos distinguir de imediato, neste estudo, dois tipos de textualidade: uma que se transformará em mercadoria, tematizando assuntos condizentes com a lógica do sistema; e outra que, engajada aos setores especializados da teoria e da crítica literária, não apenas resistirá à lógica do mercado, mas a ela se oporá. Com isso, é possível observar que o contexto histórico-social altera a textualidade. No primeiro caso, a produção literária

⁵ HELENA, Lucia. *Modernidade/ Contra-modernidade*.

⁶ CHAUI, Marilena. Ideologia: “é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.”

tem como primazia transformar-se em um bem de consumo e, no segundo, mesmo que, em alguns momentos, a obra de arte tematize as questões análogas ao social não o faria incorporando-as ou deixando-se ser incorporada por elas, mas procuraria refleti-las.

Em *A Caixa Preta* configura-se essa construção, na qual a disposição dos assuntos e dos papéis assumidos pelas personagens encena criticamente a situação da guerra, do dinheiro, da religião, da tradição oriental, dentre outras. Sem ser reducionista, é possível apontar uma relação direta de cada personagem com cada uma dessas situações: em Alex, o dinheiro; em Michael Sommo, o fanatismo religioso; em Ilana, o conflito entre os mundos oriental e ocidental; em Boaz, entretanto, a individuação. Nesse sentido, a literatura não apenas tematiza e reflete as questões sociais, mas narra mais que o imaginário cultural de cada povo, ela revela os impasses e a experiência individual e subjetiva de cada sujeito.

Ontem recebi uma carta do seu marido. Pelo visto, ele passou por algum tipo de revelação divina, uma voz celestial ordenou-lhe que reconstruísse as muralhas de Jericó, e isso justamente com meu dinheiro. E como parte de seu plano para construir a Jerusalém celestial, ele ordena que eu me arrependa e comece pedindo desculpas e dando explicações a você. A seguir, pelo visto, chegará a vez das mortificações e dos jejuns. (OZ. 1993. p.62)

Nesse trecho, ilustrativamente, Amós Oz veicula a crítica ao fanatismo de Michael, que não tem uma preocupação puramente religiosa, mas sobretudo econômica e pessoal. Em Michael estão presentes a cobiça, a desunião, a vingança e a persuasão perniciosa, própria de alguém engenhoso e calculista, traços característicos a um determinado tempo e espaço, mas que se definem, sobretudo, por modalizar o comportamento humano.

Estarei pronto a pagar pelo seu trabalho a comissão usual e ainda um pouco mais. Podemos também trabalhar como sócios, dr. Zakheim, porque tenho idéia de investir **muito dinheiro** em nossa organização, com negócios ligados à **redenção dos territórios libertados**. Uma sociedade entre nós poderia trazer bons resultados a ambas as partes, **além da benção** que advirá para o Estado de Israel e o povo Judeu. Como está escrito, “caminharão dois juntos sem que se conheçam?”. Minha proposta, portanto, é que o senhor passe para o nosso lado, sem abandonar seu cliente Prof^o Guideon. Por favor, pense nisso seriamente, não há urgência em responder, estamos acostumados a aguardar e não acreditamos na pressa. (OZ. 1993. p.74. Grifo meu)

Ao estudarmos o momento pós-moderno literariamente, verificamos que ainda há literatura nacional; porém, hoje, sempre que pensamos o nacional somos indubitavelmente atravessados por questões internacionais – as globalizadas. Daí, entendemos que uma literatura nacional não é mais possível se tomarmos o sentido nacionalista romântico. A produção cultural literária, por pertencer ao imaginário de um grupo, expressa as diferenciações, isto é, transpõe os traços dessa cultura, revelados nos diálogos, nas descrições e nas contextualizações. Esses traços de

diferenciação é que nos permitem pensar a questão identitária, ainda muito forte, podendo ser observada tanto no indivíduo quanto nos grupos.

Em *A Caixa Preta*, Boaz recebe uma proposta de seu pai, cuja intenção é apaziguar as rebeldias do filho. A proposta dava ao rapaz a possibilidade de escolher entre ficar em Israel, na casa velha dos avós e reconstruí-la para sua própria moradia com uma mesada, ou ir para os Estados Unidos estudar.

Como resposta Boaz decide ficar em Israel. Essa decisão, que segundo a narrativa ocorre em 1976, aproximadamente, nos permite conferir que a Terra e a Língua ainda são elementos determinantes da identidade cultural e dos laços do indivíduo com sua cultura, porém, essa mesma cena, recortada para análise, permite dizer que essa relação identitária pode ser menos nacionalista. Boaz quer ficar na Terra; ele gosta de Israel, da antiga casa dos avós, mas sem o fanatismo judeu. Ele se preocupa com o trabalho, com a reconstrução das ruínas, com o número de mortos e feridos, mas sem um compromisso religioso ou político. “*Tem gente demais morrendo em Israel. Matam e morrem o tempo todo em vez de curtir a vida. Onde a gente olha, tudo está cheio de sabichões dirigindo tanques.*” (OZ. 1993. p.136)

E, assim, mesmo situada em um espaço e época denominados pós-moderno, em que a estética da violência ganha relevo já quase incombátível, a literatura, ainda revela traços de generosidade e de solidariedade, valores ofuscados e desgastados por uma sociedade que valoriza a cultura do dinheiro.

Boaz acredita que Israel precise menos de *sabichões* e mais de pessoas como ele, que tenham uma preocupação imparcial com o outro, independente de sua nacionalidade e/ou religião.

É a mesma coisa com os Árabes. Eles aprenderam com os Judeus como comer a si próprios e a comer um ao outro e a comer gente em vez de comer comida normal. Não digo que os árabes não sejam filhos da puta. Eles são, são até pior. Mas e daí? Filho da puta também são gente. Não um lixo. É uma pena que morram. (OZ. 1993. p.137)

Nesse aspecto, a literatura começa a ilustrar a forma como o sistema, praticamente cegando as pessoas, as obriga a ocupar e desempenhar determinados papéis e funções pré-fabricadas pela sociedade de consumo. Boaz representa um contraponto, uma ameaça, pois recusa o papel a ele destinado. Desde cedo, não lhe importa seguir nenhum dos modelos que o circundam, visto que no pai está a imagem da violência doméstica e coletiva; na mãe o desejo reprimido, e mais tarde, no padrasto a intolerância:

Eu ficava maluco com os gritos e as pancadas de vocês. Achava que tudo era por minha causa. Como é que eu podia saber? Toda vez que você tentava o suicídio e levavam você

para o hospital, eu queria matar ele. Quando você trepava com os amigos dele eu queria envenená-los. (OZ. 1993. p.136)

Ou, ainda, (no padrasto):

Veremos onde você chegará com a ortografia de um árabe e a agressividade de um gentio. (...) Em geral, Boaz, no que me diz respeito, faça o que quiser, pode até se transformar num árabe, se está do lado deles. Só me faça um favor de não me ensinar o que é um árabe. (OZ. 1993. p.109)

Ao explorar essas personagens, Amós Oz serve-se da literatura para refletir acerca da não obrigatoriedade de se alocar um lugar pré-determinado, um papel pronto, imposto pela sociedade ou pela família. E mais, não seremos piores por isso. Boaz é bom. Suas atitudes fazem-nos pensar o medo como covardia e instigam-nos a *insistir*. Esse personagem recusa o sistema, não se enquadra: afasta-se da família; foge da escola; preocupa-se com a reconstrução do país, mas de forma incondicional, adversa à postura dos sionistas; e, ainda assim, parece ser menos despedaçado do que os outros que se enquadram.

Menos despedaçado ou menos feliz é o que discute, criticamente, outra cena entre Ilana e sua irmã Rahel, quando esta deseja ensinar àquela o papel da esposa ideal .

Cara Rahel, Devo prestar atenção no que você diz e mudar. Romper com o passado. Tornar-me esposa amantíssima e dona de casa. Passar, cozinhar, limpar e tricotar. Alegrar-me com as conquistas do meu marido e nelas ver minha própria felicidade. (...) Você é mais inteligente e sábia e certamente deve ter algum conselho para sua irmã mais nova, que promete comportar-se direitinho e não brincar com fogo. Cuide-se. Ilana. (OZ. 1993. p.127)

Esses episódios acenam para um conceito de identidade mais descentrado do social, em que “viver será ser o que sou em mim” (Lucia Helena). Em contrapartida, o cenário pós-moderno veicula midiaticamente um bombardeio de informações que alteram o comportamento dos sujeitos, e viver não será mais o que sou em mim, mas aquilo que o outro (a família, a religião, o estado, o sistema) quer que eu seja. Amós Oz veicula essa idéia colocando a nu algumas verdades da natureza humana. Boaz, ao buscar sua individualidade na errância, vive sua caminhada solitária, com singular generosidade para consigo, pois busca viver o que é em si; e para com os outros, porque tenta compreendê-los. No aflorar de sua subjetividade é que consegue entender os outros, passando então a conhecê-los e com isso podendo até se dispor a eles. Saber conhecer significa, então, ter passado pela individuação, ter aprendido a silenciar-se, para somente assim poder ouvir.

O dilaceramento do sujeito pelo meio social, a sua alteração de comportamento, embora sejam situações muito exploradas e manipuladas pela sociedade atual, já foram encenadas em outros momentos. Para discutir esse assunto, evocamos a análise de Rousseau acerca da tripartição do eu.

Em *Os devaneios de um caminhante solitário*, Rousseau vive a tentativa de encontrar seus eus. Isto se dá em meio a um desabafo paradoxal e confuso (para ele), entre amor e ódio, perdão e ressentimento. Um eu dilacerado que tenta racionalmente um equilíbrio, o qual em alguns momentos parece ser atingido, mas logo se esvai, pois a intensidade de emoção permite apenas estreitas lacunas para uma racionalidade fugaz. Com extremo sofrimento o eu tenta justificar as atitudes de sua vida, dizendo para si mesmo e para os outros, o porquê de não ser amado pelos homens, e logo passa a proferir seu discurso num outro tom, em que este desamor, este mau-trato (por parte dos outros – segundo ele, os inimigos) em nada lhe atinge. Oscila, vagueia e chega perto de se achar quando novamente se perde em seus devaneios. Similarmente, em *A Caixa Preta*, Boaz vive seus devaneios, sua solidão e o sofrimento de não ser compreendido, porém como se trata de um personagem, a conscientização e o racionalismo são mais assegurados. Ele segue a rota da solidão, sugerindo que não há encontro para sempre e, por isso, é preciso insistir. Ele não se perde, não se desvia.

Na construção desse personagem até o saber institucionalizado pode ser questionado. Ele não conhecia gramática, recusou a escola, mas foi capaz de “conhecer” o pai e levá-lo para morrer no quarto da avó. Ele não conhecia a Tora, mas superou a beatitude de Michael, quando reconheceu a importância da ajuda de sua mãe no tratamento terminal de seu pai.

Tecidas estas breves considerações acerca das alterações do sujeito e da textualidade literária, parece ponderável dizer que o discurso da história afeta o discurso literário, mas não impedindo que haja uma literatura com as marcas locais, aquelas que representarão o imaginário de um grupo, sua identidade, bem como as questões existenciais que são inerentes ao ser independente das épocas: “A vida não vem do mar, vem das antenas de TV, a arte de viver da fé só não se sabe fé em quê”. (Hebert Vianna)

O EXAME DAS ALTERAÇÕES DO SUJEITO PENSADO POR JAMESON

O pós-modernismo como expressão das tendências do capitalismo tardio é o que pensa Jameson, quando analisa as manifestações culturais, políticas e econômicas pós- anos 70. Segundo Perry Anderson, se dividem em cinco as concepções do autor acerca do assunto: *a ancoragem do pós-modernismo nas transformações do capital, o exame das alterações do sujeito, a ampliação do raio da investigação cultural, a indefinição das classes sociais e a tentativa de moralizar sobre a ascensão do pós-modernismo*, das quais salientarei apenas duas, que se farão mais relevantes para este estudo.

Com relação à primeira, Jameson percebe a pós modernidade como sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante, ou seja, como um estágio do capitalismo, marcado pela explosão tecnológica da eletrônica moderna. Quanto ao exame das alterações do sujeito, o autor assinala o aparecimento, após os anos 70, de uma nova subjetividade que apresenta como um de seus traços “a perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória.” (PERRY. 1999. p. 67)

Diante deste vácuo ou do “vazio niilístico mais profundo do nosso ser” delineia-se uma identidade imaginada, produzida sob o controle de uma ordem para a qual não encontramos, ainda, nenhum contraponto. Uma ordem que sucumbe a cultura, considerando-a coextensiva à própria economia, isto é, “como inevitável tecido da vida no capitalismo avançado, é agora a (cultura) nossa 2ª natureza.” (PERRY. 1999. p. 67), contrariando, assim, a posição de Habermas que identifica duas modernidades, a cultural e a social. Para ele a social derivou da cultural e não pode sobreviver ao fim da modernidade cultural.⁷

Todavia o próprio conceito de cultura foi alterado numa época em que o imaginário se forma por meio de uma rede global, que induz o sujeito a lançar-se na desenfreada corrida às mercadorias, a projetar-se cada vez mais na realidade do modo de produção capitalista, seduzido pelo estímulo artificial provocado pela experiência via TV; logo este sujeito convive com uma cultura que acompanha a ordem econômica.

Jameson avalia a condição pós-moderna como positiva e negativa, pois por um lado é preciso reconhecer a necessidade histórica dessa cultura, que, sem dúvida, agrega contribuições com o advento da teletecnociência, principalmente como fonte de inovação e lucro; porém, é preciso, também, reconhecer nesta produção cultural a insuficiência de historicidade e a participação apenas da minoria nos processos inovadores e na repartição de lucros. Nesse sentido, podemos dizer que a produção cultural pós-moderna é intrínseca ao jogo ideológico da atual política de mercado. Segundo Perry Anderson o próprio “pós-modernismo é o éter cultural de um sistema global que rejeita todas as divisões geográficas.” (PERRY. 1999. p. 87) Ao rejeitar as divisões geográficas, o pós-modernismo imprime a marca da globalização, que o determina não apenas como dominante, mas hegemônico, na medida em que não se trata de um caso local, mas sim de uma tendência global, garantido por um sistema que virtualmente cria suas *definições seletivas da realidade*. Tanto é assim que alguns autores já o consideram como o primeiro estilo global especificamente norte-americano.

⁷ Habermas, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Publicações Dom Quixote, 1990.

Indubitavelmente, esta hegemonia, sendo representada pela “projeção do poder de uma sociedade capitalista ‘avançada’ ”, provoca um clima de mal estar⁸ já reconhecido e tematizado por vários autores. Os efeitos da globalização, se por um lado tendem a favorecer e a facilitar a vida de uns, por outro demarcam um cenário de extrema exclusão daqueles que, sem oportunidades, deixam de participar dessa nova sociedade globalizada teletecnocientificamente e dividida entre os que têm e os que não têm, uma vez que o valor pessoal está no poder de compra de cada indivíduo. E a literatura elucida também essa questão:

Vocês são o sal da terra, vocês têm a propriedade e o poder, vocês têm a sabedoria e a lei e nós somos pó sob seus pés. Vocês são os levitas e os sacerdotes e nós somos os aguadeiros. Vocês são a glória de Israel e nós somos uma multidão confusa. (...) A vocês foram dadas beleza, esplendor, alta estatura – todo o mundo os admira -; a nós, a baixa condição e a baixa estatura e quase nada nos distingue dos árabes. (OZ. 1993. p.201)

O sujeito chamado pós-moderno surge a partir de uma identidade construída no imaginário global, o qual é comandado pela força do poder do mercado. Além disso, ele é um telespectador diário dos eventos transmitidos pelas redes multinacionais. Para Perry Anderson esta situação diminui a capacidade individual de percepção de cada consciência, unificando a Terra eletronicamente e fazendo manifestar uma nova característica no sujeito: a histeria. “...a histeria denota um exagero de emoção, um fingimento meio inconsciente de intensidade para melhor encobrir alguma insensibilidade interior (ou, do ponto de vista psicanalítico, exatamente o contrário)...” (Perry. 1999. p. 68). Similarmente Jameson interpretou esta condição da vida pós-moderna como sendo marcada pela “diminuição do afeto”. Para ele, o sujeito se torna então inseguro diante de instáveis parâmetros de uma vida psíquica altamente acidentada: depressiva e esquizofrênica. Esse “fluxo oscilante e hesitante impede a catexia e a historicidade”. Impedidas essas duas, percebemos que o sujeito vive sem suas reminiscências e mesmo sem expectativas para o futuro, tornando-se cada vez mais alienado e prisioneiro de um sistema para o qual não conseguimos ainda encontrar uma saída. Porém, Jameson vislumbra, como contraponto, a crítica cultural, dizendo acreditar que ela possa “vibrar golpes que repercutirão no plano econômico, social e político.”

Uma vez pensada a diminuição do afeto e da capacidade individual de percepção como responsáveis pela histeria e insegurança pós-moderna, passo a refletir sobre a delicadeza: “Cada um imerso em sua própria arrogância esperando por um pouco de atenção”. (Renato Russo).

⁸ Bauman, Zygmunt. *O mal estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

O RESGATE DA DELICADEZA PELO VIÉS DA LITERATURA

A delicadeza, talvez seja ou sirva de contraponto ao estado de coisas instaurado na pós-modernidade. O resgate desse gesto pode ser verificado em cenas de *A Caixa Preta*. Nas circunstâncias atuais, entretanto, não creio que ela possa ser tão notada.

Buscando responder a mais algumas inquietações “*o que me interessa?, O que eu posso levar, como professora, para a sala de aula?, Qual a ideologia que veicula nossa esperança?, Até que ponto eu posso interferir?*” é que me ocorreu a questão da delicadeza, aspecto que tentarei sustentar neste estudo, evocando como referência a aula/texto de Roland Barthes de 04 de março de 1978.

Delicadeza, de *delicatus* significa efeminado, e pode pejorativamente, ser lida como aquilo que é inútil, fútil, feminino. A própria palavra já encontra um campo semântico de extrema desqualificação e resistência diante de uma cultura predominantemente machista. Barthes diz que “algumas pessoas não são tocadas por essa requintada qualidade” e ainda que “as mentes limitadas imaginam que o extremo do gosto não combina com a energia.” Essa energia, que se ganha quando cultivamos a delicadeza, poderia nos servir de saída para o terrível aprisionamento pós-moderno, imposto por uma cultura globalizada que forçosamente nos induz a sermos todos iguais. Para se cultivar a delicadeza é preciso descobrir a individuação, pois uma conduta marcada pela delicadeza buscará o estado amoroso – o *sabi*, que significa:

Simplicidade, naturalidade, não-conformismo, refinamento, liberdade, familiaridade estranhamente mitigada com desinteresse, banalidade cotidiana requintadamente velada de interioridade transcendental (BARTHES. 2003. p. 79)

Qualidades essas perdidas ou ocultadas pela ideologia dominante do sistema atual. O *Sabi* é uma palavra japonesa do vocabulário Zen que Barthes denomina como sendo um sentimento de solidão e calma:

O espírito de solidão eterna, que é o espírito de ZEN, exprime-se com o nome de *sabi* nos diversos setores artísticos da vida, como trabalho de arquiteto, de paisagista, a cerimônia do chá, o salão de chá, a pintura, a arte de arranjar as flores, o vestuário, a mobília, a maneira de viver, a dança, a poesia etc.(BARTHES. 2003. p. 79)

E como podemos falar em literaturas nacionais, se a condição precípua para sua textualidade - a singularidade do sujeito ou do grupo - está sendo ruída pelos ditames da história economia e política que estamos vivenciando? Uma história que tem sido escrita pelo viés da competitividade, da arrogância, da intolerância, da preguiça, da esperteza, da generalização? A

delicadeza requer individuação, e para haver individuação não se pode reduzir os sujeitos por um discurso unificador:

Toda vez que, em meu prazer, meu desejo ou minha tristeza, sou reduzido pela fala do outro (muitas vezes bem-intencionada, inocente) a um caso que se enquadra normalmente numa explicação ou numa classificação geral, sinto que há violação do princípio de delicadeza. (BARTHES. 2003. p.80)

Sabemos e sentimos que a ordem vigente faz isso o tempo todo. Nossos desejos e nossa liberdade são solapados, a dificuldade de estar consigo é cada vez maior, pois somos afrontados diariamente pelos outdoors, pela TV, pela poluição visual das prateleiras das livrarias repletas de títulos comercializáveis de auto-ajuda, pelas redes... em um mundo em que, segundo Bauman, quem dá o tom e as regras do jogo da vida são os *globais*. Logo, buscar a delicadeza, a individuação em um mundo globalizado é estar fora da moda, da mesma forma que

Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam – chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados. (BAUMAN. 1999. p. 8)

E talvez chegue mesmo, pois não pode ser impossível que se encontre o sentido e o conforto no local, tal como vivenciado pelo personagem de Amós Oz, Boaz. O local ainda pode ser lugar de conforto e satisfação. Logo, pensar que isso seja estar fora de moda só é admissível na medida em que percebemos a crítica a esses grupos territorializados como discurso de aprisionamento da ordem vigente, que incorpora aquilo que lhe é útil e declara guerra contra tudo que possa desestabilizá-la. É claro que os sentidos e significados produzidos por uma população localizada serão diferentes daqueles cultivados pelas elites extraterritoriais. Nessa tensão, duas atitudes precisam ser evitadas: acreditar que haja uma preocupação sincera por parte dessas elites para com os grupos territorializados, bem como desrespeitar os direitos de cada um, ou de cada grupo em exercer sua individuação.

CONCLUSÃO

Esta breve análise a respeito das alterações do sujeito e da textualidade buscou verificar que, embora as influências da sociedade pós-moderna sejam fortes, as alterações nos sujeitos e na textualidade são recorrentes na história. O que há em tempos denominados pós-moderno é uma

intensa exploração de mercado, que nos porá diante de dois tipos de produção literária, uma voltada para atender ao consumo e outra que refletirá a respeito do sistema.

Nesses termos, *A Caixa Preta* de Amós Oz serviu para ilustrar que a literatura passa, então, a ser o modo como, de alguma forma, ainda podemos insistir e vislumbrar um contraponto a esse sistema. Para tanto, foram recortadas algumas situações locais, que ao tematizarem a delicadeza, a generosidade, o afeto, a ambição, a intolerância dentre outras, acabaram trazendo questões não especificamente Israelenses, mas intrínsecas ao próprio homem, ou seja, temas que poderão ser pensados a partir de indistintas culturas.

Trata-se, pois, de um espaço de análise intercultural, que nos permite uma reflexão acerca das coisas do mundo, tendo como ponto de partida um local. Assim sendo, podemos responder que há literatura nacional, na pós modernidade, porém ela será atravessada por questões, não apenas humanas, mas políticas e econômicas, que extrapolam as fronteiras territoriais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARTHES, Roland. *Discurso da história*. 1967.

BARTHES, Roland. *Neutro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. 1ªed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ªed. São Paulo: Ática, 2002.

OZ, Amós. *A Caixa Preta*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios de um caminhante solitário*. 3ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ANEXO – RESUMO INFORMATIVO DA OBRA *A CAIXA PRETA*

Ilana é uma polonesa, que se muda para a Palestina junto a família. Ainda jovem perde seus pais, casando-se, em 1959, com Alex Guideon, um oficial do exército israelense e pesquisador mundialmente conhecido. Em 1960, nasce em Jerusalém, Boaz, o único filho do casal. Após sete anos de uma relação desgastada pelos conflitos conjugais e extra conjugais - marcados por uma sucessão de guerras deflagradas na região desde a proclamação do estado de Israel, nas quais Alex participava como membro do exército israelense - o divórcio impõe um silêncio entre eles de mais sete anos. Nesse tempo, Ilana se casa pela segunda vez com o fanático judeu Michael Sommo com quem terá uma filha, a Yifat.

Mas, o silêncio entre ela e o ex-marido é quebrado quando Ilana envia uma carta a Alex, pedindo sua ajuda para resolver problemas causados por Boaz na escola. Com esta carta inicia-se o romance epistolar *A Caixa Preta*, de Amós Oz, cujas personagens buscam incessantemente um pouco de paz para viverem suas paixões, que somente serão abrandadas diante da proximidade da morte e consciência da finitude do corpo, representadas pela doença de Alex – um câncer de rim - que determinará uma mudança comportamental na vida dessas personagens.

Partindo de uma *enlameada rede de intrigas*, movida por interesses escusos, como o dinheiro, a ambição, a vingança, a competitividade, a comparação e a chantagem, a trama, paulatinamente, vai mudando de direção, passando a tematizar ou a sugerir uma reflexão em torno de valores, tais como a solidariedade, a grandeza humana, a generosidade, o afeto e a delicadeza.

FLORESTAN FERNANDES E A REVOLUÇÃO BURGUESA: NOTAS PARA UMA INTERPRETAÇÃO “MILITANTE” DO BRASIL

Leonardo Venicius Parreira Proto¹

Resumo:

O presente trabalho esboça o esforço de compreensão analítico-interpretativo do sociólogo Florestan Fernandes em sua leitura sobre a revolução burguesa no Brasil, cuja síntese sócio-histórica será produzida a partir dos processos políticos estabelecidos pelas relações sociais desde o período do Estado Novo no Brasil, a partir da década de 1930, com ênfase nos processos político-econômicos do regime militar no pós-64. Para essa reflexão, Florestan utilizará como instrumental teórico fundamental o conceito de autocracia burguesa, que expressa segundo o sociólogo, a modernização do capitalismo no país e a condição particular de nossa realidade, na qual denominou como periférica devido ao tipo de capitalismo aqui instalado, dependente e associado ao capital internacional. Por último, o texto enfatiza a posição de F. Fernandes ao criticar essa posição burguesa e ao se posicionar teórica e politicamente junto à classe trabalhadora.

Palavras-chave:

Revolução burguesa, autocracia, interpretação militante e capitalismo dependente.

Abstract:

This article outlines the effort to understand the analytical and interpretative sociologist Florestan Fernandes in his reading of the bourgeois revolution in Brazil, whose socio-historical synthesis will be produced from the political process established by the social relations since the period of the Estado Novo Brazil from the 1930s, with emphasis on political-economic processes of the military regime in the post-64. For this reflection, Florestan use as theoretical tools essential concept of bourgeois autocracy, which expressed according to the sociologist, the modernization of capitalism in the country and the particular condition of our reality, in which he termed as peripheral because of the nature of capitalism installed here, and dependent associated with international capital. Finally, the text emphasizes the position of F. Fernandes in criticizing the bourgeois position and position themselves theoretically and politically with the working class

Keywords:

bourgeois revolution, autocracy, and militant interpretation of dependent capitalism.

Neste artigo pretendemos desenvolver uma análise do sociólogo Florestan Fernandes tendo como eixo norteador sua reflexão acerca da Revolução Burguesa no Brasil. Aqui não iremos somente nos remeter ao ensaio interpretativo sociológico, que se transformou em obra a partir de

¹ Bacharel e licenciado em História pela PUC-GO, especialista em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE-MG), mestrando do Programa *Strictu Sensu* em História da UFG e Bolsista da CAPES. Coordenador do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG-UnU/Iporá).

1976, mas fazer alguns apontamentos referentes à sua leitura marxista da realidade brasileira, na qual sua interpretação acumula todo um esforço de pensar a história brasileira.

O contexto de produção analítica de sua sociologia é o Golpe de 64. A partir de então vai para os E.U.A e Canadá e ministra aulas, além de na condição de exilado produzir a terceira parte do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*.

“Entre 1964 e 1968, Florestan ultrapassa o terreno da Sociologia (nos termos da “ciência concreta”) e franqueia a fronteira do socialismo revolucionário. Deixa de ser um sociólogo: recupera para a análise da sociedade a crítica da economia política, converte-se em pedagogo da revolução. Foi a contra-revolução (burguesa) que situou Florestan no eixo da revolução (proletária)” (NETTO, 2001, p. 207).

Florestan Fernandes faz de sua obra extensão de seus posicionamentos políticos e de sua interpretação denúncia da contra-revolução (burguesa). Essa co-relação entre pensamento interpretativo da realidade sócio-histórica do Brasil e sua militância só foi possível mediante os referenciais do marxismo e da capacidade do mesmo é utilizar-se desses referenciais como procedimento crítico-metodológico (NETTO, 2001).

Afinal, como Florestan Fernandes analisa os caminhos da Revolução Burguesa no Brasil? Como considerava a Revolução em seu processo histórico? Que elementos foram preponderantes para se pensar os caminhos da Revolução no Brasil?

Para responder a essas questões é fundamental algumas de suas idéias já esboçadas em seu ensaio. Para iniciar, Florestan Fernandes retoma o conceito de Revolução Burguesa em sua acepção, que versa sobre a afirmação: “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (1987, p. 203).

A Revolução Burguesa tem assim como fundamento elementar a transformação de uma sociedade pré-capitalista em uma sociedade capitalista, dinamicamente movida pela sociedade de classes e de hegemonia burguesa. Para Florestan Fernandes, o final do Império e início da República no Brasil passaria ambos por uma transição na composição de novo poder, deixando as oligarquias de terem a hegemonia para a consolidação do poder burguês (1987).

A burguesia, na leitura de Fernandes, era paladina de si mesma. Acima de tudo, assumia os interesses próprios e por essa razão seus interesses eram diversos, associando-se ao capital externo em detrimento de sua confirmação enquanto classe dominante no Brasil (FERNANDES, 1987).

“A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança

gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intrasigente e avassaladora” (FERNANDES, 1987, p. 204-205).

Havia sim, nessa perspectiva, um processo de mudança desigual e combinado (tese polopiana), mas que conseguira conjugar passado e presente numa dialética visivelmente atrelada as noções de mandonismo oligárquico e poder burguês, ao conciliar interesses entre nossa “essência” rural e modernidade industrial recente (FERNANDES, 1987).

A particularidade do caso brasileiro é desenvolvida por Florestan como desenvolvimento da dominação burguesa. Esse desenvolvimento se deu pelo mecanismo da autocracia, um elemento *sui generis* da condição burguesa no Brasil (FERNANDES, 1987).

“Nessa situação, dois elementos precisam ser postos em especial relevo, por causa de sua importância para a interpretação sociológica da evolução da dominação burguesa. Um deles é o significado dessa dimensão autocrática da dominação burguesa. Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo” (FERNANDES, 1987, p. 207).

O caráter autocrático da Revolução Burguesa foi preponderante para consolidação do Estado burguês e de sua face política: o poder autocrático. Assim, “a revolução burguesa no Brasil agarra o fio do movimento histórico-social constitutivo da moderna sociedade de classe no Brasil, demarcado no cotejo do desenvolvimento estrutural do capitalismo “clássico” e do “dependente” (NETTO, 2001, p. 214).

Não há como negar que a formação de uma burguesia (contra-revolucionária) brasileira esteja dissociada do desenvolvimento do capital no Brasil moderno. Moderno este atrelado ao desenvolvimento desigual e combinado, pois onde a tradição poderia perecer frente à lógica do moderno, impôs sim uma maneira de fusão entre “velho” e “novo”, elementos oligárquicos associados ao desenvolvimento da dominação burguesa (FERNANDES, 1987).

A ordem social competitiva no Brasil fundava-se sob a égide da dominação burguesa e sua noção de democracia. Isso explica essa idéia de conciliação entre setores dominantes (oligarquias e burgueses) e a falácia da democracia na autocracia burguesa.

“Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma “revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 1987, p. 212).

A constituição de uma ordem social competitiva no Brasil, na sua forma burguesa e autocrática produziu uma formação alicerçada no conservadorismo das elites dominantes e na

manutenção do *status quo* dos grupos tradicionais, agora associados à burguesia e esta aos grupos do capital estrangeiro.

Na visão/interpretação de Florestan, nossa burguesia não era “débil”, apenas caberia como papel histórico o papel de “coadjuvante” frente ao desenvolvimento do capitalismo num país periférico como o Brasil. A Revolução Burguesa cumpre com direção do capitalismo dependente. “Nossa” burguesia não encontrou outra saída para sua consolidação hegemônica, se não, criar mecanismos de “revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1975; 1987).

“Os setores sociais dominantes e as elites no poder dos países latino-americanos, assim como a superpotência capitalista externa e as nações hegemônicas associadas, defendem a esperança de que é possível “reproduzir a história”. Há uma convicção especialmente forte segundo a qual o novo padrão de dominação imperialista pode ser adaptado ao “desenvolvimento com segurança”, para ambas as partes” (FERNANDES, 1975, p. 30).

O Estado burguês garantiu uma democracia à burguesia e repressão aos grupos e movimentos sociais que questionaram a ordem autocrática burguesa no Brasil e sua conseqüente dependência ao capital externo. A burguesia associada ao capitalismo internacional tinha como projeto associar-se aos padrões de dominação imperialista, reproduzindo os níveis de exploração às classes trabalhadoras nos países dependentes (FERNANDES, 1975).

Para Reis (2001) o termo “revolução burguesa no Brasil” é uma categoria explicativa de Florestan Fernandes para designar o processo de desenvolvimento do capitalismo “como realidade parcialmente autônoma e com tendência à integração nacional” (p. 215). Ainda segundo o autor,

“a revolução burguesa não foi, portanto, uma ruptura intransigente, um assalto ao poder oligárquico, mas um processo modernizador, gradual, não vertical, conciliador, de longa duração. O ritmo da revolução foi imposto de fora para dentro pela economia capitalista internacional” (REIS, 2001, p. 217).

O tema da Revolução Burguesa apreende uma constituição histórica que fundamenta práticas e posições políticas e econômicas ao tratar do processo de transformação do capitalismo. Portanto, ao elaborar uma interpretação sobre o Brasil, Florestan Fernandes interliga passado e presente dentro de uma relação materialista-dialética, ao inserir a burguesia brasileira como responsável pela implantação/consolidação do capitalismo dependente (REIS, 2001).

A crítica a formulação de uma burguesia nacional autônoma e conseqüentemente de um capitalismo nacional (tese pecebista por excelência) foi alvo de uma leitura marxista em Florestan em que ia percebendo as características históricas e sociológicas da burguesia dependente, cujo sentido era o de associar-se ao capitalismo internacional para se consolidar um regime autocrático (REIS, 2001).

Essa crítica a tese pecebista², de uma burguesia independente e nacional é um dos núcleos do esforço de Florestan Fernandes em analisar a Revolução Burguesa a partir de sua afirmação a respeito da ilusão de um processo revolucionário clássico.

“O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, modificando seus laços de associação com o imperialismo” (FERNANDES, 1987, p. 215).

Em Florestan Fernandes vemos um rigoroso esforço de superação da visão dualista (feudal-capitalista) e etapista com a qual alguns outros teóricos de esquerda, do ISEB e do PCB compartilhavam.

Uma provável explicação para esse modelo dual e etapista co-existir nesses lugares da chamada esquerda é o fato da inexistência até a década de 50 de uma interpretação marxista para além desses grupos. Com o surgimento da universidade o campo teórico do marxismo atingiu outros níveis de reflexão para além dos aparelhos políticos do Partido Comunista, por exemplo, (DÓRIA, 1998).

Assim, podemos considerar que toda leitura interpretativa de Florestan Fernandes exigiu de si não só uma postura de catedrático, mas uma atenção histórico-sociológica advinda de sua condição militante, após o seu exílio (em meados de 70). “F. Fernandes defendia uma sociologia militante, a transformação da realidade por um pensamento reciprocamente transformado por ela. O sociólogo é cientista e cidadão” (REIS, 2001, p. 206).

Para Reis (2001) ao se falar na militância de Florestan Fernandes é necessário situá-la como entendimento da totalidade do sujeito, pois ambos estão dialeticamente relacionados, concepções teóricas/processos interpretativos e ação social. A interpretação de uma realidade sócio-histórica tem sentido a medida de auxiliar na reflexão sobre a especificidade de algum *locus* de atuação do intérprete.

“Assim, o referencial marxista de Florestan adquire uma proeminência e uma funcionalidade de que carecia anteriormente: se, no Florestan sociólogo, ele era um dos recursos científicos a que, no seio de um repertório teórico e metodológico muito mais amplo, recorria o investigador que parecia não temer os riscos do ecletismo, no Florestan que tem diante de si a problemática viva e brutal da contra-revolução (burguesa) o referencial em tela ganha o estatuto de cânone de explicação e compreensão histórico-social” (NETTO, 2001, p. 209).

² Em discussão sobre a dinâmica da revolução brasileira, Dória (1998) recupera uma compreensão de Nelson Werneck Sodré, ao remeter o desenvolvimento da burguesia como superação do latifúndio, ou seja, uma necessidade histórica, cabendo aqui a visão etapista não somente de Sodré como também do próprio PCB.

O contexto da Revolução Burguesa pós-30 é que imprime na analítica de F. Fernandes uma reformulação sobre a teoria da revolução brasileira, como já dissemos de crítica às teses consagrada (PCB). Nesse sentido, é importante considerar o Estado burguês como conciliador dos interesses oligárquicos e da burguesia industrial nascente.

Para Florestan (1987) havia após 30 três tipos de pressão com as quais a burguesia deveria acertar contas: a pressão do capitalismo monopolista mundial (de fora para dentro), da classe trabalhadora (no intuito de fazer um pacto social – algo que não atingia a manutenção da ordem) e por último, o intervencionismo do Estado na economia nacional. Portanto, é possível enfatizar a Revolução Burguesa no Brasil como uma contra-revolução prolongada e permanente.

Contra-revolução esta no percurso da edificação da estrutura capitalista no país. “A contra-revolução e a república institucional, com sua ordem político-constitucional autocrática (pudera!), tornaram-se necessárias como premissas desse tipo de transformação capitalista” (FERNANDES, 1986, p. 16).

O modelo autocrático serviu à burguesia brasileira como instrumento de institucionalização de práticas de poder incorporada a realidade nacional a partir do Estado Novo.

“Pois, ao mudar seu relacionamento com o poder político estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 1987, p. 217)

Para Maciel (2010), o pensador e ativista Florestan Fernandes elaborou uma chave de leitura da realidade brasileira em que ao mesmo tempo sua análise era conjuntural e teórica. Teoria esta que explicava o Estado burguês a partir da noção de autocracia, pela qual cada vez mais havia uma restrição da participação da sociedade civil e uma negação à classe trabalhadora de sua atuação como sujeito político.

Um dos resultados visíveis da consolidação da autocracia burguesa foi sua política de conciliação de grupos e classes sociais dominantes. Aqui estaria sua esfera hegemônica, pois ao conciliar interesses acabava por produzir uma ordem contra-revolucionária que serviu muito bem aos Estados autoritários do Brasil a partir de 1930 (MACIEL, 2010).

O regime militar, nesse viés pode ser compreendido segundo a noção de autocracia burguesa como um regime político que garantiu uma transição política na Nova República por meio de um processo “lento, gradual e seguro” para a chamada democracia burguesa e sua afirmação no cenário nacional (MACIEL, 2010).

O Estado burguês era nessa visão de Florestan Fernandes uma autocracia e a democracia dele manifestada tinha características de um sincretismo, pois “partia do fascismo, passava pelo autoritarismo e chegava à democracia, sem que o conteúdo autocrático e sincrético do Estado burguês fosse questionado e colocado em xeque” (MACIEL, 2010, p. 03).

De acordo com Almeida (2005) e Maciel (2010) a abordagem teórico-crítica desse intérprete do Brasil, tinha uma particularidade única quanto a explicação histórico-sociológica para a compreensão do capitalismo no Brasil.

“Florestan Fernandes é, sem dúvida alguma, o representante principal do que se poderia chamar, a falta de melhor designação, de “teoria social brasileira” e sua obra mais importante – A Revolução Burguesa no Brasil – constituiu o esforço mais acabado empreendido na academia brasileira para elaborar uma teoria regional do desenvolvimento capitalismo na periferia da “economia-mundo” capitalista (ALMEIDA, 2005, p. 06).

Maciel (2010) enfatiza a importância do sociólogo na leitura sobre o Brasil e reconhece nele o esforço teórico-metodológico que não teria o mesmo rigor sem a apropriação do marxismo como recurso heurístico e proposição política. Sua forma de compreensão e explicitação da realidade histórica brasileira é advinda, segundo este autor, de um profundo conhecimento das categorias da dialética marxista, o que favoreceu na práxis uma “leitura original do marxismo”.

“Sem, porém, abrir mão da centralidade analítica do método marxista e nem corrompê-lo em seu núcleo duro, porém recorrendo a outras formulações para compor um quadro amplo, variado e rico de nuances do processo histórico brasileiro. Partindo do processo da luta de classes, em âmbitos nacional e internacional, como fundamento explicativo da dinâmica histórica e social, Florestan Fernandes recupera de modo criativo e atualizado uma série de categorias críticas fundantes do marxismo” (MACIEL, 2010, p. 03).

A formação sociológica de Florestan contou com contribuições importantes de outros matizes, como Durkheim e Weber, sendo por muitos estudiosos considerados com uma perspectiva eclética em relação aos tratamentos teórico-metodológicos. Mas que em Florestan Fernandes representou na sua condição de intelectual uma apuração de instrumentos conceituais, que não significou o abandono da reflexão da totalidade social, tão fundamental como categoria de explicação da realidade (CANDIDO, 2001; ALMEIDA, 2005).

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo periférico precisava ser mais bem explicada e com a expressão Revolução Burguesa temos um horizonte de entendimento que propicia ver no Brasil a modernização do país mediante a fronteira entre capitalismo de centro e periférico, modernidade e tradição e por último, litoral e sertão (LIMA, 1998; ALMEIDA, 2005; MARTINS, 2009).

A ordem social competitiva e a evolução do capitalismo mereceram o empenho e a sistematização de Florestan, pois na sua posição, os problemas brasileiros eram conseqüências

nefastas da política imperialista de dominação externa e subjugo dos países periféricos e seu capitalismo dependente (FERNANDES, 1975; 1987).

“Contudo, o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade burguesa em tal direção. Ele não comportava uma burguesia “heróica” e “conquistadora”; tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado do tipo burguês. Para “governar” seu mundo”, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente” (FERNANDES, 1987, p. 313).

O capitalismo dependente não teria outra forma de manifestar-se socialmente sem ter como sujeito político primordial o Estado burguês autocrático. Mas afinal, como o sociólogo via essa configuração do Estado?

Em uma entrevista concedida em 1977 para o jornal Movimento, F. Fernandes responde que o Estado assume no pós-II Guerra Mundial o caráter monopolista. Isso faz com que se preocupe em articular o modo-de-produção capitalista em escala global, instrumentalizando o lucro dos capitalistas e fortalecendo o poder dos burgueses.

Um regime autocrático burguês, como no Brasil, foi possível somente segundo “globalização” do capital e do fortalecimento Estado monopolista e seus regimes políticos: Estado Novo (37-45), Ditadura Militar (64-84) e período de Redemocratização-Transição política (pós-85).

Para Florestan Fernandes (1977), o regime de Estado sob o capitalismo monopolista funcionalizou o governo e preocupar-se com a articulação dos “interesses privatistas” em detrimento de política voltada para as políticas sociais como educação, saúde, saneamento, voltadas para o interesse coletivo e para a participação da sociedade civil.

É óbvia essa situação mediante ao compósito da formação burguesa no Brasil, pois “o paradigma da revolução burguesa se justificaria pelo fato que, no Brasil também se assistiu “a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva”, isto é, ocorreu um simples processo de modernização capitalista” (ALMEIDA, 2005, p. 08).

Essa modernização capitalista trouxe ao Brasil e a burguesia uma necessidade de reproduzir no país uma lógica de exploração capitalista não somente imposta de fora para dentro, mas como uma dinâmica interna de fortalecimento da hegemonia das classes dominantes.

“O sociólogo paulista estabelece, por exemplo, uma distinção entre o modelo “clássico” de revolução burguesa – que teria conduzido ao capitalismo independente e à democracia política – e a revolução burguesa “periférica” – resultando no capitalismo dependente, na dominação externa e na autocracia burguesa” (ALMEIDA, 2005, p. 08).

Capitalismo dependente e revolução burguesa, nesse modelo explicativo são sinônimos na conjuntura histórico-social da nação, esclareceu Florestan, pois há vários tipos de modernização

capitalista, dependendo da realidade particular e da formação social a qual o capitalismo irá ser desenvolvido pela burguesia (ALMEIDA, 2005).

Na leitura de Florestan Fernandes sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo dependente e sua correlação de forças com a posição da burguesia brasileira imprime uma visão política calcada na periferização do capital, compreendendo sua articulação heterodoxa no sentido de viabilizar-se como modo-de-produção flexível e adaptável às condições particulares do mundo periférico, sobretudo, em sua análise, na realidade latino-americana.

Sampaio Jr. (1999) ao desenvolver análise crítica condizente à noção de nação, traz para o debate os dilemas do capitalismo dependente e sua conseqüência nefasta na elaboração da barbárie. Para sua formulação analítica propõe refletir às questões do capitalismo à luz de Caio Prador Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado³.

A problemática da dependência periférica apontada por F. Fernandes está muito bem explicada na esfera da diferença temporal, exercitando assim a combinação de temporalidades distintas, pois ao mesmo tempo em que se desenvolve o capital no país há permanências de outras formulações históricas, como p. exemplo, a presença do *modus vivendi* oligárquico na estrutura política e no pensamento social (SAMPAIO JR., 1999).

“Isto significa compreender a natureza contraditória dos nexos entre a evolução do capitalismo e formação do Estado nacional, uma problemática que se desdobra pelo menos em três direções: 1) uma dimensão espacial, relacionada com os determinantes das fronteiras de uma economia nacional; 2) uma dimensão social, associada à natureza dos vínculos entre acumulação de capital e desigualdades sociais; e 3) uma dimensão temporal, que diz respeito aos processos técnicos e culturais responsáveis pelas mudanças qualitativas que caracterizam o desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 1999, p. 10-11).

Essa leitura dimensional de aspectos da formação do capitalismo contemporâneo pode ser apreciada segundo a variante do núcleo de entendimento histórico-sociológico de F. Fernandes para responder a indissociabilidade entre revolução burguesa e “caráter anti-social, anti-nacional e antidemocrático da burguesia brasileira” (SAMPAIO JR., 1999, p. 12).

Em suma, a abordagem do sociólogo versada de fundamento teórico-crítico dos sujeitos sociais da denomina revolução brasileira põe no horizonte da estruturação do capital a dependência econômica e política da nação. Isso se evidencia com maior efervescência no processo de ideologização das práticas de colonização por parte dos países de centro e suas burguesias imperialistas.

³ Esboçaremos somente sua reflexão teórica esmerada na obra de Florestan Fernandes, a fim de corroborar com nosso esforço em analisá-lo na sua exposição teórico-metodológica da Revolução Burguesa no Brasil. Os outros intelectuais, por Sampaio Jr (1999) analisado mereceriam outro espaço/artigo para um possível embate de idéias nesse campo da interpretação da realidade brasileira.

Arremate ainda o teor de formas e condutas assumidas pela burguesia (contra-revolucionária) na luta de classes, impondo à classe trabalhadora um movimento de conciliação e acomodação que impede os sujeitos trabalhadores de emancipar-se frente ao domínio autocrático-burguês.

“Nesse contexto, o desenvolvimento capitalista associa-se à dependência externa, ao subdesenvolvimento das forças produtivas e às formas autocráticas do poder político. O fechamento do circuito político à participação das classes subalternas elimina a única fonte de energia que poderia forçar as burguesias dependentes a tomar atitudes mais radicais. Por isso, na era atual do imperialismo as burguesias dependentes não têm como romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 1999, p. 165).

Origina assim, segundo essa constatação uma real necessidade histórica de superação da autocracia burguesa e o modo-de-produção desenvolvido pelas hostes do capital. A classe trabalhadora como sujeito fundamental da irrupção do capitalismo e da luta contra as classes dominantes cumpre na sua práxis uma posição política substancial, de levar a prática autêntica de transformação revolucionária: fator preponderante e prioritário, aliás, é o proletariado em sua condição histórica subalterna, responsável pelo processo revolucionário emancipatório.

Para concluir, Florestan Fernandes (1975), em discurso proferido a jovens universitários recém-formados em 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, faz referência e conchama os/as jovens graduados a romper as “cadeias invisíveis do passado” para conquistarmos e alçarmos a autonomia de nossa história brasileira aos “moldes da civilização moderna” no sentido de negarmos o processo revolucionário autocrático-burguês e assumirmos nossa responsabilidade na transformação da realidade sócio-cultural.

Cabe a nossa capacidade de avaliação crítica da história política e econômica brasileira e também a sua historiografia pertinente, “pinçar” elementos e subsídios que apontem para superação da posição da autocracia burguesa no Brasil e seu processo revolucionário, algo já bastante elucidado na práxis de Florestan Fernandes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro*. Revista Espaço Acadêmico, n. 52, 2005, p. 01-13.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira*. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, v. 3, 1998, p. 201-244.

63 PROTO, Leonardo Venicius Parreira. *Florestan Fernandes e a revolução burguesa: notas para uma interpretação "militante" do Brasil*. Estácio de Sá – Ciências Humanas. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-GO. Vol. 02, nº 05, 53-63, Jan. 2011/Jun.2011.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Nova República?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

_____. *A quem serve o Estado?* In: COHN, Amélia (Org.). *Florestan Fernandes: encontros*. São Paulo: Beco do Azogue, 2008, p. 72-78.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACIEL, D. *Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina - PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina - PR : GEPAL, 2010. v. 1. p. 102-112.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outros nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história da idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo contemporâneo em Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

REFERÊNCIAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

Daniele de Lima de Oliveira

Resumo:

As sociedades anônimas têm o desafio de superar a competitividade do mercado e se sujeitar à reestruturação da organização empresarial. O alcance dessa reestruturação reflete diretamente na administração da companhia, que tem a função de atingir a lucratividade, observando as regras institucionais, legais e sociais para demonstrar sua real competência. Este artigo visa apontar aspectos relevantes dos órgãos administrativos das companhias, no que tange ao limite de competência de cada um, independência de seus membros e a discricionariedade de seus atos. Trata-se de um tema escolhido pela significância que o conhecimento a respeito da administração da companhia tem perante o novo momento de governança corporativa, a fim de expor a verdadeira qualidade dos administradores na atualidade.

Palavras-chave:

administração, governança corporativa, administrador, sociedade anônima, discricionariedade.

Abstract:

The corporations have the challenge to overcome the competitiveness of the market and to be subject to the restructuring process of the corporate organization. The range of this restructuring process directly reflects on the management of the company, which has the main objective of achieving profits, observing institutional, legal and social rules in order to demonstrate its real effectiveness. This paper has the objective of pointing out the most important aspects of the administrative institution companies**, regarding everyone's competence, independence of their members and the discretionarity of de their acts. This theme was chosen due to the importance that the knowledge regarding the company administration has before the new moment of de corporative governance, in order to expose the real quality of the update managers.

Key-words:

administration, corporative governance, manager, companies, discretionarity.

INTRODUÇÃO

A sociedade anônima, como empresa destinada a grandes empreendimentos, apenas agirá com segurança se for cientificamente organizada. Dentre outros significados, a organização também exige a divisão e a oposição de poderes, as quais são distribuídas em órgãos sociais, com

funções diversas na organização societária. Desse modo, são os órgãos previstos na lei para a divisão dos poderes administrativos da companhia o conselho de administração e a diretoria.

Esses órgãos são independentes e de funções geralmente privativas, mas não possuem personalidade jurídica própria, tampouco tem patrimônio ou é responsabilizável, ou seja, não podem demandar nem ser demandados em juízo. Apenas praticam atos em nome da sociedade, numa hipótese de representação legal extraordinária. Porém, tal fato não exclui a possibilidade de se demandar contra as pessoas físicas que os compõem.

O conselho de administração é, em regra, órgão facultativo. A sua existência depende de previsão estatutária. Apenas em três hipóteses ele é obrigatório por lei: na companhia aberta, na sociedade com capital autorizado e na de economia mista. As sociedades fechadas com regime de capital fixo podem, a qualquer tempo, deliberar por assembléia geral a modificação estatutária para suprimir o Conselho de Administração, sem que caiba aos acionistas direito de retirada. Trata-se de órgão deliberativo, fiscalizador e administrativo, composto por, no mínimo, três membros eleitos pela assembléia geral.

A Diretoria é obrigatória nas companhias, composta por, no mínimo, dois membros, que não precisam ser, necessariamente, acionistas. Não se trata de um órgão colegiado, como é o caso do conselho de administração, pois seus membros têm poderes de administração e os exerce individualmente. A representação da sociedade é sua função principal, mas não a única. Deve o estatuto determinar as funções individuais dos diretores e a responsabilidade de cada um deles deverá ser julgada nos limites de suas atribuições.

Muitos são os aspectos relevantes que envolvem os administradores da sociedade anônima. Neste trabalho serão abordados os limites das competências dos órgãos, a independência de seus membros e a realização de atos discricionários, a fim de compreender melhor a qualidade e funcionamento da administração frente às exigências da governança corporativa.

O LIMITE DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

A relação entre a companhia e o administrador já foi conceituada no passado como modalidade de contrato de mandato. Contudo, sobressalta-se que se trata de uma relação sobre a base da representação orgânica, ou seja, o diretor ou o conselheiro não são mandatários, mas órgão da pessoa jurídica.

Não se trata de uma relação entre dois sujeitos, representante e representado. Nas sociedades anônimas a composição dos órgãos é complexa e está formada por vários elementos com função própria, que se integram e formam a personalidade jurídica. Não são os administradores que atuam em nome da sociedade, mas a sociedade que atua por seu intermédio.¹

A própria lei 6.404/76, tecnicamente empregou o termo órgão na qualificação da diretoria e do conselho de administração. Desse modo, na relação entre companhia e administrador não há o acordo de vontades que caracteriza o contrato.

Considerando então que a base da gestão dos administradores é a lei e o estatuto, a própria lei já estabelece que um órgão não pode invadir a competência do outro².

Trata-se do princípio da indelegabilidade de poderes firmado na lei 6.404/76, que advém do direito público e da própria organização dos aparelhos de soberania do Estado, ou seja, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As companhias, em semelhança ao que é previsto na nossa constituição sobre a organização dos poderes, prevêm a mesma importância jurídica entre os órgãos, não havendo hierarquização, sendo cada um independentes e harmônicos. Trata-se da instituição do controle de legitimidade do exercício de competência de seus órgãos.

Como bem dispõe Modesto Carvalhosa, a indelegabilidade assegura a legitimidade das competências tanto dos órgãos como dos atos praticados pelos seus respectivos membros. Os poderes e reservas advêm da lei e não da vontade dos acionistas. Trata-se da vontade da sociedade.³

Não obstante, o princípio da indelegabilidade orgânica societária, apesar de inerente a nossa legislação, é relativo. Tal fato se dá pois há previsão de delegação aos administradores de alguns poderes pontuais, sem prévia deliberação da assembléia geral. São exemplos desses poderes os de confessar a falência ou para requerer o favor da concordata, instituto este já extinto e substituído pela lei 11.101/2005 pela recuperação judicial.⁴

Igualmente, a lei faculta a delegação de competência da assembléia geral para o Conselho de Administração da companhia aberta, no que se refere à oportunidade de emissão de debêntures.⁵

¹ BULGARELLI, Waldirio. Manual das Sociedades Anônimas, São Paulo: Editora Atlas S/A, 11ª. Edição, 1999, p 169.

² Art. 139 da lei 6.404/76: “As atribuições e poderes conferidos por lei aos órgãos de administração não podem ser outorgados a outro órgão criado por lei ou pelo estatuto.”

³ CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de Sociedades Anônimas. Vol. 3, 2ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 37.

⁴ Art. 122 da lei 6.404/76.

⁵ Art. 59 da lei 6.404/76.

A relatividade do princípio da indelegabilidade é oriunda do mandamento legal. Apenas a lei pode dispor sobre casos de delegação de competência, tratando-se de hipóteses exaustivas. Assim, mister que não cabe ao estatuto criar delegação orgânica.

Desta feita, a lei garante o princípio da especialização de funções, garantindo o controle da legitimidade dos atos praticados pelos órgãos. O estatuto não pode derogar essa harmonia de competências, o que ressalta o caráter institucional da companhia.

INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Muito se comenta sobre a falta de dependência efetiva dos membros do Conselho de Administração pois o Brasil tem um histórico de concentração de poder acionário que afeta diretamente a administração da companhia. Havia duas espécies de acionistas controladores: ou as companhias eram controladas por pequenos grupos de poucos acionistas (na maioria eram grupos familiares) ou eram controladas pelo Estado.

Na década de 1990, o Estado empresário liquidou seus investimentos e, em substituição, grupos estrangeiros e nacionais formaram alianças. Os investidores estrangeiros entraram no Brasil e investidores brasileiros retomaram os investimentos no país. As companhias passaram a usar mais o mercado de capitais como fonte de captação de recursos sem, no entanto, alterar a concentração do controle acionário, na sua maioria controlada com elevados percentuais do capital votante.

Diferentemente, nos Estados Unidos, a pulverização das ações das companhias possibilitou que o seu controle fosse exercido por administradores, os CEO ou *Chief Executive Officer*, que indicavam aqueles que deveriam ser eleitos como membros do conselho de administração – automaticamente exercendo o controle da companhia. Nesse sentido, houve uma mudança nos Estados Unidos para tentar tornar os membros do conselho de administração mais independentes e esvaziar os poderes indiretos dos CEO.

Com a presença marcante do controlador nas companhias brasileiras, Paulo César Aragão⁶ bem coloca que os conselheiros terminam sendo os próprios diretores, gerentes e empregados dos acionistas controladores ou a eles vinculados de outras formas similares, que

⁶ ARAGÃO, Paulo Cezar. A disciplina do acordo de acionistas na reforma da lei das sociedades por ações: lei 10.303/2001. In LOBO, Jorge (coord). Reforma da lei das sociedades anônimas: Inovações e questões controversas da lei no. 10.303 de 31/10/2001. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 376.

reduzem ou eliminam a respectiva independência necessária as suas atribuições. Este doutrinador trata os conselheiros como meros prepostos para representar o acionista na reunião do Conselho de Administração, sem que haja indicação de um terceiro verdadeiramente independente para alcançar o objetivo social da empresa. A própria lei das S/A previu expressamente a vinculação do conselheiro ao acionista, ou ao bloco de acionistas, que o elegeu.⁷

Contudo, apesar da inevitável vinculação do conselheiro de administração aos controladores, constata-se que não há prejuízo do mercado e nem dos seus investidores. Ainda que reduzida sua independência, eles não podem se afastar de suas obrigações ou deixar de cumprir seus deveres.

O administrador eleito por grupo ou classe de acionistas tem para com a companhia os mesmos deveres que os demais, não podendo faltar-lhes, ainda que para defesa do interesse dos que o elegeram.⁸

Dentre os princípios de governança corporativa, cabe aos administradores sempre agirem de maneira informada, de boa-fé e com a devida diligência nos atos praticados pelo cargo que ocupa.

Não obstante, é perfeitamente possível ter conselheiros vinculados, desde que obedecidos os princípios estabelecidos na lei das sociedades anônimas e da governança corporativa, sem que se desproteja a os acionistas minoritários e cause o mau funcionamento do mercado acionário. Este vem sendo o caminho perseguido com a criação do Novo Mercado, caracterizado pela comercialização de valores mobiliários de empresas que aderissem a melhores regras de transparência na sua relação com seus acionistas e investidores.

Destarte, a sistemática de conselheiros vinculados no Direito Brasileiro aos acordos de acionistas e da participação nos órgãos deliberativos da companhia não compromete a sua atuação em razão dos seus deveres legais e estatutários.

DEVERES GERAIS DOS ADMINISTRADORES E ATOS DISCRICIONÁRIOS

Para que a pessoa jurídica atue como sujeito de direitos e obrigações é necessária a conduta de seu administrador. A ação ou omissão desse indivíduo é interpretada como ação ou omissão da pessoa jurídica.

⁷ Art. 118 da Lei 6.404/1976.

⁸ Art. 154, § 1º. Da lei 6404/76.

Os direitos e deveres da sociedade não são direitos e deveres dos seus administradores. Mas é por meio dessas pessoas naturais, que efetivamente compõem o órgão da sociedade, que eles se fazem presente.

Mister ressaltar que as normas atinentes à responsabilização de administradores não se aplicam aos empregados gestores da empresa, com vínculo trabalhista. Estes se submetem ao comando do respectivo superior hierárquico ou empregador, o qual é responsável pelos atos ilícitos praticados pelo empregado, de forma objetiva, nos termos do art. 932, II e 933 do Código Civil. Quando o vínculo entre diretor e empresa é de subordinação, não há que se falar em responsabilidade do administrador.

Os poderes dos administradores das companhias, para a gestão, devem ser definidos, quanto a sua extensão, no estatuto social. No entanto, o direito positivo em vigor trata de deveres funcionais, independentes de previsão estatutária. Dentre eles, alguns podem ser destacados:

- a) promover o depósito de parte do capital realizado em dinheiro quando da constituição da companhia.⁹ Em regra, 10% do capital social deve ser realizado em moeda. O depósito deve ser feito em nome dos subscritores pelos fundadores, os quais são responsáveis pela importância recebida e não poderão utilizar essas quantias para outros fins;
- b) convocar a assembléia geral, uma vez encerrada a subscrição, na constituição por subscrição pública¹⁰, respeitando a regra geral de convocação de assembléias no que tange ao número de publicações, prazos e formalidades do art. 124 da lei das S/A e demais exigências da Comissão de Valores Mobiliários. A convocação deverá explicitar se a assembléia irá promover a avaliação dos bens, ou se versará, desde logo, sobre a constituição da companhia;
- c) providenciar em até 30 (trinta) dias a publicação e o registro dos atos de constituição da nova sociedade, estando pessoal e solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados pela demora no cumprimento dessas formalidades.
- d) comunicar até um mês antes da data designada para a assembléia geral ordinária, pela imprensa, que se acham à disposição dos acionistas: o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais eventos administrativos ocorridos no exercício findo, a copia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, se for o caso¹¹;

⁹ Arts. 80, III e 81 da lei 6.404/76.

¹⁰ Idem, art. 86.

¹¹ Idem, art. 133.

e) convocar as assembleias gerais nos casos prescritos em lei e no estatuto¹² e comparecer para atender aos pedidos de esclarecimentos dos acionistas¹³;

f) prestar conta de sua gestão, anualmente¹⁴, em assembleia geral ordinária, podendo os acionistas conhecer previamente os documentos da administração que serão submetidos à sua deliberação, os quais devem ser publicados com antecedência. A não aprovação dos documentos tem como consequência, em regra, a destituição dos administradores;

Além dos deveres legais pontuais, os poderes dos administradores das companhias, para a gestão, devem ser definidos, quanto a sua extensão, no estatuto social. No silêncio ou omissão, podem eles praticar atos de gestão ditos regulares, os relativos ao fim e aos limites do objeto da sociedade.

Corrêa-Lima entende que “objeto social é sua atividade fim¹⁵”, ou seja, o ramo empresarial e o objetivo de lucro. Os administradores devem acreditar que a decisão tomada visa aos melhores interesses da sociedade, baseando-se nos poderes expressos ou implícitos estabelecidos na lei ou no estatuto social.

Nem sempre é fácil conciliar as exigências de definição precisa do objeto social com a noção de poderes implícitos dos administradores. Os administradores têm, necessariamente, a prática de atos discricionários de administração, embora tenha que observar as regras legais e sociais.

Não se confunde, por óbvio, poder discricionário com poder arbitrário ou ato *ultra vires*, que ocorrerá quando o administrador extrapolar suas atribuições referentes ao objeto social e seus poderes impostos pela lei ou pelo estatuto. A discricionariedade é a certa liberdade para a eleição de comportamentos cabíveis em casos concretos, segundo critérios razoáveis para que seja dada uma solução adequada.

O administrador se sujeita aos princípios da oportunidade e da conveniência que pertencem ao conceito de discricionariedade de atos emanados pelo poder público. O princípio de oportunidade determina que “a valoração subjetiva tem que ser feita dentro do razoável, ou seja, em consonância com aquilo que, para o senso comum, seria aceitável perante a lei.¹⁶” O princípio da

¹² Idem, art. 123.

¹³ Idem, art. 134, §1º.

¹⁴ Idem, art. 132.

¹⁵ CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Responsabilidade civil dos administradores de sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Aide, 1989, p. 58.

¹⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2004, p. 212.

conveniência determina que os atos administrativos sejam respostas proporcionais ao que o caso concreto exige, sem que se admita o cometimento de excessos.

A própria lei delimita o poder discricionário do administrador quando exige que este, no exercício de suas funções, empregue precipuamente diligência e lealdade. O primeiro está relacionado à qualidade de tomada de decisão pelos administradores. Já o dever de lealdade refere-se ao dever de justa negociação.

Os deveres de diligência e lealdade têm origem na *common law* e na tradição. Pressupõe-se que as decisões dos negócios da companhia sejam tomadas por administradores desinteressados e independentes, devidamente informados e de boa-fé, visando os melhores interesses da sociedade, incluindo a maximização de lucros, ainda que com os riscos inerentes ao negócio.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Uma locução correta em vernáculo para transpor o significado de *Corporate Governance* poderia ser “regras sobre gestão das sociedades ou das empresas”. Em Portugal, usa-se o termo “governo das sociedades” mas no Brasil é usual tratar o tema como governança corporativa. Considerando que não se trata de uma noção exclusiva do mundo do Direito, a sua correta tradução não tem significado relevante para entender o que realmente significa.

A governança corporativa não é definível em termos jurídicos: abrange um conjunto complexo de máximas válidas para uma gestão de empresas responsável e criadora de riqueza a longo prazo, com controle e transparência.

A idéia veio dos Estados Unidos visando, por um lado, dar corpo à agressiva atuação dos gestores locais e, por outro, moralizar essa atuação, tornando-a mais responsável. Nos Estados Unidos, muito mais do que na Europa e na América Latina, recorre-se ao financiamento do mercado mobiliário. A imagem das empresas e a forma por que elas sejam geridas têm, assim, uma grande importância.¹⁷

Ficam abrangidas entre as máximas da governança corporativa:

¹⁷ CORDEIRO, Antonio Menezes. Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades. Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. Setembro 2006, p. 481.

- regras jurídicas societárias de conduta dos administradores e com preceitos relativos à prestação de contas;
- regras gerais de ordem civil;
- princípios e normas de gestão, de tipo econômico;
- postulados morais e de bom senso, sempre suscetíveis de interferir na concretização de conceitos indeterminados.¹⁸

De acordo com a OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*¹⁹, são as relações entre a administração da sociedade, seu conselho, acionistas e outras partes interessadas que compõem seu maior objetivo.

Para o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, seguindo sua origem norte americana, governança corporativa pode ser considerada como práticas e relacionamentos entre os acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e o conselho fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital.

A boa governança corporativa, em diferentes níveis, proporciona uma gestão estratégica empresarial e a efetiva monitoração da direção executiva. As principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão são o Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal, a fim de compreender a importância das relações entre os acionistas, administradores e os *stakeholders* - empregados, credores e clientes.

Em nome da governança corporativa, vários questionamentos societários estão em discussão, a fim de verificar qual seria a melhor maneira de manter o equilíbrio e transparência das sociedades. Pode-se citar, por exemplo, o questionamento da existência de ações sem direito de voto, ou que ações também fiquem indiscriminadamente privadas de participar dos lucros, direito intangível do acionista.²⁰

¹⁸ Idem ao anterior.

¹⁹ Estabelecida em 1961 em Paris, a OECD relaciona-se a países democráticos e a economia de Mercado visando, dentre outras atribuições, o crescimento econômico sustentável, estabilidade financeira e desenvolvimento econômico de outros países, com troca de experiências, inclusive com o Brasil e países menos desenvolvidos.

²⁰ CVM – processo no. RJ 2002/4932 – ata de reunião do colegiado no. 42 de 21/10/2002.

Adalberto Simão Filho cita a avaliação de João Bosco Lodi²¹ sobre códigos de melhores práticas de empresas de diversas nacionalidades, o qual destacou pontos em comum entre eles. Alguns deles são:

- a) o presidente do conselho não deve ser o da diretoria;
- b) deve haver maioria de conselheiros externos sobre conselheiros acionistas;
- c) profissionalização da presidência através da contratação no mercado;
- d) avaliação anual de diretores presidentes e de conselheiros;
- e) ausência de conflito de interesses entre conselheiros externos e a empresa;

A implementação da governança corporativa objetiva atingir o objeto social da empresa, de forma moderna e dinâmica, com alcance amplo do seu fim social. Para o Direito, cabe impor normas que harmonizem as relações sociais, a fim de que os administradores ajam de maneira transparente, de boa-fé e com a devida diligência e lealdade.

CONCLUSÃO

Abusos praticados por administradores nas companhias não são acontecimentos recentes. A observância de seus deveres previstos na legislação e no estatuto social constituem a base para o bom funcionamento das sociedades.

Mais nitidamente nas sociedades abertas estes deveres e a melhor conduta se mostram imprescindíveis para a proteção do mercado mobiliário. O conhecimento administrativo aliado a atitudes probas e em observância ao objeto social e o limite de competência de cada órgão são instrumentos para tornar o mercado mais transparente. Dessa maneira, os investidores terão acesso à competência administrativa que necessitam para deliberar sobre o investimento e/ou operação que devam realizar.

Nossa legislação não se mostra imperfeita ou insuficiente para regradar a administração societária. Falta apenas a punição e a função educativa da lei, a fim de coibir a prática dos abusos.

²¹ Citado na obra de SIMÃO FILHO, Adalberto. *Nova empresariedade – uma visão reflexa da ética na atividade empresarial no contexto da gestão e da sociedade da informação*: 2002, p. 131 – tese (doutorado em direito das relações sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

A punição e a educação, na prática, deve ocorrer, inicialmente, dentro da própria companhia, através de seus investidores, acionistas, auditores, órgãos de fiscalização e da própria comissão de valores mobiliários. Quanto maior o número de fiscalizadores, menor a probabilidade de ilícitos a serem cometidos. Quanto maior a fiscalização, mais provas poderão ser produzidas para culpar e prever o dano causado.

Além da fiscalização entre os órgãos sociais das companhias, também se faz necessária a fiscalização recíproca entre seus membros, seja, por um lado, em função do dever ético-profissional ou pelo medo, principalmente, dos membros de conselho de administração, tendo em vista a possibilidade de solidariedade entre eles.

São esses procedimentos que aumentam o lucro da companhia. Os investidores procuram empresas com administração transparente, empresas que eles saibam que podem confiar o seu dinheiro, que obedecem todas as disposições legais e que demonstram interesse social. Atualmente, o importante é a segurança do investimento. Os administradores devem ter consciência de que o investimento deve ser seguro e de alguma relevância para a sociedade e por isso obedecer às disposições legais e estatutárias existentes.

A boa empresarialidade é calcada em padrões éticos e morais e para que haja o desenvolvimento sadio da atividade. Essa forma de pensar e agir deve ser inerente aos que atuam como administradores, aos que compõe o quadro acionário, aos que negociam com a sociedade e aos que, de alguma forma, são atingidos pelas suas ações – a coletividade.

Somente dessa forma podemos garantir o perfeito funcionamento e a credibilidade do mercado, além de uma sociedade mais justa e equilibrada, através de companhias que objetivam lucro com competência e em observância às regras legais e estatutárias, além do novo sistema de governança corporativa.

REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, Paulo Cezar. A disciplina do acordo de acionistas na reforma da lei das sociedades por ações: lei 10.303/2001. In LOBO, Jorge (coord). *Reforma da lei das sociedades anônimas: Inovações e questões controvertidas da lei no. 10.303 de 31/10/2001*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BULGARELLI, Waldirio. *Manual das Sociedades Anônimas*. São Paulo: Editora Atlas S/A, 11ª. Edição, 1999.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à lei de Sociedades Anônimas*. Vol. 3, 2ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

75 OLIVEIRA, Daniele de Lima de. *Referências sobre a administração das sociedades anônimas*. Estácio de Sá – Ciências Humanas. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-GO. Vol. 02, nº 05, 64-75, Jan. 2011/Jun.2011.

CORDEIRO, Antonio Menezes. Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades. *Revista da Ordem dos Advogados*. Lisboa. Setembro 2006.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Aide, 1989.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 17ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

SIMÃO FILHO, Adalberto. *Nova empresariedade – uma visão reflexa da ética na atividade empresarial no contexto da gestão e da sociedade da informação*. 2002. – tese (doutorado em direito das relações sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E MISÉRIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Veralúcia Pinheiro*

Resumo:

Este artigo aborda a historicidade da expressão “classes perigosas”, cunhada no século XIX para caracterizar o mundo dos miseráveis considerados inimigos da ordem pública. Acreditamos que o ideal de higienização das cidades ainda faz parte do imaginário das autoridades que insistem em projetos de criminalização da pobreza. Subjazem a esses projetos os “perigos” representados pelos pobres, principalmente, crianças e adolescentes dos setores populares da sociedade. A partir da relação dialética delinquentes *versus* desvalidos, nossas reflexões apontam a continuidade entre o conteúdo das leis do século XIX, voltados para crianças e adolescentes e os projetos de rebaixamento da idade penal que tramitam no Congresso Nacional brasileiro. Desse modo, acreditamos que o foco de preocupação das autoridades ainda são os indivíduos das classes populares, especialmente aqueles que transitam pelas cidades e provocam inquietações à população considerada “gente de bem”.

Palavras-chave:

Classes perigosas, violência, juventude

Abstract:

This article approaches the historicidade of the expression “dangerous classrooms”, brother-in-law in century XIX to characterize the world of the considered villains enemy of the public order. We believe that the ideal of hygienic cleaning of the cities still is part of the imaginary one of the authorities that they insist on projects of criminalização of the poverty. Subjazem to these projects the “perigos” represented by the poor persons, mainly, children and adolescents of the popular sectors of the society. From the relation dialectic delinquent versus desvalidos, our reflections point the continuity enter the content of the laws of century XIX, come back toward children and adolescents and the projects of degradation of the criminal age that move in the Brazilian National Congress. In this manner, we especially believe that the focus of concern of the authorities still is the individuals of the popular classrooms, those that transit for the cities and provoke fidgets to the considered population “good people”.

Key-words:

Dangerous classrooms, violence, youth

* Doutora em Educação pela Unicamp, professora da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

Tinha como motivação a indignação habitual, a amargura da alma, o profundo sentimento das iniquidades sofridas, a reação mesmo contra os bons, os inocentes e os justos, se é que os há. A origem e o alvo de todos os seus pensamentos era o ódio contra a lei humana, ódio que se não for interrompido em seu desenvolvimento por algum acaso providencial, se transforma, após certo tempo, em ódio contra a sociedade, depois em ódio contra a humanidade [...], e se traduz por um vago, incessante e brutal desejo de fazer mal, seja a quem for, a um ser vivo qualquer.

Victor Hugo (Os miseráveis)

Iremos abordar neste artigo a atualidade da expressão “classes perigosas”, que ainda se mantém no imaginário de setores importantes da sociedade, cunhada no século XIX, na Europa e no Brasil, para caracterizar o mundo dos miseráveis, considerados inimigos da ordem pública. Defendemos a idéia de que muitas das práticas das instituições sociais, incluindo as propostas de rebaixamento da idade penal que tramitam no Congresso Nacional brasileiro, têm como pressuposto os “perigos” representados por estes miseráveis, inclusive, e principalmente, crianças e adolescentes “rebeldes” que fogem ao controle da escola, da família, da religião. As discussões feitas pela mídia, pelos “gestores” das políticas públicas, dentre outras “autoridades”, guardam quase sempre a noção do risco representado por estes sujeitos. Parece haver a crença de que existiria no interior do mundo moderno uma harmonia, duramente garantida por meio das leis e da polícia, e que tenderia a ser quebrada com a ação destas crianças e adolescentes.

Pejorativamente denominados de vagabundos, pivetes, menores, eles vagueiam pelas margens da ordem social, vivendo de pequenos furtos, ameaçando os bens e a segurança das pessoas. Sua existência nos remete às análises de Baudelaire (2002), quando este retrata a modernidade como intrínseca à vida nas cidades, com suas ruas e praças, com seus teatros e cinemas e, também, com a morte a espreitar em qualquer esquina. Para o poeta que produziu sua obra no “auge da modernidade”, o paraíso convivia lado a lado com o inferno da solidão em meio à multidão. Diríamos que tais condições na contemporaneidade permaneceram e o perigo ainda pode ser representado pela fome, pela doença, pelo abandono e por várias novas formas de manifestação da violência.

No Brasil, a expressão ou o conceito de “classes perigosas” propagou-se nos tempos do Império logo após a abolição da escravidão. Nossos representantes no legislativo, sempre tão preocupados em garantir a reprodução das injustiças nunca mediram esforços para que a “ordem” fosse mantida. Com esse propósito ocorreram intensos debates na Câmara dos Deputados do Império, cujo foco era a organização do trabalho e a necessidade de um projeto de lei para reprimir a ociosidade. A inspiração veio da Europa, especialmente da França, país que havia acumulado experiência na repressão aos pobres, com leis que tinham por objetivo obrigá-los a se submeterem a inimagináveis condições aviltantes de trabalho.

Uma das contradições da cultura na sociedade capitalista consiste em privilegiar a vida privada e, por isso mesmo, sua concepção de sujeito centra-se no indivíduo isolado. Dessa forma, essa sociedade criou novas formas de existência social – espaços urbanos, formas arquitetônicas, mercadorias produzidas em massa e experiências individuais infinitamente reproduzidas – que engendram perspectivas conformistas no cotidiano das pessoas, mas não a solidariedade social, tampouco um nível novo de consciência coletiva. Tal isolamento permite ainda a re-criação de diferentes formas de violências, por isso, na obra de Baudelaire a cidade representa também o mísero, o decadente, o noturno, o artificial, provenientes das ruas e becos escuros. Foi nesse contexto de negação e de denúncia que Baudelaire retratou em sua poesia personagens como o catador de papel, a prostituta, o morador de rua.

Paralelamente à abordagem poética de Baudelaire na França do século XVIII ou de *Victor Hugo*, no século XIX denunciando as injustiças que caracterizavam a vida dos pobres, surgiram também na França estudos que buscavam alertar a sociedade e o Estado para as chamadas “classes perigosas”. Chalhoub (2006) nos apresenta *Frégier*, alto funcionário da polícia de Paris que, tendo por base os inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro que obteve grande influência na época, publicado em 1840, sobre as “classes perigosas” da população nas grandes cidades. Chalhoub afirma que, embora Frégier tenha declarado sua intenção de produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de “malfeitores” que agiam nas ruas de Paris e tenha efetivamente retratado muito do mundo das prostitutas, dos ladrões e espertalhões de todo tipo, conseguiu apenas descrever de forma ampla as condições de vida dos pobres parisienses em geral. Ou seja, ele falhou em seu objetivo de traçar a fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres”.

Também na Inglaterra a utilização deste termo ganhou projeção. Ao pesquisar a ação repressiva do Estado na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, Chalhoub (2006) relata que a escritora Inglesa Mary Carpenter, na década de 1840 contribuiu com um estudo da década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada”, concebendo os componentes das classes perigosas como pessoas que já passaram pela prisão ou que, mesmo não tendo sido presas, optaram por obter seu sustento por meio da prática de furtos e não do trabalho. Como podemos inferir, tratava-se de uma noção restrita, posto que a autora considerou “perigosos” somente os indivíduos que haviam “escolhido” uma estratégia de sobrevivência à margem da lei.

Walter Benjamin na obra *Passagens*, em forma de anotações esporádicas, cita trechos sobre os estereótipos que a classe dominante e o Estado, ao longo da história do capitalismo, imputaram aos pobres em geral. Este autor, que dedicou-se a estudos que reportam a autores do

século XVIII e XIX, retrata a miséria e a decadência nas ruas das grandes cidades. Tal decadência era representada pela presença de sem tetos, adultos ou crianças, prostitutas, catadores de papel etc.

Na perspectiva da transformação social, vários autores buscaram analisar o significado da condição aviltante destes grupos que povoam as cidades modernas. Assim, a partir da interpretação de textos escritos por Marx (1978), alguns estudiosos, analisaram os chamados *lumpemproletários* como indivíduos que sobrevivem na marginalidade e que, mesmo não possuindo renda alguma, também não se dispõem a vender sua força de trabalho no mercado. Seriam indivíduos considerados “perigosos”, destituídos de honra e de valores e que, por isso mesmo, poderiam servir aos caprichos da classe dominante, fazendo o jogo da repressão frente aos movimentos revolucionários, já que estariam privados de qualquer potencialidade revolucionária.

Benjamin, todavia, ressalta os preconceitos, os estereótipos e a violência contra os trabalhadores pobres ou desempregados das cidades. Vejamos suas anotações de pesquisa sobre a cidade de Paris do século XIX, período da comuna ou *Insurreição de Junho: Bastava ter a aparência de pobre para ser tratado como um criminoso. Naqueles dias, inventou-se o que se chamaria ‘perfil do insurrecto’, e qualquer um que tivesse essa aparência era preso.* (2007, p. 648). Citando Eugène Buret, na obra *La misere des classes Laborieuses*, suas anotações dão conta do pensamento dominante da época, cuja expressão poderia ser percebida na indiferença do chefe de fábrica para quem os operários não passavam de instrumentos rebeldes e menos econômicos que as ferramentas de ferro e de fogo. Benjamin demonstra que sua obra não separa rigidamente ficção e estudos teóricos. Suas citações transitam entre Victor Hugo, Balzac, Rousseau, Engels e Marx etc, o que demonstra seu interesse em captar nas obras clássicas aspectos da degradação da vida sob o capitalismo.

Diríamos que essa degradação das condições de vida não foi superada na contemporaneidade. As novas tecnologias, as mudanças no mundo do trabalho, a hegemonia do capital financeiro, nada disso alterou o implacável processo de violência contra os trabalhadores. Se as condições reais de vida não se transformaram, tampouco houve transformação no imaginário dos grupos ou das classes que compõem essa sociedade. Desse modo, o conceito de “classes perigosas” não se extinguiu. Ele está presente nas práticas de diferentes setores sociais - mídia, escola, igrejas – e ainda constitui categoria de análise que pressupõe a intervenção de autoridades que lidam com a justiça, com os meios de comunicação, com a execução de medidas sócio-educativas, enfim dos “gestores” dessa sociedade, os quais se limitam a garantir os mecanismos de reprodução das desigualdades que, produzidas no âmbito da economia, tornam-se culturais e política.

Quais seriam, nos tempos atuais, os grupos que os setores dominantes da sociedade consideram perigosos? Poderíamos dizer que continua a ser os pobres em geral (sem terra, sem teto, desempregados, subempregados, moradores de rua, catadores de papel etc.). No entanto, dentre os pobres existem os menos conformados, os rebeldes, como, crianças, adolescentes e jovens que, aos olhos da classe dominante, deveriam permanecer segregados em suas periferias. Teimam, todavia, em invadir áreas consideradas “nobres” e expor suas misérias. A mera aparição destes indivíduos constitui-se agressiva aos olhos de setores da população. Outras vezes estes jovens agridem literalmente, praticando ações que servem para corroborar o antigo conceito formulado sobre o perigo que representam.

Mas de onde viria toda essa violência praticada pelos jovens e contada em “verso e prosa” pelos noticiários ou até a que assistimos “ao vivo” nas ruas de nossas cidades? Seria correto imaginar uma “natureza humana” fria e cruel que de forma não menos cruel seria constituinte da essência dos pobres, posto que são eles os sujeitos preferenciais que praticam tais barbaridades? Basta estender um pouco o nosso olhar sobre as condições de vida das crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores pobres, para percebermos que não há uma maldade intrínseca que integra a natureza destes jovens. Ao invés disso, é preciso compreender a violência que engendra suas existências desde muito cedo, uma violência que, produzida pelas injustiças desse modelo de sociedade, atinge o mundo adulto que as reproduz em forma de inúmeras agressões contra as crianças e os adolescentes. É claro, também, que a reprodução dessa violência não ocorre apenas contra os pobres, ela abarca o conjunto das relações sociais. Mas, são as crianças dessa classe numericamente superior que irão sofrer as maiores conseqüências dessa cultura da barbárie.

Os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com a proposta de rebaixamento da idade penal, os discursos inflamados da mídia sempre que um crime é cometido por adolescente das classes pobres e, em contrapartida, o silêncio em relação à violência dos extermínios dos quais são vítimas os adolescentes pobres (e negros) das periferias, dentre outras modalidades de violência, subjazem à idéia de que é necessário punir cada vez mais e que não existe solução para além da repressão. Tais projetos reafirmam que os pobres, especialmente aqueles que romperam o pacto “sagrado” trabalho, família, moralidade, religião, rompendo conseqüentemente com o conformismo, merecem e precisam ser punidos. Esse discurso proferido ora pelos políticos profissionais ora pela mídia e reproduzido até mesmo por profissionais da educação, é uma construção social que, embora se apresente atual, pode ser identificada em suas raízes, segundo Castel (1999), nas sociedades pré-industriais, quando a questão social levantada pela indignação válida e móvel não poderia ser tratada senão como uma questão de polícia.

Por detrás de toda a fúria contra os jovens pobres, considerados vagabundos, pivetes, reside o medo daqueles que nada têm a perder. Parafraseando Marx, *eles nada têm a perder a não ser seus grillhões*. Quem nada tem para preservar pode querer apropriar-se de todas as riquezas produzidas e, por que não, desenvolver a consciência da necessidade de transformação social? Castel (1999) relata uma espécie de fantasmaticização do perigo, representada pelas revoltas populares desencadeadas ao longo do século XIX na França. Também no século XX, no Brasil, é marcante o papel desempenhado por movimentos sociais, cujos integrantes foram grupos de trabalhadores desempregados ou adolescentes abandonados, a exemplo do movimento dos sem terra e das revoltas dos internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM que marcaram as décadas de 80 e 90. Estes movimentos tiveram por protagonistas os que nada têm a perder e por isso mesmo, fizeram emergir medo e repressão ao mesmo tempo.

Se os jovens pobres de nossas cidades são tratados como bandidos antes mesmo de qualquer julgamento oficial, aos jovens das classes médias e altas que “ocasionalmente” cometem atos infracionais ou crimes quando maiores de 18 anos, pelo contrário, toda a tolerância parece ser pouca. Talvez isso se deva ao fato de que sua aparência não inspire medo, ou ao fato de não possuírem “jeito” de quem venha a ameaçar a ordem. Suas ações, mesmo quando criminosas, como nos casos em que se embriagam e atropelam pessoas, ou quando até mesmo por “farras” resolvem atear fogo em moradores de rua ou então, espancar uma mulher qualquer, empregada doméstica ou prostituta, são consideradas apenas travessuras. Tratados como adultos infantilizados por suas “famílias estruturadas”, possuem endereço fixo, estão matriculados em excelentes escolas ou faculdades, diferenciam-se dos garotos da periferia, são obedientes, reproduzem fielmente os valores transmitidos por suas famílias e demais integrantes de sua classe. O desprezo que demonstram sentir pela *condição humana* do *Outro* é uma mera repetição daquilo que aprenderam observando as práticas cotidianas de seus pais, dos adultos que fazem parte do mundo deles.

A idade penal foi rebaixada de 14 para 09 anos de idade no Código Penal brasileiro de 1890. Segundo Rizzini (2009), a despeito das críticas de juristas, médicos, filantropos que afirmavam que o novo Código não dava solução integral ao problema da criminalidade dos menores, posto que mesmo numa época de avanço da ciência, privilegiava-se a repressão e não a educação, até o século XX, quando foram dados passos decisivos rumo ao Código de Menores, não houve nenhuma mudança significativa na legislação. Nos anos posteriores, o debate e as leis seguiram paralelamente – voltados, por um lado, à infância desvalida e, por outro, aos delinquentes. Para a autora, houve, nessa época, um crescimento da preocupação com a criminalidade infantil em âmbito internacional, sendo objeto de considerações especiais nos congressos sobre Direito

Criminal. A legislação desse período refletia o temor da sociedade com o crescimento dos crimes cometidos por crianças e jovens. Foram, portanto, intensificadas as tentativas de regularizar a situação do recolhimento de crianças nas colônias correcionais.

A relação dialética entre delinquentes x desvalidos, que se expressa no conteúdo das leis e decretos para crianças e adolescentes no Brasil do final do século XIX e início do século XX deixa claro que o foco da preocupação eram os indivíduos das classes populares. As representações, as imagens do perigo estavam voltadas para as crianças pobres, geralmente negras ou mestiças. Da mesma forma, as propostas de rebaixamento da idade penal que tramitam e são defendidas por setores da sociedade brasileira, ainda é o conceito de “classes perigosas”. Daí, porque mesmo quando maiores de 18 anos, os jovens das classes privilegiadas que cometeram crimes são tratados com uma condescendência que não se observa no tratamento dos demais grupos sociais, mesmo quando ainda crianças e adolescentes.

Não queremos com estes argumentos justificar os atos infracionais cometidos por adolescentes de qualquer segmento ou classe social, mas sim refletir sobre as conseqüências para o conjunto da sociedade de análises parciais que focadas nos segmentos empobrecidos deixam de lado uma questão essencial para a formação dos valores das novas gerações – a indignação contra as injustiças. Esse valor esquecido, pautou nas décadas de 60 do século XX as ações do movimento estudantil, por meio do conhecido Projeto “de pé no chão também se aprende a ler”, idealizado por Paulo Freire no nordeste brasileiro. No entanto, os movimentos que hoje, abstratamente defendem a chamada “cultura da paz”, organizados por setores das classes médias nunca se solidarizam com os anônimos, em sua maioria jovens, mortos nas chacinas que atingem os moradores da periferia, ao mesmo tempo que não deixam de *condenar* e clamar por rigor na punição quando estes jovens praticam violência.

Mas, se assistimos sem nos chocar (ou nos mobilizar) a ações que vão desde a fome ao extermínio dos pobres, bandidos ou não, estamos implicitamente concordando que a resolução dos conflitos se dê a partir do uso arbitrário da violência. As conseqüências dessa escolha, que é política, contribuem para reproduzir infinitamente a violência. Como retratou *Victor Hugo*, no trecho reproduzido na epígrafe deste artigo, o ódio contra a sociedade, depois contra a humanidade que se forja na alma daquele que sofre injustiça se traduz por um incessante e brutal desejo de fazer mal, seja a quem for, a um ser vivo qualquer. Esse é o ponto de partida para refletirmos sobre a conduta dos adolescentes autores de atos infracionais. Além disso, resta-nos compreender que, a construção de uma sociedade não violenta pressupõe o fim das desigualdades sociais. No contexto da miséria, a paz é uma farsa e a própria violência é uma expressão da miséria.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

CASTEL. Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poletí. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira, vol. I, São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIZZINI, Irene. “Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil”. In: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

A BIOÉTICA DE RESPONSABILIDADE NA "SOCIEDADE DE RISCO COSMOPOLITA" – UM OLHAR SOBRE O EXPERIMENTO DE J. CRAIG VENTER

Homero Gonçalves Neto¹

Resumo:

A bioética surge como o “fiel na balança”, fornecendo aos defensores da vida o conteúdo moral para um agir eticamente consciente numa era da modernidade altamente tecnicista. Como hoje se avalia, as promessas de prosperidade de outrora podem cerrar ameaças futuras inimagináveis. Os avanços mais notórios na ciência exigem, assim, uma reflexão pautada na Bioética.

Abstract:

Bioethics emerged as the "faithful in the balance", giving supporters the moral content of life to a conscious act ethically in an era of modern highly technical approach. As today is assessed, the promises of prosperity may close once unimaginable future threats. The most notable advances in science thus requires a reflection based on Bioethics.

Palavras-Chave:

Bioética. Moral. Modernidade. Tecnicismo.

Key-Words:

Bioethics. Moral. Modernity. Technicality.

INTRODUÇÃO

No curso da história, o grau de aptidão e capacidade técnica do homem sempre foram medidas conforme sua condição de sobrepor-se às forças da natureza.

Em razão disso a Humanidade investiu contra a natureza com cada vez mais ousadia, obtendo avanços significativos os quais lhe garantiram grandes benefícios. Por outro lado, essas conquistas também trouxeram severas repercussões e ainda guardam ameaças que podem colocar em risco à continuidade e integridade das futuras gerações.

Contudo, para que se possa conviver dentro de uma dimensão segura com tais riscos, sem que essa ameaça afete o necessário prosseguimento de produção das benesses tecnológicas, já não se pode mais simplesmente confiar apenas na simples força dos argumentos éticos tradicionais ainda focados na proximidade temporal das relações intersubjetivas.

¹ Homero Gonçalves Neto, advogado, mestrando em direito público pela Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro, docente da Universidade Estácio de Sá – Juiz de Fora, pesquisador com bolsa da CAPES.

O avançar do homem exige um repensar responsável dos limites e objetivos de sua estratégia de desenvolvimento, sob pena de se pagar um alto preço pelo seu descontrole no futuro.

A bioética surge então nesse cenário² como o “fiel na balança”, fornecendo aos defensores da vida o conteúdo moral para um agir eticamente consciente numa era da modernidade altamente tecnicista. Como hoje se avalia, as promessas de prosperidade de outrora podem cerrar ameaças futuras inimagináveis.

Dentre dos avanços mais notórios e debatidos ultimamente e que exige uma reflexão pautada na Bioética, é o bem-sucedido experimento liderado por Jonh Craig Ventel, publicado 20 de maio de 2010 na *Science Magazine*.

Na pesquisa o biólogo e sua equipe declararam ter sintetizado o primeiro organismo unicelular (*Mycoplasma mycoides*), partindo de um re-sequenciamento da estrutura do seu DNA e construindo artificialmente uma outra identidade genética.

Após ser transplantado para o interior de um outro ser unicelular receptor (*Mycoplasma capricolum*) esse organismo rudimentar foi capaz de se auto reproduzir em escala logarítmica, mantendo as mesmas características originais, o que foi suficiente para lhe atribuir a condição de um organismo novo e independente.³

Certamente essa pesquisa que pressagia uma nova era da ciência pode significar também um marco para a bioética, especificamente num momento em que as fronteiras da vida parecem já não serem controladas apenas pela natureza e o equilíbrio natural não opera mais soberano.

² Sem a pretensão de demarcar o início da Bioética, menciona-se aqui o estudo do Fernando Lolas Stepke e José Geraldo de Freitas Drumond, os quais fornecem informações sobre o assunto. “É um exercício interessante datar a origem de uma breve história. Todas as histórias, enquanto visões retrospectivas, tanto inventam como relatam, pois podem ser seletivas, denominar “pioneiros” os que disseram o que depois foi moda e pôr na origem aquilo que depois se realizou... Pela prática razão de que puseram o termo em letras de forma, a publicação do livro de Potter e o estabelecimento do Instituto da Universidade de Georgetown podem ser utilizados como marcadores históricos.” (STEPKE, Fernando Lolas, *Fundamentos de uma antropologia bioética: o apropriado, o bom e o justo*/ Fernando Lolas Stepke, José Geraldo de Freitas Drumond, São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007). Também em Warren T. Reich a mesma opinião: “Este conceito (bioética) nasceu em dois lugares: Madison (Wiscosin) e Washington, D.C. Foi Van Rensselaer Potter, na Universidade de Wiscosin, quem primeiro cunhou o termo *bioethics* (bioética) ao escrever o livro *Bioethic: bridge to the future*, em 1971, e Andre Hellegers, na Universidade de Georgetown, quem primeiro usou-o num contexto institucional para designar a área de pesquisa ou campo de aprendizagem que hoje celebramos... Para concluir, penso que o campo da bioética começou esse termo porque ele é muito sugestivo e poderoso. Sugere novo enfoque, juntar as disciplinas de maneira nova, como um novo fórum que procura neutralizar a inclinação ideológica das pessoas associada à palavra *etichs* (ética). (REICH, Warrent T., *Como surgiu o neologismo Bioética*, in, PESSINI, Leocir, *Problemas atuais de Bioética*/ Leocir Pessini, Christian de Paul de Barchifontaine, 8ª ed., São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Edições Loyola, 2008, p. 32)

³ Science Express, 20 de maio de 2010, Creation of a Bacterial Cell Controlled by a Chemically Synthesized Genome, Daniel G. Gibson, John I. Glass, Carole Lartigue, Vladimir N. Noskov, Ray-Yuan Chuang, Mikkel A. Algire, Gwynedd A. Benders, Michael G. Montague, Li Ma, Monzia M. Moodie, Chuck Merryman, Sanjay Vashee, Radha Krishnakumar, Nacyra Assad-Garcia, Cynthia Andrews-Pfannkoch, Evgeniya A. Denisova, Lei Young, Zhi-Qing Qi, Thomas H. Segall-Shapiro, Christopher H. Calvey, Prashanth P. Parmar, Clyde A. Hutchison, III, Hamilton O. Smith, and J. Craig Venter (20 May 2010) *Science* [DOI:10.1126/science.1190719] in <http://www.sciencemag.org/cgi/rapidpdf/science.1190719v1.pdf>,

Face à constatação de tais fatos, parte-se à análise do citado caso, tencionando-se promover uma ponderação racional do evento à luz da *teoria do risco cosmopolita* de Ulrich Beck e a visão *bioética de responsabilidade* anunciada por Hans Jonas.

A BIOÉTICA DE RESPONSABILIDADE DE HANS JONAS

A evolução do homem como ser racional e civilizado sempre foi marcada pela superação de suas limitações naturais em busca de um patamar que lhe assegurasse maiores possibilidades de sobrevivência.

Desde as eras mais remotas, os seres humanos puderam compreender as melhores estratégias para se defenderem das ameaças da natureza e aumentar com isso seu poder diante dos demais seres do planeta.

Assim, oprimido pelo temor que o ambiente “selvagem” naturalmente lhe impunha, o homem fez sua morada segura no interior das cidades onde suas leis e regras lhe permitiam a prosperidade de viver em um ambiente social adaptado às suas necessidades e longe das ameaças oferecidas pela natureza⁴.

Nesse ambiente artificial se desenvolveu a ética denominada *tradicional*, qual se restringia a reger as relações intersubjetivas (próximas) que se desenrolavam no seio da comunidade.

A *ética tradicional* observada por Hans Jonas, é resumida por José Eduardo Siqueira em seu estudo sobre a ética da responsabilidade da seguinte forma:

“Todas las éticas tradicionales obedecían a premisas que se interrelacionaban mutuamente y que son las siguientes: 1) La condición humana, resultante de la naturaleza del hombre y de las cosas, permanecía fundamentalmente inmutable para siempre. 2) Con base en esse presupuesto, se podía determinar con claridad y sin dificultad el bien humano. 3) El alcance de la acción humana y de su conseqüente responsabilidad estaba perfectamente delimitado.” (SIQUEIRA, 2001: 279)

Como bem observou Hans Jonas em sua obra *Ética, medicina e técnica*, “ninguém era responsável pelos posteriores efeitos involuntários do seu bem intencionado, bem ponderado, bem

⁴ Hans Jonas reconhece que a maior obra do homem foi a invenção das cidades. Em suas palavras: “A maior destas obras era a cidade e nela podia ele reencontrar um certo grau de permanência pelas leis que para ela criou e se comprometeu a respeitar.” (JONAS, Hans, *Ética medicina e técnica*, 1ª edição, Lisboa: Vega, 1994, p. 31/32)

desempenhado ato. O braço curto do poder humano não exigia um longo braço de conhecimento preditivo.” (JONAS, 1994: 36)

O ser incivilizado e contemplador passa então por uma verdadeira revolução durante a história moderna, caracterizada pelo astronômico aumento de sua capacidade técnica para compreender, catalogar, controlar e subverter cada vez mais os mecanismos até então indômitos da natureza⁵.

Contudo, o crescimento vertiginoso desse poder proveniente do incremento veloz da tecnologia fez o homem atingir um estágio de evolução no qual suas intervenções já não representavam apenas um mero despojamento de recursos naturais.

Ao avançar rumo ao conhecimento a jornada de desenvolvimento do homem começou a produzir um indesejado acúmulo de dejetos, frutos da produção descontrolada de sua técnica.

As grandes intervenções na natureza, antes propiciadas pelo necessário alargamento de sua técnica em direção a uma vida mais promissora, ocultavam por trás de si a grave dimensão das repercussões nefastas que seus feitos produziram.

Começou-se a especular quão sombrios poderiam ser os resultados dessa escalada e o instinto de sobrevivência do homem exigiu dele um repensar acerca dos limites e consequências dessa atuação⁶.

Aquilo que antes fora anunciado como símbolo de prosperidade revelou-se uma grande ameaça e o futuro já poderia não ser mais uma dádiva.

Mesmo assim, para muitos, a venerada prosperidade experimentada durante o século XX permanecia legitimada pelos benefícios que produziam à sociedade, ainda que essa evolução cobrasse grandes riscos e sacrifícios⁷.

⁵ “Da pré-modernidade em direção à modernidade está-se a falar da passagem da dimensão do impreciso para o preciso, da heterogeneidade à homogeneidade, do desordenado ao ordenado, do ambivalente ao certo, do desconhecido ao conhecido, do natural ao artificial.” (BITTAR, Eduardo C. B., *O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas*, 2ªed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009,p. 53)

⁶“Parece entonces que la fuerza transformadora más grande de toda la historia há fracasado en cumplir las promesas que se le asociaban, y a cambio de um beneficio temporal y mal repartido ha dejado secuelas que ponen em grave peligro nuestro futuro. Esta actitud ambivalente de confianza y temor frente a la tecnología ha llegado a ser habitual, haciéndonos vivir una especie de sueño placentero que, de vez en vez, se torna en pesadilla.” (José María Atencia y Antonio Diéguez (coords.), *Tecnociencia y cultura a comienzos del siglo XXI*, Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 2004,p.312)

⁷ O Professor Vicente Barreto, na obra *Direito Público e Evolução Social*, atribui esse discurso perverso ao niilismo presente na razão humana nas ciências e no pensamento do século XX. Em suas palavras: “O niilismo caracteriza-se, assim, por considerar que: (a) o homem encontra-se deslocado do mundo, mas existe e pensa apesar do mundo; (b) a extrema contingência da existência humana a priva do sentido do todo, sendo o sentido não mais encontrado e sim dado pelo próprio homem; (c) ocorre uma separação dos domínios objetivo e subjetivo, a partir da qual o homem, através da técnica, passou a manipular a natureza segundo a sua vontade; (d) modifica-se a imagem da natureza, tornando relativa a idéia de que o homem vive em um ambiente cósmico; (e) a obrigação é uma invenção humana, não uma descoberta baseada no ser objetivo do bem em si mesmo; (f) o fundamento do ser é indiferente para a nossa experiência de obrigação. Essa indiferença do ser é a própria indiferença da natureza, impossibilitando assim que a ciência moderna

Os primeiros sinais desse presságio nefasto vieram a tona nos estertores da revolução industrial (século XIX), quando os grandes conglomerados urbanos se mostraram fonte de grandes problemas como doenças, fome e diversos tipos de degradações humanas.

Isso agravou-se severamente quando as atrocidades vividas durante a segunda guerra mundial (século XX) foram trazidas à público. Inúmeros atos contra a humanidade foram praticados em nome de uma hegemonia racial e o uso da ciência durante a guerra desbordou-se para fora dos limites de uma razão eticamente aceitável.

Esse duro golpe contra a Humanidade atribuído ao assomo do poder do homem e os riscos de sua má utilização levou os estudiosos a não mais aceitarem a ignorância como justificativa para atos cada vez mais ameaçadores.

José Eduardo Siqueira revela a lógica tecno-burocrática, na qual a ciência desprende-se da subjetividade humana e assume uma figura autônoma e dessensibilizada no interior da sociedade.

“A partir del momento en que, de um lado, ocurrió el divorcio de la subjetividad humana, reservada a la filosofía, y la objetividad del saber que es propio de la ciencia, el conocimiento científico desarrolló las tecnologías más refinadas para conocer todos los objetivos posibles, pero quedó totalmente ajeno a la subjetividad humana. Se volvió ciego a la marcha de la propia ciencia, pues la ciencia no puede conocerse, no puede autoanalizarse, con los métodos que dispone hoy en día.” (SIQUEIRA, 2001: 280)

Diante desse destoante agir da ciência, a ética tradicional fundada na visão antropocêntrica e limitada à proximidade dos sujeitos participantes da relação não mais serviria para os novos desafios os quais estariam por vir.

Foi com base em argumentos dessa natureza que Hans Jonas sustentou sua teoria sobre a ética da responsabilidade.

“Se a nova natureza do nosso agir requer uma nova ética de responsabilidade a longo prazo, coextensiva ao raio de alcance do nosso poder, requer também, e em nome dessa mesma responsabilidade, uma nova espécie de humildade – uma humildade que não é igual à que antes existia, ou seja, que já não o é em face da pequenez, mas antes em face da excessiva magnitude do nosso poder, que se traduz pelo excesso do nosso poder de agir face ao nosso poder de prever e ao nosso poder de avaliar e ajuizar.” (JONAS, 1994:57)

Suas conclusões reconhecem que há de se estabelecer novas formas de pressão que induzam (habituem) o homem ao comportamento ético, sem que isso venha ordenado expressamente.

Essa ética ou pressão por comportamentos éticos deve assumir formas que não sucumbam diante do poderio detido pela técnica atual, que já demonstrou ser capaz de afastar aquela ética tradicional. Necessita-se então de uma ética que resista às pressões em uma nova forma do pensar responsável.

Nesse liar, a teoria de Hans Jonas dirige-se a uma filosofia que exponha a ignorância do homem, fazendo uso dela como argumento para lhe infligir o temor -“*heurística do medo*”- pelos resultados indesejados que a manipulação indiscriminada da tecnologia possa trazer ao seu futuro, tempo esse que cada vez encontra-se mais próximo do presente.

AS IDEIAS CONGEMINADAS A PARTIR DA TEORIA DE JONAS

Na análise da teoria de Jonas, José Eduardo Siqueira identifica o surgimento de um novo paradigma e o dever de uma escolha ética do homem ao enveredar-se pelos diversos caminhos que a ciência lhe oferece.

Essa opção deve considerar a universalidade como uma ordem de grandeza que influi em suas decisões, principalmente diante do fato de que ao fazer suas intervenções a ação do homem repercute sobre toda a humanidade. Além disso, as intervenções vão “do genoma humano ao plano cósmico”.

Sua percepção da ameaça que o homem representa a si próprio às futuras gerações fica bem clara em suas próprias palavras.

“Son emblemáticos los peligros que afectan el ecosistema, dentro del cual se desarrollan las actividades humanas, o los que resultan de la manipulación biológica aplicada a la reproducción humana, o a la identidad genética de la especie humana, o todavía a la intervención química o quirúrgica sobre el comportamiento del hombre. En suma, debido a la técnica, el hombre se volvió peligroso para el hombre, en la medida que pone en peligro los grandes equilibrios cósmicos y biológicos que constituyen los cimientos vitales de la humanidad.” (SIQUEIRA, 2001: 283)

Caminhando em mesmo passo que Jonas, as palavras de Siqueira remetem à ética articulada em duas realidades, uma *subjetiva*, relacionada ao sujeito e suas inclinações pessoais nas percepções íntimas acerca dos efeitos de suas ações, o que se compara ao “sofrimento moral que nasce da impotência para se anular os efeitos de uma catástrofe gerada por uma ação pretérita”; outra *objetiva*, relacionada aos danos capazes de se infligir no outro, no semelhante dotado de vida “que por si só, fala eloquentemente da necessidade de manutenção de sua integridade”.

A conclusão extraída da teoria de JONAS seria então a fusão entre essas duas dimensões, forjada numa percepção que considerasse essas realidades como indissociáveis, o sujeito e a ação.

Já o professor Vicente Barreto dissecou a teoria da responsabilidade, indicando haver um ponto de interseção entre a moral e a lei, onde se forma uma nova teoria da responsabilidade.

Em suas reflexões, o positivismo jurídico, que nas primeiras décadas do século XIX veio irradiar-se pelo direito civil, não foi capaz de dividir a responsabilidade em duas esferas distintas de atuação –lei e moral-.

Em sua visão, a responsabilidade manteve presente a todo tempo em seu núcleo a convicção que “submete a pessoa livre ao julgamento de sua consciência ou faz com que o sujeito responda pelas consequências de suas ações nas relações sociais.” (BARRETO, 2007: 323)

Abordando a visão de Ricoeur para definir o sujeito de direito, BARRETO encontra a universalidade como aqueles dignos de respeito, destinatários dos valores consubstanciados na dignidade humana que acompanha sua evolução desde as origens gregas.

Lado outro, fazendo um retrospecto dessa passagem em caminho oposto à evolução, sua conclusão lhe permite verificar que o conceito jurídico da responsabilidade atual fora desvirtuado pela doutrina ao longo dos anos, desenraizando-o do “contexto social, econômico e político da sociedade tecnocientífica contemporânea.”

Frente a isso, aponta a pretensão de Ricoeur em construir uma teoria da responsabilidade que considere valores sociais do final do século XX. Sua observação inicial demonstra que a evolução de teoria da responsabilidade até os dias atuais culminou em uma teoria da responsabilidade que independe da culpa, o que leva a crer que essa idéia traz em si um conteúdo de solidariedade.

Visto isso, não se pautaria mais a responsabilidade pela culpabilidade do autor, mas na sua responsabilidade frente a outro.

Seguindo então o princípio da solidariedade, RICOEUR evoluiu seu pensamento no sentido de que a ação humana só será dimensionada e julgada a contento, quando considerar-se tanto os atos previsíveis quanto aqueles distantes no tempo.

Assim, constatado fica que as deficiências do direito civil clássico individualista não mais se adaptam às contingências sociais pós-modernas. O princípio da solidariedade serviria de instrumento legitimador de conteúdos jurídicos que preencheriam o sistema da responsabilidade.

Em face disso, estar-se-ia assim outorgando ao direito o poder de atuar com uma visão do cidadão frente à coletividade, permitindo-lhe julgar os atos jurídicos valorados dentro do sistema como um todo.

Essa *teoria de justiça contemporânea* é abordada por BARRETO como um desafio a ser enfrentado pela superação das teorias tradicionais de justiça. Mesmo os princípios da bioética não seriam os mais indicados, por comportar uma potencial aplicação mecanizada.

“Esse é o grande desafio para a teoria da responsabilidade na sociedade tecnocientífica: considerar a dignidade da pessoa humana como categoria primordial da Bioética, a servir como princípio em torno do qual se procura responder à pergunta sobre que tipo de pessoa que queremos ser e qual a sociedade que pretendemos construir.” (BARRETO, 2007: 332)

Antonio Diéguez, em sua visão, afirma haver hoje em dia uma *diluição da responsabilidade*. Diante da velocidade e da ignorância do cidadão comum para avaliar as tecnologias que surgem a cada dia, a expectativa da novidade que espreita em cada nova descoberta a torna um fim em si mesma.

“Pero además, cuando llega la hora, si es que llega, de rendir cuentas por los efectos negativos, nadie quiere darse por aludido. Los ciudadanos culpan a los técnicos y científicos, éstos culpan a los políticos, los políticos culpan a los productores y los productores culpan al mercado (es decir, a los ciudadanos), con lo cual el círculo se cierra. Con un espíritu pilatosiano que afecta a *todos*, la responsabilidad es atribuida siempre a los demás.” (DIÉGUEZ, 2004: 318)

Em suas palavras, a diluição da responsabilidade de dá em razão: a) da intrincada rede dentro do sistema da técnica, onde as relações tornam-se impessoais e não atribuíveis de maneira simples a algum responsável. Entre a ação e o resultado envolvem-se uma série de pessoas e atos que impedem de conhecer o real responsável; b) as ações técnicas são desenvolvidas em grupos, de maneira compartilhada por diversos pesquisadores, os quais, muitas vezes, somam esforços para obterem um resultado único; c) os efeitos imprevistos do uso da técnica vêm a longo prazo e sempre há o efeito da contingência. Assim, os impactos não são apenas internos, mas dependem dos fatores econômicos e sociais. Tanto bons efeitos, quanto maus se misturam, sendo difícil separá-los; d) a tecnologia passou de vez à tecnocracia, ditada pelo interesse daqueles ligados diretamente à elas, não havendo espaço para escolhas éticas.⁸

Seus estudos apontam princípios que devem ser aplicados para controle dos riscos da tecnologia. Estes são focados na responsabilidade humana e o dever de responsabilidade por aquilo que se produz; o de reparar os danos causados por essas tecnologias; o de contribuir para que essa tecnologia venha à serviço do bem-estar; e o da necessidade de se informar da sociedade à respeito

⁸ DIÉGUEZ, Antonio, Responsabilidad y desarrollo tecnológico, in José María Atencia y Antonio Diéguez (coords.), *Tecnociencia y cultura a comienzos del siglo XXI*, Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 2004, p. 318/320.

dos limites da capacidade do homem, para que esta possa prever até que ponto valem os riscos dessas intervenções.

Conjugando-se aqueles fatores com os citados princípios, DIÉGUEZ afirma ser direitos dos cidadãos o acesso à informação, a proteção de sua integridade, não podendo escolhas tão importantes ficarem concentradas nas mãos de poucos, que detêm o conhecimento técnico.

“Entre las responsabilidades de los gobernantes está la de promover el debate público sobre los fines de la investigación científico-técnica y el uso de la tecnología, así como la de promulgar leyes que preserven el medio ambiente, que favorezcan el control público de la tecnología, que protejan los derechos de los ciudadanos frente a sus efectos dañinos y que distribuyan de un modo justo sus costos y sus beneficios. Por su parte, es responsabilidad de los científicos y los técnicos la previsión, tan completa como sea posible, de los posibles daños que puedan producir sus investigaciones y la autolimitación de las mismas cuando sean incapaces de controlar esos efectos dañinos...” (DIÉGUEZ, 2004: 323)

Seria, portanto, impossível atribuir uma responsabilidade moral à coletividade, senão exigir de cada um (cada segmento da sociedade) a sua parcela de contribuição para a contenção dos malefícios da tecnologia.

Diéguez emprega então o termo “*responsabilidade compartilhada*” para distribuir de forma equânime as parcelas de responsabilidade, evitando-se a diluição produzida pela repartição moral causada pela coletivização da responsabilidade.

Para se conceber uma responsabilidade como a proposta, o autor indica a necessidade de criação de leis e a legitimação de instituições democráticas para que se possa realizar um controle político da tecnologia, porém, não sem antes haver educação e informação para todos os cidadãos que coabitam a sociedade.

Sua conclusão se dá com a criação de organismos supranacionais com autoridade para ditar regras internacionais sobre os processos tecnológicos, utilizando-se também dentro dos países comissões mistas com capacidade técnica para deliberar sobre o assunto.

“En un orden similar de prioridades se encuentra el cese de la política armamentista. Por otra parte, hay que elaborar leyes y crear instituciones democráticas que posibiliten el control de la técnica. Dejar que el control lo haga sólo el mercado, suponiendo que una técnica perjudicial no tendrá éxito en él, equivale a no ejercer ningún control. Estas instituciones, entre cuyas funciones básicas estaría la evaluación de los posibles impactos de una técnica antes de su aplicación, deberán situar-se en todos los niveles necesarios para que el control sea efectivo. Em particular, deberá haber alguna con autoridad mundial capaz de regular los procesos tecnológicos con implicaciones supranacionales.” (DIÉGUEZ, 2004: 325)

UMA ANÁLISE ACERCA DA TEORIA DO RISCO SOCIAL EXPOSTA POR ULRICH BECK

O sociólogo alemão Ulrich Beck, autor da Teoria da Sociedade de Risco, promoveu sua tese mediante a constatação que, de fato, a sociedade iniciou uma escalada de desenvolvimento sem precedentes desde o início da era moderna.

Enquanto isso, os medos compartilhados por essas sociedades agravaram-se na medida em que os numerosos artefatos tecnológicos, advindos do processo de industrialização, demonstraram possuir efeitos potencialmente desastrosos que ameaçam a própria existência humana na terra.

Brüseke identifica alguns pontos principais da teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck. São eles:

“a) a sociedade industrial torna-se uma sociedade cada vez mais saturada, contudo repleta de imponderações e efeitos não-intencionados; b) a disposição de perigo atinge potencialmente todo o mundo. O risco é global e a distribuição dos riscos é desigual; c) o risco que a civilização corre não possui evidência. A sociedade industrial entrou numa fase de *modernização reflexiva*, na qual se tornou tema para si mesma; d) a invisibilidade imediata dos riscos da modernização coloca os cientistas e os políticos numa posição-chave, como intérpretes do perigo. Por meio deles um risco pode sofrer minimização ou dramatização; e) o risco é aberto para processos sociais de sua definição; f) os riscos relativizam as posições de classe. Ricos e pobres, empresários e assalariados sofrem ou podem sofrer, por exemplo, as consequências da poluição; g) os riscos produzem também novas desigualdade internacionais.” (BRÜSEKE, 2007: 70)

JARVIS, afirma que ao mesmo tempo em que a evolução apresenta uma miríade de novas tecnologias, a psique social compartilha medos além das fronteiras nacionais pelo risco das ameaças imprevisíveis, já não se restringem apenas ao território onde foram produzidas.⁹

A degradação ambiental, pandemias globais como H1N1, doenças como a AIDS, o terrorismo internacional e as consequências nefastas para a saúde, provenientes das tecnologias como os organismos geneticamente modificados - OGM's, eletromagnetismo, produtos químicos, toxinas, radiações, poluentes industriais, etc, todos fazem parte de um rol que afeta a todos independente da nacionalidade.¹⁰

“Risk, fear, an increasing distrust of science and technology and its profit driven outcomes, a common perception that there are now limits to scientific progress and further economic

⁹ JARVIS, D. S. L., *Ulrich Beck, Globalization and the Rise of the Risk Society: A Critical Exegetic Analysis* (July 18, 2008). Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper No. LKYSPP08-003. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1162662>

¹⁰ Ibidem.

growth and industrialization, have become endemic features of late modern culture.” (JARVIS, 2008:3-4)

Assim, vê-se que o sucesso da industrialização trouxe então um novo paradigma, o do limite da tolerância social ao risco inerente à atividade produtora. Ressalta-se que a produtividade e avanço da tecnociência tão veneradas pela modernidade foram propulsadas principalmente pela dinâmica do consumo da sociedade de mercado, hoje globalizado.

Para usar a expressão o momento atual decorrente dessa passagem da modernidade para a pós-modernidade, utiliza-se oportunamente a expressão de Zigmunt Bauman. Para ele “o mundo pós-moderno está-se preparando para a vida sob condição de incerteza que é permanente e irreduzível”.¹¹

No atual estágio de evolução, tais incertezas são decorrentes dos temores e riscos trazidos pelos empreendimentos do homem em face da natureza, gestados no período da modernidade.

No afã pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, o homem acabou por aniquilar algumas das condições originais de segurança e previsibilidade que a natureza antes lhe oferecia.

Como quer Jarvis: “understanding Beck’s thesis thus begins with understanding the spread of industrial modernity and its mastery over nature”.¹²

A conclusão menos desafiadora é a de que a magnitude dos sacrifícios sociais envolvidos nessa evolução criou ameaças muitas vezes imprevisíveis e, mesmo quando conjecturáveis, extremamente onerosas e de vulto incalculável.

O futuro do homem começa a exigir que qualquer nova investida em direção ao futuro seja perpassada pela avaliação dos riscos e a ponderação dos seus efeitos. O cidadão da modernidade de BECK torna-se “reflexivo”, o que nas palavras de Paulo Silva Fernandes representa dizer que “a par da constatação da presença ubiqüitária de novos riscos – anteriormente ausentes-, causados pela expansão cega da sociedade industrial, e como elemento subjetivo dessa percepção, surge a reflexão sobre os próprios fundamentos desse desenvolvimento desmesurado”¹³.

Contudo, na contemporaneidade essa verificação não mais se resume a uma decisão no âmbito nacional, eis que os efeitos das intervenções humanas espalham-se cada vez mais em escala global.

Assim, as repercussões da tecnologia produzem desdobramentos não mais previsíveis e controláveis no círculo de proximidade que antes ligava o criador à sua criatura. Ao contrário disso,

¹¹ BAUMAN, Zygmunt, *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998, p. 32.

¹² Ibidem.

¹³ FERNANDES, Paulo Silva, *Globalização “sociedade de risco” e o futuro do direito penal*, Lisboa: Almedina, p.56.

as consequências antes distantes dos atos humanos cada vez mais se deslocam no tempo e no espaço extinguido a diferença entre o futuro e o presente, entre o próximo e o distante.

A propósito de explicar essa dispersão e internacionalização dos mecanismos de controle social, FERNANDES expõe a crescente mundialização das regras de comércio, das redes de comunicação e, com isso, a redução gradual do espaço e tempo¹⁴.

O exemplo é pertinente, visto que a tomada de decisões em escala global sobre assuntos comerciais, de economia, de meio ambiente e de direitos humanos refletem a tendência de se legitimar uma “ordem internacional global” que congregante os interesses daqueles atores principais desse cenário.

Seriam de fato essas decisões e acordos formados em dimensão planetária, que serviriam como instrumento para se exigir dessas mesmas nações envolvidas, a vinculação indeclinável de manutenção dos compromissos assumidos.¹⁵

O “MOMENTO COSMOPOLITA” DA SOCIEDADE DE RISCO

Em uma lapidada visão da sociedade de risco, decorrente da evolução política e social do mundo pós-moderno, Ulrich Beck identifica o momento cosmopolita, onde a ameaça transcende os limites nacionais, exigindo um consenso multilateral entre os diversos Estados.

A crítica ao unilateralismo se revela no que o sociólogo firma como a convicção da necessidade de formar-se um novo modelo de regulação internacional ou, ainda mais precisamente, de uma constituição internacional - “an international constitution to negotiate conflicts over answers to global risks and problems – built on consensus between parties, nations, religions, friend and foe”¹⁶.

A catástrofe é algo que não deve acontecer, mas apenas figurar no imaginário dos cidadãos forçando-os a iniciarem um processo de aprendizagem global -marcado principalmente pela busca de um consenso único- sobre os meios de se evitar esses riscos. Essa reunião em torno da ambivalência e da diversidade visa alcançar a esperança comum; é um “momento cosmopolita”.

¹⁴ “Decisões de peso, em matéria de ambiente, economia ou armamento, para só citar alguns dos mais flagrantes contextos, são hoje tomadas à escala internacional, se não mesmo mundial, dada a capacidade das consequências de tais decisões poder vir a afetar se não todos os estados envolvidos, pelo menos uma significativa parte deles.” Idem, p. 35.

¹⁵ “Assim, vivemos mais do que nunca em um contexto societário no qual se vive o futuro ‘na forma do risco das decisões’, segundo ensina LUHMANN. O risco é um elemento das decisões, decisões estas que só podem ser tomadas no presente, sendo o risco, portanto, ‘uma forma de descrição presente do futuro, desde o ponto de vista de que tendo em conta os riscos é possível optar por uma ou outra alternativa’ ”. (ibiden, p. 50)

¹⁶ BECK, Ulrich, *Risk Society’s ‘Cosmopolitan Moment*, Lecture at Harvard University – November 12th, 2008, p.7, in www.labjor.unicamp.br/comciencia/.../AR-UlrichBeck-Harvard.pdf

BECK deixa clara a sua idéia de que apenas diante das consequências das ações públicas que são deflagradas as reações. Assim, quanto maior a percepção pública do risco, difundida por veículos de comunicação de massa, maior a probabilidade de as pessoas se comunicarem e inter-relacionarem-se fora dos limites étnicos, políticos e culturais, ou seja, mesmo sem qualquer vínculo com o outro.

Este movimento dirigido ao consenso de ideais é chamado pelo sociólogo de “cosmopolitização forçada”. Em suas palavras: “That is what ‘enforced cosmopolitanization’ means: global risks activate and connect actors across borders, who otherwise do not want to have anything to do with one another.”¹⁷

Para criar-se um sistema internacional que regule os setores mais sensíveis ao risco global, aparenta mais favorável a instituição de leis internacionais que prevejam regras, mas também cominem sanções.

Seguindo então necessidade da *cosmopolitização forçada*, deve-se estabelecer uma nova agenda de democratização global, construída a partir de mecanismos de regulação e intervenção internacionais aptos a promover uma justiça global, legitimados por consensos universais formados no interior da política globalizada.

“The more cosmopolitan our political structures and activities, the more successful they will be in promoting national interests and the greater our individual power in this global age will be.” (BECK, 2008: 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a reflexão daqueles que se dedicam a estudar a evolução e o futuro da sociedade tecno-científica contemporânea aproximam-se pela idéia de que o mundo não pode mais prescindir de um controle real sobre os atos humanos, cada vez mais complexos e desafiadores.

Uma conclusão também comum é a de que os riscos inaugurados pelas novas tecnologias não podem ser medidos por uma escala temporal linear, nem serem contingenciados por uma lógica simples da previsibilidade próxima.

Como se deduz, a largueza e vulto das intervenções homem na natureza tornam-se ameaçadoras e o seu despreparo para lidar com essas novas situações de risco revelam as falhas das teorias de responsabilidade -cunhadas para reger as relações patrimoniais- e a ausência de um sistema de regulação internacional eficiente.

¹⁷ Idem, p.

O pouco esclarecimento acerca dos riscos futuros e o enfraquecimento da ética no curso do capitalismo/modernidade relegou a teoria da responsabilidade unicamente ao campo patrimonial e intersubjetivo.

Assim, seja baseado na imposição de preceitos éticos ou a reinvenção de instrumentos legais, as opiniões vertem suas conclusões para a necessidade de se debater o futuro não mais pela via da ética e justiça tradicionais, mas pela democratização do espaço público internacional de diálogo e a construção de mecanismos diversos dos existentes.

Os valores humanos da dignidade e solidariedade erigidos em resposta às pretéritas atrocidades cometidas pelo homem podem em muito contribuir para que se estabeleça um consenso global sobre os limites da tecnologia.

Face a isso, pela exposição do experimento científico aqui analisado desejou-se revelar quão frágeis são os instrumentos atuais de controle e prevenção das catástrofes, os quais não foram suficientes para promover um amplo debate sobre os riscos que se encontram implícitos.

Não obstante a tendência de se buscar um consenso global, é perceptível que o déficit democrático e o desnível cultural das diversas nações no contexto global fazem com que as grandes potências concentrem em suas mãos o papel de únicas reguladoras (ou fomentadoras?) das tecnologias na sociedade de risco.

Porém a permissividade e a liberdade que cada uma delas entende como razoável para o avançar das suas pesquisas certamente trarão impacto sobre toda a humanidade, ou seja, bem além de suas fronteiras nacionais.

Não se pode mais conceber em um mundo globalizado e crescentemente despolarizado, uma política internacional ainda concentrada em blocos econômicos, cujos interesses estão e condutas são altamente suscetíveis aos reclamos do mercado.

Como bem constatou Ulrich Beck: “Risk definition, essentially, is a power game.”

Para derrogar isso, a superação das fronteiras sejam elas culturais, étnicas ou religiosas se apresenta como o melhor caminho para a concórdia de opiniões, uma vez que aquilo que está em jogo compromete o futuro de toda a humanidade e não apenas de um restrito grupo dos poderosos.

Seja por instrumentos de controle social ou pressões éticas dispostas a moldar a sociedade, o momento exige que se franqueie um debate planetário da questão, chamando à responsabilidade todas aquelas nações conformadoras do ambiente globalizado.

Permitir que as nações intervenham nesse momento evolutivo na condição de tutoras fará com que sua posição não seja de meras herdeiras dessas tecnologias, mas corresponsáveis para com o futuro da espécie.

REFERÊNCIAS:

BARRETO, Vicente de Paulo, *Biopoder e os limites éticos da sociedade tecnocientífica*, in, KLEVENHUSEN, Renata Braga, *Direito Público e Evolução Social*, 2ª série, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

BAUMAN, Zygmunt, *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998

BECK, Ulrich, *Risk Society's 'Cosmopolitan Moment*, Lecture at Harvard University – November 12th, 2008, in www.labjor.unicamp.br/comciencia/.../AR-UlrichBeck-Harvard.pdf

BITTAR, Eduardo C. B., *O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas*, 2ªed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DIÉGUEZ, Antonio (coord.), *Tecnociencia y cultura a comienzos del siglo XXI*, Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 2004.

FERNANDES, Paulo Silva, *Globalização “sociedade de risco” e o futuro do direito penal*, Lisboa: Almedina

JARVIS, D. S. L., *Ulrich Beck, Globalization and the Rise of the Risk Society: A Critical Exegetic Analysis* (July 18, 2008). Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper No. LKYSPP08-003. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1162662>

JONAS, Hans, *Ética, medicina e técnica*, 1ª edição, Lisboa: Vega, 1994.

PESSINI, Leocir, *Problemas atuais de Bioética/ Leocir Pessini, Christian de Paul de Barchifontaine*, 8ª ed., São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Edições Loyola, 2008

SIQUEIRA, José Eduardo, *El principio de responsabilidad de Hans Jonas*, in *Acta Bioethica*, 2001; ano VII, nº 2.

STEPKE, Fernando Lolas, *Fundamentos de uma antropologia bioética: o apropriado, o bom e o justo/ Fernando Lolas Stepke, José Geraldo de Freitas Drumond*, São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007

CRISE DE ACUMULAÇÃO E IDEOLOGIA: A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Lucas Maia¹

Resumo:

Este texto é uma contribuição ao debate sobre a questão ambiental. Tema da moda na atualidade, já foi, contudo, marginal por um longo período. Justamente por cair nas graças das classes dominantes, as discussões referentes ao tema debandaram por caminhos bastante infrutíferos. Como surgiu o debate em torno do ambiente? Quais foram as condições sociais, econômicas e políticas, bem como intelectuais que levaram à formulação da degradação do ambiente como uma “questão ambiental”? Esperamos serem as respostas aqui sugeridas a estas perguntas, meros elementos para novos questionamentos.

Palavras-chave:

Regime de acumulação; questão ambiental; crise.

Abstract:

This text is a contribution to the debate on the ambient question. Subject of the fashion in the present time, already was, however, delinquent for a long period. Exactly for falling in the favours of the ruling classes, the referring quarrels to the subject had dispersed for sufficiently unfruitful ways. How appeared the debate around the environment? Which had been the social, economic conditions and politics, as well as intellectuals who had led to the formularization of the degradation of the environment as a “ambient question”? We wait to be the answers suggested here to these questions, mere elements for new questionings.

Key-Words:

Regimen of accumulation; ambient question; crisis.

Se há um tema em constante debate, presente em todas as agendas políticas, em vários centros de pesquisa, mote de várias interpretações da realidade, este é sem sombra de dúvidas a questão ambiental. Não faremos neste texto uma antologia histórica acerca do surgimento e desenvolvimento dos debates que envolvem esta questão. Almejamos tão-somente apresentar uma leitura que abarque e explique num todo conceitual e coerente as determinações que conduziram à emergência da questão ambiental.

Partimos do pressuposto de que as idéias não existem independentemente dos seres humanos histórico-concretos que as produzem. Assim, as idéias são produtos de relações sociais

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2005), mestre em Geografia também pela Universidade Federal de Goiás (2008). Atualmente é doutorando do programa de pesquisa e pós-graduação em Geografia da UFG. É professor do Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis. É membro da diretoria executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção Goiânia.

concretas bem determinadas. Não podem se desenvolver se as condições que exigem sua emergência não estiverem dadas. Assim, não podemos falar de idéias fora de época. Se as idéias surgem, é por que existem condições que permitam seu florescimento. Isto não quer dizer, contudo, que todas as idéias que se desenvolvem numa dada época sejam as idéias que dominem ou que tenham a hegemonia no conjunto da sociedade. Para que isto ocorra, são necessárias algumas condições materiais bem determinadas, tal como controle sobre os meios de produção, de comunicação, controle sobre o organismo estatal etc. Numa sociedade de classes, as idéias dominantes são sempre as idéias das classes dominantes Marx & Engels (1999). Se a questão ambiental hoje é uma questão presente em quase todos os lugares, ou seja, é uma idéia dominante, podemos supor que é uma idéia da classe dominante.

Entretanto, não podemos negligenciar que ela é abordada por diferentes vieses, desde uma leitura que vise justificar o *status quo*, até formas de interpretação que a aliam às relações sociais em sua totalidade, envolvendo, portanto, questões sociais mais amplas. Assim, a questão ambiental, apresentada como é, pelos meios de comunicação, pelos organismos estatais nacionais e internacionais, pelos academicistas etc. reflete muito claramente o ponto de vista da classe dominante. Entretanto, existem formas de a conceberem que expressam o ponto de vista das classes exploradas. É justamente esta perspectiva que visamos apresentar aqui neste momento.

Assim, analisar as determinações que expliquem o desenvolvimento da questão ambiental nos leva a reconstituir a teoria dos regimes de acumulação e articular esta teoria com o problema ambiental. Esta é a preocupação da primeira seção de nosso artigo. No segundo momento, demonstraremos como algumas interpretações que visam apresentar o desenvolvimento da questão ambiental pecam por se prenderem ou à descrição, o que chamamos de *perspectiva descritivista*, ou a não considerarem a historicidade, o que chamamos de *perspectiva essencialista*. Com base na crítica destas duas perspectivas, apresentamos o que consideramos ser uma leitura mais abrangente e próxima da realidade acerca da emergência da questão ambiental.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO INTENSIVO-EXTENSIVO

É lugar comum dentro das discussões sobre a questão ambiental afirmar que sua origem remonta aos anos de 1960. Esta década é o marco divisório do momento em que a ecologia entra definitivamente no debate político, tornando-se pauta obrigatória de vários movimentos sociais, discussões governamentais, debates técnico-acadêmicos etc. Todos os autores, da “esquerda” e da

“direita”, do “norte” e do “sul” gritam em uníssono que é a década de 1960 a pedra fundamental da questão ambiental.

Por que especificamente nesta década? Há relatos de graves problemas ambientais na sociedade feudal na Europa (desgaste rápido de solos: perda de fertilidade, arenização; desmatamento de extensas florestas etc.) devido, principalmente, ao tipo extensivo da agricultura. É notório também a situação das cidades européias e estadunidenses nos séculos 18 e 19, onde a imundície, degradação das paisagens, das camadas exploradas da sociedade, poluição das águas e do ar, das pessoas, entre inúmeros outros problemas, pululavam por todos os lados. Da mesma forma, a degradação dos solos característico das áreas de *plantations* dos países-colônias, principalmente na América etc. denotam a degradação generalizada do ambiente.

Entretanto, isto não implicou na emergência de uma questão ambiental, tal como se deu na década de 1960, ou seja, no regime de acumulação intensivo-extensivo. Porque?

Antes de respondermos a este questionamento é necessário definir em linhas gerais o que é um regime de acumulação e o que é o regime de acumulação intensivo-extensivo. Utilizaremos como ponto de partida de nossa reflexão, as contribuições de Viana (2003; 2009), que a partir de uma análise crítica da escola francesa de regulação e de outras interpretações acerca da história e desenvolvimento capitalista define o que é um regime de acumulação. Para ele:

O desenvolvimento capitalista é marcado pela sucessiva mudança no regime de acumulação. Um regime de acumulação é constituído por uma determinada forma assumida pelo processo de valorização, uma determinada forma de organização estatal e um modo específico de relação entre os países capitalistas, ou seja, de relações capitalistas internacionais (Viana, 2003, p. 83)

Os regimes de acumulação sucedem-se na história do capitalismo. A passagem de uma a outra etapa, ou seja, de um a outro regime de acumulação tem como substrato ou força motriz a luta de classes. Esta se desenvolve, tal como salienta o autor, na esfera da produção, e na esfera da sociedade civil. Isto implica que a luta de classes não é meramente um momento “econômico”, mas sim uma relação social que se inicia na produção e se generaliza por toda a sociedade. A luta em torno do valor (luta de classes na esfera da produção) é o marco inicial, mas não único da luta de classes. Assim, a luta entre burguesia e proletariado, que são as classes fundamentais do modo de produção capitalista, estende-se para o conjunto da sociedade. Parte das fábricas e desliza para os bairros, para as instituições, para a produção cultural etc. Ou seja, a luta de classe é um processo amplo que modifica todo o conjunto de articulação momentânea entre as classes no modo de produção capitalista.

A luta de classes é a determinação fundamental na alteração dos regimes de acumulação. Entendido este primeiro ponto, ou seja, de que a luta de classes altera as formas do processo de valorização do capital, que por sua vez alteram as formas estatais de regularização, que implicam em modificações nas relações entre os estados em escala internacional, passemos à compreensão da sucessão destes regimes.

Findada a acumulação primitiva de capital Marx (1985), inicia-se o primeiro regime de acumulação propriamente capitalista, o qual também foi satisfatoriamente analisado por Marx em *O Capital* e outras obras. Esta primeira etapa da acumulação capitalista, denominada por Viana (2003; 2009) de regime de acumulação extensivo era caracterizado predominantemente, mas não unicamente, pela extração de mais valia absoluta, ou seja, prolongamento contínuo da jornada de trabalho. Pelo estado liberal, uma forma estatal que impedia qualquer forma de participação das classes populares na política do estado, fundado na democracia censitária e por relações internacionais fundadas no neo-colonialismo. O final do século 19 testemunha o declínio deste regime de acumulação. A luta operária e sua expressão revolucionária na Comuna de Paris de 1871 toca o dobre de finados desta primeira fase.

Com a crise do regime de acumulação extensivo, instala-se o regime de acumulação intensivo. A grande luta da classe operária deste período foi sem sobra de dúvidas a redução da jornada de trabalho. Esta foi reduzida de maneira generalizada pela Europa. Caiu de 12, 14 e até mesmo 16 horas em grande parte dos países capitalistas da época para 8 horas. Isto significou um profundo golpe na taxa de lucro dos capitalistas individuais. A resposta do capital não tardou. No que se refere ao processo de valorização, o capital desenvolveu o taylorismo. Trata-se de uma forma de organizar o processo de trabalho com fins a diminuir o tempo “morto”, ou seja, aquele no qual o trabalhador não está produzindo para o capital. O taylorismo é a resposta do capital para converter processos que eram fundados na extração de mais-valia absoluta para formas fundadas na mais-valia relativa. A mais-valia relativa, como afirmava Marx (1985) anda sempre junta com a mais-valia absoluta. De certa forma, uma pressupõe a outra. Entretanto, se distinguem.

Para Marx:

Sob certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho (Marx, 1985, p. 586)

Assim, sendo os capitalistas obrigados a aumentar a produtividade devido à diminuição da jornada de trabalho, o taylorismo foi sua expressão ideológica necessária. A administração

científica do trabalho é a formalização de processos que já se desenvolviam de maneira não-sistemática na produção desde os inícios da produção maquinofatureira. Assim, a extração de mais-valia relativa passa a dominar os processos produtivos.

Devido à dinâmica da luta operária durante todo o século 19 e início do século 20, o estado foi constrangido a reconhecer determinados “direitos” políticos e sociais dos trabalhadores. O estado sofre então uma alteração em sua forma. O estado liberal-democrático é então constituído. Legalizam-se os sindicatos, reconhecem-se os partidos “operários” etc. Baseia-se na democracia partidária, o que significa um aumento da participação restrita dos trabalhadores na política estatal etc.

Isto implica também em modificações na forma de inter-relacionamento entre os Estados, passa-se do neo-colonialismo, forma predominante no regime anterior para o imperialismo, mas ambas as formas convivem por certo período. Este é derivado de uma concentração e centralização de capitais, o que torna os Estados imperialistas cada vez mais poderosos. A exploração das colônias é acentuada, o que significa uma maior transferência de mais-trabalho dos países periféricos e das colônias para os países centrais, imperialistas.

Ou seja, o regime de acumulação intensivo é caracterizado pela extração de mais-valia relativa, pelo Estado liberal democrático e pelo imperialismo como forma de relações capitalistas internacionais. A resistência, entretanto, a esta nova acomodação do capitalismo não demora. As lutas operárias contra a imbecilização e violência do taylorismo não tardam. O trabalho repetitivo e constante, aprimoramento científico da exploração capitalista, encontra na resistência operária um grande transtorno. A expressão revolucionária desta resistência manifesta-se já nas revoluções do início do século 20: as revoluções russa, alemã, húngara entre os anos de 1917 a 1923, a revolução espanhola de 1936 a 1939 etc. bem o demonstram. Também a ascensão de formas reformistas (bolchevismo e socialdemocracia), bem como de formas mais radicais de produção intelectual ligadas à classe operária se tornavam então cada vez mais fortes, tais como anarquismo, conselhismo, luxemburguismo etc.

O regime de acumulação intensivo que perdurou do início do século 20 até a segunda guerra mundial cede espaço a uma nova etapa da história do capitalismo: o regime de acumulação intensivo-extensivo. Este caracteriza-se fundamentalmente pela extensão das teias da produção capitalista a quase todas as áreas do globo terrestre. É o período do surgimento das conhecidas multinacionais. A luta operária nos países de capitalismo central levou a uma redução da taxa de lucro nestes países, o que obrigou os capitalistas a exportarem parte de seu capital produtivo para outras partes do mundo, configurando assim duas áreas diferenciadas de exploração capitalista. Uma fundada na extração de mais-valia relativa, os países de capitalismo central e outra fundada na

extração de mais-valia absoluta, os países de capitalismo subordinado. Assim, há uma combinação das duas formas clássicas de extração de mais valor.

Isto se deu devido ao fato de também o estado se modificar nos países de capitalismo central. O estado liberal democrático é substituído pelo estado de bem-estar-social, keinesiano ou integracionista. Trata-se de uma forma estatal, que fundada na tríade estado-sindicato-empresa Harvey (1992) configura uma forma institucional de integração da classe trabalhadora aos mecanismos de consumo característicos da produção capitalista avançada. Isto significa um aumento da burocratização da sociedade, por isto Lefebvre (1991) denomina-a de “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Esta forma estatal aprofunda e burocratiza ainda mais a democracia partidária. Passa-se assim da democracia partidária liberal para democracia partidária burocrática.

Os oligopólios surgidos no regime anterior tornam-se mais poderosos. Fundando-se na extração de mais-valia em escala planetária, através da forma descrita acima, ou seja, mais-valia absoluta nos países subordinados e relativa nos países imperialistas, os oligopólios fundam desta maneira as novas relações capitalistas internacionais, o imperialismo oligopolista.

Assim, o regime de acumulação intensivo-extensivo caracteriza-se pela extração de mais-valia relativa nos países imperialistas, combinada com a extração de mais-valia absoluta nos países subordinados, pelo estado integracionista ou de bem estar social e pelo oligopolismo imperialista. Entretanto, esta forma não pôde perdurar muito tempo. Novamente a tendência declinante da taxa de lucro e a resistência operária marcam novas crises no regime de acumulação. Desde o fim da segunda guerra mundial até meados dos anos 1960, o capitalismo conseguiu se reproduzir de maneira mais ou menos estável. Na esfera da produção, a resistência ao fordismo é ampla nos países imperialistas, desde o absentéismo, às greves, até as revoluções e experiências revolucionárias demonstram isto. O maio de 1968 francês e alemão, as greves selvagens na Itália no início da década de 1970 são exemplos extremos. Na esfera da sociedade civil, a expressão de organizações e concepções revolucionárias ganham em força e amplitude. O autonomismo, situacionismo, anarquismo, conselhismo etc. crescem e se espalham por toda a Europa e estados Unidos. Os movimentos contra a Guerra do Vietnam nos EUA, os movimentos pacifistas, anti-nuclear e também o movimento ecológico ou ambientalista (voltaremos a esta discussão mais à frente) se espalham por quase todos os países da Europa, Estados Unidos e também em alguns países periféricos.

A crise do regime de acumulação intensivo-extensivo concretiza-se na década de 1980, quando o regime de acumulação integral é estabelecido. Este caracteriza-se pelo aumento da extração de mais-valia absoluta e relativa tanto nos países imperialistas quanto nos de capitalismo

subordinado. O toyotismo vem em substituição ao fordismo. Com seus métodos de produção “flexível”, com a pluri-especialização, com o uso do método Kam-ban, sistemas de luzes etc. o toyotismo consegue combinar momentos de aumento da jornada de trabalho, com períodos de aumento da intensidade e ainda períodos de prolongamento e intensificação da produção. Isto significa um aumento da exploração em escala planetária.

Esta nova forma de exploração do trabalho ou do processo de valorização exige uma readequação do Estado. A forma estatal integracionista é substituída pela neoliberal. O estado neoliberal emerge inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos e aos poucos vai se irradiando para o restante do mundo. Sua principal função é desconstruir as políticas institucionais criadas pelo estado keinesiano. A redução às políticas de assistência social à classe trabalhadora, privatização das empresas estatais, austeridade fiscal, ou seja, diminuição dos gastos públicos etc. Tudo isto é adequado à acumulação integral. Esta exige um estado que permita e dê as condições institucionais a uma exploração integral.

O regime de acumulação integral também implica em alterações nas relações capitalistas internacionais. O imperialismo oligopolista cede espaço ao neo-imperialismo, que é uma forma de imperialismo mais violenta e belicista. Veja a quantidade de guerras localizadas que somente os Estados Unidos e Inglaterra provocaram nos anos 1990. O capitalismo de guerra tem como função colocar sempre em movimento um *quantum* de capital sempre crescente. A guerra no capitalismo não é um problema de governos, mas uma necessidade econômica Viana (2003; 2009), Dantas (2003).

Mas este regime já começa a apresentar problemas. As lutas sociais na Argentina em 2001, na França em 2005, no México em 2007 etc. já demonstram que aprofundamentos, transformações ainda ocorrerão. A história deste regime de acumulação ainda está por ser feita. Duas alternativas se colocam: um novo regime de acumulação sucederá este ou uma nova sociedade sucederá o capitalismo? Esta é a alternativa de nossos dias. Somente a luta de classes dirá para onde caminharemos.

A CRISE DO REGIME DE ACUMULAÇÃO INTENSIVO-EXTENSIVO E AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Agora já podemos retornar à discussão das determinações que explicam o desabrochar do debate ambiental no regime de acumulação intensivo-extensivo. Os problemas relativos ao ambiente não são recentes, nem datam dos anos de 1960 e 1970. A degradação ambiental em escala

relativamente ampliada, como vimos, já era um problema de interesse social sério na sociedade feudal, pois as práticas agrícolas vigentes nesta sociedade eram por demais predatórias e esgotavam os solos com muita rapidez. Mas isto deve ser compreendido relativamente, porque nenhuma sociedade conseguiu expandir a degradação ambiental em escala tão intensa e alargada (planetária) como a sociedade capitalista. As razões disto veremos logo adiante. Entretanto, o problema ambiental no modo de produção feudal não se tornou uma questão ambiental, nem implicou no surgimento de um movimento ecológico, ou como é mais conhecido no Brasil, movimento ambientalista.

Também, nos inícios do capitalismo o problema ambiental não era nenhum pouco negligenciável. A expansão da produção industrial, com o consumo sempre aumentado de recursos, a urbanização acelerada que resulta da industrialização, os problemas no ambiente urbano, a industrialização do campo nas áreas mais avançadas da produção capitalista (França e Inglaterra) e a conseqüente expulsão dos camponeses que agravam os problemas relativos ao meio urbano etc. são exemplos de como já no início da produção capitalista o problema ambiental se apresentava. No século 19, há um aprofundamento destes problemas: a produção industrial se amplia constantemente (visto que o capital só pode se reproduzir em escala ampliada), as cidades tornam-se lugares completamente insalubres (desenvolve-se um urbanismo que visava ordenar estes espaços de acordo com os interesses das classes dominantes) Lefebvre (2001) etc.

Isto tudo se passa nos países do continente europeu onde a produção capitalista era mais desenvolvida. Mas a realização deste capitalismo na Europa demandava uma articulação dos territórios no mundo inteiro. No início do capitalismo, ou seja, na *acumulação primitiva de capital*, esta articulação se dava com base no sistema colonialista, que implicava num modo de organização dos territórios coloniais que colocava em xeque a qualidade ambiental das áreas diretamente ligadas ao sistema colonial: degradação de solos e desmatamentos devido às monoculturas, aniquilação das populações autóctones, principalmente do continente americano etc. testemunham a aurora do capitalismo além das “fronteiras” da Europa.

Na sua fase seguinte, o imperialismo marca a relação dos países de capitalismo avançado com as antigas colônias. O imperialismo, como vimos, também se fundamenta numa forma de articulação entre os países na qual há a completa subordinação econômica dos países subordinados aos países imperialistas. Isto implica, tal como no colonialismo, num intenso processo de extorsão de riquezas destes sobre aqueles. Isto implica em uma forma de organização da produção nos países subordinados, tal como nos imperialistas, de uma completa subordinação da “natureza” aos interesses da produção e reprodução capitalistas.

Vê-se que os problemas ambientais são necessariamente econômicos e políticos. De qualquer maneira, em que pese a expansão do capitalismo tenha se estendido para várias partes do mundo, não surgiu até a década de 1960 uma “questão ambiental”, nem um movimento ambientalista. Naturalmente que anteriormente a este período tiveram análises que abordaram temas que se tornaram “questão ambiental” posteriormente. Mas o que importa aqui é: o que é questão ambiental? Quais processos levaram ao surgimento da questão ambiental?

O que levou os movimentos sociais e políticos bem como os ideólogos e teóricos a colocarem na pauta das discussões problemas relativos ao ambiente? Como já dissemos, partimos do pressuposto segundo o qual as idéias não existem sozinhas, além e fora dos sujeitos conscientes. Também elas não são um produto arbitrário da cabeça de qualquer iluminado, nem muito menos é produto de revelação divina. As idéias são um produto social e histórico como o são as instituições, a produção material, as mercadorias etc. (Marx & Engels, 1998). Da mesma forma, as idéias também não são um mero reflexo do mundo ou “realidade objetiva” Lênin (1990). Elas têm uma autonomia relativa, ou melhor, as idéias agem, tem força sobre a realidade concreta. Os seres humanos, movidos por idéias-força, ou seja, aquelas que lhes são importantes, fundamentais, tem papel não negligenciável na dinâmica da história, e, portanto, na luta de classes.

Assim, as idéias “ecológicas” ou sobre o “ambiente” tal como as temos claramente hoje não existiam no início do século 20. As condições sociais não exigiam, portanto, que se produzissem estas idéias. As interpretações acerca das determinações que explicam a origem da questão ambiental, ou seja, dos movimentos sociais e políticos ligados ao ambiente, bem como as idéias (teóricas e ideológicas) sobre eles, são bastante distintas. Vejamos algumas interpretações.

Alguns, para explicar a origem da questão ambiental se debatem numa descrição sem fim dos vários problemas que afetam o ser humano e a natureza, o ambiente. Taylor (1978) é um ótimo exemplo desta concepção. Seu livro descreve uma quantidade de dados, informações, acontecimentos etc. relacionados à questão do ambiente que naturalmente não foram assim tão facilmente organizados. Entretanto, durante a leitura do texto, o leitor fatiga-se com as informações e termina a leitura sem boas explicações, mesmo más explicações. Uma coisa que é importante ressaltar neste texto é o período que ele atribui ao surgimento da preocupação com o ambiente. Seu texto é do fim da década de 1970, ou seja, fim do regime de acumulação intensivo-extensivo, mas ele vai encontrar os primeiros “cientistas” a se preocuparem com o ambiente somente a partir da década de 1950, ou seja, início do regime de acumulação intensivo-extensivo.

Ainda no mesmo tom catastrofista e mesmo ficcional da obra de Taylor (1978), também o texto de Falk (1972) é ilustrativo de como a perspectiva descritivista se estrutura. Alinha-se numa seqüência de raciocínios uma quantidade de fatos muito bem descritos e alinhavados. A

apresentação das informações vai demonstrando ao leitor um quadro catastrófico, aterrorizante. Escassez de água, superpopulação, escassez de comida, fome generalizada, poluição sem precedentes, enfim, colapso iminente da humanidade.

Em que pese as informações possam ser verdadeiras, elas não conseguem estabelecer uma cadeia explicativa por si só. Também os cenários descritos são problemáticos, na medida em que não vêem a possibilidade de mudança histórica, tanto de readequação do capitalismo, que são sempre soluções momentâneas para problemas locais, quanto de uma total transformação das relações sociais, o que implicaria em mudanças substanciais na maneira dos seres humanos produzirem seu espaço de vivência, ou seja, na sua relação com a natureza.

Mendonça (1998) é um pouco mais elaborado do que os autores anteriores. Seu texto é mais complexo e debate melhor as teorias que visam explicar a origem das idéias sobre o ambiente. Pelo fato de buscar uma compreensão da questão ambiental pelo viés da ciência geográfica, seu texto não se adianta em determinadas leituras, ficando mais restrito (embora tangencie outras áreas) ao que os geógrafos historicamente disseram sobre a temática.

“*As contingências mundiais para a eclosão da consciência ambiental no século XX*”, título dado a um dos capítulos de seu livro, é bastante ilustrativo do caráter descritivo de sua concepção. Sua descrição é na verdade um *check list* de alguns fatos que segundo ele permitiram a eclosão da consciência sobre o ambiente. Dentre estes fatos, ele aponta a segunda guerra mundial e a destruição do ambiente imputada por ela, destruição de cidades, destruição provocada por armamento nuclear etc. Em contra-partida, há a emergência de movimentos que lutam pela paz. Isto seria um embrião para uma discussão sobre o ambiente.

O imperialismo, mal descrito e analisado, é apontado também como uma das “causas” da emergência sobre a consciência ambiental. Preferimos a denominação “determinação fundamental” ao invés de “causa”. A idéia de causalidade remete a uma única causa, ou quando são apontadas várias causas, as principais não são convenientemente analisadas. A idéia de determinação fundamental supera a de causalidade, na medida em que estabelece parâmetros explicativos, além de distinguir determinação fundamental e determinações secundárias. Para um aprofundamento sobre este debate: cf. (Viana, 2001)

Após minimamente descrever alguns processos característicos do imperialismo, durante e após a segunda guerra: criação das multinacionais, como “exportação” das indústrias sujas para os países de terceiro mundo (uma denominação mais adequada seria países de capitalismo subordinado), destruição dos ecossistemas destes países para atender demandas dos países imperialistas etc. figuram entre os processos por ele descrito.

Aponta também o velho mote dos ambientalistas: explosão demográfica, mesmo fazendo uma crítica às concepções dos neomalthusianos acerca do controle demográfico. Aponta o problema da fome e da seca na África, o que levava a uma discussão sobre os processos de exploração internacional e também à busca de um ambiente sadio para o ser humano. Coloca em destaque a emergência do que denominou de “Movimentos sociais gerais”: o movimento *hippie*, com sua recusa da violência e do consumismo, o maio de 68 francês, visto pelo autor como sendo um movimento meramente estudantil, sendo que na verdade excede os muros das escolas e universidades. Aponta finalmente a realização da Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, como sendo um marco neste processo. Por último, a Segunda Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, a ECO/Rio 1992 é destacada.

A grande questão é: quais as relações recíprocas entre estas questões? Como se determinam mutuamente? Como se imbricam uma na outra? Qual a determinação fundamental e as determinações acessórias ou secundárias no processo de emergência da consciência sobre o ambiente? Além destes fatos, outro autor poderia elencar outras questões: desastres ecológicos; crescimento das cidades; “aquecimento global”; buraco na camada de ozônio; aumento da produção industrial etc. Ou seja, o que estou querendo demonstrar é que o fundamental não é o elenco de fatos, acontecimentos ou processos que são destacados, mas sim a determinação fundamental e as determinações formais ou secundárias. Diante da exposição de Mendonça (1998) o que temos é uma não-explicação para o surgimento da consciência sobre o ambiente, mas tão-somente o elenco de alguns fatores que estiveram envolvidos no processo.

Contrariamente a estas leituras que somente descrevem ou enumeram elementos, há em contrapartida aquelas que se dedicam a uma análise, diríamos, da essência do fenômeno e não compreendem deste modo, a historicidade do problema. Citaremos mesmo que muito brevemente dois exemplos: Thomas (1994) e Ferreiro (2009a, 2009b). Ambos elaboram uma crítica dura e profunda acerca da maneira como a sociedade capitalista produz seu espaço, enfim, como constitui seu ambiente. Constatam que a produção capitalista só pode existir e se reproduzir em escala sempre ampliada. Tal reprodução em escala ampliada significa um esforço sempre crescente sobre o meio. Isto é a mais pura verdade.

Ambos são enfáticos em afirmar que o capitalismo não sucumbirá devido a uma escassez de recursos. A capitalização do ambiente, ou seja, a produção de um ambiente adequado à reprodução das relações de produção capitalistas é deveras a grande ambição do capital. Todo o investimento em novas tecnologias para domar, dominar, enquadrar os ritmos e a dinâmica ecológica ao movimento monótono e retilíneo da produção capitalista bem o demonstram. Se esta

afirmação é verdadeira, não explica, entretanto, o porquê do surgimento da questão ecológica ser datado. O capitalismo se estabelece plenamente no século 18, ou seja, as relações que, em tese, geram a questão ecológica ou ambiental surgem neste período. Por que não se desenvolveram idéias ecológicas no século 18?

A interpretação que visa encontrar a raiz do problema ecológico sem levar em conta a historicidade da sociedade capitalista não consegue responder este questionamento. Se as relações capitalistas e naturalmente os movimentos de contestação destas relações geram ou criam uma preocupação ecológica, uma questão ambiental, é necessário explicar em que contexto histórico, por quais motivos e quais os elementos fundamentais no desenvolvimento das preocupações sobre o ambiente.

Somente a descrição dos ditos problemas ambientais não os explicam por si só. Também, encontrar no cerne das relações capitalistas o elemento fundamental, em que pese seja verdadeiro, é insuficiente. Como proceder então? Naturalmente, o ponto de partida são as relações capitalistas de produção, mas elas devem ser inseridas na historicidade da própria sociedade capitalista. A sucessão dos vários regimes de acumulação é uma importante pista para iniciarmos nossa caminhada nesta direção.

Temos que o regime de acumulação intensivo-extensivo é constituído pela valorização do capital combinando a extração de mais-valia relativa nos países de capitalismo central e mais valia absoluta nos países de capitalismo subordinado. A forma estatal necessária para regularizar este processo foi o Estado de bem-estar-social ou Estado keinesiano e que as relações internacionais capitalistas eram fundadas no imperialismo oligopolista. Esta forma de organizar a vida e a produção como um todo teve início logo após a segunda guerra mundial e foi a forma dominante até fins dos anos 1970 em quase toda a Europa, Estados Unidos, Japão e demais países imperialistas.

Para compensar os custos com o estado de bem-estar-social nos países de capitalismo central foi necessário a exportação de capital produtivo para vários países do mundo, Brasil, África do Sul, Argentina etc. A criação das conhecidas multinacionais, ou seja, empresas cuja sede se localizam nos países de capitalismo central, mas que têm filiais em outras partes do mundo, é a expressão mais clara do imperialismo oligopolista. No que concerne à questão ambiental, o que se verifica é que nestes países, com este processo de divisão internacional do trabalho, há toda uma rearticulação, uma nova maneira de se produzir o espaço. Estes países se urbanizam, pois as indústrias são *indutoras* de processos de urbanização (Lefebvre, 2001), a relação-capital implica em aumento da pressão sobre os recursos (Ferreiro, 2009a, 2009b) (Thomas, 1994) (Leff, 2004), (Gonçalves, 1989) entre vários outros. À exploração extensiva do ambiente que se dava nos países de capitalismo subordinado, superpõe-se agora uma exploração intensiva.

O que se verifica com a instalação do regime de acumulação intensivo-extensivo é generalização da relação-capital para quase todas as partes do mundo. Mas é a sua crise que dá a chave para a ebulição da questão ambiental. No seio da crise do regime de acumulação intensivo-extensivo emerge uma incontável quantidade de organizações, movimentos sociais, tentativas de revoluções etc. Os anos 1960 e 1970 são o palco no qual se desencadeiam estes movimentos. Nos EUA, movimentos anti-nuclear, contra a Guerra do Vietnã, luta pelos direitos civis dos negros etc. Na Europa, movimento estudantil, feminista, operário etc. Na América Latina, manifestações contra as várias ditaduras que existiam pelo continente, manifestações operárias no Brasil, Argentina, México etc. Na Ásia, revolução cultural na China, manifestações operárias no Japão etc. O mundo estava em ebulição.

A determinação fundamental para explicar a expansão das relações capitalistas a quase todas as partes do mundo é a tentativa do capital em buscar estratégias para frear a tendência declinante da taxa de lucro que se desenvolvia de maneira ampliada no período Harvey (1992), Viana (2009). A crise no processo de valorização gera pressão sobre os trabalhadores e estes por sua vez resistem. No processo de resistência e luta cotidiana vão ampliando cada vez mais seus pontos de vista e radicalizando suas reivindicações. Isto ficou bem claro na insurreição do maio de 68 francês e Alemão. Também, nas demais esferas da sociedade a resistência se fortalece, tal como nos movimentos que aludi linhas atrás.

Este quadro de exploração, em escala internacional, do ambiente, a crise do regime de acumulação intensivo-extensivo, que encontra sérias dificuldades em se reproduzir nos anos de 1970, a resistência operária na esfera da produção e dos demais movimentos sociais (incluindo o ecológico ou ambientalista que presenciava sua aurora neste período) em outras esferas da sociedade são os elementos fundamentais no desenvolvimento da questão ambiental. Entretanto, por si só, estas determinações são insuficientes para aclarar a questão.

É necessário demonstrar o que há de específico, o que há de particular na questão ambiental. Uma delas é o próprio desenvolvimento da ciência ecológica. A explicação científica da interação entre os elementos e processos que constituem a natureza são um importante instrumento intelectual na leitura do mundo natural. O desenvolvimento da Ecologia, como ciência, dá um passo fulcral nesta direção (Dussart, 1979), (Thomas, 1994), (Lago & Pádua, 1988), (Sanchez, 1983), (Calil, 1983), (Costa, 1983), (Gonçalves, 1989) entre outros. A compreensão de que o ambiente tem uma história, uma dinâmica e um conjunto de interações que devem ser compreendidas deu um salto importante na consciência sobre o ambiente.

Da Ecologia Natural de Haeckel à Ecologia Social de (Charboneau e Rodes, 1979), entre outros que defendem a idéia de ecologia social, tem-se uma compreensão mais clara acerca dos

processos naturais e da modificação destes processos à medida que se dão mediante às relações sociais humanas. Não é espaço aqui para debatermos em pormenores os alcances e limites da Ecologia Social, só destacamos que há um intenso debate entre várias disciplinas do conhecimento científico atual, geografia, sociologia, historiografia, biologia, física etc., até mesmo a filosofia, vêm buscando interpretar, analisar, discutir as interações complexas que se dão entre relações sociais históricas e concretas das várias sociedades humanas e às dinâmicas intrínsecas ao meio ecológico.

Um outro elemento importante a considerar na análise, e que está diretamente relacionado ao conjunto de fatores aos quais já aludimos, é a denúncia a vários “desastres” ecológicos. O tão citado livro da bióloga Rachel Carson, “*Primavera Silenciosa*”, publicado em 1962, é um dos primeiros opúsculos dedicados a denunciar as práticas das empresas capitalistas como sendo profundamente danosas ao ambiente. De lá para cá, este tipo de publicação se tornou bastante comum dentro da literatura dedicada à questão ambiental. A perspectiva descritivista, analisada anteriormente, fornece um volumoso e importante material de pesquisa sobre isto. Calil (1983), Taylor (1978) e Falk (1972), bem como Mendonça (1998), entre vários outros, apresentam uma lista relativamente espessa de vários fatos que se tornaram importantes marcos para a questão ambiental. Os fatos em si não querem dizer muita coisa, até mesmo por que “desastres” ecológicos são uma constante na história do capitalismo. O importante é, todavia, compreender por que estes “desastres” ecológicos passaram a ter tanta importância dentro dos meios de discussão política e científica. E eles adquiriram importância justamente porque já existia uma mobilização social e discussão ampla sobre a questão ambiental.

O debate ecológico passa a compor a pauta de políticos profissionais e ganha espaço dentro dos organismos estatais, nacionais e internacionais. Calil (1983), citando alguns elementos que julga compor o leque de fatores que levaram à eclosão da questão ambiental, afirma:

Face à ocorrência de importantes fatos no final da década de 60, e início da de 70, dá-se súbito estímulo ao surgimento de movimentos, lutas, e a adoção de medidas em torno à ecologia: a) o conselho da Europa promove 1970 como o ano da conservação da natureza na Europa; b) criação do ministério do meio ambiente na França, em 1971 (...) (Calil, 1983. p. 47).

Em seguida cita a criação do Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, mais conhecida como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Cita em seguida a candidatura de René Dumont à presidência da república na França no ano de 1974, cuja plataforma política era toda fundada no recém criado discurso ambiental, ecológico ou sobre o ambiente. Vários outros autores corroboram esta leitura citando a criação do Clube de Roma e a

realização da Conferência de Estocolmo como marcos importantes na “consciência ecológica”. Em que pese seja verdade, o interessante é notar como o debate sobre o ambiente é feito pelas organizações e intelectuais que expressam claramente pontos de vista da classe dominante. A Conferência de Estocolmo, bem como o relatório do Clube de Roma “Os Limites do Crescimento” bem demonstram esta afirmação.

Nossa intenção aqui não é fazer uma nova lista de fatos, processos, elementos que propiciaram o desenvolvimento da “consciência sobre o ambiente”, mas tão somente encontrar no seio de tantas interpretações uma leitura que dê um nexos explicativo coerente para o processo. Assim, temos que a generalização do capitalismo pelo mundo, levando sua maneira *sui generes* de produção de mercadorias a quase todas as partes do mundo com o regime de acumulação intensivo-extensivo, a crise deste regime de acumulação, que implica na emergência de vários movimentos sociais (feminista, negro, operário, ecológico, estudantil etc.), o desenvolvimento da ciência ecológica, a denúncia de vários desastres ecológicos pelo mundo e a capitulação pelas classes dominantes do discurso ambiental através de seus organismos nacionais e internacionais compõem o leque de questões que permitiram a emergência da questão ecológica ou ambiental.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Esperamos com este texto ter apresentado algumas contribuições à elucidação dos processos sociais que levaram à emergência da consciência sobre a questão ambiental. Foram condições sociais concretas que levaram à eclosão do problema ecológico. Em que pese já houvesse todo um panorama de relações conflituosas com o ambiente nos inícios do capitalismo, mesmo no feudalismo, vimos que as condições sociais propícias ao desenvolvimento de uma consciência ecológica ou ambiental datam de um período muito específico da história do capitalismo: o regime de acumulação intensivo-extensivo, notadamente sua crise.

Não buscar uma única causa para os fenômenos é um princípio de método que o materialismo histórico-dialético apresenta e nos permite compreender com mais clareza os processos sociais evitando as explicações simplistas dos vários determinismos, bem como as descrições não articuladas a explicações teóricas. Evitando uma e outra alternativas e fazendo uma leitura concreta dos processos sociais, o método dialético nos dá instrumentos conceituais importantes para a explicação das relações sociais e das formas de consciência que elas geram. Acreditamos assim ter demonstrado que a emergência da questão ambiental é produto de um conjunto de processos que se determinam mutuamente. Como diria Marx, “o concreto é síntese de

múltiplas determinações”. Acreditamos ter demonstrado como isto se deu com a questão ecológica ou ambiental.

REFERÊNCIAS

CALIL, E. S. *Ecologia*. In: FIAT Automóveis para Universitários. Ecologia. Rio de Janeiro: CODECRI/FIAT AUTOMÓVEIS, 1983.

CHABONNEAU, J.-P. & RODES, M. *Ecologia Social*. In: Enciclopédia de Ecologia. São Paulo: EPU; EDUSP, 1979.

COSTA, L. R. *Ecologia*. In: FIAT Automóveis para Universitários. Ecologia. Rio de Janeiro: CODECRI/FIAT AUTOMÓVEIS, 1983.

DANTAS, G. *Contradições e Papel da Economia Armamentista Norte-Americana na Crise Capitalista: Sua Relação com o Impasse Latino-Americano*. Brasília: UnB, 2003 (Tese de Doutorado)

DUSSART, B. *Conceito e Unidades em Ecologia*. In: Enciclopédia de Ecologia. São Paulo: EPU; EDUSP, 1979.

FALK, R. A. *Morte e Sobrevivência da Terra: a Ecologia e as Soluções para Salvar o Planeta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

FERREIRO, R. *A Ecologia do Capital*. Ígneo Boletim. Contra a Ecologia do Capital: Pola libertação Humana Integral. Nº 10. 2009. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/. Acesso em 20/04/2009a.

_____. *Crise Ecológica e Materialismo Histórico*. Ígneo Boletim. Contra a Ecologia do Capital: Pola libertação Humana Integral. Nº 10. 2009. Disponível em: http://www.geocities.com/cica_web/. Acesso em 20/04/2009b.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LAGO, A. & PÁDUA, J. A. *O Que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEFEBVRE, H. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, H. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LENIN, W. *Materialismo e Empireocriticismo*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro. V. 1. São Paulo: Difel, 1985.

_____. & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Exposição do Livro, s/d.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro. V. 2. São Paulo: Difel, 1985.

MENDONÇA, F. *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: contexto, 1998.

SÁNCHEZ, L. E. *Ecologia: da Ciência Pura à Crítica da Economia Política*. In: FIAT Automóveis para Universitários. Ecologia. Rio de Janeiro: CODECRI/FIAT AUTOMÓVEIS, 1983.

TAYLOR, G. R. *A Ameaça Ecológica*. São Paulo: Verbo/Edusp, 1978.

THOMAS, T. *A Ecologia do Absurdo*. Lisboa: Dinossauro, 1994.

VIANA, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida/SP: Santuário, 2009.

_____. *Estado, Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

MOVIMENTO SOCIAL CLÁSSICO E CONTEMPORÂNEO

Erisvaldo Souza¹

Resumo:

O presente artigo tem como finalidade desenvolver uma análise dos movimentos sociais no século XIX e XX, buscando entender seus objetivos e transformações. Nossa análise parte de alguns conceitos fundamentais para que possamos entender essa temática de alguns autores clássicos como Karl Marx e seu método de análise da sociedade. Os movimentos sociais são fruto da luta de classes e aqui são analisados nesse sentido da transformação social total.

Palavras-Chave:

Movimentos Sociais, Luta de Classes, Estado, Sociedade Capitalista.

Abstract:

The present article has as purpose to develop an analysis of the social movements in century XIX and XX, searching to understand its objectives and transformations. Our analysis has left of some basic concepts so that let us can understand this thematic one of some classic authors as Karl Marx and its method of analysis of the society. The social movements are fruit of the fight of classrooms and here they are analyzed in this direction of the total social transformation.

Key-words:

Social movements, class struggles, State, Capitalist Society.

O que é um movimento social? Como podemos defini-lo? Essas são algumas questões a serem discutidas neste artigo, pois em uma sociedade como a nossa onde as relações sociais se desenvolveram e ficaram cada vez mais complexas, trabalhar com esses objetos se torna uma empreitada extremamente difícil. Mas não iremos fugir dessa discussão, o mais importante é buscar respostas coerentes para os nossos questionamentos. Ao mesmo tempo analisar conceitualmente os movimentos sociais do século XIX e posteriormente no século XX, aqui tratados como clássico e contemporâneo.

Para desenvolvermos o nosso artigo vamos ter como base os movimentos sociais do século XIX e suas especificidades, mostrando seu surgimento e desenvolvimento, e principalmente o seu método de análise, pois esses movimentos sociais foram capazes de produzir um método de análise próprio, dentro do próprio movimento social. A partir da década de 60 do século passado

¹ Graduado em História e Especialista em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás - Anápolis. Mestrando em Sociologia Pela UFG. Correio eletrônico: erisvaldosouza@yahoo.com.br

surtem movimentos sociais com características diferentes em relação aos movimentos sociais do século XIX, fator importante em relação aos movimentos sociais no século XX.

O tema movimentos sociais ocupa um lugar central, na discussão sociológica clássica ou até mesmo na contemporaneidade, só que em perspectivas diferentes, pois Marx trabalha em uma perspectiva diferente do que é conhecido no século XX, principalmente a partir da década de 60 do século passado, com os novos movimentos sociais e o seu método de análise que também se transforma, ou seja, ele é produzido fora do movimento social.

Como colocado anteriormente, os movimentos sociais são objeto de estudo das diversas ciências sociais e humanas e recebe tratamentos diversos por parte destas ciências, mas o grande problema que estas encontram é a de como definir o que é um movimento social. Para explicarmos o que é um movimento social, vamos utilizar o método de análise da sociedade em Marx e sua atuação no movimento dos trabalhadores, para depois perceber as mudanças que ocorrem ao longo do século XX como é o caso do conceito de Karl Jensen que tem sua análise voltada para o grupo social e não para a classe social que é a proposta de Marx.

Portanto, podemos dizer que os movimentos sociais em todo o mundo, são influenciados pelo movimento da classe trabalhadora.

A (AIT) Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, onde havia dentro dessa associação diversas correntes políticas como: os mutualistas que seguiam as idéias de Proudhon e os marxistas que seguiam as idéias de Marx. Ocorreram diversos conflitos entre essas correntes políticas, o mais conhecido é quando da entrada de Bakunin na internacional dos trabalhadores, onde este tem um embate com Marx outro membro da internacional.

Qual a função da AIT? Para Marx seria a de organizar os trabalhadores para que estes organizados pudessem fazer uma revolução social universal a partir da derrubada da burguesia e formando a associação livre dos produtores, ou seja, a autogestão social dos trabalhadores. Bakunin tinha outra visão sobre a AIT, para ele esta deveria servir somente para a organização dos trabalhadores, sendo que a revolução social se daria em outra organização a aliança que ele criou, atuando de forma organizada e clandestina para confundir a burguesia, aqui está um dos motivos do conflito entre Marx e Bakunin, ou seja, o papel de quem deveria fazer a revolução social.

Não iremos entrar na polêmica do conflito entre esses dois pensadores, pois assim estaríamos fugindo da nossa proposta.

Podemos dizer que o método de análise do movimento da classe trabalhadora, nasce dentro da própria classe como movimento social, neste caso com Marx. Passaremos a analisar as contribuições desse autor para a formação e o desenvolvimento desse movimento social e principalmente o seu método, pois os debates sobre esse tema devem passar por esse autor.

É no prefácio de: *Para a Crítica da Economia Política* que Marx caracteriza a produção material, ou seja, indivíduos produzindo socialmente, este é o ponto de partida, para isso ele inicia criticando os clássicos da economia política, neste caso Smith e Ricardo, demonstrando suas limitações, ao mesmo tempo em que critica também o contrato social de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza. Marx afirma que o resultado no qual pretende chegar não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade. Neste caso torna-se necessário a citação:

A idéia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção dos produtos de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição; finalmente no consumo, os produtos convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual. A produção cria objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute. A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio-termo, que é assim dúplice, já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no [consumo], a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente”. (Marx, 1999: 30).

A crítica que Marx realizou aos economistas do século XVII é porque estes partiam para uma análise de certos números de relações gerais abstratas e que são determinantes, como é o caso da divisão do trabalho, o dinheiro, o valor entre outros, é nesse sentido que ele busca elaborar o seu método, superando as limitações desses autores, pois estes não ultrapassam os limites da economia defensora dos interesses burgueses, é por isso que Marx irá partir de outra perspectiva, e qual é a perspectiva de Marx? Ele parte da perspectiva do proletariado para analisar as relações sociais concretas dentro do modo de produção capitalista. Para Marx, o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja um ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação. É importante lembrar que o método de Marx consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, ou seja, proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas tudo isso só será possível segundo o próprio Marx se o pesquisador partir da perspectiva do proletariado que é a classe explorada dentro do modo de produção capitalista. Para o próprio Marx, “partir da perspectiva burguesa é um obstáculo ao desenvolvimento da consciência. Para ter acesso

à verdade é preciso partir da perspectiva contrária, ou seja, da perspectiva do proletariado” (Peixoto, Apud, Marx, 2003: 29). Observe o que diz outro autor sobre essa questão: “Marx inaugura um tipo de pesquisa histórica revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo” (Fernandes, 1983:14). Na obra de Marx não temos nada de doutrinário como querem alguns marxistas ortodoxos, temos é uma teoria da sociedade extremamente crítica e revolucionária que busca a emancipação da sociedade em sua totalidade, como é analisada por Fernandes.

Duas obras de Marx nos oferecem algumas possibilidades para que possamos entender o seu método de análise da sociedade, como é o caso do *Manifesto Comunista e da Ideologia Alemã*, escrito em parceria com Engels, o método de análise de Marx, tem como objetivo entender a sociedade em sua totalidade, a partir das relações sociais concretas. *O Manifesto Comunista* ficou conhecido em todo o mundo pela sua qualidade na análise das questões que interessavam a classe trabalhadora e seus diversos outros fatores abordados nesse pequeno texto. Marx e Engels foram militantes e sempre estiveram atuando em levantes revolucionários em busca da emancipação da classe trabalhadora, pois o seu método buscava a junção da teoria com a prática revolucionária, foi desta forma que eles atuaram na I Associação Internacional dos Trabalhadores, cabe lembrar que o objetivo deles não era direcionar a luta dos trabalhadores e sim contribuir com a luta se inserindo no conjunto da coletividade da classe operária.

Marx e Engels iniciam seu pequeno manifesto afirmando que a história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. O que são as classes sociais para esses autores? “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (Marx & Engels, 1998: 10). As classes sociais principais para estes autores dentro do modo de produção capitalista são: A burguesia e o proletariado, mas estes reconhecem outras classes sociais como o campesinato, com o desenvolvimento do capitalismo e a burocratização das instituições dentro da sociedade capitalista, a tendência é que apareçam novas classes sociais, sendo que estas duas classes sociais vivem em constantes antagonismos, onde cada uma busca defender os seus interesses, a burguesia busca a manutenção e a reprodução do modo de produção capitalista, pois se trata da classe que detém a autoridade sobre os meios de produção (equipamentos, máquinas, ferramentas etc), por outro lado o proletariado é a classe explorada, obrigada a vender o seu trabalho em troca de um salário que nem sempre é o suficiente para a reprodução da sua vida material na sociedade capitalista, é por isso que a classe trabalhadora não tem nada a perder ao buscar realizar uma revolução, a não ser suas correntes como afirmava Marx.

Porque Marx e Engels irão dar grande importância para o proletariado? Eles analisam: “De todas as classes que se põe frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma

classe realmente revolucionária” (Idem: 26). É por isso que Marx afirma que a emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora, a partir da sua luta consciente e coletiva contra a burguesia. Para Marx, além de revolucionária a classe trabalhadora ao emancipar-se, emancipará universalmente todos os seres humanos, sejam eles, oprimidos ou opressores. Marx & Engels sempre se mostraram militantes articulados em torno de uma questão, que é a da luta e da transformação da sociedade como um todo, é por isso que estes sempre apoiaram a luta dos trabalhadores.

O método dialético de Marx possibilitou desenvolver uma análise aprofundada e coerente do modo de produção capitalista em sua totalidade, caracterizando toda a exploração capitalista em relação à classe trabalhadora, indo além, pois o seu objetivo principal não era só entender essas realidades e sim transformá-las, a partir da luta coletiva e consciente da classe trabalhadora contra a burguesia.

Desta forma o método de análise e a atuação de Marx dentro da (AIT), vem contribuir com a luta operária no século XIX e conseqüentemente no século XX, pois tanto as idéias de Marx, como a luta operária vai influenciar diversos outros movimentos sociais em todo o mundo.

Um movimento social deve combater o capitalismo e se aliar ao movimento operário, a aliança entre os movimentos sociais e o movimento operário é fundamental para o desenvolvimento e vitória do processo revolucionário. Ao longo do século XX a luta operária continua se desenvolvendo e outros movimentos sociais irão surgir, (Jensen: 1996) propõe uma análise sobre os movimentos sociais em outra perspectiva.

As causas de um movimento social podem ser internas ou externas: “Se a causa de um movimento social é simultaneamente interna e externa, então só é possível compreendê-lo analisando a constituição do grupo social que lhe dá vida. Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum”. (Jensen, 1996: 48). Neste caso podemos afirmar que um grupo social é bem diferente de um movimento social, pois é a partir da consciência do grupo que nós iremos ter a formação de um movimento social, como o exemplo que é dado pelo autor, o movimento das mulheres, este é o grupo social que lhe movimenta.

“Um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possuem aspectos comuns, que podem ser tanto biológicos (raça, sexo) quanto ideológicos (projeto)”. (Idem: 48). Fruto da sociedade capitalista, só pode existir um movimento social quando um grupo social ou classe social é oprimido por outro grupo ou classe, como, por exemplo, só existe um movimento operário porque existe a exploração burguesa em relação aos trabalhadores e estes reconhecem a exploração, esta classe social tem consciência de que necessita se organizar e superar tal relação de

exploração, quando um grupo social produz um movimento social este sofre alterações. Vejamos por que:

“Os movimentos sociais estão envolvidos pela dinâmica da luta de classes. Eles podem estar sob a hegemonia ideológica da burguesia e/ou de suas classes auxiliares ou sob a direção revolucionária do proletariado. No primeiro caso, enquadram-se os movimentos sociais conservadores e reformistas e, no segundo, enquadram-se os movimentos sociais revolucionários. Portanto, os movimentos sociais são constringidos a participar da luta de classes, estando do lado de uma outra classe”. (Idem: 51).

Na sociedade capitalista e a divisão em classes sociais entre produtores e não produtores de riqueza material, (podemos afirmar que existiu essa divisão em outras sociedades, mas não é o caso analisar neste momento), onde sem dúvidas existem movimentos sociais que buscam conservar as bases do capitalismo e outros que buscam romper com as relações de produção dentro do capitalismo como é o caso do movimento operário organizado. Outro elemento importante nesta discussão é a relação entre movimentos sociais e democracia. Segundo Jensen, a relação entre movimentos sociais e democracia é contraditória. A democracia representativa tem como uma de suas características possibilitar todas as lutas políticas rumo ao Estado capitalista e faz isso através da mediação dos partidos políticos. A democracia representativa pode ser chamada também de democracia burguesa, então, ela tem como objetivo principal reproduzir as idéias da classe dominante e o Estado que o representa que também é burguês, o partido político neste caso cumpre a sua função de forma coerente que é a de reproduzir também essas idéias. É neste sentido que alguns movimentos sociais contestam a idéia de partido político, ao mesmo tempo em que a democracia burguesa através do Estado não conseguem manter as outras classes sociais sob o seu domínio.

Os debates entre movimentos sociais e partidos políticos são polêmicos e Jensen vem analisa da seguinte forma:

“Os partidos políticos não são movimentos sociais. Isto ocorre por vários motivos: a) os partidos políticos são organizações burocráticas que vivem em função da democracia burguesa e do estado capitalista, enquanto os movimentos sociais possuem uma organização mais flexível e não estão ligados diretamente ao estado e à democracia; b) os partidos políticos passam a ter sua ação restringida ou proibida sob regimes ditatoriais enquanto os movimentos sociais podem ou ter sua ação restringida ou incentivada nesta situação política; c) os partidos políticos acompanham os períodos de estabilidade e crise da democracia burguesa reproduzindo-as no seu interior enquanto os movimentos sociais possuem uma dinâmica própria que não reproduz a lógica da democracia burguesa”. (Idem: 52).

Não devemos negar o caráter burocrático dos partidos políticos e mais ainda, além de estarem vinculados ao poder do Estado. Os movimentos sociais podem estar fora do poder do Estado, porém alguns desses movimentos sociais estão constituídos na relação entre dirigentes e dirigidos e possuem sem dúvida uma base burocrática como os partidos políticos, porém há de fato

esta distinção entre a participação no poder do Estado ou não, pois com o desenvolvimento e um nível mais complexo para se entender as relações sociais, políticas, jurídicas dentro do Estado, os movimentos sociais tendem a seguir esse modelo de organização que também é burocrática, neste caso está presente o potencial burocrático dos movimentos sociais e seu interesse pelo poder constituído do Estado, alguns desses movimentos sociais colocam seus líderes dentro dos diversos parlamentos existentes dentro do estado burguês, na ilusão de que tais líderes serão a solução para os seus problemas, pois estes podem votar projetos para ajudar o seu movimento social de origem, mera ilusão, pois estes líderes acabam alterando a sua posição de classe dentro da burocracia do partido e posteriormente dentro do Estado burguês, assim se distanciando da sua origem, essa história no Brasil já é bem conhecida. Jensen critica o tratamento que é dado pela sociologia aos movimentos sociais dizendo que essa pesquisa é ideológica, ao mesmo tempo o autor mostra como a sociologia analisa os movimentos sociais, os sujeitos coletivos são esquecidos pela sociologia por ser de interesse da classe dominante, isto quer dizer que a sociologia vai possibilitar uma análise do indivíduo e não da coletividade, porém nem sempre isso ocorre, existindo formas de contestação como será mostrado em outro momento do nosso artigo.

Podemos dizer que a (AIT), foi historicamente importante para as lutas sociais pela sua capacidade de sua organização e luta social em busca de uma emancipação da sociedade em sua totalidade, ressaltamos que a organização a partir da clandestinidade e que nega o caráter da internacional dos trabalhadores é limitado, pois os trabalhadores organizados coletivamente e lutando coletivamente, não necessitam de outras instituições para gerir ou direcionar a luta operária.

MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Passemos para a segunda parte do nosso artigo, que tem por objetivo a análise dos movimentos sociais no século XX, afirmando que estes passaram por um processo histórico de modificações e que são interessantes para a nossa análise.

O século XX marcou um acentuado desenvolvimento tecnológico, científico e diversos outros fatos históricos relevantes como as duas grandes guerras mundiais e a própria *Revolução Russa de 1917*, quando os Bolcheviques tomaram o poder na Rússia, instituindo uma ditadura tendo por base o partido político e sua burocracia. Não devemos negar a burocratização das instituições, estado, igreja, sindicatos, partidos políticos entre outras, mas não o fim da luta de classes como querem alguns. Um dos autores que analisam a sociedade industrial no século XX é o alemão Herbert Marcuse representante da chamada escola de Frankfurt, vejamos o que ele afirma:

Não obstante, essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional. A nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrifugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com dúplici base de eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente.(Marcuse, 1964:14).

Devemos acreditar em um mundo irracional fechado, onde a humanidade caminha para um modo de vida irracional? Neste caso não. Existe todo um aparato técnico e científico que caracteriza a sociedade capitalista no século XX, mas tudo isso não é o suficiente para que nós seres humanos passemos a agir como seres irracionais como quer Marcuse e sim buscar a retomada de algumas questões que ficaram um pouco mais atrás, ou seja, a retomada de uma consciência revolucionária e ao mesmo tempo buscar entender a sociedade em sua totalidade, pois o principal objetivo de uma ideologia é a falsa consciência, buscando inverter a realidade de alguns grupos sociais, como é analisado por Marx e Engels, principalmente a classe trabalhadora. Para Marcuse, a teoria crítica da sociedade não possui conceito algum que possa cobrir a lacuna entre o presente e o seu futuro; não oferecendo promessa alguma e não ostentando êxito algum, permanece negativa. Assim, ela deseja permanecer leal àqueles que, sem esperança deram e dão sua vida à grande recusa”. Fica evidente a perspectiva pessimista de Marcuse ao analisar a sociedade industrial no século XX, fato este que deve ser contestado, ao mesmo tempo devemos mostrar outras formas de analisar essa realidade.

Para os teóricos que acreditam que existe a pós-modernidade, esta se caracteriza por ser a crise da razão, para outros a crise do paradigma dominante etc. Outro fator importante neste caso é uma possível crise dentro do marxismo, ou seja, o marxismo de Marx, que é descartada por nós. Mas será que existe de fato uma crise no marxismo? Neste caso não. Na realidade, o que existe é uma crise das deformações do pensamento de Marx em diversos países, inclusive o Brasil, que acabaram adotando as idéias de Lênin e de outros “ditos” marxistas como sendo as idéias de Marx. Posteriormente retomaremos algumas questões sobre o marxismo no século XX. Mais um ponto importante nesse debate que estamos produzindo nesse artigo. Continuemos com alguns questionamentos de autores que estudam o século em questão: “Estamos assistindo hoje, em todo o mundo, a tendências que fazem prever o advento de um novo irracionalismo”. (Rouanet, 1998:11). Neste caso iremos observar o que é esse novo irracionalismo para esse autor: vejamos que ele mesmo responde. Rouanet sustenta que o irracionalismo mudou de rosto, mas não mudou de natureza. Hoje ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é a negação de toda facticidade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito, sem

o qual não há como dissolver o existente. Citando outro teórico da escola de Frankfurt, o autor segue dizendo:

“Adorno escreveu em *Mínima Moral* que a modernidade tinha ficado fora de moda. Hoje estamos confrontados, ao que parece, com algo de mais definitivo: não a obsolescência, mas a morte da modernidade. Seu atestado de óbito foi assinado por um mundo que se intitula pós-moderno e que já diagnosticou a rigidez cadavérica em cada uma das articulações que compunham a modernidade”. (Adorno, Apud, Rouanet, 1998: 20).

O século XX marcou uma análise da sociedade por parte de alguns teóricos, principalmente os membros da escola de Frankfurt através de um caráter extremamente pessimista e determinista, essa forma de análise da sociedade e que passou a ser repetida no Brasil como é possível observar em nossas citações acima. As questões levantadas por esses autores tratam de alguns aspectos da sociedade, ou seja, são estudos de fragmentos, sejam eles, sociais, econômicos e em menor grau fatores políticos ou que tratam de questões relacionadas à luta de classes que para alguns esta já não existe mais. O que existe de fato na sociedade são diversas classes sociais e até mesmo o surgimento de outras classes sociais e que continuam antagônicas. Essas produções intelectuais perdem o seu caráter crítico e emancipador e de uma análise totalizadora, como fez Marx que se tornou clássico não só da economia, mas também de diversas outras ciências, como: a História, Sociologia, Psicologia dentre outras, fato este que não acontece com alguns autores no século XX, que se preocuparam somente com alguns pequenos fragmentos existentes na sociedade.

O irracionalismo como bem afirma Rouanet, a crise da razão são fenômenos que estão na ordem do dia e que são difundidos por diversos ideólogos e que reproduzem a lógica do capital, sendo que tal irracionalismo de fato é fruto de uma ideologia burguesa e que busca inverter a lógica da sociedade, principalmente das classes sociais menos privilegiadas, principalmente da classe trabalhadora, negando o seu caráter revolucionário, alguns afirmam que está já não existem mais.

No trecho que Rouanet cita a obra de Adorno, onde ele afirma que a modernidade está fora de moda. Mas existe alguma moda em questão? Mais uma vez afirmamos. Outro fator importante e que deve ser colocado é a questão dos autores que defendem a pós-modernidade, de fato estes postulam uma pós-modernidade, porém não apontam para um caminho, seja de conservação das relações existentes ou transformadoras que não seria o caso, pois grande parte desses teóricos não passam de ideólogos conservadores e que acabam em um “lenga lenga” sem sentido. Estes acabam caindo em um pensamento individualista, subjetivista e não contribuem até mesmo em questões pontuais para se entender a sociedade como é o caso da luta de classes e que foi apontado por Marx.

A crítica endereçada ao marxismo e em menor grau ao anarquismo, essa crítica não passa de uma crítica vazia e sem sentido, que não mostra em nenhum momento uma ruptura seja com o método de análise ou até mesmo com a sua prática política, o próprio Rouanet reconhece o

caráter limitado da pós-modernidade, ao afirmar que a pós-modernidade é uma ilusão, ao mesmo tempo, ele afirma que foi a modernidade que libertou forças sociais que permitem ao homem organizar sua vida sem a sanção religiosa e sem o peso da autoridade. Estamos nos referindo a questão da pós-modernidade, pois esta “dita” pós-modernidade é uma das características da contemporaneidade, onde ocorrem diversas mudanças na sociedade.

“A partir dos anos 60, uma série de novos movimentos sociais – entre eles o movimento estudantil, diversos movimentos nacionais e étnicos e o movimento das mulheres – se tornaram extremamente ativos na vida política, os sociólogos dedicaram muito mais atenção a tais formas de ação política, que podem ser consideradas não só como constituindo uma base ou contexto para o desenvolvimento de atividades políticas mais altamente organizadas, mas também como forças políticas, por sua própria natureza, existindo ao lado dos partidos estabelecidos e dos grupos de pressão, e às vezes em conflito com eles”. (Bottomore, 1981:38).

É nesse cenário que surgem os novos movimentos sociais, observando como estes se manifestam na sociedade. O século XX gerou um novo tipo de movimento social, neste caso torna-se importante entender suas especificidades e seus novos “atores sociais” e o que de fato estes objetivam, ou seja, quais são suas lutas sociais, políticas, econômicas etc. Neste século os novos movimentos sociais buscam lutar por questões isoladas dentro da sociedade, obviamente que existem exceções. “Vejo a emergência dos movimentos sociais, como o das mulheres, dos homossexuais, dos pacifistas e dos ecologistas, muito mais um enriquecimento do campo político que a superação da política moderna por uma nova política pós-moderna, segmentar e micrológica”. (Rouanet, 1998:26). Partindo de uma perspectiva contrária a da classe trabalhadora que é a de transformação social, este autor tem razão, pois estes novos movimentos sociais buscam somente se enquadrar na lógica do capital através do consumo ou de uma luta isolada por algumas pequenas reformas na sociedade capitalista, seja por melhores salários, defesa do meio ambiente e dos animais, ao mesmo tempo este mesmo autor afirma que o aparecimento de novos movimentos sociais, ou seja, o aparecimento de novos atores políticos não representa nenhuma ruptura com a modernidade.

Os novos movimentos sociais têm em seu método de análise certo empirismo sem fundamentação teórica. Podemos dizer que: “A ausência ou inconsistência de quadros teórico-metodológicos é mais ou menos conceitual. (Gohn, 2002: 243). Neste caso, não há um método explicativo dentro dos próprios movimentos sociais atuais, ficando a mercê de alguns intelectuais e que na sua maioria são ideólogos e que representam uma determinada classe social que não é a classe trabalhadora e neste caso devem ser combatidos. Ao mesmo tempo a mesma autora, utilizando outro autor que pesquisou sobre o tema afirma: “Os movimentos sociais são difíceis de

definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação. (Melluci, Apud Gohn, 2002: 243). Este mesmo autor afirma que tais movimentos sociais são heterogêneos.

Hoje os interesses são diversos nos diversos movimentos sociais, como: ecológico, das mulheres, sem terra, sem teto, dos homossexuais etc. Neste caso pela própria quantidade e dimensão que são os movimentos sociais atuais, fica clara a confusão que é entender esses atores sociais, mas o que deve ser revisto é a forma de organização desses movimentos e a retomada de algumas questões que são fundamentais para qualquer movimento social, que é a relação burocrática existente dentro desses movimentos e a perda de objetivos comuns e revolucionários, pois estes novos movimentos sociais acabam lutando somente por pequenas reformas dentro do capitalismo ao mesmo tempo buscando se enquadrar nessa lógica. As ONGS (organizações não governamentais) exercem funções nesta nova ordem dos movimentos sociais. “As ONGS passaram a ter muito mais importância nos anos 90 do que os próprios movimentos sociais” (Idem: 22). Neste caso fica evidente a fragmentação das lutas sociais, ou seja, são várias as formas de lutas sociais em instituições socialmente diferentes.

Como retomar essas propostas? Fugindo dessa forma de organização burocrática, pois todo movimento social deve se reconhecer e mais ainda, estão envolvidos na lógica da luta de classes. Os novos movimentos sociais perderam a concepção de totalidade e o entendimento da sociedade em suas relações sociais concretas, estes acabam em uma luta social fantasiosas, ou seja, lutam por fantasias e algo simbólico e que não contribuem para a transformação da sociedade.

Um dos autores que retoma algumas questões e que são importantes para entender o século XX e a própria questão do marxismo nesse mesmo século é o alemão Karl Korsch que inaugura uma nova fase de abordagem sobre o marxismo, fugindo de uma ideologia leninista como foi comum neste século, pois a doutrina leninista passou a ser uma espécie de ideologia oficial do marxismo, neste caso podemos dizer que essa ideologia não é marxismo, pois os próprios Marx e Engels eram críticos da ideologia, isto ficou claro em *A Ideologia Alemã*. (Marx & Engels: 2005).

O século XX marca uma nova fase das lutas sociais. Para Korsch, o início do século XX, quando o longo período de desenvolvimento puramente evolutivo se acercava do fim e se aproximava um novo período de lutas revolucionárias, multiplicaram-se os sintomas de que, com esta modificação das condições práticas da luta de classes. Mesmo com uma mudança na forma de como se manifesta a luta de classes no século XX o autor reconhece a teoria marxista da sociedade como:

Nos seus traços mais importantes, contudo, a teoria marxista permanece, mesmo nos últimos escritos de Marx e Engels, inalterada no essencial. Mesmo na sua forma mais desenvolvida de socialismo científico, o marxismo de Marx e Engels continua a ser o vasto conjunto de uma teoria da revolução social. A única modificação consiste em que, na última fase, os

diferentes elementos deste todo, economia, política, ideologia-teoria científica e prática social – se separam mais uns dos outros (Korsch, 1966: 93).

Mesmo com esse desenvolvimento da teoria marxista o próprio Korsch afirma que este corte não faz, porém, aparecer em Marx e Engels uma multiplicidade de elementos autônomos em vez do todo, neste caso podemos dizer que a análise totalizadora da sociedade permanece, pois essa foi uma das grandes preocupações desses dois teóricos e que acertadamente Karl Korsch retoma essas questões no século XX. Ele continua afirmando: “Os seus próprios criadores nunca reduzem, portanto, o sistema do marxismo a um conjunto de ciências particulares às quais se acrescentaria do exterior uma explicação prática dos seus resultados”. (Idem: 93). Mais uma vez, podemos dizer que não devemos incluir o marxismo dentro de um simples quadro arbitrário das ciências particulares, o que devemos fazer é incluir essa forma de análise da sociedade dentro de uma perspectiva revolucionária e emancipadora em seus diversos aspectos.

Cabe ressaltar, que os movimentos sociais do século XIX e XX, puderam contribuir com a organização e a luta, mas um movimento social só será capaz de se libertar a partir do momento que estiver lutando ao lado da classe trabalhadora de forma consciente e acirrando suas ações contra seus inimigos diretos, o estado capitalista, os partidos políticos, os sindicatos, as ideologias e seus ideólogos em busca de uma nova forma de organização da sociedade, ou seja, autogestão social. É desta forma que o nosso artigo vem contribuir, contra a dominação burguesa.

BIBLIOGRAFIA:

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. *Karl Marx e Friedrich Engels*. In: FERNANDES, Florestan (Org) *História*. São Paulo, Ática, 1983.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2002.

_____. In: GOHN, Maria da Glória (Org) *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2003.

JENSEN, Karl. *Teses Sobre Os Movimentos Sociais*. In: Revista Ruptura, Ano: 04 Nº: 04, Goiânia, Maio de 1996.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1966.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1964.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Centauro, 2005.

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

PEIXOTO, Maria Angélica. *O Método Dialético em Marx*. Goiânia, Revista Teoria e Práxis, ano 01, número 01, jul/dez de 2003.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

OBRA LITERÁRIA E LEITURA SOCIOLÓGICA: A VIOLÊNCIA NA LITERATURA DE PATRÍCIA MELO

Maria Angélica Peixoto¹

Resumo:

O presente texto busca apresentar a tese de que é possível realizar uma leitura sociológica de obras literárias, reconstituindo relações sociais através do não-dito da literatura e para tanto toma como exemplo a manifestação da violência na obra de Patrícia Melo.

Palavras-chave:

literatura, violência, leitura sociológica, leitura crítica, Patrícia Melo.

Abstract:

The present text searches to present the thesis of that it is possible to carry through a sociological reading of literary compositions, reconstituting social relations through the not-said one of literature and for in such a way it takes as example the manifestation of the violence in the workmanship of Patrícia Melo.

Key-words:

literature, violence, sociological reading, critical reading, Patricia Melo.

O que a sociologia tem a dizer sobre literatura? Muitos sociólogos discutiram a arte e a literatura, instituindo todo um campo de estudos, chamado de sociologia da arte, e um “subcampo”, a sociologia da literatura. Cabe à sociologia refletir sobre a relação entre arte e sociedade, ou mais especificamente, a relação entre literatura e sociedade².

A sociologia da arte e da literatura pode trabalhar de muitas formas. Existem diversas possibilidades para o sociólogo da literatura trabalhar. Uma destas possibilidades é apresentar a produção social da arte (Wolf, 1982), ou seja, descobrir o processo de gênese social de uma determinada obra artística ou conjunto de obras. Outra forma é estudar a recepção da obra artística pelo público, procedimento criticado por Adorno (1986), pois para este autor isto seria nada mais do que uma pesquisa empírica sem fornecer uma visão do que seria realmente importante, ou seja, o

¹ Maria Angélica Peixoto é professora do IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e Mestra em Sociologia/Universidade de Brasília.

² “Ora, o problema de uma sociologia do romance preocupou sempre os sociólogos da literatura sem que, até hoje, ao que nos parece, tenha sido dado um passo decisivo no caminho da sua elucidação. No fundo, sendo o romance, durante a primeira parte da sua história, terna biografia e uma crônica social, sempre foi possível mostrar que a crônica social refletia mais ou menos, a sociedade da época, e para fazer esta verificação, francamente, não é preciso ser sociólogo” (Goldmann, 1976, 14).

processo de produção da obra artística³. Uma terceira forma consiste em realizar um trabalho de leitura sociológica de determinadas obras. Mas esta possibilidade traz em si um conjunto de problemas, dificuldades, escolhas. O presente artigo se direciona ao processo de análise do modo de leitura sociológico das obras literárias. Iremos discutir um pouco estes elementos a partir de agora, que permitem trabalhar sobre uma leitura sociológica das obras e no final apresentaremos um breve esboço de leitura sociológica de algumas obras de Patrícia Melo.

O que se manifesta numa obra literária? A violência, o sexo, o amor, a guerra, a paz, o dinheiro, o poder, a miséria, a riqueza, enfim, uma infundável gama de valores, desejos e sentimentos humanos (Viana, 2007). E como se manifestam estes fenômenos? Para responder a estas questões não podemos observar apenas a determinação ou autonomia da arte e sim ver o que a arte produz. A estética da recepção, a tradição hermenêutica, e outras tendências analíticas apontam para uma problemática semelhante. A questão está na interpretação da obra artística. Como interpretar uma obra de arte? É possível uma interpretação fiel, objetiva, da obra artística? Este questionamento se baseia na idéia de compreensão da obra a partir dela mesma, procedimento que não utilizaremos aqui, já que nosso objetivo não é realizar uma interpretação correta de uma obra de arte, o que julgamos possível (Viana, 2007), mas aqui pretendemos discutir a assimilação das obras literárias pela leitura sociológica, procedimento distinto do anterior⁴.

Aqui cabe ressaltar as diversas formas de se analisar a obra literária e a importância do que está dito para a maioria das correntes analíticas da literatura. Para nós, o importante é extrair de nossa leitura elementos que permitam compreender determinado fenômeno social, o que constitui uma preocupação sociológica, e para isso iremos lançar mão da contribuição de Duvignaud, Benjamin, Goldmann, Bakhtin, entre outros. Destacaremos a questão da violência e sua manifestação nas obras literárias para mostrar o processo de leitura sociológica.

Antes de tudo, é preciso tratar do que aparece na obra artística, ou seja, por qual motivo surge uma determinada temática e não outra. Neste sentido, Duvignaud, nos aponta um caminho sugestivo:

“As forças que estão em ação no momento em que se define uma obra criadora, não podem justapor-se na imaginação, porque a imaginação não pode impor como uma função de luxo ou de distração, pairando acima da existência. O enraizamento da criação artística é, ao mesmo tempo, análise de todos os símbolos sociais que nela se cristalizam e que ela cristaliza em seu acontecer. Mas este enraizamento na experiência coletiva, não é uma simples constatação, uma característica atribuída, suplementar-mente, à criação. Faz parte

³ Podemos dizer que existe uma longa tradição marxista que discute a questão da literatura, iniciando-se com o próprio Marx (Viana, 2007) e continuando com Plekhânov, Rosa Luxemburgo, Lênin, Trótsky, Victor Serge, Mao Tse-Tung, Lukács, Gramsci, Adorno, Benjamin, R. Willians, entre inúmeros outros. Devido a isto, limitar-nos-emos a utilizar alguns destes pensadores, extraindo aquilo que consideramos mais importante. Para nossos objetivos e não a sua totalidade, o que seria humanamente impossível.

⁴ Isto é semelhante à “assistência assimiladora” de um filme (Viana, 2009).

da sua própria existência e só por ignorância ou má fé nós poderemos separar uma da outra. Como uma obra de arte se situa, simultaneamente, em relação às intencionalidades de uma época, de um grupo, de um indivíduo e em tipos de sociedade que supõe experiências sempre diferentes de relações humanas, de sentimentos e de emoções, é necessário, pois, para avaliar o enraizamento da criação imaginária, definir duplamente esta última em relação às atitudes artísticas conscientes ou implícitas; e com relação à função que a arte exerce num tipo particular de sociedade” (Duvignaud, 1970, 53-54)⁵.

Para nós interessa especialmente estas atitudes implícitas a que se refere Duvignaud. Esta concepção pode ser comparada com a elaboração benjaminiana da “historiografia inconsciente” (Kothe, 1976). A obra literária realiza uma historiografia sem pretender fazer isto. E esta historiografia se encontra implícita na obra:

“Benjamim insiste também muitas vezes na idéia de que a literatura é uma historiografia inconsciente. As obras literárias, mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo também uma historiografia inoficial. Na medida mesma em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhes permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial, comprometida com as omissões, cortes e deformações que as relações de produção lhes impõem” (Kothe, 1976, 78-79).

Kothe esclarece que a historiografia inconsciente de Benjamin não tem nada a ver com a concepção de inconsciente coletivo de Jung, pois trata-se mais de uma historiografia “pré-consciente”, que apresenta certos dados essenciais imperceptíveis que podem ser resgatados pelo leitor crítico. Assim, o que nos interessa são justamente estas “atitudes implícitas”, esses “dados essenciais” na obra literária, para realizar uma reconstrução sociológica do tema em questão⁶.

Desta maneira, a obra literária diz algo mas também não diz. É este não dito que nos parece importante. O não dito é essencial, embora ele ocorra ao lado do dito. Descobrir isto seria equivalente a encontrar uma “sociologia inconsciente” na obra literária. Por isso devemos enfatizar que o que nos interessa são as atitudes implícitas nestas obras e tais atitudes serão utilizadas em nossa leitura sociológica.

O discurso literário nos anos 80/90 irá, neste sentido, cada vez mais tematizar a questão da violência. Eis um bom ponto de partida para nossa discussão sobre leitura sociológica de obras literárias. Surge todo um filão de obras literárias que desde 1970 tematizam a violência expresso nas obras de José Louzeiro, Inácio Loyola, Rubem Fonseca, Sérgio Santana, Bernardo Carvalho, entre outros. E neste contexto que surge a obra literária de Patrícia Melo, que estabelece um diálogo com

⁵ Encontramos semelhanças com este ponto de vista em Antônio Cândido quando ele expressa o seguinte: “(...) a arte pressupõe algo diferente e mais amplo que as vivências do artista. Estas seriam nele tudo, se fosse possível o solipsismo; mas na medida que o artista recorre ao arsenal comum da civilização para os temas e formas da obra, e na medida que ambos se moldam sempre ao público, atual ou prefigurado (como alguém para quem se exprime algo), é impossível deixar de incluir na sua explicação todos os elementos do fracasso comunicativo, que é integrador e bitransitivo por excelência” (Cândido, 1976, 22).

⁶ Este ponto também é colocado por Foucault quando ele fala do interdito e do caráter da literatura como forma de transgressão (Foucault, 2000).

o filão literário de sua época, o que a leva a tematizar a violência através da narrativa literária⁷.

A narrativa apresenta um desenvolvimento da história de um personagem. Por qual motivo aparece o indivíduo como centro da história e como isto pode superar a mera descrição do fenômeno?⁸ A primeira discussão marxista sobre este ponto foi realizada por G. Lukács, que analisou o romance através de sua estrutura que seria, segundo ele, idêntica a da economia liberal (Lukács, 1970). Segundo Goldmann, a concepção lukacsiana do romance consegue dar conta desta problemática, pois considera que o romance e a economia liberal possuem uma estrutura homóloga, sendo que ambos tomam o indivíduo como unidade de descrição (Goldmann, 1976). O herói assume o papel de “problemático” e “demoníaco”, fruto do romance que realiza uma investigação degradada. Segundo Goldmann:

“O herói demoníaco do romance é um louco ou um criminoso, em todo caso, como já dissemos, um personagem problemático cuja busca degradada e, por isso, inautêntica de valores autênticos num mundo de conformismo e convenção, constitui o conteúdo desse novo gênero literário que os escritores criaram na sociedade individualista e a que chamaram ‘romance’” (Goldmann, 1976, 9).

O indivíduo tem sua história descrita e nesta descrição não se apresenta uma explicação. A explicação se encontra implícita e cabe ao leitor explicitá-la. Como explicitar a explicação do fenômeno da violência através da análise de um discurso literário que narra a história de um, ou vários indivíduos que se envolvem em atos criminosos?

Este problema nos remete à questão da leitura. Segundo Bakhtin, todo texto tem um autor, um sujeito. Este coloca em sua obra um conjunto de significados e valores. Mas existe um outro autor, um outro sujeito: o leitor. Ele também possui um conjunto de significados e valores que permeiam sua leitura. Ele, com uma finalidade própria (que pode ser a análise), reproduz o texto do outro, criando outro texto (um comentário, uma avaliação, uma reconstituição, etc.). Ainda segundo este autor:

⁷ “(...) Os artistas e intelectuais, por mais singulares e individuais que possam ser, nunca agem nem falam fora de uma rede discursiva e institucional, que emoldura seus enunciados e suas possibilidades de ação” (Veloso & Madeira, 1999, 52).

⁸ Mantemos aqui a tese lukacsiana que diferencia descrever e narrar, sendo que o primeiro gênero seria dotado da opção do escritor em apenas observar e, no segundo, em participar. Lukács (1968) também reconhece que em uma narrativa pode ocorrer, no seu interior, descrições, mas ele toma a descrição como gênero próprio, que não é parte da obra literária mas sua totalidade e forma. Podemos comparar aqui, para esclarecer esta diferenciação, a obra de Lima Barreto e a de Patrícia Melo. O primeiro realiza uma narração, pois ele não só expõe fatos mas os avalia, seja através do personagem ou da figura do narrador (ou através de ambos os modos), tal como se vê em *O Triste Fim & Policarpo Quaresma*, livro no qual ele narra a ilusão e desilusão (conscientização) do personagem principal em relação ao patriotismo, participando, por conseguinte, da construção literária (Viana, 2004). Caso diferente ocorre com Patrícia Melo que não esclarece o significado das ações e acontecimentos, não interfere, apenas observa. No entanto, iremos considerar a descrição como uma forma de narração, ou seja, um tipo de narração no qual o escritor não interfere mas tão-somente observa, acatando a tese lukacsiana apenas em parte.

“Um sistema de signos (ou seja, uma língua), por mais reduzida que seja a coletividade em que repousa sua convenção, sempre pode em principio ser decifrado, isto é, pode ser traduzido noutro sistema de signos (noutra língua); por conseguinte, existe uma lógica comum a todos os sistemas de uma língua potencial única, uma língua das línguas (que, claro, nunca pode tornar-se uma língua singular, uma das línguas. Mas um texto (diferentemente da língua enquanto sistema de recursos) nunca pode ser traduzido até o fim, pois não existe um texto dos textos, potencial e único. O acontecimento na vida do texto, seu ser autêntico, sempre sucede nas fronteiras de duas consciências, de dois sujeitos. O estenograma do pensamento humano é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório, etc.) através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. Há o encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em reação ao primeiro. Há, portanto, encontro de dois sujeitos, de dois autores” (Bakhtin, 1997, 333).

A leitura sociológica de uma obra literária pretende construir um segundo texto sobre o primeiro texto, que é a de determinada obra literária tomada em sua totalidade. Esta leitura sociológica deve partir de pressupostos sociológicos explicativos da violência. Desta forma, utiliza-se a literatura sociológica para servir de base à leitura de modo a iluminar a ficção. Consideramos que a obra literária tem elementos semelhantes à de um texto jornalístico que permitem uma analogia entre a análise sociológica que utiliza o texto jornalístico como fonte e o que usa a literatura. O texto jornalístico descreve fatos e estes podem servir de subsídios informativos para a análise sociológica. O texto literário, da mesma forma, descreve fatos e também pode servir de subsídio informativo para a análise sociológica. A diferença reside no fato de que o primeiro pretende-se uma construção objetiva e realista de fatos e o segundo é, assumidamente, uma criação imaginária.

Porém, consideramos que esta construção imaginária está calcada em fatos objetivos que assumem forma ficcional e não é simplesmente criação arbitrária de fatos, pois não é possível o solipsismo (Cândido, 1976). O fato literário é produzido pelo autor da obra a partir de sua visão de mundo, de sua experiência de vida, que emerge no contexto social, sendo que este é a matéria-prima da obra literária e assim esta apresenta em outra linguagem, a mesma realidade, sem necessariamente apresentar-se como sendo objetiva. É por isso que Goldmann irá trabalhar a idéia de “estrutura homóloga” entre romance e realidade social. Segundo ele,

“Com efeito, a obra romanesca parece-nos ser a transposição para o plano literário da vida cotidiana na sociedade individualista nascida da produção para o mercado. Existe uma homologia rigorosa entre a forma literária do romance (...) e a relação cotidiana dos homens com os bens em geral; e, por extensão, dos homens com os outros homens, numa sociedade produtora para o mercado” (Goldmann, 1976, 16).

Assim, os indivíduos se vêem orientados para os valores mercantis, se convertendo em indivíduos problemáticos, tal como colocamos anteriormente.

Partindo desta tese de que a obra literária possui estrutura homóloga à estrutura social

mercantil capitalista, e que num texto literário encontramos “atitudes implícitas”, “dados essenciais”, que nos permitem realizar uma leitura sociológica deste, então cabe apresentarmos os conceitos sociológicos que nos permitem trabalhar o tema da violência nas obras literárias.

No entanto, ao lado dos conceitos sociológicos, em alguns casos, pode se tornar necessário abordar conceitos considerados de outras disciplinas, tal como alguns conceitos psicanalíticos para enriquecer a análise. Este procedimento está de acordo com a concepção de Antônio Cândido, pois ele considera impossível explicar um fenômeno artístico tomando como base apenas uma disciplina. Para ele, tal explicação só se torna possível partindo-se de uma multiplicidade de campos teóricos (Cândido, 1976), pois tal multiplicidade de campos teóricos possibilita uma melhor análise.

Quais são os conceitos sociológicos que podem contribuir para a análise da obra literária que aborda o fenômeno social da violência? Os conceitos básicos que, nesse caso, pois devem orientar a análise, são, principalmente, os de violência, violência criminal, criminalidade.

Portanto, o primeiro e mais importante conceito que iremos trabalhar é o de violência, pois é justamente este o nosso recorte temático⁹. O comportamento divergente que pretendemos analisar aqui é um tipo específico de comportamento: o violento. Isto nos leva discussão sobre a questão da violência. Segundo Nildo Viana, a violência é:

“Uma relação social caracterizada pela imposição realizada por um indivíduo ou grupo social a outro indivíduo ou grupo social contra sua vontade ou natureza. Este conceito amplo de violência nos permite pensar as suas diversas formas de manifestação: violência física, simbólica, sexual, entre outras. Porém, a classificação das formas de violência é bastante problemática, pois ela pode variar de acordo com o critério utilizado e existem diversos critérios. A violência pode ser classificada de acordo com as características comuns de suas vítimas (violência contra a criança, contra a mulher, etc.), pelas características comuns dos agentes da violência (violência policial, realizada pelos policiais; violência criminal, realizada pelos criminosos; violência estatal ou institucional, realizada pelo estado), pelo local onde ela ocorre (violência urbana, violência no campo, violência doméstica), pela forma como ela se realiza (simbólica, sexual, física), pelos seus objetivos (violência revolucionária, cujo objetivo é a revolução, violência repressiva, cujo objetivo é a repressão, pelos grupos sociais envolvidos (violência racial, étnica, de classe), pelas suas motivações inconscientes (violência reativa, violência vingativa, violência compensativa, violência recreativa)” (Viana, 1999b, 224-225).

Assim, a violência é uma relação social entre indivíduos e grupos, na qual uns realizam a imposição a outros contra sua vontade ou natureza. A violência se caracteriza, então, como relação social, como um processo social. Nesta concepção, não se pode dizer que a violência seja algo natural, instintual, e sim um produto social.

Esta abordagem também nos chama atenção para a diversidade das formas de violência.

⁹ Neste sentido, pode ser interessante definir o conceito de espaço discursivo: “são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo tendo em vista propósitos específicos de análise” (Brandão, 1997,73).

A forma de violência que se destacou na produção literária brasileira a partir dos anos 1980/90 é a violência criminal, ou seja, a violência realizada por criminosos. Segundo Yves Michaud:

“Atualmente a maioria das considerações sobre violência se concentra na criminalidade, cujo aumento quer denunciar. Mas essa progressão da violência criminal não foi provada e o que se assiste é, em vez, uma pacificação progressiva da sociedade; admitindo-se ou não, os costumes se civilizaram. O fato de a opinião pública preocupar-se com uma crescente insegurança não tem entretanto nada a ver com o volume efetivo da criminalidade, mas sim a partir das normas a partir das quais são concebidos os fenômenos criminosos. Ao contrário das sociedades do passado, as nossas são habituadas a uma segurança cada vez maior, que não depende só dos números da criminalidade, mas também e até mais da organização dos seguros e da previdência social, da homogeneidade de um espaço livre de circulação, da regulação de múltiplos aspectos da vida através do Estado. Sobre o pano de fundo de uma segurança crescente – e invasora –, os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume real. No entanto isso não significa que a mudança das normas possa ser subestimada” (Michaud, 1989, 33).

É preciso ter em mente que este autor se refere aos países da Europa Ocidental, mas faz uma comparação com a Idade Média e seu nível de segurança que realmente demonstra que, mesmo em sociedades onde a segurança é menor que nos países chamados subdesenvolvidos, ela é maior do que na etapa histórica anterior. No entanto, a segurança no Brasil é menor do que na Europa Ocidental. A preocupação com a violência e a segurança cresce, embora o volume real de violência tenha crescido em proporções menores. De qualquer forma, a discussão em torno da criminalidade realizada por Michaud abre caminhos para discutirmos a questão da violência criminal. Para este autor, a violência criminal era um comportamento comum nas sociedades pré-capitalistas:

“A violência criminosa era um modo normal de comportamento num mundo em que os meios jurídicos eram inacessíveis à maioria. A atmosfera geral de violência se traduz ainda pela frequência dos castigos corporais pelo interesse por divertimentos brutais como os torneios, as justas, a luta” (Michaud, 1989, 38).

Até aqui discutimos a importância crescente dada ao fenômeno da violência criminal, o que em parte justifica a sua exploração excessiva pelos meios oligopolistas de comunicação, que utilizam uma aspiração e preocupação das pessoas e, ao veiculá-las, reforça-as. Mas resta discutir a questão das determinações da violência criminal e da formação da identidade do criminoso.

Antes, entretanto, precisaríamos definir o que é crime, para assim ter uma visão mais abrangente da violência criminal. Tal como colocou Foucault, a idéia de crime muda historicamente (Foucault, 1993). E Michaud deixa claro a relação entre crime e normas. Toda sociedade erige um conjunto de normas que devem ser seguidas pela população. Segundo Mendras (1975), todo grupo humano ou sociedade se erige em torno de normas, que significam a concretização de valores. Para ele, toda sociedade define o que é o bem e o mal, o belo e o feio, a honra e a vergonha, o agradável e o desagradável, o que faz com que encontremos uma justificativa para nossa existência ou não.

Esses valores são produzidos socialmente e seguem a dinâmica social. Por isso:

“Evidentemente, os valores variam com as civilizações e, no interior de uma mesma civilização, com os grupos e categorias sociais. O burguês não tem a mesma moral nem o mesmo gosto que o operário; e a história estuda a evolução da sensibilidade ética e estética” (Mendras, 1975, 106).

Assim, este conjunto de valores, ao se concretizar em normas (o que significa que a classe dominante impôs às outras classes sociais o seu conjunto de valores), acaba sendo a base para o desenvolvimento das normas legais. Este processo de passagem das normas para o sistema legal começa com o processo de interiorização. A interiorização torna “difícil mudar de normas ou até admitir a existência de normas diferentes” (Mendras, 1975, 113). Este autor acrescenta que:

“A institucionalização e a ritualização das normas são realizadas pela interiorização, mas também por meio de um sistema de sanções. Em cada grupo existem aparelhos destinados a fazer respeitar as normas e fazer aplicar as sanções. Tais aparelhos podem ser de vários tipos. A polícia e a magistratura nos países que dispõem de um sistema jurídico; um conselho disciplinar numa escola; os processos de exclusão numa associação, etc. No entanto, a institucionalização não significa necessariamente a forma jurídica várias formas institucionalizadas não estão sancionadas pelo aparelho jurídico” (Mendras, 1975, 114).

Aqui nos interessam as normas que são transformadas em normas jurídicas, ou seja, as leis produzidas numa determinada sociedade, pois é esta que irá delimitar o que é considerado crime. Neste sentido, a criminologia crítica, inspirada no materialismo histórico-dialético, apresenta uma concepção semelhante à de Mendras e trata especificamente das normas legais. As normas legais variam historicamente, de sociedade para sociedade, e são percebidas e vistas de formas diferentes por grupos sociais distintos. Estas normas legais delimitam o que é o crime.

“Se a criminologia deve progredir como uma ciência, ela deve ser livre para questionar as causas não somente do crime, mas, também, das normas que, num sentido primário, criam o crime – isto é, normas legais. A aceitação não questionada de um dado sistema legal e dadas normas legais têm sido a tendência geral da criminologia positiva, e o resultado tem sido desastroso para as pretensões de cientificidade da criminologia. Ignorando ou deslocando a natureza proprietária do crime, criminólogos sem vontade ou incapazes de confrontar os fatos de desigualdade em propriedade de bens, têm sido desviados para explicações individualísticas das diferenças entre criminosos e conformistas – uma tarefa que provou ser (não surpreendentemente) obscura e inconcludente” (Taylor, Walton & Young, 1980, 56).

Assim, a natureza da sociedade capitalista como “sociedade proprietária”, ou seja, fundamentada na propriedade privada e na desigualdade da posse de bens (os mais variados, desde os bens imóveis aos bens de consumo, passando pelos bens de produção), cria um conjunto de normas legais que garantem para os proprietários a preservação de sua propriedade, o que significa desconsideração sobre os efeitos disso sobre aqueles que não são proprietários (fome, miséria, etc.). Por conseguinte, é a produção das normas legais que permite a produção da noção de crime.

O crime é tão-somente o desrespeito às normas legais instituídas em uma determinada sociedade e em um determinado período histórico. Isto não significa cair no relativismo, pois as normas legais são criadas de acordo com os interesses da classe dominante e são a resposta desta ao conflito, visando erradicá-lo ou amortecê-lo, ou, em outras palavras, o caráter desigual e explorador das relações de classe e os conflitos entre elas tornam necessárias as regras impostas pela classe dominante aos grupos dominados, o que não os abole, mas muda as formas de conflito, pois cria as formas coletivas de resistência juntamente com as formas individuais.

O roubo, por exemplo, é um atentado ao direito de propriedade do outro e não significa uma resistência coletiva que visa transformar as relações sociais mas tão-somente uma ação individual que rompe com as normas legais. A ação coletiva geralmente não é considerada crime, pois até hoje ninguém afirmou que a população russa ao “expropriar a burguesia” foi criminosa, mas qualquer indivíduo que invada a casa alheia será, sem dúvida, qualificado de criminoso.

Mas para o nosso caso esta discussão tem uma importância fundamental, pois a violência criminal se circunscreve ao aspecto da violência na qual se desrespeitam as normas legais. Isto significa que é preciso entender que a idéia de crime é constituída socialmente e o que se chama violência criminal é derivado disto. Assim, a violência criminal possui a mesma relatividade que a idéia de crime e as normas legais¹⁰.

Também é de suma importância reconhecer que o crime é algo constituído socialmente. A criminalidade não é uma escolha arbitrária e desmotivada de um indivíduo e sim um produto social. Este aspecto é essencial para nossa análise da manifestação da violência na obra literária de Patrícia Melo. Porém, devemos ressaltar que aqui não nos interessa o crime em geral, pois existem formas de criminalidade não violenta, tais como a “falsidade ideológica”, falsificação de dinheiro, etc., embora eles possam caminhar juntamente com atos de violência. O que nos interessa aqui é a criminalidade violenta, onde se destaca o assassinato, a tortura, o estupro, entre outras formas.

A produção social da criminalidade tem como base essencial o caráter das “sociedades proprietárias” (Taylor, Walton & Young, 1980). Sem dúvida, uma sociedade, tal como a capitalista, fundamentada na propriedade privada de uma minoria em contraste com a não propriedade da maioria e com a desigualdade social e conjunto de mazelas sociais que lhe acompanha, é uma sociedade produtora de criminalidade em alta escala. E quanto maior for a desigualdade e seus efeitos nefastos, tanto maior será o índice de criminalidade.

¹⁰ E preciso sublinhar que existem crimes que podem subsistir em diferentes formas de sociedade e mesmo em sociedades não proprietárias, tal como o assassinato. Ora, o assassinato, independente das causas que o provocam, é algo condenado pelos valores humano (o que nos leva à discussão sobre valores universais), mas o que queremos dizer é que nem toda forma de crime em nossa sociedade é mera expressão de interesses de classe, pois existem exceções.

A violência criminal está intimamente ligada aos fundamentos da sociedade capitalista, marcada pela pobreza, miséria (Almeida, 1996; Viana, 1999). Tal situação de pobreza e miséria irá originar, diretamente, uma gama de violência criminal, bem como indiretamente. A criminalidade, às vezes, é a manifestação da busca da sobrevivência para aqueles que a sociedade capitalista não permite a inserção no mercado de trabalho, ou outra forma de conseguir a renda monetária para garantir sua sobrevivência. O roubo e outras formas de criminalidade possuem sua origem aí. Mas o assassinato também, em alguns casos, é produto desta situação social.

No entanto, a situação marginal de milhares de indivíduos não é a única determinação da violência criminal. A estrutura social competitiva e que apresenta como valores fundamentais o *status*, a riqueza e o poder, também incentivam pessoas que não se encontram em situação de miséria e pobreza propriamente dita, a cometer atos criminosos.

Para compreender esta fonte da criminalidade é útil a teoria funcionalista de Robert Merton, que, apesar de não realizar uma abordagem marxista, consegue desvendar alguns aspectos importantes que são geradores de criminalidade. Aqui cabe esclarecer que a teoria marxista pode e deve reconhecer as análises e teorias criadas fora de sua esfera, pois desde que não altere seu núcleo teórico metodológico, a teoria marxista pode aproveitar elementos de diversas outras teorias, o que historicamente vem ocorrendo sob as mais variadas formas e perspectivas, aproveitando elementos de inúmeras outras concepções (psicanálise, sociologia funcionalista, filosofia existencialista, etc., embora sempre haja polêmicas entre marxistas que adotam uma ou outra concepção para efetuar uma análise de determinado fenômeno e outros que recusam tal procedimento ou a utilização de uma ou outra concepção específica). Assim, pretendemos resgatar de Merton alguns elementos – e não a totalidade, o que entraria em contradição com nosso referencial teórico metodológico – de sua teoria do desvio que, coerentes com a concepção marxista, nos ajudam a explicar o fenômeno da violência criminal.

O ponto de partida da teoria de Merton se encontra na crítica da teoria freudiana dos instintos e na afirmação de que as estruturas sociais criam circunstâncias em que a infração é uma reação normal. Assim, analisa as fontes sociais e culturais do comportamento desviante. Merton desenvolve a hipótese de que podem ser localizados grupos sociais submetidos a pressões sociais que levam ao comportamento divergente. A contradição entre estrutura social e estrutura cultural cria o comportamento divergente.

Merton destaca dois elementos destas estruturas: os objetivos culturalmente definidos, que são considerados legítimos para todos ou para alguns membros da sociedade localizados em setores delimitados e o segundo elemento da estrutura cultural, sendo que esta última define, regula e controla os modos aceitáveis de alcançar esses objetivos. Cada grupo social cria suas normas

reguladoras para atingir os seus objetivos, o que pode excluir as formas mais eficientes de alcançá-los, tal como o uso da força, da fraude e do poder (Merton, 1970, 205).

Há uma variação nas relações entre a valorização de objetivos e normas (meios). Encontra-se uma situação de um sistema social integrado quando há uma correspondência entre objetivos culturais e normas institucionalizadas e existe uma má integração quando há uma “superênfase” no objetivo e uma subênfase nos meios ou normas institucionalizadas para alcançá-lo. O caso limite ocorre quando esta subênfase fornecida às normas institucionalizadas chega ao ponto de criar procedimentos alternativos que são governados por normas puramente técnicas, ou seja, normas definidas pelas suas possibilidades de eficiência. Outro caso limite ocorre quando as metas culturais são abandonadas e as normas institucionalizadas se tornam práticas auto-suficientes, em que faltam os objetivos culturais. Entre estes tipos extremos estão as sociedades em que se mantém um equilíbrio entre objetivos culturais e normas institucionalizadas.

Há um equilíbrio efetivo quando há simultaneamente satisfação proveniente da realização dos objetivos e satisfação diretamente emergente das normas institucionalizadas para atingir tais objetivos. Merton coloca, então, sua hipótese: o comportamento desviante é um sintoma de dissociação entre as metas culturais e os meios de realização. Merton escolhe como objeto de estudo as sociedades em que há uma superênfase nos objetivos e uma subênfase nas normas institucionalizadas para concretizá-los. Esta ênfase nos objetivos em detrimento dos meios provoca um comportamento individual dirigido por conveniências técnicas.

A questão que Merton coloca é: quais são os efeitos sobre o comportamento das pessoas situadas em várias posições na estrutura social de uma cultura onde há a superênfase nos objetivos culturais em detrimento das normas institucionalizadas? Para Merton, existem cinco tipos de adaptação individual: 1. Conformidade: o indivíduo aceita tanto os objetivos quanto as normas; 2. Inovação: há aceitação dos objetivos mas não das normas; 3. Ritualismo: há a aceitação das normas mas não dos objetivos culturais; 4. Retraimento (ou “Evasão”): não há aceitação nem das normas nem dos objetivos culturais; 5. Rebelião: rejeição tanto das normas quanto dos objetivos acompanhada da busca de sua substituição por outros objetivos e normas.

Esta tipologia se refere a tipos de comportamento e não a tipos de personalidade. Além disso, um indivíduo pode passar de um tipo de comportamento para outro. Merton afirma que a estrutura social que temos produz uma tendência ao comportamento divergente.

A concepção funcionalista de Merton recebeu muitas críticas. Tal concepção foi acusada de conservadorismo (parte da idéia de harmonia e equilíbrio social) e também de apresentar a estrutura social de forma não problematizada, tomando-a como tendo a tendência de se manter e vendo a mudança social como um desequilíbrio momentâneo (Costa, 1996). Conseqüentemente, se

cria uma dicotomia entre sistema social e indivíduo e é daí que surge a noção de desvio. Também poderíamos acrescentar que desconsidera a questão das classes sociais e da hegemonia da classe dominante. Por isso é preciso tomar a questão do desvio sob nova perspectiva.

Podemos incluir às considerações de Merton em nossa análise, ressaltando suas deficiências e incluindo-as numa análise mais ampla. Sem dúvida, os indivíduos em uma sociedade criam um conjunto de valores e de estratégias para concretizarem os objetivos expressos nestes valores. Há, assim, metas, objetivos, fins, aos quais os indivíduos perseguem, bem como existem meios de concretização. Merton também está correto quando afirma que estas metas e meios são constituídos socialmente. No entanto, ele se omite em avaliar a historicidade e de se posicionar diante destas metas e meios. Do ponto de vista da teoria marxista, tais metas e meios são produtos históricos e sociais, mas que correspondem predominantemente, aos interesses da classe dominante. Porém, eles não são acessíveis a todos e nem representam o que se pode considerar o mais adequado para os seres humanos, e ainda, se fundamentam na exploração de uma classe social por outra.

As metas colocadas para o indivíduo integrado na sociedade burguesa são a ascensão social, o dinheiro, o poder, o *status*, etc. Os meios (e aqui existem problemas entre os meios apresentados discursivamente e os praticados efetivamente) são o trabalho, a competência etc. Os meios condenáveis (mas amplamente praticados, principalmente pela classe dominante, tal como colocam Taylor, Walton e Young, 1980), são aqueles considerados criminosos pelas normas legais: o roubo, a fraude, o seqüestro, etc. O que aqui uma análise marxista deve ressaltar é que tanto os valores quanto os meios para atingir tais metas são produtos desta sociedade. Além disso, as metas impostas pela classe hegemônica não são realizáveis por todos os membros da sociedade, o que provoca frustração, descontentamento resistência (seja coletiva e/ou política ou individual e transgressora). A produção de metas inalcançáveis pelos meios indicados como adequados pela classe hegemônica proporciona um conjunto de indivíduos que tentam realizar tais metas utilizando-se de outros meios.

Assim, a criminalidade é a transgressão das normas legais e isto é feito por várias razões. Além da miséria e pobreza – que é responsável por um certo *quantum* de atos criminosos – a própria criação de valores da sociedade capitalista, que coloca metas inacessíveis para inúmeros indivíduos, é outra fonte de transgressão e de criminalidade.

Para encerrar esta listagem de determinações da criminalidade, resta apresentar um elemento fundamental que parece estar desligado da estrutura social capitalista: esta mesma estrutura social cria indivíduos com problemas psíquicos que acabam se tomando indivíduos violentos. A violência destes indivíduos, principalmente a violência física e sexual, também

transgredir as normas legais e são formas de violência criminal.

Podemos dizer que as metas culturais instituídas e impostas pela cultura hegemônica são aceitas pela maioria da população, mas que não consegue atingi-las através dos meios aceitos socialmente. Isto provoca a transgressão através da criminalidade. No entanto, existem indivíduos que aceitam tanto as normas como os meios, mas que, devido a sua condição de classe, não conseguem atingir tais metas.

Isto irá abrir uma nova fonte de criminalidade, não ligada diretamente à busca de realização destas metas, mas a problemas psíquicos gerados pela insatisfação de determinados indivíduos com o cotidiano no qual estão inseridos. Alguns psicanalistas influenciados pelo marxismo apresentaram fortes argumentos em favor desta tese:

“Na medida em que a psicologia do indivíduo que capitaliza é submetida aos ditames do mercado rígido, exigente e minuciosamente calculador, o seu ‘ser calculista’ também se estende a todos os relacionamentos humanos. ‘O cálculo não só se relaciona com a quantia de dinheiro gasta no prazer e coloca um limite ao gozo, como também governa as relações humanas (...) uma troca equivalente degrada as relações humanas a um mau negócio; o que se investe não deve revelar-se uma perda, investe-se para ganhar’ (H. Platto)” (Schneider, 1977, 182).

Numa sociedade onde o conjunto das relações sociais foi degradado pelo mercado, onde reina a alienação e a coisificação, se observa a constituição de um ser humano submetido a um alto grau de repressão convivendo com uma insatisfação consciente e com desejos reprimidos que povoam o inconsciente. Tal como Freud (1978) colocou, o mal estar na civilização está relacionado ao fato dos indivíduos terem que renunciar ao prazer em favor do princípio de realidade. Assim, as pulsões, ou instintos, são reprimidos pela sociedade, devido sua necessidade de sobrevivência, o que constrange os seres humanos ao trabalho, do qual eles não são naturalmente amantes (Freud, 1978). A repressão aos instintos ou pulsões, segundo Freud, é produto da necessidade de trabalho para se garantir a sobrevivência da sociedade. Estas pulsões são, para Freud, fundamentalmente, os instintos sexuais e o instinto de morte. No entanto, a existência de um “instinto de morte” foi amplamente desconsiderada pelos psicanalistas posteriores, tais como Jung, Adler, Fromm, Lacan, etc.¹¹, pois para alguns deles não existe nenhuma fundamentação empírica que permita considerar a existência de um instinto de morte, sendo que a existência da violência e destrutividade não é suficiente para comprovar tal tese, pois ambos podem ser considerados como produto da própria repressão, ou seja, a repressão dos instintos ou necessidades (cuja classificação varia de acordo com o psicanalista, sendo que para Fromm se colocaria a criatividade e a sexualidade e para Reich, a

¹¹ Na verdade, apenas Melanie Klein e o filósofo (um não-psicanalista) Herbert Marcuse aceitaram a existência de tal instinto ou pulsão (Fromm, 1979).

sexualidade apenas e assim por diante) cria insatisfação e isto gera violência e destrutividade, o que significa que não são expressões de um instinto e sim de sua repressão.

Uma visão mais complexa sobre os instintos (que passam a ser considerados não exatamente como “instintos” e sim potencialidades contidas nos seres humanos) foi desenvolvida por Erich Fromm. Este teórico concebe de forma mais ampla a concepção de natureza humana e assim consegue não só reconhecer um leque muito maior de necessidades/potencialidades humanas como também uma concepção mais abrangente da repressão e do inconsciente. Segundo La Fuente,

“Disse Fromm que suas observações clínicas lhe conduzem a um conceito mais amplo de inconsciente. É inconsciente, disse, tudo o que por ser contrário aos fins da sociedade reprimido por ela” (La Fuente, 1989, 23).

Assim, Fromm produz uma psicanálise que reconhece as determinações sociais de forma muito mais conseqüente que Freud, devido, em parte, à influência exercida por Marx em seu pensamento (Viana, 2010; Viana, 2009b).

Erich Fromm aborda a questão do crescente processo de burocratização, mercantilização, abstratificação e competição na sociedade capitalista como raiz para a doença mental.

“O modelo fornecido pela cultura não funciona para uma minoria. Trata-se daqueles cujo defeito individual é mais sério do que a da média das criaturas, de forma que os remédios culturalmente oferecidos não são suficientes para impedir a eclosão da doença manifesta. (Um exemplo está na pessoa cujo anelo é conquistar poder e fama. Conquanto esse desejo seja, em si, patológico. Há, não obstante, uma diferença entre a pessoa que usa as suas energias para alcançar realísticamente o seu objetivo e a pessoa mais seriamente doente que ainda tenha emergido tão pouco de sua grandiosidade infantil que nada faz para a realização do seu desejo, ficando à espera de um milagre, e, sentindo-se, assim, cada vez mais impotente, termina por adquirir a sensação de futilidade e amargor). Mas também há aqueles cuja estrutura de caráter, e, portanto, cujos conflitos diferem dos da maioria de forma que os remédios eficazes para a maioria dos demais não lhes são de valor algum. Neste grupo encontramos, às vezes criaturas de integridade e sensibilidade maiores do que as da maioria, e que, justamente por isso, se negam a aceitar o narcótico cultural, enquanto, ao mesmo tempo, não se revelam suficientemente fortes e sadias para viverem salutarmente ‘contra a correnteza’ (Fromm, 1976, 31).

Assim, segundo Fromm, os valores mais autênticos e fundamentais dos seres humanos são bloqueados na sociedade capitalista e junto com este bloqueio vem a resistência e os problemas psíquicos.

A doença mental e os problemas psíquicos gerados por esta estrutura social provocam conflitos sociais e atos de violência, inclusive violência física. Assim, existe a produção social da violência criminal gerada pelos problemas psíquicos instituída por uma sociedade repressiva, burocrática, mercantil, abstratificante, competitiva.

Desta forma, a sociedade contemporânea cria toda uma desestruturação das relações sociais, em todos os níveis, desde as relações familiares, comunitárias, etc. A violência se expande nas famílias, escolas, em toda a sociedade. Emerge, neste contexto, uma figura que nos chama a atenção e que possui importância fundamental para nosso estudo: o criminoso. Aquele que possui um comportamento considerado desviante, o responsável imediato pelo ato criminoso.

Para se considerar o desvio é preciso imaginar uma norma, uma ordem estabelecida, a qual alguém rompe e por isso é taxado de desviante. É a produção de identidade deteriorada (Costa, 1996; Ribeiro, 1996; Almeida, 1996). Da mesma forma, podemos dizer que a idéia de crime é constituída e alterada historicamente. Mas o indivíduo rotulado de criminoso aparece como a figura que deve ser punida e muitas vezes como o mal personificado num indivíduo, como se a criminalidade fosse inata. O indivíduo, nesse caso, “nasce” criminoso. Esta visão do criminoso não se sustenta diante de uma análise sociológica (e psicanalítica) profunda.

Sem dúvida, há normas e há aqueles que rompem com as normas; há atos de violência física como forma de desvio, mas há também a produção destes indivíduos e das condições que formam, inclusive, sua personalidade. Um relato biográfico de um criminoso, poderia então, ser suficiente para explicitar como ele se tornou assim e as condições sociais que promoveram tal constituição.

A obra literária pode realizar a reprodução deste processo de produção, pois ela cria uma estrutura social imaginária que possui uma “estrutura homóloga”; para utilizar expressão de Lucien Goldmann (1976) à estrutura social real, “na medida que recorre ao arsenal comum da humanidade” (Antônio Cândido, 1976, 21), pois o criador da obra literária não cria a partir do nada e sim a partir da sua vivência, valores, constituídos nas interações sociais, como também a partir de outras obras, com as quais dialoga (Bakhtin, 1997).

A partir desta conceituação de violência e desta discussão sobre a criminalidade, podemos trabalhar a idéia da leitura sociológica através da manifestação da violência na obra literária, que segue a tendência do filão ficcional de romances urbanos, através de sua descrição e o que se encontra detrás dela: a explicação implícita, que cabe ao leitor construir. A temática da violência emerge com força a partir da década de 1980 e isto pode ser explicado sociologicamente pela expansão da violência na sociedade (Peixoto, 2009). Porém, isto seria objeto de análise da produção social da arte e não de uma leitura sociológica da arte, embora seja um aspecto complementar importante.

Porém, para uma leitura sociológica da obra literária, o fundamental é ler determinada obra literária e reconstituir os acontecimentos fictícios para depois extrair as “lições sociológicas” das mesmas. Porém, não é nosso objetivo aqui realizar tal leitura sociológica, mas tão-somente

apresentar seus pressupostos teórico-metodológicos e explicitar os aspectos necessários para tal. A demonstração de como realizar uma leitura sociológica de obras literárias fica para uma outra oportunidade, por questão de espaço.

Assim, após apresentar as bases teórico-metodológicas de uma leitura sociológica (ou crítica, para ser mais exata, pois dependeria de qual concepção sociológica seria utilizada), que foram apresentadas no início do presente trabalho, agora devemos reconstituir os procedimentos de tal leitura. O primeiro elemento é retomar os acontecimentos fictícios em uma obra determinada; o segundo momento é explicar o não-explicado, encontrar o não-dito por detrás do dito; o terceiro momento é, através da análise sociológica ou crítica, recolocar os fenômenos em sua base real e concreta, utilizando conceitos que clarifiquem o processo de construção e de leitura da obra. Nesse contexto, tomaremos alguns exemplos para mostrar a possibilidade de tal leitura e em outros artigos posteriores realizaremos leituras sociológicas de determinadas obras literárias, comprovando sua possibilidade.

Dentro do vasto conjunto de obras que tematizaram a violência, cabe destaque para as obras de Patrícia Melo. Como o tema da violência é muito amplo e existem inúmeras formas de manifestação deste fenômeno, então delimitaremos em violência criminal, ou seja, apenas esta forma de violência como objeto de estudo nas obras da referida autora. Isto também quer dizer que não iremos analisar tais obras em sua globalidade e sim focalizar uma temática. Para tanto, iremos abordar as seguintes obras literárias desta autora: *Acqua Toffana* (1994), *O Matador* (1995), *Elogio da Mentira* (1998) e *Inferno* (2000). A violência tornou-se hoje um fenômeno que se manifesta em nossa vida cotidiana. O que queremos descobrir é como Patrícia Melo apresenta o fenômeno da violência em sua obra literária. Como a torna objetiva, criando um universo ficcional verossímil, dentro de uma tradição estética realista, enraizada na cultura brasileira principalmente através do romance urbano.

A referida autora nos traz uma representação literária da violência que é uma re-apresentação, ou seja, apresenta novamente algo que já conhecemos, e isto é feito de forma descritiva, através de narrativas que trazem uma proposta estética específica. Suas descrições narrativas introduzem o leitor no mundo da violência com todas as suas mazelas e sutilezas, permeada por detalhes, que vão desde o gesto de matar sem premeditação, como no caso de Máiquel, personagem central do livro *O Matador* (1995), que se inicia no *mundo do crime* assassinando um conhecido que lhe desagrada ao fazer certo comentário, até chegar aos crimes que apresentam um alto nível de elaboração e premeditação, detalhadamente pensados antes da execução. Um exemplo deste último caso é encontrado no livro *Elogio da Mentira* (1998), no qual o

personagem José Guber, juntamente com sua amante, Fúlvia, planejam sofisticadamente o assassinato do marido desta.

Se tomarmos o primeiro livro de Patrícia Melo, *Acqua Toffana* (1994), confirmaremos que a temática da violência permeia sua obra. Nesta obra, ela traz como tema central misteriosos homicídios. Apresenta duas novelas, sendo que a primeira parte da perspectiva da vítima e a segunda novela parte da perspectiva do próprio assassino. Descreve em ambas o estado psicológico dos personagens: medos e angústias, no primeiro caso; aversões, asco, fixações, no segundo. Estes são os elementos que marcam as novelas, são os ingredientes que compõem *Acqua Toffana*, ou seja, o mundo da violência representado literariamente.

Enfim, exemplos não faltam para expressar o mundo da violência nas obras ficcionais de Patrícia Melo. Estas narrativas da violência fornecem um rico material informativo que nos permite analisar o fenômeno da violência, em suas dimensões objetiva e subjetiva. Porém, na descrição da violência nas referidas obras há, ao mesmo tempo uma explicação implícita, pois qualquer descrição, desde que minuciosa, traz elementos que nos permitem explicar o fenômeno descrito. Não se trata aqui de analisar a intenção da autora, que pode ser meramente a de descrever ou evadir-se através da fantasia ou da imaginação, e sim ver o que está implícito na obra, a explicação do fenômeno da violência.

No mais, não se trata apenas de dizer o que a autora disse, mas, principalmente, dizer o que ela não disse, o interdito. Ao se limitar a descrever os atos de violência, a narradora não apresentou sua explicação. É este aspecto interdito que iremos buscar resgatar. O procedimento é o mesmo que o de qualquer socióloga ou sociólogo que utiliza as informações descritivas de um texto jornalístico para realizar uma análise sociológica dos fatos descritos. Assim, veremos na narrativa literária não apenas o que está explícito no fenômeno da violência, mas também o implícito.

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma leitura sociológica da obra de Patrícia Melo. Queremos ressaltar, em primeiro lugar, que se trata de uma leitura, ou seja, um exercício subjetivo, permeado por valores, concepções teóricas, objetivos acadêmico-científicos, etc. Mas não é qualquer leitura e sim uma que consiga ser sociológica, o que quer dizer embasada em uma determinada concepção sociológica. No caso, escolhemos o referencial teórico marxista como fonte de leitura sociológica da obra de Patrícia Melo.

Este exercício consiste em ler uma obra não para “interpretá-la”, ou seja, “dizer o que ela diz”, mas sim através do que foi dito e do que ficou implícito, do não-dito, selecionar aspectos significativos para podermos realizar a nossa leitura sociológica. Isto também acompanhou o nosso recorte temático, a violência criminal, ou seja, não nos interessavam todos os temas sociológicos

que poderiam ser extraídos de sua obra, mas tão-somente os relacionados ao nosso recorte temático.

A partir disto, podemos reconstruir uma análise sociológica do fenômeno da violência criminal e suas determinações. Iremos, a partir de agora, apresentar uma visão geral da violência criminal na obra de Patrícia Melo, observando não cada obra separadamente mas em seu conjunto, pretendendo com isso colocar as fontes concretas e específicas da violência criminal, bem como iremos discutir o procedimento aqui apresentado, ou seja, a realização de uma leitura sociológica de uma obra literária determinada, e observar a plausibilidade disto.

Podemos, inicialmente, abordar a obra *O Matador*, na qual apresenta a violência criminal das classes exploradas. *O Matador* apresenta a trajetória de Máiquel. O que ele faz é se tornar um homicida profissional, que mata por dinheiro e por encomenda, um *pistoleiro*, para utilizar linguagem mais antiga. Durante a narrativa fica claro porque Máiquel se inseriu na criminalidade, como se tornou um homicida por encomenda. Juntou-se um acontecimento casual com a estrutura social e sua inserção nela, ou seja, uma sociedade desigual, que cultiva valores de ascensão, riqueza e poder, juntamente com a pobreza do futuro criminoso. Estes ingredientes juntos, constituídos pela sociedade capitalista, fazem com que Máiquel se torne um criminoso.

Mas se há a encomenda de crimes, quem as faz? Aí nos remetemos ao mandante do crime. Quais são os motivos que levam as pessoas a contratarem um assassino profissional? Sem dúvida, existem os mais variados motivos. A vingança, interesse financeiro, o ódio, entre outras formas, todas possuindo uma raiz social.

Este tipo de criminoso é recrutado nas classes desprivilegiadas, pois serão aqueles que viverão do homicídio, inclusive, podendo obter retorno financeiro considerável, mas antes disso, o indivíduo só assume tal profissão devido ao fato de necessitar de dinheiro para sobreviver ou então de sair da situação de pobreza e de ter que ganhar o suficiente apenas para sobreviver.

Assim, vemos que os valores, as normas sociais, a situação familiar, financeira e social do indivíduo, além de situações casuais, proporcionam a inserção de uma pessoa no mundo da criminalidade. No caso de Máiquel, o peso maior se deu na situação social, financeira e em seus valores, e pela oportunidade surgida de um acontecimento casual.

O caso de Reizinho é semelhante. Os seus valores, as normas sociais, a situação familiar, financeira e social do indivíduo, bem como sua inserção social específica e fatos casuais, o tornam um criminoso. Tal como Máiquel, sua inserção na criminalidade foi produzida socialmente. Também ele tinha em si os valores dominantes e queria alcançar as metas culturais estabelecidas (Merton, 1970)¹².

¹² Tal abordagem, que se encontra na concepção funcionalista de Merton, é compatível com a concepção marxista desde

A situação de classe é fundamental para explicar a inserção destes dois personagens na criminalidade. O contexto social global também, pois neste se vê o conflito entre as classes sociais e a hegemonia da classe dominante, que impõe valores, concepções, etc.

A situação de classe está intimamente ligada ao tipo de estrutura familiar do indivíduo. Podemos dizer que cada classe social constitui um tipo de família específico, que, embora mantenha semelhanças com as famílias de outras classes sociais, se institui com características próprias. Segundo Bertaux,

“(…) Na verdade, a família não existe. Na realidade social, existem apenas famílias de classe. Atrás da imagem já clássica da família modelo, a Santa Trindade do Pai, da Mãe e dos Filhos, existe todo um universo de famílias muito diferenciadas que se multiplicam nos diferentes níveis da estrutura de classe. A família burguesa é diferente da família executivo, que é diferente da família operária, que por sua vez é diferente da família camponesa, porque constituem identidades estruturadas segundo formas radicalmente diferentes: as relações que determinam as práticas de urnas e de outras não são, de maneira alguma, iguais, pela simples razão de que essas relações não resultam nem da vontade subjetiva dos indivíduos, nem mesmo das formas definidas pela lei (Código Civil), e sim da posição da família nas relações de classe. As famílias concretas decorrem dos vários caracteres que uma mesma instituição definida pelo Direito, a instituição familiar, assume nos diversos níveis da estrutura de classe” (Bertaux, 1979, 64-65).

A família assume um papel fundamental na hegemonia da classe dominante. Freud já havia destacado o papel da família no processo de constituição da vida psíquica do indivíduo, incluindo o que ele denominou processo de introjeção do princípio de realidade, que ocorre na infância (Freud, 1978).

Outro autor destacou a importância da família na formação do indivíduo:

“A estrutura da sociedade e a função do indivíduo nessa estrutura determinam o conteúdo do caráter social. A família, por outro lado, pode ser considerada como o agente psíquico da sociedade, a instituição que tem a função de transmitir as exigências da sociedade à criança em desenvolvimento. A família executa esta função de duas maneiras: 1) pela influência do caráter dos pais sobre a formação da criança; como o caráter da maioria dos pais é expressão do caráter social, transmitem dessa forma as características essenciais do caráter socialmente desejável à criança; 2) Além do caráter dos pais, o método de preparo infantil habitual numa cultura também tem a função de modelar o caráter da criança numa direção socialmente desejável” (Fromm, 1979, 81).

Sem dúvida, a família ocupa um papel fundamental no processo de socialização da criança e ao fazer isto possibilita a formação de uma estrutura de personalidade (“caráter social”) adequada à sociedade, Porém, como já colocamos, existem diferenças entre as famílias e tal diferença é determinada pela classe social. Mas também é importante ressaltar que os valores dominantes são repassados para as crianças principalmente através da família, como Fromm coloca.

Bertaux enfatiza isto:

“A ordem instituída não se interessa pelos corpos, mas pelas ‘estruturas profundas da personalidade’. A ordem instituída (‘O Estado’, muito esquematicamente) não se interessa pelo que somos, mas pelo que fazemos, pelo que faremos; e o que faremos, na medida em que isso dependa de nos, não dependerá de nosso corpo, nem das nossas qualidades intelectuais, mas dos nossos valores profundos; da nossa relação com os valores estabelecidos e com a autoridade que os estabelece” (Bertaux, 1979, 70).

Máiquel e Rezinho revelam os valores que possuem: querem ascensão social, valor tipicamente burguês. Um valor que tem sentido nesta sociedade hierárquica e desigual. Mas por qual motivo alguns valores, os relacionados às metas culturais (Merton) conseguem se implantar nas mentes dos indivíduos das classes subalternas com tanta firmeza enquanto que e em muitos casos os meios adequados não? Ora, isto se deve ao fato de que se tratam de famílias geralmente desestruturadas, tal como fica claro no caso de Rezinho.

Já em *Acqua Toffana e Elogio da Mentira* o que se mostra é a violência criminal que possui outras determinações. Não se trata mais de miséria, pobreza, famílias desestruturadas. Trata-se, agora, de outro tipo de fonte para atos violentos e criminosos.

Em *Acqua Toffana*, a violência criminal tem sua fonte na vida cotidiana massacrante. A rotina, a impossibilidade de desenvolver a criatividade e ações significativas, etc., são as fontes de descontentamento e problemas psíquicos, que, por sua vez, geram violência criminal.

Alguns pesquisadores, por descartarem qualquer contribuição da teoria psicanalítica, simplesmente descartam certas determinações do fenômeno da violência criminal. Para se perceber que a vida cotidiana, seja ela a vida doméstica ou no escritório, ou fábrica, podem tornar uma pessoa extremamente infeliz e que isto, graças ao conhecimento psicanalítico podemos dizer, cria problemas mentais dos mais leves aos mais graves, criando pessoas problemáticas, agressivas, violentas.

A vida cotidiana na sociedade moderna foi definida pelo sociólogo Henri Lefebvre como uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Para este autor,

“O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado. Não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um ‘setor’ e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema como um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo; isto substituiria as auto-regulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade” (Lefebvre, 1991, 82).

A vida cotidiana é comandada pelo consumo, pelos meios oligopolistas de comunicação, pela futilidade e, por conseguinte, pelo vazio. A televisão, por exemplo, assume um espaço e importância tão grande que preenche grande parte da vida cotidiana de uma parcela enorme da população mundial.

“A televisão provoca o mesmo fenômeno da droga: vicia. Assim, a conduta repetitiva vai virando hábito do qual é muito difícil se libertar; tanto é assim que as pessoas de escassos recursos intelectuais, ou pouca curiosidade para preencher seu ócio com um hobby bem definidor caem nessa armadilha. Podemos afirmar, assim que a televisão é quase todo o seu alimento intelectual. Daí surge um homem pouco culto, passivo, entregue sempre ao mais fácil: apertar um botão e cair na poltrona, porque tudo se reduz, afinal, a pasto para seus olhos” (Rojas, 1996, 60).

Assim, uma sociedade dominada pelo consumismo, pelo vazio, pelas organizações burocráticas, pelo trabalho rotineiro e desinteressante, pelo comodismo e passividade, pelos meios de comunicação de massas, fica difícil pensar na vida psíquica dos indivíduos como saudável. Assim, nesta sociedade que impede a manifestação das potencialidades humanas, surge a violência compensatória:

“Por violência compensatória entendo a empregada como substituto de atividade produtiva por uma pessoa impotente”; “o homem impotente, se tem uma pistola, uma faca ou um braço forte pode transcender a vida destruindo-a em outros ou em si mesmo. Assim, vingam-se da vida por ter-se negado a ele. A violência compensatória é exatamente a violência oriunda da impotência e que serve de compensação para esta. O homem que não pode criar quer destruir” (Fromm, 1965, 32).

Este é o caso do escriturário em *Acqua Toffana*: seu trabalho alienado, rotineiro, massacrante, fez com que ele se tornasse um destruidor de vidas. A impossibilidade de manifestar vida, de desenvolver sua criatividade, proporciona um ódio não-consciente que gera a vontade de matar, racionalizada como se fosse um produto biológico.

Outra forma de violência gerada por esta sociedade se encontra naquelas pessoas que supervalorizam determinados desejos típicos desta sociedade, como no caso de Fúlvia em *Elogio da Mentira*. A ambição se torna a mola mestra, o motor, da ação de Fúlvia. As outras pessoas perdem o seu valor e por isso se pode retirar-lhes a vida. Trata-se de uma idéia fixa reforçada por uma consciência coisificada, que valoriza a riqueza material e desvaloriza o ser humano.

Ora, este tipo de violência é efetivado predominantemente por indivíduos das classes privilegiadas. A violência compensatória do escriturário é a de alguém que tem uma relativa estabilidade econômica mas uma profunda insatisfação no trabalho e no cotidiano. A violência criminal de Fúlvia não é produto da necessidade de sobrevivência mas tão-somente o desejo de acumular riquezas.

Sem dúvida, a obra literária, independentemente da intenção do seu autor, traz em si uma gama de informações que fornecem rico material tanto para o historiador quanto para o sociólogo. Marx já havia percebido isso e afirmou que aprendeu muito mais lendo Balzac do que alguns cientistas sociais:

“Balzac, que considero de longe o maior mestre do realismo de todos os Zolas do passado, presente ou futuro, proporciona-nos na sua *Comédia Humaine*, uma história maravilhosamente realista da sociedade francesa, descrevendo, no estilo de crônica, quase ano por ano, de 1816 a 1848, a pressão crescente da ascensão da burguesia sobre a sociedade de nobres que se estabeleceu a partir de 1815 e voltou a instalar, na medida do possível, (tant *bien* que mal), o padrão da *vieille politesse française* (velha delicadeza francesa). descreve como os derradeiros resíduos daquela, para ele, sociedade modelo sucumbiram gradualmente ante a explosiva intrusão dos vulgares endinheirados ou foi corrompida por eles. Como a grande *dame*, cujas infidelidades conjugais não passavam de uma maneira de firmar a sua posição, em perfeito acordo com a forma que lhe tinham destinado o casamento, cedeu o lugar à burguesia, que adquiriu o marido em troca do dinheiro. E em torno desta imagem central, o autor tece uma história completa da sociedade francesa, com a qual, mesmo em pormenores econômicos (como, por exemplo, a redistribuição da propriedade real e privada após a Revolução Francesa), aprendi mais do que com os historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período” (Marx, apud. Marx & Engels, 1986, 71).

É claro que se pode questionar a questão da “objetividade” dos fatos literários, ou seja, eles não seriam objetivos e portanto não teriam valor sociológico. Mas os sociólogos, historiadores, entre outros cientistas sociais, utilizam amplamente o jornal, os manuscritos individuais (diários), entre outros materiais informativos e o caráter de objetividade deles também é questionável. Os fatos jornalísticos são selecionados e interpretados por quem os divulga. Hoje isto ocorre mais ainda, pois além da seleção espontânea do jornalista há toda uma estrutura burocrática que realiza novas seleções. Além disso, os fatos não são apresentados tal como são mas sim através de uma versão. Mesmo na pesquisa sociológica, ou de qualquer outra ciência social, a seleção, interpretação etc., atuam a todo momento e dificilmente se poderia falar em objetividade pura. Neste processo atuam os valores, perspectiva teórica, etc., do pesquisador, da mesma forma que ocorre com o jornalista e o romancista.

O único elemento que torna os fatos literários menos objetivos do que os fatos jornalísticos, entre outros, reside na característica fictícia da literatura. A literatura sendo produto da imaginação, sem compromisso com a realidade, não poderia servir de base para uma análise desta mesma realidade. No entanto, esta tese também pode ser questionada. Afinal, quem é o escritor? A resposta a esta pergunta pode esclarecer tal posicionamento.

O escritor é um indivíduo socialmente situado. Possui uma classe social, uma família, uma profissão, um conjunto de valores, um nível determinado de consciência, uma experiência de vida própria e peculiar, etc. Quando ele escreve não pode criar “outro mundo” pois é impossível o solipsismo (Cândido, 1976), mas tão-somente reproduzir o seu mundo sob outra linguagem. Nesta

reprodução, ele apresenta, de acordo com seus valores, uma mensagem determinada (Benjamin), intencional, e, sem querer e perceber, apresenta outros elementos e aspectos (historiografia inconsciente) devido sua experiência de vida e seu descompromisso com os “fatos reais”. Aliás, é por isso que Freud irá colocar que é na fantasia que o inconsciente se manifesta de forma mais visível, embora aqui não se trate deste inconsciente (desejos reprimidos do indivíduo) e sim de momentos da vida social.

Se um texto jornalístico apresentasse a seguinte manchete: “mulher rica mata marido e tenta assassinar ex-marido” e depois colocasse os seguintes fatos: “Fúlvia, 38 anos, empresária, assassinou seu marido, Ronald, empresário e comerciante, com a cumplicidade de Guber (seu atual marido), em 7 de abril. A autora do crime e seu cúmplice simularam um assalto e neste ela cometeu o assassinato de seu marido e sua empregada, certamente por esta última ter sido testemunha. Em seu depoimento disse não se encontrar em casa na hora do suposto assalto e passou a viver uma vida pacata. Logo depois, se casou com Guber, um famoso escritor. Este no entanto, acabou denunciando Fúlvia, após esta tentar matá-lo. O motivo da tentativa de assassinato, segundo o ex-marido, foi a herança que receberia com sua morte, tal como fizera com Ronald, que além de um seguro, tinha dinheiro depositado em conta no exterior”.

Inúmeras pessoas poderiam ler tal notícia e simplesmente se contentar com o que foi descrito. Lá está tudo: uma pessoa morreu, outra quase foi assassinada. Fúlvia foi a autora do assassinato e da tentativa de assassinato, o motivo dos crimes foi o dinheiro que receberia com a morte dos dois. Depois disso, sem nenhuma reflexão mais profunda, se terminaria de pensar no assunto. Se restassem dúvidas, seriam, por exemplo, sobre a questão de valer a pena retirar a vida de outros por dinheiro e que se deveria explicar como alguém pensa que sim, tal como Fúlvia. Não seria difícil apresentar a tese que Fúlvia era biologicamente ou geneticamente determinada, pois só isso explicaria o motivo de tão fria atitude.

O que isto tudo quer dizer? O fato jornalístico também não vai às raízes dos fatos, seu processo de constituição social. É preciso realizar uma leitura sociológica para conseguir ultrapassar as aparências e ver que, como já dizia Durkheim (1974), um fato social é provocado por outro fato social ou como coloca Marx, os fenômenos sociais são, eles mesmos, produtos sociais (1983). O mesmo ocorre com uma entrevista: ela coloca diante de nós um conjunto de informações, mas que em si não dizem nada. Daí a necessidade de leitura e análise buscando reconstruir o implícito, o processo de constituição social que não nos é apresentado imediatamente.

Por fim, uma leitura sociológica da realidade social deve ser complementada com uma leitura psicanalítica. A sociologia analisa o indivíduo enquanto ser social. O ser humano é um ser social e é o conjunto das relações que são fundamentais para explicar suas ações. No entanto, ele é

um ser vivo, biológico, com necessidades que compartilham com outros animais (fome, sede, etc.)¹³, mas com necessidades tipicamente humanas e com uma estrutura psíquica extremamente complexa. É preciso compreender o que a insatisfação das necessidades básicas do ser humano pode provocar e a psicanálise oferece um leque de teorias esclarecedoras sobre isto, sem cair no determinismo biológico ou genético e sem separar o mundo social do mundo mental.

Os valores estabelecidos e sua dicotomia com as necessidades humanas autênticas são uma das descobertas psicanalíticas mais importantes até hoje. Freud, ao colocar a dicotomia entre consciência repressiva e inconsciente revelou aspectos fundamentais para se compreender determinados atos sociais.

Assim, este conjunto de teorias é importante para se compreender a sociedade moderna e seus conflitos e autores como Marx, Engels, Durkheim, Freud, Goffman, Fromm, Merton, Benjamin, Schneider, entre inúmeros outros, nos ajudam a efetivar tal compreensão.

A literatura, da sua forma, também contribui. A literatura nos traz de volta o nosso mundo e nós podemos repensá-lo através da ficção, pois o descompromisso também nos ajuda a repensar o já pensado. Assim, nossa leitura sociológica da Violência criminal na obra de Patrícia Melo nos apresenta a ideia de que é possível efetivar tal procedimento e isto pode enriquecer a teoria sociológica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Teses Sobre Sociologia da Arte*. In: COHN, Gabriel (org.). *Adorno*. São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Rosemary. *Violência Urbana, Exclusão Social e Identidade*. In: LINS, Daniel & BARREIRA, César. *Poder e Violência*. Fortaleza, Eufc, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

BERTAUX, D. *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes. Uma Crítica da Antropologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

BINSWANGER, Ludwig. *Três Formas da Existência Malograda*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 5ª edição. São Paulo, Nacional, 1976.

¹³ É o que Marx e Engels colocam: o homem, para sobreviver, precisa, antes de tudo, comer, beber etc. Para fazer isto ele irá desenvolver um conjunto de atividades, que se tornam, elas mesmas, novas necessidades (Marx & Engels, 1991).

COSTA, Sílvio S. *Desvio e Divergência em Merton e nos Interacionistas*. In: LINS, Daniel & BARREIRA, César. *Poder e Violência*. Fortaleza, Eufc, 1996.

DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. 2ª edição, São Paulo, Nacional, 1974.

DUVIGNAUD, Jean. *Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro, Forense, 1970.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Linguagem e Literatura*. In: MACHADO, Roberto. *Foucault: A Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1993.

FREUD, S. *O Mal Estar na Civilização*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

FROMM, Erich, *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

FROMM, Erich. *Meu Encontro com Marx e Freud*. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* 4ª Edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOTHE, Flávio. *Para Ler Benjamin*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

LA FUENTE, Ramón. *El Pensamiento de Erich Fromm*. Madrid, FCE, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, São Paulo, Ática, 1992.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio Sobre Literatura*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, Georg. *Teoria do Romance*. Lisboa, Presença, 1970.

MARX, K. & ENGELS, F. *Sobre Literatura e Arte*. 4ª edição, São Paulo, Global, 1986.

MARX, K. *Para Uma Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl *O Capital*. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1938.

MELO, Patrícia. *Acqua Toffana*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MELO, Patrícia. *Inferno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MELO, Patrícia. *O Elogio da Mentira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MELO, Patrícia. *O Matador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MENDRAS, Henri. *Princípios de Sociologia*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1975

MERTON, R. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

MICHAUD, Yves. *A Violência*. São Paulo, Àtica, 1989.

PEIXOTO, Maria Angélica. *Literatura Brasileira e Violência Criminal*. In: IV Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidades, 2009, Goiânia-GO. IV v. 01. p. 1-17.

RIBEIRO, Alexandre. *Os Paradigmas da Questão do Desvio na Sociedade ou 'Seja herói, Seja marginal'*. In: LINS, Daniel & César. *Poder e Violência*. Fortaleza, Eufc, 1996.

ROJAS, Enrique. *O Homem Moderno - A Luta Contra o Vazio*. Rio de Janeiro, Mandarim, 1996

SCHNEIDER, Michael. *Neurose e Classes Sociais – Uma Síntese Freudiano-Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

TAYLOR, Yan; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. *Criminologia Crítica*. Rio de Janeiro, Graal, 1980

VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras. Itinerários no Pensamento e Social e na Literatura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística - Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

VIANA, Nildo. *A Literatura Crítica-Progressiva de Lima Barreto*. Revista Possibilidades, Goiânia, v. 01, p. 10-17, 2004.

VIANA, Nildo. *Como Assistir um Filme?* Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

VIANA, Nildo. *Fromm Crítico de Freud*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 10, p. 9-17, 2010.

VIANA, Nildo. Erich Fromm e a Renovação da Psicanálise. *Revista Espaço Livre*, Vol. 4, num. 08, jul-dez./2009.

VIANA, Nildo. *Violência, Conflito e Controle*. In: SANTOS, Sales A. e outros (orgs.). *50 Anos Depois: Relações Raciais e Grupos Socialmente Segregados*. Brasília, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 1999b.

WOLF, Janet. *A Produção Social da Arte*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

AS ILUSÕES DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO SEGUNDO TERRY EAGLETON

Lisandro Braga¹

Resumo:

No presente artigo pretendemos analisar a produção teórica de Terry Eagleton acerca do pós-modernismo e sua vertente culturalista. Para isso utilizaremos, fundamentalmente, duas de suas principais obras, *As ilusões do pós-modernismo* (1998) e *Depois da teoria – Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo* (2005), que foram dedicadas a desmascarar, com requintes de ironia e corrosão, as ilusões estéreis desse movimento cultural que, segundo Viana (2009), expressa uma contra-revolução cultural preventiva.

Palavras-chave:

Modernidade, crise de acumulação, pós-modernismo, ideologia e luta de classes.

Abstract:

In this article we intend to analyze the theoretical production of Terry Eagleton on the post-modernism and its cultural. To do this we will use essentially two of his major works, *The Illusions of Postmodernism* (1998) and *After Theory – a look at the cultural studies and postmodernism* (2005), who were dedicated to exposing, with touches of irony and corrosion, the sterile illusions of cultural movement that, according to Marcuse (1981) express a preventive counter-revolution or, as prefer Viana (2009), a preventive counter-cultural revolution.

Key-works:

Modernity, crisis of accumulation, post-modernism, ideology and struggle class.

O que é a modernidade? Em que consiste a pós-modernidade e o pós-modernismo? Em que contexto histórico o pós-modernismo emerge, que relação orgânica possui com tal contexto e que interesses e necessidades visa atender? Essas são questões que ao longo desse artigo buscaremos respostas e, juntamente, com essas apresentaremos os principais argumentos e críticas de Terry Eagleton.

A modernidade equivale ao resultado final de um amplo processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, denominamos de modernidade a totalidade das relações sociais existentes no modo de produção capitalista que tem como determinação fundamental a produção de mercadorias, que corresponde na essência à produção e expropriação de mais-valor. Portanto, nessa relação de produção e expropriação prevalece a exploração de uma classe social

¹ Historiador e cientista político do Núcleo de Pesquisa Marxista da Universidade Estadual de Goiás.

sobre outra e, conseqüentemente, a luta contra a exploração. Vejamos, então, como se dá essa relação de exploração e a luta de classes na modernidade.

As duas principais classes sociais da modernidade são a burguesia e o proletariado. Da relação entre essas classes é que deriva a produção de mais-valor. Para lucrar no processo de produção de mercadorias a burguesia necessita extrair do trabalho do proletariado, além do suficiente para repor os custos da produção (matérias-primas, desenvolvimento tecnológico, maquinaria, salários e etc), algo a mais que corresponda a todo trabalho exercido pelo mesmo no qual ele não recebe, pois, é expropriado pela burguesia. Consta que

a produção de capital (mais-valor convertido em lucro) é formada por dois componentes existentes no processo de produção denominados de *trabalho morto* (matéria-prima, maquinaria e tecnologia em geral) e *trabalho vivo* que consiste na força de trabalho operária. O primeiro não tem capacidade de gerar valor e apenas repassa seus custos durante o processo produtivo, já o segundo é a única força geradora de capital, ou seja, acrescenta à mercadoria mais do que o valor gasto na sua produção. Por isso esse capital extra é denominado mais-valor (Braga, 2010, p. 06).

A produção de mercadorias consiste em um processo de acréscimo de valor, no entanto, sua consolidação não ocorre na produção, mas sim no mercado, no consumo das mercadorias. Numa sociedade fundamentada em relações sociais mercantilizadas, como a sociedade moderna, a produção de mais-valor é seu fundamento e revela a essência da exploração capitalista. Sendo assim,

O que caracteriza a modernidade? Podemos dizer que é a mercadoria, tal como é produzida em nossa sociedade. A produção capitalista de mercadorias revela uma relação de exploração e dominação de uma classe social sobre outra. O processo capitalista de produção de mercadorias é um processo de produção de mais-valor, tal como demonstrou Marx (Viana, 2009a, p. 25).

Vale ressaltar que a relação entre burguesia e proletariado na modernidade é marcada pelo conflito entre os diversos interesses antagônicos dessas duas classes. A afirmação do capital realiza-se na negação do proletariado uma vez que este, no processo de produção, desempenha atividades alheias às suas necessidades, não atinge através de suas potencialidades sua auto-realização total, encontra-se completamente separado dos produtos do seu trabalho e, dessa forma, sofrendo um processo de estranhamento. Segundo Marx,

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho

externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se não fosse seu próprio, mas de um outro, como se não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (2004, p. 83).

Por conta desse caráter alienado do trabalho, o proletariado procura incessantemente encontrar formas que garantam o mínimo da sua integridade física no trabalho e isso se evidencia nas inúmeras possibilidades e maneiras de resistência e luta contra a opressão do capital. Essas atitudes de resistência ocorrem de diversas formas, tais como as mais pacíficas e camufladas como a “operação tartaruga”, o absenteísmo, o atraso nos locais de trabalho, a destruição de peças e ferramentas que emperram o desenrolar da produção, as constantes idas ao banheiro e sua demora etc.

Além dessas formas imediatas, as lutas contra a exploração do trabalho tendem a adquirir em momentos de crise e de radicalidade, uma postura mais nitidamente política², tal como é perceptível nos processos de realização de greves que atingem caráter geral, com a ocupação de fábricas e auto-organização da produção, no qual o proletariado deixa de ser uma “classe em si” para se tornar uma “classe para si”. Essa dinâmica acompanha o desenvolvimento capitalista desde o seu nascimento até os dias atuais e inúmeros exemplos históricos poderiam ser citados: As revoluções de 1848 na Europa, a Comuna de Paris em 1871, as experiências russas a partir dos soviets em 1905 e 1917, a revolução alemã nas décadas de 1920, a ocupação de fábricas na Argentina do final da década de 1990 até aproximadamente 2004 e assim por diante. Essa é uma tendência intrínseca ao modo de produção capitalista.

Um amplo debate sociológico já existe em torno dessa mudança de postura do proletariado, porém não é nosso interesse resgatar tal debate, mas tão somente apresentá-lo segundo a perspectiva do proletariado, ou seja, procurando compreender quem é essa classe social, como se relaciona com a sociedade capitalista (modernidade) e como enxerga tal sociedade a partir da experiência que mantém com a mesma. Em síntese “essa perspectiva, segundo Marx, marcaria a unidade entre o que é visto e a forma como se vê” (Viana, 2007, p. 75).

A análise que Marx realiza sobre o proletariado consiste em uma análise sobre a ontologia do proletariado, sobre sua essência e não sua aparência. Sendo assim, é possível encontrar na teoria de Marx uma análise sobre o ser-do-proletariado, conforme explicitado na seguinte passagem:

² O termo política empregado aqui é derivado da idéia de luta de classes em sentido amplo e não no sentido comumente adotado que resume a luta política às lutas parlamentares, eleitorais ou através de golpe armado visando à conquista do Estado. Uma vez que, para Marx, o fundamental para a compreensão de uma sociedade são suas relações de produção, logo este é por essência o local privilegiado da luta de classes e todas as demais lutas políticas derivam daí.

“não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, tem momentaneamente. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser” (Marx & Engels Apud Viana, 2008, p. 59).

Nesse sentido, a resistência implementada pelo proletariado não visa apenas adquirir, de imediato, melhores condições de trabalho e vida, mas, também, a abolição do trabalho alienado em sua totalidade. Nesse processo histórico de luta o proletariado forma sua consciência de classe, constrói suas estratégias de lutas, abandona as estratégias ultrapassadas e forja novos mecanismos de resistência e avanço da luta em direção à construção daquilo que Marx denominou de “livre associação de produtores”, ou seja, uma sociedade na qual o proletariado deixa de ser hetero-determinado (consciência de si), e se torna auto-determinado (consciência para si) a partir do enfrentamento. Portanto, a luta de classes, assim como a produção de mais-valor, representa dois dos fundamentos essenciais da modernidade.

Além dessas duas principais características da modernidade, coexistem diversas outras características secundárias que derivam do seu fundamento, tais como: racionalização da produção, competição capitalista, avanço tecnológico, burocratização social, propaganda e marketing, fetichismo da mercadoria, consumismo, mercantilização das relações sociais, produção cultural ideológica, luta de classes nas esferas intelectuais e culturais etc. Várias outras características existem, no entanto, para o propósito desse artigo essas nos parecem suficientes.

Em termos metodológicos toda essa discussão remete às categorias centrais da teoria marxista: totalidade e determinação fundamental. A totalidade refere-se à sociedade moderna como um todo, suas múltiplas determinações inter-relacionadas que o envolvem, mas que possui uma determinação fundamental na qual todas as demais se baseiam que consiste no modo de produção capitalista e toda sua dinâmica revelada na produção de mercadorias. Vale lembrar que um dos fundamentos do pós-modernismo está na negação dessas categorias enquanto ferramenta metodológica para se compreender a realidade social.

Depois de caracterizar a modernidade, iremos a partir de agora apresentar o que é a pós-modernidade e o pós-modernismo, segundo seus arautos e, posteriormente, ofereceremos as análises feitas por Terry Eagleton e suas principais críticas endereçadas aos intelectuais pós-modernos e suas ilusões, conforme afirma o título de uma das suas principais obras: *As ilusões do pós-modernismo* (1998).

Vale advertir que, devido aos limites e propósitos desse texto, ou seja, a crítica de Terry Eagleton aos pós-modernos, a mesma é realizada de forma geral, pois não realizamos nenhuma análise aprofundada sobre as concepções específicas de determinados autores pós-modernos, nem

tão pouco às singularidades de suas obras. Contentamo-nos em promover uma análise geral sobre tais autores, pautada por aquilo que os aproxima, mesmo sabendo que não há homogeneidade na caracterização do pós-modernismo, assim como no modernismo. Da mesma forma, a análise de Eagleton sobre tais ideólogos, e que é tema central desse artigo, se procede da mesma forma.

Assim como ocorreu com o marxismo – e ainda ocorre -, inúmeras foram as vezes que a modernidade teve sua morte decretada. De acordo com Ellen Meiksins Wood, no período que abrange a I Guerra Mundial, Oswald Spengler inaugura essa tese ao escrever sua conhecida obra *A decadência do Ocidente* (1918) na qual proclamava o fim dos valores dominantes da cultura ocidental (a modernidade), visto que “os laços e tradições que mantinham coesa a sociedade estavam apodrecendo, e as solidariedades da vida se desintegravam, juntamente com a unidade de pensamento e cultura” (Wood, 1999, p. 07).

Nessa mesma perspectiva, ainda na década de 1950, C. Wright Mills afirmou ter chegado ao fim a era moderna e que a mesma “está sendo substituída pelo período pós-moderno” (Mills apud Wood, 1999, p. 07). Segundo Mills, a crença no progresso da razão e da liberdade derivada do iluminismo, juntamente com suas principais ideologias – o liberalismo e o socialismo –, haviam se esgotado.

No caso de Mills, havia todo um contexto “favorável” a essa crença, pois a década de 1950 foi marcada por um período de grande prosperidade do capitalismo no qual o desemprego praticamente havia sumido, as legislações trabalhistas haviam sido criadas, a ocorrência de um aumento significativo dos salários, do consumo e etc. Em suma tal período coincide com o período de instalação do Estado do “bem-estar-social” que motivou milhares de teóricos e estudantes universitários a acreditarem que todos os males derivados do capitalismo teriam se erradicado.

Juntamente com essa pseudo-erradicação³ dos principais males da sociedade capitalista, nasce, também, a ideologia do fim da classe operária. Tal ideologia não é homogênea, visto que para alguns tal tese se confirma pela expansão dos setores de serviços em detrimento do setor industrial (Offe, 1989) enquanto para outros a explicação passa pelo fim da utopia da sociedade do trabalho (Habermas, 1987). Vários outros autores, com explicações diferenciadas, concordaram com essa tese, dentre eles podemos citar Gorz, Foucault, Touraine e outros mais. No fundo o que tais ideologias possuem em comum é o fato das mesmas buscarem “ofuscar o marxismo e criar novas ideologias substitutas, para facilitar, assim, o processo de dominação e reprodução do capital

³Trata-se de uma pseudo-erradicação, pois todas as características existentes nesse período e que serviram de base para afirmação da “erradicação” não existiam nos países de capitalismo subordinado e não se sustentaram nos países imperialistas. Com a crise do regime de acumulação intensivo-extensivo na década de 70 e instalação do regime de acumulação integral, surge um amplo processo de lumpemproletarização, derivado de um crescente aumento do desemprego, o fim de inúmeras políticas sociais e a perda de vários direitos sociais resultados da emergência do Estado Neoliberal em detrimento do sucateamento do dito Estado do “bem-estar-social”.

(Viana, 2009, p. 171). É nesse clima de contestação das principais bases teórico-explicativas da modernidade - podendo aqui ser entendida enquanto sinônimo de marxismo - que surgem os primeiros anunciadores do fim da modernidade e início da pós-modernidade.

Mas “de onde vêm os pós-modernistas”? Poderíamos responder dizendo que os mesmos são oriundos do final da década de 60 e início da década de 70, período marcado pela crise de acumulação capitalista que é decorrente da tendência declinante da taxa de lucro – que caminha com o capitalismo tal como suas necessidades de maximização dos lucros, como diria Marx, com sorriso irônico: crise insolúvel – da ascensão das lutas sociais e do questionamento da sociedade burguesa que em determinados momentos adquiriu coeficientes de radicalidade. O maio de 68 assim como o movimento de contracultura, o pacifismo e outros foram exemplos disso.

Juntamente com a ascensão do movimento operário e de outros movimentos radicais, vários intelectuais críticos são resgatados fomentando e acirrando as lutas. Tudo isso acabou contribuindo para a reflexão sobre os problemas que afetavam vários grupos sociais da época (estudantes, operários, mulheres, negros norte-americanos, os marginalizados e etc). Assim, diversas temáticas (cotidianidade, indústria cultural, razão instrumental, movimentos sociais, marginalidade etc) passam a ser valorizadas e não mais desprezadas pela intelectualidade. Porém, devido à intensa repressão capitalista aos movimentos mais radicalizados, a inexistência de uma estratégia revolucionária e uma série de outras determinações, ocorre o refluxo desse movimento denominado de Maio de 68 e juntamente com ele reinstala a normalidade capitalista.

É nesse contexto que nasce o pós-modernismo como uma reação cultural ao movimento contestador, incorporando às suas análises os temas anteriormente citados, porém de forma despolitizada, fragmentada e com total desprezo pela totalidade das relações sociais. Conforme afirma Viana, o pós-modernismo

retoma, isolando e despolitizando, os temas das lutas operárias e estudantis do final da década de 60, quando houve uma ascensão das lutas sociais e das concepções revolucionárias que se opuseram ao conservadorismo, reformismo e crítica resignada existente (2009a, p. 32).

Com o propósito de valorizar os aspectos da vida cotidiana das pessoas comuns ao invés de análises totalizantes como a que valoriza o conhecimento sobre as relações entre classes sociais e suas lutas emancipatórias, os estudos culturais pós-moderno tem cada vez mais promovido uma total despolitização da vida social. Terry Eagleton se posiciona de forma bastante crítica contra essa despolitização que por si só expressa interesses políticos e de classes. Uma das maiores características de sua escrita consiste na *ironia de uma crítica corrosiva* que pode ser percebida em todos os seus principais textos sobre o pós-modernismo e os estudos culturais.

Não é difícil encontrar adeptos dessa vertente culturalista pós-moderna tentando justificar suas opções por determinadas temáticas, diga-se de passagem, fúteis e apolíticas, sob a alegação do prazer maior em pesquisá-las. É como se fosse uma obrigação ter prazer no ato da investigação. Talvez seja por isso que

em alguns círculos culturais, a política da masturbação exerce fascínio muito maior do que a política do Oriente Médio. O socialismo perdeu lugar para o sadomasoquismo. Entre estudantes da cultura, o corpo é um tópico imensamente chique, na moda, mas em geral, o corpo erótico, não o esfomeado. Há um profundo interesse por corpos acasalados, mas não pelos corpos trabalhadores. Estudantes de classe média e de fala mansa amontoam-se diligentemente nas bibliotecas para trabalhar com temas sensacionalistas como vampirismo e arranca-olho, seres biônicos e filmes pornôns (...) é parecido com escrever sua tese de mestrado comparando diferentes sabores de uísques maltados ou sobre a fenomenologia de um dia passado na cama. Isso cria uma continuidade entre o intelecto e a vida cotidiana (...) questões intelectuais já não são mais uma assunto tratado nas torres de marfim, mas fazem parte do mundo da mídia e dos shoppings centers, dos quartos de dormi e dos motéis. Como tal, elas retornam ao domínio da vida cotidiana – mas só sob a condição de correrem o risco de perder a habilidade de criticar essa mesma vida. (Eagleton, 2005, p. 15).

Em sua obra *As ilusões do pós-modernismo* (1998), Terry Eagleton diferencia pós-modernidade de pós-modernismo. Para ele,

A palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunidas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiosincrasias e a coerência de identidades. Essa maneira de ver, como sustentam alguns, baseia-se em circunstâncias concretas: ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de “políticas de identidade”. Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre cultura “elitista” e a cultura “popular”, bem como entre a arte e a experiência cotidiana (1998, p. 07).

Na introdução dessa obra Eagleton esclarece que optou, mesmo sabendo da imensa heterogeneidade que compõe o pós-modernismo, em unificar tanto o período histórico (pós-modernidade) quanto à sua cultura dominante (pós-modernismo) no próprio conceito de pós-modernismo. Portanto, esse foi utilizado para designar as duas coisas. Ele afirma, também, que toda a sua análise sobre o pós-modernismo parte de premissas essencialmente socialistas.

A derrota da esquerda nas lutas das décadas de 1960/1970 deixou grande parte da intelectualidade órfã de um projeto alternativo de sociedade e instalou uma completa desilusão quanto a qualquer possibilidade palpável de mudança social e combate ao sistema capitalista. Mais do que isso, a partir daí o desânimo e a desesperança chegou ao ápice da descrença ao colocar em xeque a própria possibilidade de compreensão da realidade, quanto mais de sua transformação. O máximo possível seria a busca pela compreensão de micro-esferas do real, a construção de solidariedades de grupos fragmentados exigindo micro-reformas gradativas a partir de uma infinidade de identidades fluídas e que não mais se relacionavam com a totalidade, se é que é possível falar da existência da mesma segundo os pós-modernos. Para Eagleton,

a base histórica dessa crença reside na falência temporária dos movimentos políticos concomitantemente de massa, de centro e produtivos; mas tal fato não basta para que uma análise do ponto de vista histórico proceda à generalização que transforma essa crença em doutrina universal. Adotariam essa teoria os que eram jovens demais para lembrar de uma política de massa radical, mas que tiveram suficientes experiências desastrosas e funestas com as maiorias opressivas (1998, p. 13).

Daí pra frente os temas dominantes no universo intelectual acadêmico estariam mais interessados em discutir o supérfluo, o detrito ao invés do totalizante e do concreto. Até mesmo porque as noções clássicas de verdade, razão, liberdade, essência, emancipação e conhecimento da realidade não passavam, segundo os pós-modernos, de meta-relatos filosóficos, construções lingüísticas, apenas discursos. Essa última palavra passaria a servir de amuleto para descaracterizar qualquer pesquisa compromissada em desmascarar as relações de opressão pautada pela determinação fundamental existente, ontologicamente e não aparentemente, na relação capital/trabalho. Em um período como esse não é de surpreender que “palestras intituladas ‘restituindo o ânus a *Coriolanus*’ atrairiam hordas de acólitos excitados, pouco versados em burguesia mas muito em sodomia” (Ibid, 1998, p. 13).

Sem sombra de dúvidas, boa parte da crítica pós-moderna aos referenciais metodológicos e teóricos da modernidade é endereçada ao marxismo, pois é nele que as concepções mais radicais dos movimentos de contestação do final da década de 60 buscavam se fundamentar e é primordialmente contra ele que a “contra-revolução cultural preventiva” (Viana, 2009) buscava combater e substituir. Portanto, cabe esclarecer em que consiste uma das principais categorias analíticas do marxismo (a totalidade) para melhor compreender a intensa recusa do pós-modernismo a essa categoria considerada como ineficaz e ambiciosa demais.

Em síntese podemos dizer que uma análise que parte da perspectiva da totalidade não é exclusividade do marxismo, no entanto essa categoria na análise marxista se distancia quilômetros e

quilômetros das demais análises. De acordo com o materialismo histórico-dialético a concepção de totalidade equivale ao que abarca o todo, ou seja, a sociedade. No entanto, a sociedade é resultado de uma síntese de múltiplas determinações (ex: políticas, culturais, sociais, jurídicas, ideológicas e etc). Nesse sentido, a sociedade é composta por diversas partes, mas dentre essas diversas partes existe uma que exerce determinação fundamental: o modo de produção de determinada sociedade. Isso equivale dizer que as inúmeras determinações da sociedade estão fundamentadas no modo de produção de capitalista, no caso da sociedade moderna.

Portanto, compreender uma das determinações ou parte da sociedade capitalista remete necessariamente à sua determinação fundamental, a forma como essa parte (micro) está fundamentada no modo de produção. Logo, não há nenhum fenômeno social que flutua acima da sociedade capitalista, nem mesmo a cultura como parece sugerir a vertente culturalista do pós-modernismo que ao acusar o marxismo, de forma equivocada, de promover um determinismo econômico, acaba por promover um determinismo cultural uma vez que para esses

“agora é a cultura, não Deus nem a Natureza, que é o fundamento do mundo. Não é, com certeza, um fundamento dos mais estáveis, dado que as culturas mudam e há muita variedade delas (...) Cultura, então, é um tipo acidentado de resultado final, mas, ainda assim, um resultado final. Pega tudo, do começo ao fim. Em vez de fazermos o que vem naturalmente, fazemos o que vem culturalmente (...) Cultura é um conjunto de hábitos espontâneos tão profundos que não podemos nem ao menos examiná-los. E isso, entre outras coisas, convenientemente os protege – *nesse caso os culturalistas* - de críticas (Ibid, 2005, p. 90-91 – grifos meus).

Não é à toa que a intelectualidade pós-moderna prefere, ao invés de partir da totalidade, suas análises ditas desinteressadas e simplórias, pois

compreender uma totalidade complexa envolve certo volume de uma análise rigorosa. Por isso mesmo, não é de surpreender que um pensamento sistemático e árduo como este esteja fora de moda e seja ignorado como fático, cientificista ou qualquer coisa no tipo de período que estamos imaginando. Se não há nele nada particularmente que nos indique onde estamos – se somos um professor em Ithaca ou Irvine, por exemplo – podemos nos dar o luxo de sermos ambíguos, evasivos, deliciosamente vagos (Ibid, 1999, p. 26).

Nessa passagem Eagleton demonstra como os fundamentos ideológicos do pós-modernismo “encaixa como uma luva” para os interesses, valores e perspectivas de classe dos pós-modernos, pois afirmar que nada pode ser compreendido a não ser meras representações fragmentadas, que a verdade não passa de mera ambição da intelectualidade dita radical e que o real nada mais é que um discurso entre os vários possíveis e aceitos, acaba por isentá-los politicamente e mantê-los na pseudo-neutralidade axiológica antes mesmo de pronunciar suas “perspectivas”, pois

a suposição de que qualquer crítica de interesses precisa ela mesma ser desinteressada mostra como o pós-modernismo ainda está comprometido com seus ancestrais metafísicos.

Ocorre apenas que esses ancestrais acreditavam na possibilidade do desinteresse, ao passo que os pós-modernistas não; fora isso, nada mudou. Se a crítica fosse mesmo desinteressada, por que alguém ia perder tempo praticando-a? Se para o pós-modernismo não podemos sujeitar nossos próprios interesses e crenças a uma dose de crítica radical, isto se dá porque a crença, ou o interesse, ou o discurso, agora elevou-se ao tipo de posição transcendental já ocupado por uma subjetividade universal e, antes disso, por vários outros candidatos que não aparentavam a menor qualificação para a função. Agora, os interesses transcendentais, autovalidáveis, impérvios à crítica, e esta postura decerto interessa alguém (...) uma vez que esse tipo de argumentação, que deixa nossas crenças e investimentos sociais imunes a todas as ameaças radicais, nada mais é que um verdadeiro discurso ideológico (Ibid, 1998, p. 44).

Deste modo,

Não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo. Mas o ceticismo em relação às totalidades, de esquerda ou de direita, costuma ser um tanto espúrio. Ele em geral acaba significando uma desconfiança de certos tipos de totalidade e um endosso entusiasta de outros. Alguns tipos de totalidade – prisões, patriarcado, o corpo, ordens políticas absolutistas – se constituiriam tópicos aceitáveis de discussão, enquanto outros – modos de produção, formações sociais, sistemas doutrinários – sofreriam uma censura velada. (Ibid, 1998, p. 20)

Sem dúvida o marxismo não se interessou pela análise de diversos fenômenos sociais, mas isso não significa que seus referenciais metodológicos devam ser descartados, nem tão pouco que é responsabilidade do marxismo compreender absolutamente tudo, pois não é exatamente esse o significado de totalidade para o marxismo. Em uma das passagens da obra *Depois da teoria – um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo* (2005), Eagleton comenta, de forma irônica e corrosiva, sobre essa confusão:

é verdade, ainda assim, que o movimento comunista havia sido culpavelmente omisso sobre algumas questões centrais. Mas o marxismo não é uma Filosofia da Vida ou Segredo do Universo, e não se sente obrigado a pronunciar sobre qualquer coisa entre como se sair bem abrindo um ovo quente e a maneira mais rápida de acabar com piolhos em cocker spaniels. É uma descrição, *grosso modo*, de como um modo histórico de produção se transforma num outro. Não é uma deficiência do marxismo que não tenha nada muito interessante a dizer sobre a melhor maneira de fazer uma dieta – se com exercício físico ou costurando as mandíbulas com arames. Nem tão pouco é um defeito do feminismo ter-se calado até agora sobre o Triângulo das Bermudas. Alguns dos que reprovam severamente o marxismo por não dizer o suficiente são também alérgicos às grandes narrativas que tentam dizer demais (2005, p. 56).

Assim como as ciências sociais sofreu um conjunto de transformações no início da década de 1970, importantes mudanças ocorreram nos paradigmas da história. Segundo Aróstegui, a partir dessa década surgem, primeiramente na América e logo depois na Europa, vários questionamentos sobre a credibilidade das antigas doutrinas e diagnósticos que dominaram as pesquisas sociais e historiográficas dos últimos trinta anos. Para ele essa suposta crise

paradigmática pode ser entendida como um “esgotamento generalizado dos paradigmas que durante essa época de esplendor haviam exercido uma influência decisiva: o marxismo, o funcionalismo, o estruturalismo e, além disso, na historiografia, o da escola dos annales” (Aróstegui, 2006, p. 175). Todas essas correntes estavam fundamentadas na crença no poder da teoria, na eficácia e superioridade de seus métodos.

O tipo de história fundamentada nesses paradigmas gera repulsa para os pós-modernos que a partir de então passam a apostar em projetos menos ambiciosos. Para eles a história com H maiúsculo consiste em teleologia pura, uma vez que apresenta sua direção rumo ao progresso. Contradições a parte, a ambição, nada modesta, dos pós-modernistas era de oferecer novos fundamentos alternativos ao marxismo, que passava a sofrer a acusação de ser progressista, evolucionista, essencialista, economicista e etc. Todas essas acusações são inteiramente questionáveis, dependendo do significado que tais acusações adquiram. No entanto, não entraremos em detalhe a respeito das mesmas nesse texto.

A tentativa de fundamentar essa nova e alternativa forma de interpretar o social surge com a obra *O pós-moderno* (1984) de Jean François Lyotard. Seu fundamento básico consiste na afirmação da crise da modernidade, ou seja, na morte do projeto intelectual baseado na valorização da racionalidade teórica e instrumental do conhecimento científico. Segundo o próprio autor, “simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos meta-relatos” (Lyotard, 1986) . Como coloca Eagleton,

a História, em oposição a história com h minúsculo, é para o pós-modernismo um caso de teleologia. Isto é, ela depende da crença de que o mundo está rumando propositadamente em direção a algum objetivo predeterminado, mas mesmo assim imanente, que dá a dinâmica para esse desenrolar inexorável (1998, p. 51).

Para os pós-modernistas não existe mais uma História que possa ser descrita enquanto uma continuidade linear, nenhuma meta-narrativa fundamentada numa lógica singular, pois a história não passa de constantes mutabilidades, uma infinita descontinuidade, um rio sem curso definido e pensar o contrário, afirmando que a mesma está caminhando em alguma direção específica não passaria de teleologia arbitrária. Mais uma vez esse tipo de acusação se dirige contra o marxismo que pejorativamente é denominado de pensamento teleológico. No entanto, e infelizmente, tais pós-modernistas se encontram completamente equivocados, pois a essência (determinação fundamental) da história humana está firmemente ancorada em uma história permanente de opressão e miséria. Basta perceber que

“a história para a grande maioria de homens e mulheres que viveram e morreram, constitui-se em um relato de incessante trabalho e opressão, de sofrimento e degradação – tanto que, como Schopenhauer teve a coragem de confessar, teria sido preferível para muita gente não ter nascido. E em lugar de ‘muita, Sófocles usaria ‘toda a’” (Ibid, 1998, p. 58).

Como pensar então na possibilidade de uma história diferente, na qual a opressão e miséria crescente que agoniza milhares de homens e mulheres em todo o mundo não passaria de objetos ultrapassados de investigação, tanto quanto a constatação óbvia de que os mesmos para sobreviver precisam de uma dieta calórica mínima e diária? Novamente precisamos de uma análise totalizante que nos possibilite visualizar o fundamento da produção de riqueza assim como da pobreza no capitalismo. Na verdade pensar uma coisa separada da outra não faz o menor sentido. Segundo Eagleton, aqui esbarramos num grande obstáculo, segundo os pós-modernistas, pois trata-se de pensar uma categoria que para eles é tão nociva “quanto sal e tabaco”, classe social.

A moda agora é falar de identidades fragmentadas e não mais de classe social, esse conceito elitista, heterodeterminado pela intelectualidade marxista que ignora os sujeitos e suas percepções de mundo. Os indivíduos pós-modernos não mais se identificam como pertencendo a essa ou aquela classe, mas sim a identidades múltiplas, variáveis e sensivelmente instáveis baseadas, por exemplo, na raça, gênero e sexualidade. É necessário lembrar os pós-modernos que a pertença de classe não depende, necessariamente, do fato de o indivíduo se identificar ou não com essa ou aquela classe, com esses ou aqueles valores, gostos e tradições. Pelo contrário,

os marxistas consideravam que pertencer a uma classe social significa ser oprimido ou opressor. Classe significa nesse sentido categoria totalmente social, o que não acontece com o fato de ser mulher ou de ter um certo tipo de pigmentação da pele. Essas coisas, que não se devem confundir com ser feminina ou afro-americano, derivam do tipo de corpo que você tem e não do tipo de cultura a que você pertence (...) Ninguém, entretanto, tem um tipo de pigmentação da pele porque outra pessoa tem outra, nem é homem porque alguém mais é mulher, mas certas pessoas só são trabalhadores sem terra porque outros são fazendeiros (Ibid, 1998, p. 62-63).

Não se trata, como o próprio Eagleton ressalta, de uma competição entre marxistas e pós-modernistas para saber qual grupo oprimido será eleito e promovido enquanto agente potencialmente transformador, mas sim de reconhecer o *locus* de produção de todas as condições de opressão presentes no capitalismo e, inevitavelmente, tal reconhecimento exige que nossa atenção volte para a produção material da sociedade e lá o proletariado adquire centralidade. Vejamos de perto o que essa constatação representa concretamente.

Em síntese a centralidade do proletariado reside no fato do seu trabalho ser o único componente que acrescenta mais-valor no processo de produção, ou seja, somente com a força viva do proletariado é possível pensar num processo produtivo de mercadorias que gere lucro. As duas

principais classes sociais da modernidade – burguesia e proletariado – ao se relacionarem na produção é que possibilita a produção de mercadorias. E como essas se relacionam?

A burguesia que é detentora dos meios de produção necessita da força de trabalho do proletariado que nada tem a oferecer além dessa. A primeira investe em maquinaria, matérias-primas e tecnologia em geral, isso equivale a custos iniciais que somente podem ser repassados sem gerar, por conta própria, mais do que o valor gasto na sua aquisição. Já o proletariado além de produzir o necessário para repor tais custos e seu salário, produz um quanto superior, ou seja, mais-valor e aqui encontra-se a chave da lucratividade capitalista. Portanto, podemos afirmar que o proletariado representa o sujeito histórico potencialmente revolucionário uma vez que, somente através da exploração do seu trabalho via extração de mais-valor é que o capitalismo existe.

Além disso, somente através da sua negação em manter-se como classe oprimida é que o capital se encontra ameaçado. Assim, o proletariado possui uma centralidade na luta contra as condições de opressão que atingem os seres humanos na modernidade, pois se apenas com o seu trabalho existe capital, somente na negação de trabalhar, realizando lutas contra a alienação e que apontam para a superação completa do *status quo*, é que o capital pode deixar de existir juntamente com toda história de crueldade e subjugação que o acompanha.

Para finalizarmos resta sabermos se as características fundamentais, juntamente com algumas outras características da modernidade, ainda estão presentes na contemporaneidade e se estão qual é o sentido de afirmar a existência da pós-modernidade? Afinal de contas tal período não deveria representar uma sociedade pós-capitalismo onde a produção de mercadoria e a luta de classes não mais equivaleriam a seu fundamento?

As décadas de 60 e 70 marcaram um período de crise de acumulação capitalista que obrigou a burguesia e seus auxiliares a encontrar soluções para tal crise. A solução encontrada foi o engendramento de um novo regime de acumulação denominado por uns de “acumulação flexível” (Harvey, 2008) e por outros de “acumulação integral” (Viana, 2009). Por uma questão conceitual, optamos pelo uso do conceito acumulação integral visto que tal regime é marcado tanto pelo aumento da exploração nos países imperialistas quanto nos países subordinados, tanto no aumento da extração de mais-valor relativo quanto na extração de mais-valor absoluto, ou seja, tal regime se afirma em um processo integral de acumulação. Essa busca pelo aumento da taxa de exploração ficará conhecida como “reestruturação produtiva” e terá no toyotismo a forma como o capitalismo se organizará para extrair mais-valor na contemporaneidade.

A acumulação integral realizada via organização toyotista do trabalho busca extrair mais-valor de forma intensiva e extensiva e para isso promove uma intensificação do processo de trabalho e um controle rigoroso sobre todo o tempo de trabalho, gerando *mais-violência* para o

trabalhador. O caráter central do trabalho na contemporaneidade é a superexploração marcada pela intensificação do trabalho, pelo assédio moral, pela pressão psicológica, pelo desenvolvimento da síndrome da culpa, síndrome do pânico, pelo estresse, depressão, medo e várias outras formas de mais-violência derivadas do trabalho.

Em síntese, a acumulação integral é resultado da luta de classes que ameaçou a continuidade do regime de acumulação anterior (intensivo-extensivo) e representa uma ofensiva do capital contra o proletariado e suas conquistas. No entanto, esse processo é marcado também pela contra-ofensiva do proletariado e de outros grupos sociais. Basta resgatarmos todas as lutas que emergiram nessa nova fase tais como o movimento antiglobalização e sua expressão mais radical o *Black Block*, as lutas sociais contra a implementação das medidas neoliberais e o descontentamento de jovens imigrantes desempregados na França, o movimento zapatista e o episódio de Oaxaca no México, a emergência dos movimentos piqueteiros e ocupação de fábricas na Argentina e vários outros exemplos que marcam a nova dinâmica da luta de classes na contemporaneidade.

Percebe-se então que uma das características centrais da acumulação capitalista na contemporaneidade (e não da pós-modernidade) estão fundamentadas nas mesmas bases da modernidade (extração de mais-valor e luta de classes) e isso é suficiente para afirmar que a pós-modernidade não passa de ilusão de uma ideologia estéril - tal ideologia é, também, expressão da luta de classes nessa fase do capitalismo - que interessa a quem detém o poder, pois “idéias estéreis, podem gerar conservadorismo, imobilismo ou ações igualmente estéreis” (Viana, 2009, p. 169). E, nesse sentido, Eagleton constata que “tudo numa sociedade capitalista tem que ter sua razão e propósito – **inclusive a ideologia pós-moderna**” (2005, p. 163 – grifos meus).

REFERÊNCIAS:

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRAGA, Lisandro. *Acumulação capitalista e tendência à lumpemproletarização*. *Revista Enfrentamento*. Ano 04, número 09, jul./dez. de 2010.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *De onde vêm os pós-modernistas?* IN: *Em defesa da História – Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Depois da teoria – um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MULHERN, Francis. *A política dos estudos culturais*. In: Em defesa da História – Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Editora alternativa, 2007.

_____. *O que é o marxismo?* Rio de Janeiro: Elo, 2008.

_____. *O capitalismo na era da acumulação capitalista*. Aparecida, SP: Santuário, 2009.

_____. *Modernidade e pós-modernidade*. *Revista Enfrentamento*. Ano 04, número 06, jan./jun. de 2009a.

WOOD, Ellen Meiksins. *O que é a agenda pós-moderna?* In: Em defesa da História – Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DE CLASSE: APROXIMAÇÕES ENTRE MARX, KERGOAT E DEVREUX

Hugo Leonnardo Cassimiro¹

Resumo:

O marxismo e o feminismo são expressões de lutas sociais por emancipação. Essas duas correntes surgem a partir do desenvolvimento capitalista e ganham força em determinados momentos históricos, realizando aproximações e distanciamentos. O presente artigo busca verificar a proximidade entre a teoria das classes e luta de classes do marxismo e a teoria das relações sociais de sexo, bem como mostrar que ambas se opõem a algumas das principais ideologias dominantes no mundo contemporâneo. Para tanto, lançamos mão das contribuições de Marx e alguns marxistas e as de Kergoat e Devreux sobre as relações sociais de sexo.

Palavras-chave:

Marxismo, Feminismo, Luta de classes, relações sociais de sexo.

Abstract:

The marxism and the feminism are expressions of social fights for emancipation. These two chains appear from the capitalist development and gain force at definitive historical moments, carrying through approaches and distanciamentos. The present article searches to verify the proximity enters the theory of the classrooms and class struggles of the marxism and the theory of the social relations of sex, as well as showing that both oppose to some of the main dominant ideologies in the world contemporary. For in such a way, we launch hand of the contributions of Marx and some marxists and of Kergoat and Devreux on the social relations of sex.

Key-words:

Marxism, Feminism, class struggles, social relations of sex.

O marxismo e o feminismo são expressões de lutas sociais por emancipação. Típicos do capitalismo vitorioso pós-revoluções burguesas, se popularizaram desde então e contam com diversas representações sobre o que sejam, bem como apropriações que destoam de seus fundamentos. A luta libertária não é recente, há indícios legados de há muito tempo sobre experiências de tentativas de emancipação indo das mais limitadas às mais conseqüentes. As lutas libertárias no capitalismo passam por grande fragmentação desde a recente derrota dos movimentos revolucionários de 1968. A luta das classes e grupos oprimidos tem caminhado para escalas micro, para a linguagem ou para a academia. Entretanto, os elementos concretos que possibilitam relações opressivas, exploratórias e dominantes, tanto em relação às classes quanto a sexos, guardam

¹ Mestrando em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. E-mail: hugo.leonnardo@ymail.com

proximidades que permanecem presentes no cotidiano. Nesse sentido, a crítica da forma histórica dessas relações precisa retomar os elementos comuns constituintes delas no sentido de fortalecer a luta.

Para este texto apresentarei elementos da concepção de Marx sobre as relações sociais de classe e as de Kergoat e Devreux sobre as relações sociais de sexo, ambas perpassadas por opressões.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS EM MARX PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES DE CLASSE

O que é uma relação social de classe para Marx? Para responder essa questão utilizarei como referência três obras deste autor: Ideologia Alemã, Manifesto Comunista e O Capital. Começarei por expor o que é relação social e posteriormente tratarei de sua forma como classe.

Relação social aparece como o intercambio entre seres humanos, as formas de associação pelas quais se organizam formando diferentes sociedades. A sociedade é a totalidade dessas relações concreta e historicamente determinadas (Marx 1989). Dentre essas há uma que é fundamental: a relação pela qual estes seres produzem/reproduzem a vida. As forças que despendem para manterem-se vivos e como o fazem.

A vida humana existente nas sociedades que conhecemos e na atual não seria possível sem milhares de anos de criações transmitidas via essas relações. Estar vivo depende desse processo em que transformamos a matéria disponível em meios de vida e transmitimos esses meios através do tempo recriando-os. Historicamente, reproduzir/produzir a vida, seja a de um novo ser ou a própria, são o primeiro ato propriamente humano. Aqui não se trata de simplesmente gerar novas vidas ou de se alimentar, mas de criar os meios de estar vivo/a travando com os recursos materiais disponíveis uma relação e transmiti-los (Marx e Engels 2007).

Por outro lado, satisfazer as necessidades que surgem de dessas relações impõe a constituição de outras relações. Assim, todos esses elementos contribuiram para a criação de grupos humanos que se constituíram em sociedades diversas conforme as relações básicas mudaram de forma. Interessa-nos a mudança surgida com a separação por classes no interior de uma sociedade.

Para o materialismo histórico dialético, tal separação é determinada pela divisão social do trabalho (Marx 1988, 1998, 2004, 2007). Quando o trabalho de produção da vida passou a ser cindido entre grupos destinados a trabalhos diferentes e, mais adiante, grupos/classes que produziam, por um lado, e outras que se apropriavam ou geriam a produção, por outro, instaurou-se

a sociedade de classes. A relação de produção na forma divisão social do trabalho passou a implicar divisão clássica, sexual, etária, racial e territorial do trabalho/produção e dos produtos e meios.

O capitalismo, contudo, é a sociedade de classes, o modo de produção em que essas divisões se tornaram mais profundas. A cisão entre trabalho manual e intelectual marca definitivamente essa forma histórica das sociedades de classes (Viana, 2007). Disso dá notícia a separação entre cursos técnicos e superiores. As engenharias, que se destinam a pensar os processos de construção de edifícios, softwares ou um bosque, criam técnicas e pesquisam esses processos ao passo que a execução do trabalho é feito por técnicos: pedreiros, operadores de sistemas, jardineiros.

Cada modo de produção engendra suas classes específicas e próprias. Na antiguidade, patrícios, plebeus, escravos entre outros compunham a sociedade. O feudalismo teve servos, senhores e sacerdotes (Marx e Engels, 2007). O capitalismo tem capitalistas, proletários, burocratas intelectuais, lupemproletários. Entretanto, há as classes que são essenciais em cada modo de produção e outras que orbitam entre estas. Na sociedade capitalista, a burguesia e proletariado são as classes fundamentais (Marx, 1998). A produção está polarizada por elas em que a última produz o valor e a primeira explora/expropria parte desse valor. As demais classes sobrevivem de parte desse valor extorquido do proletariado.

Há três elementos fundamentais na definição de uma classe: o modo de vida comum, os interesses comuns (Marx, 1988) e a oposição à outra classe (Marx, 1998). O modo de vida são as condições sobre as quais um grupo social vive, a fonte de onde produz e reproduz sua vida. Os interesses remetem àquilo que precisa fazer cada um desses grupos estando em uma condição determinada, inclusive para manter essa situação. E a oposição surge dessas duas primeiras características, justamente por viverem de formas diferentes, por produzirem suas vidas diferentemente, encontram necessidades e interesses opostos que implicam numa luta, ora aberta, ora implícita, por seus interesses.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

A abordagem que se utiliza do termo relações sociais de sexo está ligada às ciências humanas na França. Para este trabalho apresentarei as concepções de duas das autoras cujos trabalhos tem sido referência nesse tema: Anne-Marie Devreux e Danièle Kergoat. Ambas atuam em pesquisas sobre o tema a algum tempo na França. Kergoat dedicou-se mais ao tema da divisão sexual do trabalho. Em trabalhos recentes tem contribuído com Helena Hirata na análise de duas

décadas de pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, França e Japão. Devreux possui pesquisas sobre masculinidades na França, incluindo o fenômeno da paternidade e das forças armadas.

Um primeiro elemento apontado por ambas quando se trata de justificar a escolha do termo é a referência que este possui com a materialidade do sexo. Relações sociais de sexo remetem ao material e ao ideal. Essa consideração implica na relevância da totalidade dessas relações que devem ser pensadas na análise das pesquisas sobre a temática.

Para pesquisadoras/es que se utilizam dessa categoria a divisão sexual do trabalho é o elemento fundamental da constituição da separação de possibilidades por meio do sexo e da hierarquização sexuais.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2003, pág. 55).

Pensar em termos de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho implica pensar a historicidade das formas que assumem tais relações dependendo da sociedade em que se constituem, “supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão” (KERGOAT, 2003, pág. 56). Divisão do trabalho tendo a sexuação como centro e as formas como essa sexuação do social é constituída deixam a aparência de identidades a-históricas. Aqui, o modo de vida, o modo como se associam os seres humanos para produzir/reproduzir a vida e as formas de regularização (Viana, 2007) desse modo de se produzir são, necessariamente articulados.

E nesse sentido podemos perceber as diferenças entre essa concepção e a que gira em torno da categoria gênero. De início, os termos gênero e relações sociais de sexo guardam diferenças semânticas importantes. Gênero é mais usual em língua inglesa (*gender*) para se referir aos elementos culturais que envolvem a sexuação/sexualidade. Na mesma língua *sex* está mais ligado à sexualidade. Já em francês, gênero pode significar um elemento da língua para diferenciação ou a categorização do sexo, assim como em português. Relações sociais de sexo, que em português se expressa em apenas uma forma, em francês pode ser *rapport* que implica no reconhecimento e incidência de um conflito entre os grupos sexuais e *relations* mais voltado para análises da complementaridade dos sexos (DEVREUX, 2005; KERGOAT, 2003).

Compreendidas como historicamente existem, ao menos na sociedade capitalista, as relações sociais de sexo implicam opressão, portanto conflito. A divisão sexual do trabalho, base

dessas relações, separa trabalhos e atividades de forma sexuada, em princípio mulheres e homens não podem fazer o mesmo tipo de trabalho; e hierarquiza esses trabalhos direcionando homens para os trabalhos com mais valor social e mulheres para aqueles com menos valor (KERGOAT, 2003).

Se tomarmos o período da chamada reestruturação produtiva ou o regime de acumulação integral (VIANA, 2009) podemos visualizar tal consideração. Nesse período, o aumento da participação de mulheres no trabalho produtivo se deu de forma intensa. Entretanto, as mulheres ocuparam fundamentalmente postos de trabalho “desqualificados”, com baixa remuneração e de trabalho intensivo. A grande maioria de mulheres que adentraram ao mercado de trabalho atua na produção informal, sem cobertura da legislação trabalhista e trabalham mais de 8 horas diárias. O trabalho que executam guarda estreita relação com o trabalho reprodutivo ou doméstico que permanece exercendo em casa (HIRATA, 2001, 2002, 2009) e a inserção de homens no trabalho doméstico tem sido muito menor.

No Brasil a categoria “gênero” é mais difundida que “relações sociais de sexo”. O que pode derivar certo estranhamento quanto à última. Mais comum entre pesquisadoras/es da historiografia de onde se popularizou na publicação de Joan Scott (1995), gênero remete às construções culturais, o ideal. Uma primeira pergunta a ser feita então é sobre o que são essas construções? O feminismo pós-modernista, que sustenta tal termo, se esforça em minimizar a questão a deixando em aberto. No entanto, essa permanece uma questão básica.

O ponto mais importante reside (Devreux 2005) na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social histórica que possui uma materialidade necessariamente relevante para a determinação do fenômeno da opressão sexual. “O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação” (pág. 562). Essa compreensão ressalta a articulação e inseparabilidade entre as relações sociais e as formas de consciência (representações, ideologias, teorias) esquecidas pela teoria feminista pós-modernista centrada no ideal, na cultura. Aqui, material e ideal são articulados numa análise que considera a totalidade.

A teoria feminista pós-modernista esforça-se em escapar à questão do sexo, o que considera um perigo de análises biologizantes (Navarro 2005, Scott 1995). Entretanto, “a referência ao sexo biológico parece-me essencial, pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos (Devreux 2005, pág. 563). A tese de que o gênero, as representações, valores, crenças, imagens, identidades, constroem o sexo (Navarro, 2005) parecem limitadas se pensarmos que as formas de regularização

do sexo referidas acima entram em vigor a partir da consciência que a família e círculo de relações estabelecem diante do órgão genital da criança.

Relações sociais de sexo consideram o intercambio entre os sexos como fundamental na totalidade dos elementos que compõem tal relação. Não foge ou escamoteia a base material de onde são criadas representações, ideologias e teorias. O termo gênero representa uma tentativa de desvencilharem-se disso e amenizar a importância da materialidade do sexo e do enlace que este tem com a produção do viver.

Em francês “a palavra 'gênero' possibilita que evitemos pronunciar a palavra sexo e de fazer referência ao 'sexo' (*sex*, em inglês), à sexualidade. A sexualidade e o campo das relações sexuais fazem parte do problema das relações sociais de sexo, mas não constituem a totalidade do problema (Devreux 2005, pág. 564). Num sentido mais amplo, ao afirmar a categoria relações sociais de sexo,

Tratava-se de designar o fato de que essas relações não se limitavam a uma só esfera, à esfera da família, por exemplo, nem às relações homens/mulheres no âmbito do casal conjugal. Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens. E é essa quantidade de formas e de fenômenos que se oferece como realidade à observação sociológica (Devreux 2005, pág. 565).

O modo de produção, as formas de regularização e as formas de consciência das relações sociais precisam ser articuladas para a análise das relações sociais de sexo. O que aproxima essa abordagem do marxismo e a distancia das pós-modernistas.

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

O modo de vida, determinado fundamentalmente pela divisão do trabalho, figura em ambas as teorias como central. Na teoria das classes sociais a divisão social do trabalho é a relação básica que determina as demais relações, as formas de regularização dessas e a consciência. Sem, contudo, se tratar de uma determinação única, mas a fundamental dentre as múltiplas existentes (Viana, 2007). Também para as teóricas das relações sociais de sexo a divisão sexual do trabalho é a relação que figura como central. Os grupos sexuais homens e mulheres, e acrescentaria os subgrupos intermediários além de intersex, estariam em tensão perpassada pelo trabalho e suas divisões (Kergoat 2003).

Outro elemento em comum é a oposição de interesses que ambas as teorias apontam em seus respectivos temas. Em síntese, as relações sociais

São caracterizadas pelas seguintes dimensões: a relação entre os grupos assim definidos é antagonica; as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação (Kergoat 2003, pág. 59).

O antagonismo implica no interesse por livrar-se de determinados trabalhos cujas ideologias sexuais, ou o gênero, legam para cada sexo. Não significa afirmar a tese da guerra dos sexos². Trata-se mais de hierarquias, poder, dominação que não estão separadas da totalidade das relações sociais. Os trabalhos sexualizados expandem também para atividades em geral.

A importância de perceber tais aproximações reside em compreender a base comum dessas duas relações sociais. Há entre organizações feministas, principalmente as pós-modernistas, a interpretação de que, se não é possível mudar a totalidade das relações sociais, que a luta consiga mudar primeiro algumas dessas relações, entre elas as sexuais. Essa concepção está presente nas correntes pós-modernistas de organizações das lutas negra, juvenil, territorial... Entretanto, esses elementos acima apresentados indicam outro caminho. Por outro lado, há de se superar noções dominantes no comunismo bolchevique/burocrático quando afirma a solução de todas as relações sociais de opressão com a superação da relação fundamental. É óbvio que, uma vez fundante da sociedade, a relação de produção/reprodução da vida deve ser o foco central da luta e tenha grande relevância. No entanto, sua superação não pode ocorrer sem a transformação da totalidade da sociedade. O que ambas as teorias indicam é a necessidade de articular a compreensão dessas relações sociais para sua superação.

REFERÊNCIAS

DEVREUX, Anne-Marie. 2005. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina*. *Sociedade e Estado*. v. 20. 561-584.

KERGOAT, Danièle. 2003. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. 55-64. In: São Paulo – Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. 2003. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafio para as políticas públicas*.

MARX, Karl. 1988. *O capital*. v. 5. São Paulo: Nova Cultural.

² Cf. a crítica a essa tese em Viana (2004).

_____. 1998. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.

_____. 2004. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

_____ ; ENGELS, Friedrich. 2007. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

VIANA, Nildo. 2007. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé.

VANGUARDAS ARTÍSTICAS: ELEMENTOS CONSTITUIDORES DO FAZER ARTÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Marcus Vinícius Costa da Conceição *

Resumo:

As vanguardas artísticas se desenvolvem como um novo modo de pensar e fazer arte, com características até então não observadas em nenhum outro movimento artístico até aquele momento. O objetivo deste artigo é tratar de alguns destes elementos inovadores (como o internacionalismo e a relação arte e política) que fazem as vanguardas artísticas da primeira metade do século XX se tornarem elementos únicos na criação de uma nova forma de fazer artístico.

Palavras-chave:

Vanguardas artísticas, fazer artístico, internacionalismo, arte e política

Abstract:

The artistic vanguards develop as a new way of thinking and making art, with features not previously observed in any other art movement at that time. The aim of this paper is to address some of the innovative elements (such as internationalism and the relationship between art and politics) that make the artistic avant-gardes of the first half of the twentieth century become single elements in creating a new form of art making.

Key-words:

Artistic avant-garde, artistic, internationalism, art and politics

Vanguarda é um termo polissêmico de origem francesa, *avant-garde*, que significa posição frontal. Foi primeiramente usado para designar o aspecto militar, significava um conjunto de tropas que se portavam a frente do batalhão principal e eram responsáveis por causar um “choque” nas tropas inimigas ou lugares a serem atacados, de preferência que destruindo o inimigo em um único ataque. Porém, em meados do século XIX, este termo passará por mudanças consideráveis, mas sem nunca perder o seu sentido inicial de significar aquilo que está à frente de algo ou alguém.

As mudanças mais perceptíveis desse termo ocorrem no campo da política e da arte. Na política o termo passa a ser utilizado a partir da primavera dos povos de 1848 e inicialmente designava tanto a extrema direita como a extrema esquerda (COMPAGNON, 2003, pg. 39), no

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, campus Anápolis; mestrando em História, Poder e Práticas Sociais pela Unioeste. Bolsista Capes.

entanto com o advento do movimento operário e seus teóricos¹ como Karl Kautsky, certa vertente deste começa a se autodenominar como a vanguarda do movimento operário, relegando a um segundo plano as lutas desencadeadas até então, sobretudo a Comuna de Paris que negavam², esta dita “teoria da vanguarda”, que como definiu Maurício Tragtenberg em seu livro,

A fundação ideológica dessa tecnocracia dirigente está na célebre “teoria da vanguarda” de Karl Kautsky...Segundo essa teoria, o proletariado entregue a si mesmo chega somente a uma visão economicista do processo social; a consciência política lhe é injetada “de fora” pela vanguarda, que fala em seu nome, pela voz dos intelectuais portadores da ciência e do conhecimento. (TRAGTENBERG, 2008, p. 11)

Ela ainda se caracterizava segundo Subirats,

Sobre a base de dois axiomas: sua força organizativa que permite dirigir as massas e possibilitar através de estratégia adequadas a vitória política, ou seja, a revolução social, e em segundo lugar, seu sentido utópico ou seu caráter antecipador de uma nova realidade social. O primeiro aspecto fundamenta seu papel dirigente e ordenador, ou seja a sua função como sistema de poder; o segundo momento determina sua tarefa normativa e seu valor ético-político num sentido ideal. (SUBIRATS, 1986, p. 54 e 55)

Estas visões de certa forma estão implícitas, ou até mesmo escancaradas, nas vanguardas artísticas do início do século XX, quando estas propunham uma revolução através das artes e se achavam a ponta de lança do movimento revolucionário. Essa tomada de posição desses movimentos muitas vezes entra em choque com as vanguardas políticas o que acaba ocasionando a derrocada destes, como é o caso do Prolekult³ e o Partido Bolchevique no processo da Revolução Russa de 1917, em que este aos poucos é incorporado a estrutura partidária e finda como um movimento autônomo.

¹ Karl Kaustsky é o mentor e um dos principais nomes da Segunda Internacional, aquela que transformou em reformista a visão de Marx, que previa a chegada a um socialismo a partir da ação no parlamentar e sem uma revolução. É interessante notar como até o advento da Primeira Guerra Mundial, Kautsky, tem prestígio dentro do movimento operário, no entanto após esta e também com as suas críticas ao Estado Bolchevique é abandonado por esta facção, porém está não deixa ainda de ter a influência deste, sobretudo no que se refere a “teoria da vanguarda” que foi absorvida por Lênin e os bolcheviques.

² A Comuna de Paris é a primeira experiência de luta autogerida da história. A sua importância para o movimento operário posterior é imensurável, uma vez que ela se tornou uma espécie de “modelo” a ser atingido pelas revoluções posteriores.

³ “O *Prolekult* (‘proletarskaia kultura’ - cultura proletária) objetiva propagar uma cultura de origem proletária, que viesse dos próprios operários, constituindo, desse modo, a superestrutura que fortalecesse a ideologia soviética. Funcionando como um organismo independente, fundado em 1917, o *Prolekult* cresce num ritmo vertiginoso. Considera a arte como o mais poderoso instrumento das forças de classe, e defende que a arte deve ser fundada no coletivismo trabalhista; também observa que o proletariado deve manifestar o máximo possível de energia de classe, da espontaneidade e da inteligência revolucionário-socialista no processo artístico.” (RENATO,2009).

Já o nascimento do termo vanguarda artística surge quase no mesmo período do emprego no sentido político e é impossível pensá-lo como sendo apenas uma pura questão estética, a criação deste termo nasce como algo muito maior, resultado do processo que as artes passavam naquele momento, ele é resultado do processo sócio-histórico europeu do período.

É preciso definir o que se entendia pelo fazer artístico no período do surgimento das vanguardas artísticas, uma vez que isto incide diretamente na constituição e na visão de arte que estes grupos constituirão. Com o advento do modo de produção capitalista, a produção artística deixa de ser vista como um elemento de pura estética e passa a ser desenvolvida como um elemento comercial, em que o artista se torna um produtor e seu produto é a arte que ele tem a oferecer. Desta forma, não é possível entender as vanguardas artísticas no século XIX, sem ter a noção de que a arte naquele momento estava enquadrada no processo da divisão social do trabalho. A própria visão da vanguarda vem contrapor esta visão do artista como sendo um “ser especial” detentor de um elemento artístico supremo que não estaria ao alcance de todos e também algumas delas, em especial o surrealismo, compreendem que por ela estar inserida neste processo da sociedade capitalista, ela não está fora do processo de luta de classes, sendo que muitas vezes ela é utilizada como elemento amortecedor ou detonador dessa.

A concepção de vanguarda artística aparecerá desenvolvida através de vários elementos-chaves que foram compreendidos como sendo características essenciais para a conceitualização do termo. Estes elementos não procuram privilegiar o caráter artístico das vanguardas, mas sim a interação destes com os elementos sociais, políticos e culturais do contexto histórico da sua época⁴. Desta forma, parte-se da definição que vanguardas artísticas são grupos de artistas que buscam através de algumas idéias-chave e de organização, tal como revolução (estética ou política), o internacionalismo e novas técnicas artísticas, que são marcas do período em que emergem (final do século XIX ao início da Segunda Guerra Mundial) e que elas estão envolvidas e que lhes determina.

O INTERNACIONALISMO: UM NOVO ELEMENTO NA BUSCA DE UMA NOVA ARTE

Um dos principais elementos negligenciados por quase todos os autores que estudam as vanguardas artísticas, sendo que o único autor que cita este fato é Subirats (1986) não chegando a

⁴ Por isso apesar de existir grupos que se autodenominam como vanguardas artísticas após a Segunda Guerra mundial, não é possível se entender estes como tal, pois as características históricas que foram responsáveis por dar o fundamento histórico para estas tinham findado.

adentrar de forma aprofundada no tema, é o papel do internacionalismo no processo de formação e de constituição desses grupos na Europa a partir de meados do século XIX. O internacionalismo aqui tem que ser compreendido partindo de dois elementos: o primeiro referente à questão do tipo de formação das escolas artísticas e o segundo ao papel que este tomou no movimento revolucionário deste período, porém é preciso ressaltar que estes dois elementos estão de certa forma conectados devido ao período histórico em que emergem.

No primeiro ponto, a análise de Hauser (2003) nos permite compreender como o processo de formação das escolas artísticas estava estruturado até o surgimento das vanguardas artísticas. Ao longo de toda a sua obra é possível apreender que as escolas artísticas se pautavam por uma série de características comuns, mas ao mesmo tempo se diferiam por estarem voltadas para representação artística das suas características locais, sendo que muitas das vezes nem mesmo essas características centrais eram dadas como certas,

O maneirismo, como o gótico, foi um fenômeno europeu universal, ainda que fosse limitado a círculos muito mais estreitos do que a arte cristã da Idade Média; o barroco, por outro lado, engloba tantas ramificações do esforço artístico, apresenta-se em formas tão diferentes de país para país e nas várias esferas de cultura, que à primeira vista parece ser duvidoso que seja possível reduzi-las todas a um denominador comum. (HAUSER, 2003, pg. 442).

Com o advento das vanguardas artísticas surgem nas artes um novo tipo estruturação do movimento artístico, que tenta romper as amarras dos Estados-nações e se articular a um nível internacional, tanto na questão da produção artística quanto na dinâmica do movimento. O dadaísmo é a vanguarda que melhor expressa essa tendência assumida neste período. O movimento nasce em 1916 em Zurique⁵, cidade que representava naquele momento o maior ideal de internacionalismo e de repulsa a guerra, uma vez que a Suíça por não estar envolvida no conflito, se tornar um lugar de recepção de todos os degredados, desertores de guerra e fugitivos políticos, isso faz com que convivam no mesmo círculo os fundadores do dadaísmo⁶ e Lênin, por exemplo.

Esta nova reorientação faz com que não se observe nas vanguardas artísticas a mesma dinâmica das outras escolas, uma vez que não existe uma diferenciação entre “dadaísmos”, no entanto temos que considerar que as vanguardas apesar deste novo apelo internacionalista, se desenvolvem de forma mais intensa em uns países do que em outros, como o surrealismo que teve a

⁵ Naquele momento a Europa passava por uma guerra até então nunca vista, com um alto índice de mortos e o uso da tecnologia militar de uma forma avassaladora.

⁶ Os fundadores do dadaísmo também expressam esta tendência uma vez que são frutos de várias partes da Europa e inclusive de outros países, como por exemplo: Tristan Tzara e Marcel Janko da Romênia; Hugo Ball, Hans Richter e Hans Arp da Alemanha.

sua principal expressão na França, mas através do seu núcleo original, se difundiu a outros países como Iugoslávia, Bélgica, Checoslováquia, Egito e México.

Sobre a influência do internacionalismo revolucionário⁷ é preciso compreender que este movimento nasce sobre um novo signo, que até então tinham colocado as revoluções como elementos nacionais. O movimento socialista⁸ surge como a faísca deflagradora desta nova bandeira. As revoluções de 1848, conhecidas como Primavera dos Povos devido em grande parte a derrubada das monarquias absolutistas que foram incapazes de conter a crise econômica que se agravava e as reivindicações de uma burguesia ascendente, são as primeiras em que se pode observar uma alternância entre o nacionalismo e o internacionalismo nascente. Neste mesmo ano ocorre a publicação do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, em que a célebre frase “Proletários de todo o mundo, uni-vos”, demonstra que os novos problemas enfrentados a partir daquele momento não eram mais a monarquia absolutista, mas sim a exploração empreendida por uma nova classe que tinha ascendido ao poder como revolucionária e a partir deste momento se utiliza de todos os meios para se manter no poder, uma vez que a sua permanência enquanto classe dominante estava fundamentada na exploração de outra classe, o proletariado.

O surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864, também conhecida como Primeira Internacional, foi fundamental neste período por afirmar a importância entre os trabalhadores da ajuda mútua e do internacionalismo, sendo que ela em muitos momentos de luta neste período, não somente teorizou como também apoiou, enviando associados e dinheiro (BEER, 2006) para operários em luta em toda a Europa. Além disso, para Tragtenberg a AIT

Serviu, no entanto, para conscientizar os trabalhadores de que eles pertenciam a uma comunidade internacional... Acima de tudo, foram méritos da AIT a afirmação do internacionalismo proletário como um valor positivo e a vinculação da luta pela libertação da classe trabalhadora da exploração econômica, e da opressão política como sinônimo da libertação da humanidade. (TRAGTENBERG, 2008, pg. 33).

A Comuna de Paris é a principal revolução que expressa essas tendências neste momento, tanto do internacionalismo como do projeto revolucionário de derrubada do estado

⁷ Aqui designamos como internacionalismo revolucionário aquele que prega a supressão do estado-nação através de uma revolução que culmine em um novo sistema social e não um internacionalismo político “que tenda a transcender a nação em direção a uma comunidade mais ampla, da qual as nações continuam sendo as unidades principais.” (ANDERSON, 2005, pg. 03). A relação entre as vanguardas artísticas e o movimento revolucionário será discutida no próximo tópico.

⁸ Aqui definimos socialismo como sendo o anarquismo e o marxismo, não entrando nos méritos da discussão sobre as suas tendências e contratendências.

burguês, mas que por uma série de fatores não tem o seu objetivo alcançando, sendo seus membros mortos, presos ou deportados.

A RELAÇÃO DA VANGUARDA ARTÍSTICA COM A POLÍTICA

Até se chegar à relação entre arte e política primeiramente será analisado a relação entre a arte e política. Esta ocorre desde os primórdios da humanidade, mas no século XIX ela atinge outra conotação, sendo que Hauser (2003) coloca como o ponto de virada a Revolução Francesa.

A arte sempre foi utilizada com propósitos políticos, desde a Grécia, passando por Roma, pela Idade Média, pelos artistas renascentista e principalmente na constituição do Estado-nação. No entanto o que é possível observar é que esta arte está intimamente ligada ao Estado constituído, reproduzindo os seus objetivos e a sua ideologia. A Revolução Francesa quebra este paradigma, pois pela primeira vez a arte é usada conscientemente com o objetivo de demonstrar os novos valores que estavam sendo propagados pelos revolucionários em detrimento dos valores da monarquia absolutista, no entanto ela não rompe com a estética da velha ordem e não consegue superar o problema que será colocado pelas vanguardas artísticas da crítica da arte pela arte, porque “ênfatiza-se que a arte do período revolucionário pode ser descrita como revolucionária somente em relação aos temas e idéias, mas não em relação às suas formas e princípios estilísticos.” (HAUSER, 2003, pg. 649).

Devido às vanguardas artísticas terem nascido quase ao mesmo tempo dos grandes movimentos revolucionários da Europa, não é de se estranhar que eles travaram um intenso debate a respeito do processo revolucionário, chegando muitas vezes a ocorrer a filiação de vanguardas a grupos e partidos que pregavam uma revolução proletária⁹. Desta forma para compreender a relação entre arte e política desenvolvida pelas vanguardas é preciso saber que ela ocorreu de uma maneira ambígua.

A primeira que é colocada por Compagnon (2003), e que aqui se compartilha, vê a diferença entre os dois modos como a mudança se daria na sociedade, todos atrelados a ideia de revolução, mas uma política e outra estética. Os que defendem a ideia de uma revolução política, como os surrealistas, que vêem a utilização da arte como forma de mudar o mundo; e a estética,

⁹ O caso mais emblemático desta relação é a filiação de grande parte dos surrealistas franceses ao PCF. Alguns se aproximaram, posteriormente, ao trotskismo (Breton, etc.).

como os dadaístas, que rechaçam a idéia de uma revolução política¹⁰, mas lutam por uma revolução nas artes enquanto forma, conceito e aplicação acreditando que ao fazerem este tipo de revolução que afetaria a noção de arte estabelecida até então, a sociedade a seguiria.

A segunda ambiguidade está colocada por Subirats (1986) e aponta na direção dos conflitos que ocorreram entre as vanguardas artísticas e política principalmente no início do século XX. Para o autor devido às duas vanguardas defenderem a revolução por aspectos contrários, por compartilharem os mesmos espaços sociais e por muitas vezes terem tido relações de atrelamento ideológico levaram estas a constantes lutas por espaço. Sem dúvida, o surrealismo foi a vanguarda artística que teve um maior estreitamento da relação entre arte e política. O seu próprio nascimento ocorre através de artistas que tenham contato com os dadaístas, mas negarem o seu princípio niilista e partem para uma proposta de arte engajada. O ponto extremo desta proposta é quando os surrealistas se ligam organicamente à Associação dos Artistas Revolucionários controlada pelo PCF e chegam inclusive a mudar o nome da revista do movimento de *La Révolution Surréaliste* para *Le Surrealisme au Service de la Revolution* demonstrando o novo papel que eles acreditavam que as artes, neste caso o surrealismo, tinha que cumprir. As ingerências do PCF no surrealismo fazem com que essa filiação não dure muito tempo, vista que o partido classifica como “libertárias” algumas posições defendidas por Breton e alguns outros membros. Apesar disso, o surrealismo continua a sua ligação com outros grupos políticos, como Breton na esfera de influência de Trotsky e alguns outros surrealistas com a ala mais à esquerda do partido.

A ligação do surrealismo não ocorre somente com a esquerda, mas também com a direita nacionalista, principalmente na Espanha com a figura de Salvador Dalí que adere ao fascismo, ao catolicismo e ao regime de Franco e devido a essas suas posições é expulso em 1940 do movimento, e ainda assim foi considerado um dos principais pintores surrealistas.

Dupuis (1979) analisando os fracassos da ligação das vanguardas artísticas e a questão da revolução, chega a duas conclusões: a primeira relacionando a ligação das vanguardas a partidos que apesar de se dizerem comunistas estavam relacionados direta ou indiretamente ao esmagamento dos movimentos revolucionários e das reais formas de subversão; e a segunda é que esses movimentos queriam fazer a revolução sem aqueles que poderiam realmente subverter o sistema, o proletariado, caindo assim numa contradição sem volta.

¹⁰ Entretanto, a que se fazer um aparte neste ponto. Alguns dos fundadores do dadaísmo de origem alemão conseguem romper a lógica do “artístico suicídio individual” como coloca DUPUIS (2003, pg. 7) e se lançam com todas as suas forças no movimento revolucionário alemão.

O QUE ERA SER DE VANGUARDA?

Este é o ponto em que encontramos ao mesmo tempo a maior confluência de idéias e a que os autores apresentam as suas leituras mais originais a respeito do que as vanguardas influíram na concepção de arte a partir de meados do século XIX.

A consciência que as vanguardas tinham em romper com o passado é um elemento recorrente na análise desses movimentos, sobretudo porque elas pensam essa ruptura a partir de dois elementos centrais: o desvencilhamento de uma estética academicista e a criação de uma nova concepção de arte que ligasse este a vida. As vanguardas do final do século XIX se diferem das do início do século XX nesta percepção. Enquanto as primeiras rompem em certos aspectos com a arte estabelecida (nas formas de retratar os temas com imagens distorcidas e utilizando-se de novas técnicas como a inserção de aspectos geométricos, que mais tarde serão tão caros ao cubismo), continuam, porém pintando os temas (paisagens bucólicas, a vida da aristocracia e burguesia e retratos). Já as do início do século XX incluem não somente essas novas técnicas que pretendiam modificar a técnica artística, ela passa também a incorporar elementos exteriores que estavam em voga no momento, como a psicanálise, ocasionando um deslocamento das temáticas dos objetos abordados.

Os dois quadros abaixo representam essas posições (neste caso o pós-impressionismo e o surrealismo) e ilustram a mudança de paradigmas que as vanguardas expressaram nas artes, neste caso especificamente na pintura.

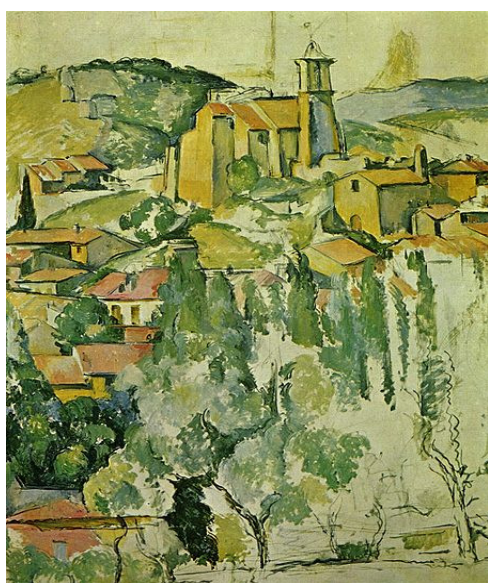


Figura I - Paul Cézanne- Vista de Gardanne,1885-1886.
Óleo s/tela, 92x74,5 cm. Fundação Burnes, Pensilvânia, Estados Unidos

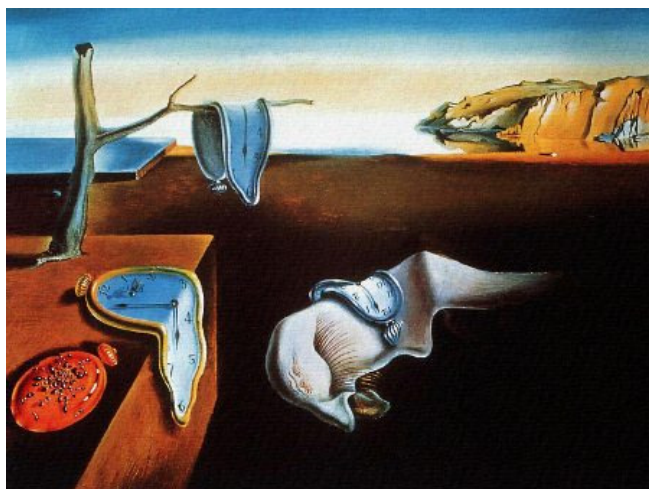


Figura II - Salvador Dalí - A Persistência da Memória, 1931. 24x33cm. Óleo sobre tela. Nova Iorque. The Museum of Modern Art.

A ligação da arte com a vida passa pelo processo de dessacralização da arte, isto é, a arte não pode mais ser vista como um objeto único e inigualável, mas sim como qualquer elemento do cotidiano que se tirado do seu contexto original assume tal posição. Esta nova visão do que venha a ser a “obra” de arte, causa um imenso impacto no mundo da arte. O dadaísmo é a vanguarda que mais se aproveita dessa nova técnica, denominada *ready-made*, sendo que a peça *A Fonte* de Marcel Duchamp caracteriza bem essa visão. No entanto, não são todos que concordam com essa visão dentro das vanguardas, Dalí a condena de maneira enfática e a maneira como eram reverenciados estes artistas por apenas plagiar algo, “*Primeiro: o velho cornudo dadaísta de cabeleira esbranquiçada, que recebe um diploma de honra ou uma medalha de ouro por ter querido assinar a pintura.*” (DALÌ, 2008, pg.21).

Essa ruptura com o passado não pode ser pensada levando em consideração somente os aspectos artísticos, mas há que se considerar também os ideológicos, uma vez que essas vanguardas ao quererem romper, não somente com o passado, mas também com o presente, crendo que através de suas práticas estavam antecipando o futuro, como a detentora de uma nova ordem social (COMPAGNON, 2003), ela acaba por cair na armadilha, como coloca Ferry (1994), do elitismo, pois ao se colocar “a frente” do seu tempo ele rompe com qualquer possibilidade de articulação com as forças sociais do período em que se encontra, porque estas são consideradas como não portadoras do signo do novo tempo.

Outro ponto que é consenso entre os analistas das vanguardas é no que se refere ao seu papel dentro das instituições oficiais de arte. É notório que o grande marco inicial das vanguardas artísticas é o *Salon des Refusés*, em que participam jovens artistas como Cézanne, que é formado em

sua maioria por rejeitados do *Salon de Paris* por não expressarem os valores dominantes das artes da época. Desta forma é possível observar que as vanguardas nascem como elementos contestadores, que saem das instituições oficiais e se formam a margem de todo o sistema artístico do institucional. Porém, Coloca Ferry (1994) que vários desses movimentos, começam a ser assimilados pelo Estado e por institutos oficiais e o que se entendia como uma arte originalmente contestatória no final surge como uma propaganda do estado capitalista.

O ponto que talvez haja maior discordância em relação ao sentido do que era ser uma vanguarda artística é a questão do teor coletivo ou individualista desses movimentos. Ferry (1994) propõe uma análise que contraria todos os estudos de até então no que se refere a este sentido da vanguarda. Ele propõe uma interpretação da vanguarda a partir do individualismo. Para ele, as vanguardas artísticas quando surgem quebram vários paradigmas da sociedade capitalista e apesar de levarem uma vida completamente diferente da burguesia, a vida boêmia em contraste com a vida de filisteu, elas não conseguem romper um dos principais elementos da sociedade capitalista: o individualismo burguês moderno.

Ora, assim como Subirats, que caracteriza a vanguarda oscilando entre os elementos individualistas e coletivos, por toda a análise empreendida até aqui, não se pode descartar que a vanguarda seja fortemente marcada pela presença de um caráter coletivo bem demarcado. Apesar dos constantes conflitos de idéias dentro desses movimentos e dos rachas causados por estes, as vanguardas¹¹ ao tentar romper com uma ideia de arte individualizada propondo a criação coletiva de obras de arte¹² e pela dinâmica de constituição desses grupos (como a questão das revistas, que por serem criações coletivas demonstram toda a variedade existentes nesses grupos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas novas características que as vanguardas artísticas incorporam no fazer artístico são responsáveis, como visto acima, por colocar a arte no circuito de uma discussão mais direta sobre os posicionamentos políticos derivados de suas concepções. Os elementos expostos são responsáveis por trazer uma visão da duplicidade em que se encontravam as vanguardas artísticas, entre o fazer político e o fazer artístico, se esquecendo muitas vezes qual era sua verdadeira identidade.

¹¹ Os dadaístas foram os primeiros a propor esta técnica.

¹² Não cabe aqui o julgamento se essas idéias foram praticadas ou não.

Apesar de algumas destas características poderem ser notadas em alguns movimentos anteriores e alguns posteriores (como as “vanguardas artísticas” do pós-1945) eles sempre vão aparecer de maneira superficial ou inacabadas, revelando que o momento histórico em que as vanguardas artísticas surgiram foi resultado de uma confluência política, social e cultural que transformou o fazer artístico em uma experiência social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Internacionalismo: um breviário*. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.13-42, jan./dez. 2005. Disponível: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6367/3816>

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

COMPAGNON, Antoine. A religião do futuro: Vanguardas e Narrativas ortodoxas. In: *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. pp. 37 - 68.

DALÍ, Salvador. *Libelo contra a arte moderna*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DUPUIS, Jules-François. *História desenvolva do surrealismo*. Lisboa: Antígona, 1979.

FERRY, Luc. O declínio das vanguardas: a pós-modernidade. In: *Homo Aestheticus. A invenção do gosto na Era Democrática*. São Paulo: Ensaio, 1994. pp. 267 - 342.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RENATO, Pereira Pignatari. *Einsentein: o cineasta da revolução*. Klesidra, nº 09. Acesso em: 16/07/2009. Disponível: <http://www.klepsidra.net/klepsidra9/eisenstein.html>

SUBIRATS, Eduardo. A dialética da vanguarda. In: *Da vanguarda ao pós moderno*. São Paulo: Nobel, 1986. pp. 47 - 64.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Unesp, 2008.

REFLEXÕES SOBRE O VALOR DO TRABALHO E A ESCOLHA CORRETA DA CARREIRA PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

Suelena Faria Bastos Balsanulfo¹

Resumo:

A valorização do trabalho e a escolha da carreira profissional tem sido uma incógnita para o ser humano, desde a antiguidade, ainda hoje, continua sendo um desafio para os nossos jovens encontrarem o caminho correto que os levarão ao sucesso profissional.

Palavras-chave:

Trabalho, Capitalismo, Aprendizagem, Carreira Profissional, Empregabilidade.

Abstract:

The appreciation of the work and the choice of career has been a mystery to humans since antiquity, even today, remains a challenge for our young people to find the correct path that will lead to professional success.

Key-words:

Work, Capitalism, Learning, Career Training, Employment.

INTRODUÇÃO

Para discorrermos a respeito do assunto, em tela, é necessário que façamos uma retrospectiva na história, enfocando o significado do Trabalho, para tanto, iniciaremos citando um verso do inesquecível Kahalil Gibran in O Profeta:

“O Trabalho é amor feito visível. E todo conhecimento é vão, exceto quando há trabalho. E todo trabalho é inócuo, exceto quando há amor. Ao tirar o sustento do trabalho, estão na verdade amando a vida. E amar a vida por meio do trabalho é aconchegar-se ao segredo mais íntimo da vida. “

A origem etmológica da palavra trabalho, derivou-se da palavra latina “*tripalium*”, que era uma espécie de instrumento de tortura ou uma canga que pesava sobre os animais, razão pela qual, perdeu por longo tempo na história, o entendimento de que o trabalho era sinônimo de cansaço, castigo e martírio.

¹ Professora da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-FESGO

A primeira forma de trabalho descrita pelos doutrinadores foi a Escravidão. Nas antigas civilizações clássicas Roma e, Grécia, os nobres não trabalhavam, os afazeres eram executados apenas pelos escravos.

O escravo não conheceu direitos, só obrigações, o dever de trabalhar, não era considerado sujeito de direito, mas uma peça, uma coisa sem alma, um objeto de propriedade de seu senhor.

O trabalho tinha sentido pejorativo, envolvia apenas a força física, era considerado indigno, um castigo, um sofrimento e, cansaço para os seus executores, não era remunerado, nem tinha o significado da realização pessoal.

A dignidade do homem livre a época, consistia em participar dos negócios da cidade apenas por meio da palavra e, da política, sem fatigar-se, sem trabalhar.

A época do feudalismo, vamos encontrar o regime sócio-econômico denominado de Servidão. Os servos não eram homens livres, ao contrário tinham de prestar serviços na terra do senhor feudal e ,entregavam aos proprietários dos feudos, parte da produção rural em troca da proteção militar e política que recebiam contra as invasões bárbaras e, pelo uso da terra. Não conheceram direitos trabalhistas.

Nas corporações de ofício trabalhavam de forma artesanal os Mestres donos das oficinas, os Companheiros e os Aprendizes. Os Companheiros recebiam pagamentos dos Mestres, como azeite, mantimentos, animais e, derivados. Os Aprendizes eram os menores de 12 a 14 anos que pagavam para receber os ensinamento metódicos dos Mestres.

Os mestres, os companheiros e os aprendizes eram homens livres que compunham as corporações de ofício, executando trabalhos manuais de forma artesanal que eram vendidos ou trocados nos vilarejos e, nas cidades vizinhas.

Havia nesta fase da História um pouco mais de liberdade para o trabalhador, os objetivos, entretanto, eram os interesses das corporações mais do que conferir qualquer proteção ao trabalhador.

As principais características das Corporações de Ofício eram estabelecer uma estrutura hierárquica regular a capacidade produtiva e, regulamentar a técnica de produção.

As Locações foram os primeiros trabalhos realizados por trabalhadores eminentemente livres, que tinham como objetivo locar suas energias ou resultado de trabalho em troca de pagamento, firmando entre as partes rudimentos de contrato de trabalho, nascia então a organização do Trabalho do homem livre.

Em síntese, estes foram os sistemas de trabalho que vigoraram no período anterior ao surgimento da Indústria e, que contribuíram para a modificação da idéia que as antigas populações faziam sobre o trabalho.

Mudando o panorama econômico e social da época, surgiu na Inglaterra a Revolução Industrial, com o descobrimento da máquina a vapor, transformando o trabalho artesanal em mecânico, trazendo a produção em larga escala, dando início a proliferação de inúmeras indústrias e fábricas, que criaram o trabalho subordinado e remunerado que expandiu pelo mundo todo.

A Revolução Industrial, criou, ainda, o novo regime econômico e social de produção denominado de Capitalismo, que vigora até os nossos dias. A nova cultura implantada baseou-se na substituição do homem artesão pelas máquinas, criou o trabalho subordinado e, assalariado, permitiu a livre iniciativa, o aumento e a qualidade da produção, a valorização da propriedade privada, o aumento dos lucros e, da produção através da liberdade de comércio.

A palavra “capital” vem do latim “*capitalis*” que quer dizer cabeça, em referência às cabeças de gado, como era medida a riqueza nos tempos antigos.

Conceito de Capitalismo: Capitalismo é o sistema econômico que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção e pela liberdade de iniciativa dos próprios cidadãos.

O elemento mais importante que caracteriza o Capitalismo é a acumulação permanente de capital, a geração de riquezas, o papel essencial desempenhado pelo dinheiro e pelos mercados de trabalho financeiros, a concorrência, a inovação tecnológica ininterrupta e, nas fases mais avançadas de evolução do sistema, o surgimento e a expansão das grandes empresas multinacionais. A divisão técnica do trabalho, ou seja, a especialização do trabalhador em tarefas cada vez mais segmentadas no sistema produtivo, o aumento constante de produção e da qualidade do produto. Por isso é chamado também, economia de mercado ou de livre empresa.

Ressalta-se, que o Capitalista é o proprietário da Empresa, compra a força de trabalho de terceiros para produzir bens que, após serem vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter excedente lucro.

Igualmente, o Capitalismo mudou o significado da palavra trabalho, que de indigno passou a ser valorizado, porque gera lucros e riquezas para o Capitalista, além de dar ao homem que o executa dignidade e honra, afastando os três males da humanidade que é o ócio, a miséria e a fome.

Já se noticiou, também, que a Revolução Industrial, criou o Capitalismo, que por sua vez, provocou a desumana exploração da mão de obra nas indústrias que surgiram. Os trabalhadores, eram submetidos a enormes jornadas de trabalho e, recebiam pequenos salários.

A época, o Trabalho abusivo a que eram submetidos os trabalhadores eram exercidos em condições insalubres, dentro das minas de carvão, sujeitos a incêndios, explosões, intoxicação por gases, desmoraamentos. Ocorriam inúmeros acidentes de trabalho, além de várias doenças provocadas pelo frio e pela poeira, principalmente a tuberculose, a pneumonia e a asma.

Alguns historiadores, asseguram que as mulheres, crianças e idosos, prestavam serviços, inclusive, no sub solo, nas Minas de Carvão. Eram feitos contratos verbais vitalícios ou enquanto o trabalhador pudesse prestar serviços, implicando verdadeira servidão. Alguns trabalhadores eram comprados e vendidos com seus filhos para novos patrões. Os trabalhadores, também, ficavam sujeitos a multas que absorviam os seus miseráveis salários. As mulheres e crianças recebiam apenas a metade do salário de um homem.

Desenvolveu-se, diante de tamanha arbitrariedades dos patrões, e, sofrimentos dos trabalhadores, grupos, hoje denominados Sindicatos, que começaram a reivindicar direitos para os trabalhadores, e com o passar do tempo se fortalecerem iniciando as revoltas e paralisações de trabalho que, hodiernamente, chamamos de Greve.

Dito fenômeno se intensificou, causando prejuízos aos empregadores e ao Estado que recolhia impostos das empresas. Começava a haver a necessidade de intervenção estatal nas relações de trabalho, dados os abusos que vinham sendo cometidos, de modo geral, pelos empregadores.

Deste movimento, originou-se o Direito do Trabalho, o Estado criou normas para regular a prestação de serviços afim de recolher os seus impostos, com o intuito, de melhorar as condições do trabalhador e, de conseqüência realizar o bem estar social.

Assim sendo, justificou-se o fato do trabalhador ser protegido juridicamente e economicamente pelo Estado, até porque o mesmo o considerava o Hipossuficiente, a parte mais fraca economicamente e, socialmente na relação empregatícia existente entre empregado e empregador.

Hoje o Direito Do Trabalho é aclamado pela maioria, que o define como o ramo do direito que regula as relações de trabalho existentes entre empregado e empregador, com a finalidade de assegurar melhores condições sociais e de trabalho ao empregado.

Para maiores esclarecimentos, citaremos a seguir os Artigos 2º e 3º da CLT, que definem e conceituam as partes envolvidas na prestação de serviço que é o empregador e o empregado, como se demonstrará abaixo:

ART. 2º- CLT – “Empregador é a pessoa física ou jurídica que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviços do empregado.”

ART. 3º- CLT - “Empregado é a pessoa física que presta serviços contínuos ao empregador, sob a subordinação deste e mediante pagamento de salário.”

DESENVOLVIMENTO

O Trabalho, hoje, é protegido pela CF/88, no Artigo 6º, que o define como uma conquista, uma realização pessoal e, um direito social, valorizando o trabalhador e, integralizado - o na sociedade em que vive, além de garantir-lhe a tão almejada inserção no Mercado de Trabalho e a empregabilidade.

O Grande Jurista de Plácido e Silva, confirma as nossas alegações anteriormente, articuladas, quando define o trabalho como:

“a ação de trabalhar , sendo, assim de significado equivalente á obra, ocupação, tarefa, função, ofício, serviço, mister, emprego, missão, cargo, encargo, faina, etc...”

Continua:

Trabalho então, entender-se-á todo esforço físico ou mesmo intelectual, na intenção de realizar ou fazer qualquer coisa. No sentido econômico e jurídico, porém, trabalho não é simplesmente tomado nesta acepção física: é toda ação ou todo esforço, ou todo desenvolvimento ordenado de energias do homem, seja psíquicas, ou sejam corporais, dirigidas com um fim econômico, isto é, para produzir uma riqueza,, ou uma utilidade, suscetível de uma avaliação, ou apreciação monetária.

Ainda:

Assim, qualquer que seja a sua natureza, e qualquer que seja o esforço que o produz, o trabalho se reputa sempre um bem de ordem econômica, juridicamente protegido.

Por esta razão, indicando-se o trabalho uma atividade produtiva, qualquer fato capaz de injustamente impedi-lo, ou que seja causa de uma inatividade, de que resulte prejuízo, ou perda, para o trabalhador, dá motivo a á justa indenização.

No cômputo desta indenização, pois o trabalho é compreendido como qualquer espécie de atividade, de que se possa gerar uma utilidade, ou um bem econômico.

No sentido constitucional, o trabalho, além de ser assegurado a todos, a fim de que possibilite uma existência digna ao trabalhador, é uma obrigação social. É, aliás, princípio de ordem socialista.

Concluí:

Modernamente, o trabalho é sempre objeto de um contrato, que se estabelece entre empregado e empregador, vulgarmente chamado de patrão, no qual se compõe, respeitados os preceitos legais, as condições que se convencionarem, inclusive remuneração, ou salário, e outras vantagens pecuniárias atribuídas ao trabalhador.”

Os juristas, admitem, também, que inicialmente, as Constituições Brasileiras versavam apenas sobre a forma do Estado e o Sistema de Governo. Posteriormente, passaram a tratar, de outras matérias, inclusive, do Trabalho.

A atual Constituição Federal Brasileira, a constituição cidadão, cuida do trabalho em seu artigo 6º, considerando-o um direito social, uma realização pessoal, nos seguintes termos: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho...”

Ademais, a valorização do Trabalho no Brasil, permitiu, o respeito da força do trabalho do proletariado, afastando a idéia do empregado como mercadoria, razão pela qual, o Artigo 7º da cf/88, em consonância com as legislações ordinárias aplicáveis na justiça do trabalho, criaram direitos para os trabalhadores urbanos e rurais os direitos que serão abaixo transcritos:

- a) duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei;
- b) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;
- c) direito da gestante e descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;
- d) férias anuais remuneradas acrescidas de 1/3 constitucional;
- e) estabilidades provisórias para alguns empregados, a gestante, o cipeiro, o dirigente sindical;
- f) reconhecimento das convenções coletivas de trabalho pactuadas entre as categorias dos empregados e empregadores;
- g) contribuição para os institutos de previdência e aposentadorias criados por lei;
- h) criação do seguro contra acidente de trabalho;
- i) participação nos lucros, de acordo com as determinações legais;
- j) a criação do seguro desemprego, em caso de dispensa sem justa causa, no máximo de 05 parcelas, exceto para as categorias de Metalúrgicos e Mineração que podem ser estendidos até 07 parcelas, no momento da crise financeira mundial que assola o mundo na atualidade;
- l) criação do Vale Transporte, do Vale Alimentação;
- m) criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescido da Multa de 40%;
- n) o adicional noturno para o empregado que prestar serviços urbanos das 22:00 as 05:00 e, para o rural das 20:00 às 4:00 horas que lida com a pecuária e das 21:00 às 5:00 horas se trabalha com a agricultura;
- o) adicionais de insalubridade e periculosidade para empregados que trabalhavam expostos a riscos que podem comprometer as suas saúdes;

- p) proteção do empregado, da saúde, higiene, do meio ambiente, contendo legislações protetivas referentes até sobre a segurança e medicina do trabalho;
- q) criação do 13º Salário como forma de valorização do trabalhador, pagando-lhe um plus a mais no ano trabalhado;
- r) criação do Aviso Prévio, permitindo ao empregado dispensado o prazo de 30 dias para que o mesmo possa buscar outra colocação no Mercado de Trabalho em caso de dispensa sem justa e, dê também, ao Empregador prazo suficiente para colocar outro empregado no posto quando abandonado pelo empregado em caso do desligamento a pedido.
- s) a criação do pagamento de horas extras quando o empregado prestar serviços em sobre jornadas;
- t) criação do salário família para proteger os filhos dos empregados economicamente fracos;
- u) garantia do salário nunca inferior ao salário mínimo criado por Lei;
- v) criação da licença maternidade a gestante e paternidade;
- x proibição de distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual e todo o tipo de discriminação ou preconceito na relação empregatícia ou fora dela;
- z) aposentadorias para os empregados que já deram a sua contribuição de trabalho para a Sociedade onde vive

É salutar, enfatizarmos, porém, que os direitos trabalhistas acima elencados são apenas enumerativos e, não conclusivos, existem, ainda, uma gama enorme de direitos e, benefícios criados pelos legisladores brasileiros no intuito dar dignidade ao empregado em suas condutas ético, morais, sociais, familiares e, profissionais.

Se não bastasse, foram criados ao longo da história, também, princípios que embasam o Direito do Trabalho, no intuito de cristalizar a **proteção que o sistema brasileiro prevê para o trabalhador**, devido a sua relevância, merecem figurar, aqui, neste trabalho, vejamos:

- a) princípio da norma favorável, diante da interpretação de duas ou mais leis, aplicar-se-á a que for mais benéfica, mais favorável ao trabalhador;
- b)princípio da proteção ao trabalhador, é a intervenção protetora do Estado nas relações de trabalho por considerar o empregado a parte mais fraca (hipossuficiente) nas relações empregatícias;
- c)princípio da imperatividade das normas trabalhistas, as leis trabalhistas são cogente, impostas, imperativas, devem ser cumpridas em sua totalidade não podem ser renunciadas ou alteradas pelas partes, exceto quando pactuadas em Convenções Coletivas;
- d)princípio da primazia da realidade, no Contrato de Trabalho, o que vale é o que acontece na prática, na realidade, a parte fática sobrepõe , inclusive, a forma escrita
- e) O princípio da continuidade da relação de emprego, é de interesse do Estado que a relação de emprego seja continuada, que os contratos trabalhistas sejam firmados por

tempo indeterminado, que perdure no tempo para garantir a sobrevivência dos empregados e , de seus familiares.

Normalmente, encontramos, na atualidade diversos tipos de trabalhadores, tais como: os empregados urbanos e rurais, o doméstico, o funcionário público, o trabalhador temporário, o trabalhador autônomo, o trabalhador eventual, o trabalhador avulso, o Estagiário e as prestadoras de serviços terceirizados. Concluindo, claramente, que o Estado protege o Trabalho e o trabalhador no geral.

Por outro lado, a própria Legislação Trabalhista, afeta e restringe a liberdade de trabalho emitindo proibições na prestação de serviços para os empregados menores e as mulheres, o que não deixa de ser, também, uma proteção em atenção a idade, sexo e condições do trabalhador e do próprio trabalho.

Consoante, o já informado neste estudo, o trabalho da mulher e da criança foi muito utilizado no período da revolução industrial, posto que recebiam, em regra a metade de um salário do um homem adulto. As mulheres sujeitavam-se a jornada de 14 a 16 horas diárias, além de cuidar da casa dos filhos e, do marido. Não existiam leis para proteger a gestação nem a amamentação.

Ditos problemas embasaram o surgimento de Leis protetivas em favor da mulher. A Carta Del Lavoro publicada na Itália e a Declaração Universal dos Direitos Humanos publicados nos EUA, foram as primeiras leis que versaram sobre os direitos das Mulheres.

No transcorrer deste estudo, firmou-se o entendimento de que hoje, existe a proteção ao trabalho da mulher, principalmente, na CF/88 e na CLT, pelo que trazemos a lume alguns de seus direitos:

No Brasil, a primeira Lei em favor da Mulher foi publicada em 1932, na era Getúlio Vargas, proibia a prestação de serviços da mulher das 22:00 às 05:00 horas da manhã, vedando a remoção de pesos, além de conceder-lhe dois descansos diários de meia hora cada um para amamentação dos filhos, durante os primeiros 06 meses.

Trabalhos proibidos na atualidade à mulher: ao empregador será vedado empregar a mulher em serviços que demande o emprego da força muscular superior a 20 quilos para o trabalho contínuo, ou 25 quilos para o trabalho ocasional.

A **Convenção nº136/71 da OIT**, proíbe que mulheres grávidas ou amamentando seus bebês, trabalhem em locais onde haja riscos de intoxicação com benzeno.

A **CF/88**, prevê, a proteção a maternidade de 120 dias. Hoje, a Lei 11.770/2008, elasteceu este período para 06 meses. A estabilidade da gestante configura-se no momento da confirmação da gravidez até 05 meses, a contar da data do parto.

A **Legislação brasileira** não permite a discriminação do trabalho da mulher em matéria de salário, protege o seu mercado de trabalho, determina a criação de creches para os seus filhos menores, prevê o salário maternidade, o salário família. A empregada terá direito de

transferência para outra função, em razão das suas condições de saúde, em caso de gestação de risco. Quando retornar ao trabalho terá direito a voltar a função de origem. Direito a amamentar o seu filho, dentre outros direitos previstos em Convenções Coletivas de Trabalho.

A mulher possui alguns privilégios em razão da maternidade, no mais aplica-se as mesmas normas de direito aplicadas ao homem, considerando o princípio constitucional que todos são iguais perante a Lei. (Art. 5º da CF/88).

O trabalho do menor, também, é disciplinado pela Legislação Brasileira, restringindo o trabalho do menor, que só poderá trabalhar a partir dos 16 anos como empregado na rede privada, a partir de 18 anos como empregado doméstico e, como Aprendiz a partir dos 14 anos de idade.

A preocupação com o trabalho do menor é relevante, surgiu na época das Corporações de Ofício, quando os Aprendizes se submetiam ao ensino metódico para a preparação profissional e moral, que lhes conferiam aprendizagem.

Hoje a tutela do trabalho do menor se justifica apenas quando se evidencia interferência em sua formação moral, física, cultural, etc...

A CLT emprega a palavra Menor no Capítulo IV, destinado a proteção do trabalho do menor de 16 a 18 anos, definindo o Menor, como a pessoa que ainda, não tem a capacidade plena, ou seja, é a pessoa não adulta.

Teoricamente, o ideal seria o menor e o Adolescente ficarem no seio de sua família só estudando, entretanto, a realidade de nosso País joga o Menor nas ruas, inclusive, lavando carros nas vias públicas, vendendo produtos nos sinaleiros da cidades, ou até esmolando-se para sobreviver.

Não obstante as restrições da Lei, não podemos esquecer, que muitos empregadores desumanos exploram os serviços de menores em cerâmicas, minas de carvão, indústrias, comércios que utilizam a fabricação de mandiocas, etc..., sendo obrigados a manter a subsistência de suas famílias. Ficam perambulando pelas ruas e, alguns, até promovem pequenos furtos, ou engrossam as fileiras do uso e da venda de drogas para manter o tráfico em nosso País, em total afronta as nossas leis.

Vejamos alguns ordenamentos jurídicos aplicáveis aos menores:

Proibições legais ao trabalho do menor, o Art. 7º da Lei 8069/90, determina que “a Criança e o Adolescente tem direito á proteção, a vida, a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

O Trabalho do menor sofre restrições, também, quando ao período noturno, em exposição de risco de sua saúde onde houver o produto químico benzeno, no trabalho insalubre, penoso ou perigoso.

O trabalho do menor não poderá ser prestado, ainda, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência a escola.

No intuito de proteger os direitos dos trabalhadores menores a lei, também, não permite que estes assinem as suas Rescisões Contratuais de Trabalho, só os pais ou seus representantes legais. Apenas assinam os recibos de salários mensais.

A Aprendizagem, Instituída Pela Lei 10.097/2000:

- Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos de serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalentes a cinco por cento no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional;

- **È proibido** qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

- **O contrato de aprendizagem** é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 Anos e menor de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação;

- **A validade do contrato de Aprendizagem** pressupõe anotação na carteira de trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição ao programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnica-profissional metódica;

- **Ao menor aprendiz**, salvo condição mais favorável, será garantido o pagamento de salário mínimo/hora;

- **O Contrato de Aprendizagem** não pode ser estipulado em período superior a 02 anos;

- **Aos aprendizes** que concluírem os cursos de Aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional;

- **A Contratação** do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou por outras entidades interessadas;

- **A duração do Contrato** do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada.

Infelizmente, a Lei do Aprendiz, apesar de ser um instrumento de política pública capaz de prevenir e auxiliar na erradicação do trabalho infantil, de 14 anos a 24 anos, e, ter reduzido o FGTS, neste caso, para 2%, não tem a aceitação e a receptividade que deveria ter no Brasil.

O atual Ministro do Trabalho Carlos Lupi, em recente entrevista veiculada na imprensa durante a abertura da 1ª Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional, descartou a

criação de incentivos fiscais para estimular a contratação de aprendizes e, afirmou que a Lei do Aprendiz deve ser flexibilizada para ser cumprida.

Afirmou, também, que o Poder Legislativo, estuda uma forma de reduzir a cota obrigatória de aprendizes nos estabelecimentos apenas para 5%, vez que alguns empresários veem esta Lei apenas como custo, quando na verdade, deveria ser vista como um investimento, assegurou que estão preparando jovens para que aprendam uma profissão e, cresçam dentro das empresas, e elas serão as maiores beneficiárias.

O Presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto, saiu na mídia em apoio a Lei dos Aprendizes afirmando que ganham os aprendizes, as suas famílias e as empresas que a aplicam no território brasileiro.

No Brasil, contamos ainda, com a valorização do trabalho realizado pelo estagiário definido na lei 11.788/2008, que assegura:

- **Empresas públicas ou privadas**, em condições de proporcionar experiências práticas ao estudante, podem contratar, como estagiários, a partir de 16 anos, alunos que estiverem efetivamente freqüentando o ensino regular, em instituição de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

- **A realização do estágio** dar-se-á mediante termo de compromisso de Estágio firmado entre o estudante e a Empresa contratante como funcionário;

- **O estágio poderá ser obrigatório ou não**, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso;

- **Estágio obrigatório** é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para a aprovação e obtenção de diploma;

- **Estágio não obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade ocupacional, acrescida a carga horária regular e obrigatória;

- **A jornada de atividade em estágio** será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

a)-04 horas diárias e 20 semanais, se estudantes da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

b)-6 horas diárias e 30 semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino regular;

c)-A duração do estágio não pode ultrapassar a dois anos, exceto quando o estagiário for portador de deficiência física;

d)-Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo no INSS-Previdência Social;

e)-Aplica-se ao Estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio;

f)-O estagiário, fará jus, obrigatoriamente, ao seguro de acidentes de trabalho, durante o período em que estiver estagiando;

g)-o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, na hipótese do estágio obrigatório;

h) O Contrato de Estágio, não configura o vínculo empregatício entre o estagiário e a empresa ou pessoa que lhe conceda o estágio;

i) Por liberalidade, as empresas podem conceder aos Estagiários todos os benefícios assegurados aos seus empregados;

j) A manutenção do estagiário além do prazo legal, configura o vínculo empregatício entre os mesmos.

Pela relevância em nossa sociedade, trazemos a lume, algumas considerações a respeito do empregado doméstico regido pela 5859/72, que vive dentro dos lares brasileiros, e, em sua grande maioria, os cidadãos desconhecem os seus direitos, o que justifica os esclarecimentos a seguir expostos:

O empregado doméstico é aquele que presta serviços de natureza não contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família no âmbito residencial destas.

Os principais direitos trabalhistas do empregado doméstico são:

-ter a sua CTPS anotada, como qualquer outro empregado, dentro de 48 horas, conforme determina o art. 29 da CLT

-receber salário mínimo legal, irredutibilidade do salário, aviso prévio, licença maternidade, licença paternidade, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, férias anuais de 20 dias, acrescidas de 1/3 constitucional, vale transporte, FGTS e, Seguro-desemprego, se o empregador fizer opção para as duas últimas parcelas.

Finalizando, o presente estudo, podemos concluir que hodiernamente, o Trabalho conta com a proteção especial do Estado, vez que garante a dignidade do empregado, a sua manutenção de sobrevivência, produz riquezas, além de garantir a harmonia da sociedade.

Ademais, face a valorização do trabalho, acima citada, a Sociedade moderna, não perdoa os ociosos, os preguiçosos, os párias os descompromissados, aqueles que abandonam a luta e, a procissão dos fatos normais da vida.

O Trabalho ético, sério e, constante é considerado o sustentáculo do indivíduo, da sua família, e da sociedade, posto que cria riquezas materiais e morais que beneficiam, inclusive, a toda a coletividade.

Pelo exposto, em linhas volvidas, verifica-se que o ser humano, atualmente, busca, deseja, almeja alcançar uma carreira profissional de sucesso para garantir-lhe a real cidadania, a felicidade e o bem estar de seu povo e de sua Nação.

De conseqüência, o Homem moderno, tem preocupado com a importância do Trabalho em sua vida, sua profissão devido a necessidade de sua sobrevivência e de seus familiares, procurando refletir sobre a sua vida, seus ideais, suas condutas, escolhas e realizações profissionais, empreendidas, ao longo de sua trajetória na Terra.

Tal reflexão justifica-se e, visa ao questionamento se ele está ou não alcançando a excelência em seu trabalho, concretizando efetivamente a sua realização profissional e, financeira idealizadas para si e, para a sociedade onde vive.

As respostas para ditos questionamentos são infinitas e, dependem de uma análise mais acurada, e, não temos a pretensão de esgotar o assunto em nosso estudo, entretanto, passaremos a focalizá-los a seguir alguns pontos nodais do assunto:

a) **A excelência no Trabalho** pode ser visualizada como sinônimo de vocação, de você fazer o que gosta, ou gostar do que faz, de especializar-se, ser inteligente, ser idôneo, ético, produtivo, objetivo, multifocal, capaz, gostar de desafios, ser detentor de boa saúde física e mental, ter garra, ambição, fibra, auto-controle, esperança, rede de contatos, saber usar bem a tecnologia, ou seja, ter algo mais que competência profissional, porque alguns alcançam o sucesso, sem ser excelentes.

b) **A realização Profissional** não se concretiza por acaso, é preciso comprometimento em equilibrar diversos papéis para se garantir uma vida profissional saudável.

Em primeiro lugar, o Profissional, não pode esquecer que é detentor de uma gama de ambições, desejos, ideais e, aspirações que dificilmente serão concretizados de forma ampla e completa, em determinado tempo e espaço, pelo contrário, as expectativas os anseios acompanham o profissional pela vida a fora. O importante, é persistir, não desistir dos sonhos.

A busca do sucesso profissional é constante, sucessiva agregando vitórias, alegrias, frustrações, medos, desafios, fatos e circunstâncias que servirão de oportunidades de crescimento para o profissional. Quantas vezes o homem deve postergar ou abrir mão de seus ideais para lucrar com outras escolhas?

A realização profissional dependerá da conduta que o homem desenvolver, de seu crescimento, do aprendizado, do engajamento, da seriedade, da ética e, do enfrentamento dos desafios que surgirão em seu dia a dia.

É preciso identificar com clareza os objetivos, os focos e as aptidões, acreditar no que estão fazendo, ser felizes, buscando o melhor, aquilo que venha acrescentar algo de bom em seu desempenho diário.

Os estudiosos do assunto, asseguram que para se construir uma carreira profissional de sucesso é preciso que o profissional goste do que esta fazendo, esteja motivado, seja qualificado, esmere-se nos conhecimentos da tecnologia, desenvolva habilidades, competências, mantenha-se atualizado, seja comprometido, ético, flexível, e, valorize as inovações existentes no mercado, ou seja, planeje a sua carreira profissional para fazer frente a sustentabilidade da empregabilidade e, ao Mercado extremamente, competitivo.

Se não bastasse, o bom profissional deve entender do espírito humano, saber lidar, conviver com as pessoas, ter uma boa saúde, ser ético, moral, ser político, social, e, flexível quando se fizer necessário, para atingir as suas metas e resultados.

Portanto, o potencial, a capacidade, a competência, a habilidade, a auto-confiança, a objetividade, o interesse positivo, a discrição, a confiabilidade, a motivação e a criatividade, do trabalhador são alguns dos pontos essenciais que determinam o seu desempenho na empresa, na vida pessoal e, na sociedade onde está inserido.

c-a realização financeira resultado de uma carreira profissional

O ganho pecuniário perseguido pelo profissional é o que lhe garante a sobrevivência e de seus familiares, deve ser justo e capaz de atender as suas necessidades básicas e vitais tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social, dentre outras, com reajustes periódicos que lhe preserve o poder aquisitivo.

Não é muito lembrarmos, que o profissional que deseja obter sucesso, melhores salários e, promoções deve investir em sua formação, em sua instrução, em sua educação, em sua qualificação pessoal, na aparência, aprender a lidar com riscos, com crises, incertezas, a transpor obstáculos e desafios, e, manter-se bem informado e, atualizado, inclusive, com a sua rede de contatos no mundo empresarial.

Finalizando, o profissional não pode desmotivar-se, nem descuidar de sua vida pessoal, social, política, religiosa, ética, de seus valores e princípios, hoje, requisitos essenciais, para a sua inserção e, manutenção na Empresa, na organização social e, no Mercado de Trabalho.

CONCLUSÃO

Ex postitis, podemos, concluir, que se o passado considerou o trabalho indigno, ignóbil, um castigo, um esforço, uma desventura, hoje, ele é considerado o elo integrador do homem

com a ética, com a moral, com a sua família, com a sua sobrevivência, com a sociedade, com o seu bem estar físico e moral, com a sua honra, e, com a sua dignidade.

De conseqüência, o Estado mantém, através de leis trabalhistas, e da Constituição Federal, garantias ao trabalhador e, a sua Carreira profissional, vez que ambos dão sustentáculo as relações humanas, buscam a qualidade de vida, a valorização do homem, a realização pessoal e, coletiva, garantindo um futuro promissor e confiável a uma sociedade de forma justa e próspera que justifique o progresso moral e social de um povo, de uma Nação.

Não é muito afirmarmos que o respeito da força de trabalho do proletariado garante, hoje, que o homem não é simples mercadoria, ele empresta a sua energia laboral como fonte de sustento e de dignidade, pelo que, merece o amparo legal quanto a sua vida, a sua saúde, a segurança no trabalho afastando os riscos de acidente de trabalho, as doenças ocupacionais, o stress emocional a fadiga, as fobias sociais, os abalos psicológicos os assédios morais e sexuais.

O Legislador, deve, ainda garantir ao empregado boas perspectivas quanto a Previdência Social, auxilio doenças, aposentadorias, a representação dos empregados dentro da empresas-cipeiros, associações classistas, sindicatos, federações, confederações, o direito de greve, culminando em boas condições de prestação de serviços e, salários justos.

Conclui-se, também, que o poder da informação, a especialização, a concorrência e o marketing que é a arte de conquistar e manter clientes e desenvolver relacionamentos lucrativos com eles, aumentam o valor do trabalhador e, o seu sucesso profissional.

Outra estratégia, é publicar livros e artigos para ajudar o profissional a divulgar o seu trabalho e a escolha do veículo é fundamental para alcançar a sua meta.

Assim sendo, a especialização, a boa qualificação profissional, permitem ao trabalhador enfrentar mudanças com rapidez, dá-lhe flexibilidade e eficiência e, garante a sua manutenção no Mercado de Trabalho.

O bom profissional deve, também, cristalizar qualidades relacionadas a liderança, visão de negócio, inteligência emocional, capacidade e, habilidades para gerir crises e conflitos, assim bem como, humildade para reconhecer que não sabe tudo e, que deve continuar estudando, buscando novos conhecimentos, utilizando-se de criatividade, inovação e bom senso.

Admitem os doutrinadores, ainda, que o profissional que destaca no Mercado de Trabalho alia o conhecimento com a prática, transformando o seu pensamento em ideias, em projetos possíveis e, em ação concreta.

Assim, o bom profissional, deve embasar o seu proceder na conduta ética, no respeito aos códigos de ética previstos para a sua profissão, ter planejamento, empenho, coragem, esperança e, transgredir sempre os seus padrões intelectuais dedicando tempo e comprometimento

para burilar o seu conhecimento profissional, deve inovar para melhor, sempre a sua prestação de trabalho, e é fundamental que se adapte as novas exigências do Mercado de Trabalho.

É preciso registrar aqui, que hoje a Globalização, a rapidez das informações tecnológicas, exigem que o profissional esteja atualizado com os novos métodos de trabalho existentes, para garantir-lhe a qualidade profissional, as visões diferentes, as diversidades de idades, de culturas, ajudam a humanizar o mundo corporativo e, a melhorar o profissional.

Concluindo, rogamos Vênia para apontar aqui os alicerces jurídicos que Fred Kofman, criou para determinar que a construção da força do trabalho do homem seja eficiente, consciente, ética e produtiva, senão vejamos :

O Trabalhador deve ter:

- a)- A Responsabilidade incondicional;
- b)- A eficiência;
- c)- A integridade de caráter;
- d)- A humildade;
- e)- A comunicação autêntica;
- f)-A negociação construtiva;
- g)-A boa coordenação;
- h)-A competência emocional
- i)-e o auto controle.

O Cumprimento de ditas regras e atitudes, garantirão, o respeito ao trabalho e a carreira profissional do homem moderno, inclusive, para dar exequibilidade ao antigo preceito Bíblico, contido em Genesis 3, que determina “que o homem deve comer o pão com o suor de seu rosto” .

Agindo, assim, o homem confirmará o seu valor na sociedade e, o seu desempenho profissional em busca de uma escalada produtiva e ética, para garantir-lhe, a felicidade, a manutenção de sua dignidade e de sua honra, o que comprovará, também, que ele é o único animal na natureza que é capaz de mudar a sua realidade com eficiência e competência, no espaço onde vive, com os seus sonhos, que alimentam a sua alma e, o impulsiona para o futuro.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. *Constituição federal de 1988*.

BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas*.

205 BARSANULFO, Suelena Faria Bastos. *Reflexões sobre o valor do trabalho e a escolha correta da carreira profissional na atualidade*. Estácio de Sá – Ciências Humanas. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-GO. Vol. 02, nº 05, 189-205, Jan. 2011/Jun.2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho* 9ª e 15ª Edição Editora Atlas.

PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 11ª Edição, Editora Forense.

MASCARO NASCIMENTO, Amauri, 25ª Edição, Editora LTR.

Revistas Você S/a.

Bibliografia eletrônica.

UM REFLEXO SOBRE O PAPEL DA TECNOLOGIA NA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO BRASILEIRAS

Aline Rezende Belo Alves¹

RESUMO: A utilização da tecnologia na educação suscita reflexão pela preocupação em não se fazer recortes simplistas em discursos de autores sérios e a eles atribuir interpretação pessoal. É muito comum incorrer no erro de ler parte de uma obra e, a partir de afirmações descontextualizadas, chegar a conclusões questionáveis. Muito se tem dito sobre a evolução tecnológica e a necessidade de sua utilização na educação, alguns até mesmo afirmam que é imperativo a utilização constante da tecnologia na educação. Esta revisão bibliográfica tem como objetivo analisar a adaptabilidade de conceitos e reflexões feitas sobre a tecnologia para a educação brasileira que apresenta peculiaridades relevantes para a consideração das relações entre o desenvolvimento tecnológico e a educação. Devido ao fato da educação, assim como o desenvolvimento tecnológico serem parte da cultura, não se pode desvinculá-los dos processos sociais. Contudo, é importante ressaltar que por ser diretamente ligada ao ser humano em seus processos cognitivos e emocionais a educação deve levar em consideração o real desenvolvimento dos aprendizes e não apenas tomar decisões que sejam pautadas em questões políticas e interesses econômicos referentes aos fatores externos ao aprendiz. Este trabalho será dividido em duas partes sendo que a primeira tratará do uso da técnica em geral pela sociedade humana e a segunda será sobre a tecnologia na sociedade e educação brasileiras.

Palavras-chave: tecnologia, educação, reflexão

ABSTRACT: The uses of technology in education stir up reflections due to the concern in not to make simplistic cuts in serious authors' statements and give them a personal interpretation. It is very common to read part of a book and from not contextualized information get to questionable conclusions. A lot has been said about technological revolution and the necessity of its use in education, some even affirm the constant use of technology in education that is imperative. This bibliographic review has the objective to analyze the adaptability of concept and thoughts on technology to Brazilian education that presents peculiarities that are relevant to the consideration to the relation between technological development and education. Due to the fact that education and technological development are parts of culture they cannot be separated from the social processes. However, it is important to take into consideration that education is directly linked to human beings in their cognitive and emotional processes and real development of the students must be taken into account. Decisions should not be guided by political and economic interests which are external to the learner. This work will be divided in two parts. The first one will deal with the use of technique in general by human society and the second will be on the technology in Brazilian society and education.

Keywords: Technology, education, reflection

¹ Mestranda em Letras pela UFG, Professora da Universidade Estácio de Sá de Goiás.

INTRODUÇÃO

Hoje ligamos a palavra tecnologia ao computador e a eletrônicos. Contudo se pararmos para observar a história perceberemos que a tecnologia, e os conhecimentos técnicos, integram a sociedade desde sua origem. Talvez pudéssemos afirmar que a utilização da técnica iniciou com a dominação do fogo pelo homem que em sua limitação natural precisou desenvolver habilidades para poder sobreviver.

O fato de cada sociedade perceber as necessidades biológicas de maneira particular faz com que diferentes povos desenvolvam técnicas diferentes. Exemplo disso são as práticas orientais que pela meditação buscam maior controle do próprio corpo pela mente como *karatê*, *Judô*, *Tai Chi Chuam*, *Yoga* e outros. J. Hermogenes explica de maneira simplificada que *Hatha Yoga* tem por objetivo o aperfeiçoamento do corpo e da mente e utilização das imensas potencialidades que dormem no homem e que ele desconhece.” (2008:38)

Para os orientais, o corpo constitui-se em aparelho receptor no sistema psicossomático (mente e corpo), que a Hata Yoga, por exemplo, cuida de elevar a um alto grau de aprimoramento.

Já os ocidentais a muito buscam desenvolvimento da técnica para maior conforto e o prazer do próprio corpo. Como exemplo pode citar a crescente produção de artigos que aumentam o conforto e diminuem a necessidade de movimentos- controle remoto, motos, carros e outros facilitadores. As práticas físicas trabalham com a força e resistência física com o objetivo de ultrapassar limites físicos e buscar a beleza de um exterior esculpido.

A partir das diferenças observadas nos diferentes povos podemos perceber o fato de a tecnologia ser apropriada de diversas maneiras por estar diretamente ligada à cultura.

Enquanto a técnica foi utilizada apenas para a sobrevivência e a satisfação das necessidades básicas do ser humano foi desvalorizada como se fosse algo indigno, não exercia o papel de destaque e prestígio que exerce a partir da Era moderna. Peixoto em suas anotações de aula consegue resumir o comportamento social em relação ao conhecimento técnico de forma bastante objetiva ao afirmar que,

A técnica é ligada ao triste limite de ter um corpo ao qual se deve manter. Ela marca a dimensão animal do homem biológico e é, por isso mesmo, desconsiderada ou desprezada por aqueles que pretendem serem superiores às determinações naturais. Associada ao sacrifício, à rotina, ao mecanismo, ao trabalho manual, a técnica sugere uma finitude insuportável ao desejo de transcender à matéria. (PEIXOTO, 2009, p.4)

As sociedades pré-modernas não eram menos técnicas que as do mundo industrial e pós-industrial. Ninguém pode ser contra a técnica porque a técnica é um dos fatores definidores do próprio ser humano. A humanidade só existe através da técnica. Percebe-se que foi através dela que o ser humano conseguiu sobreviver às adversidades do ambiente hostil natural para o qual ele não estava naturalmente equipado, o que não quer dizer que todas as técnicas tenham o mesmo valor e sentido histórico.

Em determinados momentos far-se-á necessário perceber que o conceito de técnica é diferente do conceito de tecnologia. Rudigger afirma que “a tecnologia ou tecnociência é um estágio de desenvolvimento ou uma forma social de expressão da técnica”.

Podemos observar que a existência da técnica é inegável, o que deve-se analisar e avaliar é o significado que a sociedade atribui à técnica, que poder dá a ela. Por ser cultural, ela não é inata. Em alguns momentos se torna tão presente na sociedade que quase acreditamos que seu conhecimento é transferido geneticamente, como a facilidade de aprendizagem de filhos de pais bem dotados de conhecimento. O que esquecemos é que desde o nascimento o ser humano é estimulado pelo ambiente e as pessoas que o rodeiam. Conhecimentos que em uma sociedade pode parecer algo óbvio devido sua presença, em outra sociedade pode parecer algo revolucionário.

Devido ao enorme progresso da técnica no século XX, ela tomou outra dimensão na sociedade ocidental. Grande parte das sociedades passaram a ter acesso a conhecimentos técnicos que anteriormente eram detidos apenas por uma pequena parcela de seres humanos. As limitações da comunicação faziam com que o conhecimento de determinadas técnicas fossem acessíveis apenas nas áreas próximas ao seu desenvolvimento. Ou seja, o conhecimento era local devido à dificuldade de propagação da informação sobre novas descobertas.

Com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação já existentes e a criação de novos, as informações passaram a circular em uma velocidade cada vez maior. Lévy, em seu livro *Cibercultura*, faz um apanhado histórico fantástico da evolução da técnica e das transformações sociais e culturais que desencadeou. Na primeira parte de seu livro “*Cibercultura*”, Lévy expõe a presença e a evolução da tecnologia na sociedade causando grandes alterações culturais e comportamentais.

Ao reconhecer a força das tecnologias na sociedade e da inter-relação entre as duas, Lévy demonstra como, culturalmente, a evolução tecnológica é a resposta à demanda social. Outra proposta interessante de Lévy é pensar a tecnologia como produto de uma sociedade e de uma cultura. Ele aponta que as técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários implicações

sociais e culturais bastante variados e que sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferente entre seres humanos.

Ao afirmar que “por traz das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda gama dos jogos dos homens em sociedade” (p.24), ele aponta um caminho para a reflexão sobre o papel da tecnologia na educação, isso porque a educação formal também é parte do processo evolutivo da sociedade humana. Inicialmente não havia espaços reservados a esta tarefa, pois não se fazia necessário. A transmissão do conhecimento era feita de geração para geração no ambiente familiar e oralmente. Em decorrência dos processos evolutivos pelos quais a sociedade passou, surgiu então a necessidade de ambientes específicos para a transferência da técnica.

Em seu discurso explícito Lévy não aceita as críticas que o consideram determinista nem tampouco instrumentalista, por afirmar que a técnica não é nem boa, nem má, nem tampouco neutra. Entretanto, no decorrer de sua obra *Cibercultura*, 1999; ele tende a colocar a técnica como algo imposto.

Esta imposição é explicitada por afirmações em diferentes contextos tais como a aceleração social e mudanças culturais. Para ele as mudanças estão a exigir uma filosofia prática, ao invés de crítica; o que falta é corrigir os erros, ao invés de denunciá-los. É “aprender o real que está nascendo, torná-lo autoconsciente, acumulável tornando assim suas potencialidades positivas” . Podemos, portanto perceber uma visão determinista do autor.

Outro autor que muito contribui para reflexão sobre a tecnologia é Castells, que ao adotar a abordagem dialética do materialismo histórico, afirma haver um ciclo relacionando as transformações tecnológicas e econômicas, às mudanças no padrão de sociabilidade e, novamente às inovações técnicas. Demonstrando-se perplexo diante dos fatos, ajuda a analisar e compreender o papel da tecnologia na sociedade. Em sua perplexidade, propõe-se a analisar esta “sociedade tecnológica” a partir de uma visão econômico-política da história . No prólogo de seu livro, *A Rede e o Ser*, descreve a complexidade desta sociedade confusa.

“Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se. [...] Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social.” (CASTELLS, 2007, p.41)

O autor tem a percepção de que o desenvolvimento tecnológico é um movimento capitalista, que reformula e fortalece esse sistema econômico. Para ele, o fator histórico mais decisivo para

aceleração, encaminhamento e formação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas conseqüentes formas sociais foi o processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como capitalismo informacional. Outras duas afirmações devem ser analisadas.

Conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. (CASTELLS, 2007, p. 53)

A afirmação anterior de que em todos os modos de desenvolvimento o conhecimento e informação são cruciais, deixa claro que, para o autor, num sistema que seu desenvolvimento se baseia no acesso à informação, a tecnologia é crucial não só no desenvolvimento, mas também em sua manutenção e reestruturação. Ou seja, dentro de um processo produtivo baseado no conhecimento e no processamento de informação, o acesso e a capacidade de utilização da tecnologia é decisivo para a reformulação e fortalecimento do capitalismo globalizado. É claro que o acesso a formas de conhecimento e as relações técnicas de produção não se dão de maneira igualitária em qualquer sociedade. Entretanto, as relações e estruturas sociais modificam a sociedade como um todo influenciando todo o comportamento social, independente de pertencer à classe dominante ou dominada como pode ser percebido na afirmação de Castells.

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade, a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modelam toda a esfera de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica.(2007, p.54)

Ligando as duas afirmações anteriores, percebemos que não há como negar a importância e a força da tecnologia na sociedade da atualidade. Contudo, faz-se necessário observar o perfil específico da educação brasileira para discutir a forma como esta tecnologia pode ser utilizada sem se tornar apenas uma imposição descontextualizada que surge a partir de decisões políticas para atender a imposições externas. Mesmo sabendo que a tecnologia está difundida em um grande número de relações e estruturas sociais não podemos esquecer que a realidade brasileira se apresenta um tanto diferenciada da conhecida por alguns autores defensores do uso da tecnologia na educação, como Lévy.

A TECNOLOGIA NA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO BRASILEIRAS

Como já foi explanado, não há como negar a presença e a posição das TIC na sociedade atual. Entretanto, a percepção de seu papel pode diferir de acordo com a realidade em que se figura. Autores como Milton Santos, Nelson Preto, Katia Morosov Alonso e Raquel Goular Barreto discutem as TIC em “Contextos marcados por profundas contradições como o latino–americano e o brasileiro, em especial – por esta razão, a autora indica que: até mesmo as características definidoras das TIC devem ser objeto de discussão.” (Barreto, 2003) Esta contextualização permite criticar algumas afirmações feitas por Lévy como por exemplo:

[...] a Cibercultura expressa antes de mais nada vontade coletiva de construir laços sociais baseados na partilha de conhecimento. O fundamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. (1999, p.130)

A leitura isolada deste fragmento pode levar a crer que a vontade coletiva referida trata-se de um movimento social em que uma parcela significativa da população está envolvida e que desfruta das benesses que esta tecnologia carrega em si. Contudo, como observa Milton Santos (2007) em relação a globalização, que só é possível pelo advento da evolução tecnológica principalmente na área da comunicação e da rapidez da difusão das informações, este processo é excludente e limitado a uma grupo seletivo. Não há vontade coletiva na aceleração deste desenvolvimento e propagação das informações, pois esta evolução tecnológica não é acessível à população em geral, ela pertence a um grupo privilegiado, detentor de conhecimento e, pelo menos, de certo grau de autonomia. Muitos que se utilizam da tecnologia não conseguem nem mesmo transformar a informação em conhecimento. Faz-se aqui referência ao conhecimento como sendo o resultado da utilização das informações adquiridas no meio para efetuar relações, a partir das possibilidades individuais, e transformá-las em capacidade de analisar, influenciar e modificar o meio. A utilização da tecnologia sem essa capacidade faz com que toda a possibilidade de utilização da tecnologia seja reduzida a uma mera instrumentalização, ou seja, a tecnologia seja reduzida a uma ferramenta.

Outro aspecto que merece reflexão é o fator da utilização da educação on-line. Não pode ser esquecido que tal fato é um evento da cibercultura, isto é, é uma dinâmica comunicacional que supõe características do ciberespaço, logo apresenta características específicas que exigem preparação tanto dos profissionais que nela atuarão quanto dos educandos que dela farão uso. Portanto, a afirmação de que a educação necessita de duas grandes reformas sendo a primeira a aclimatação dos dispositivos e do espírito do EAD o qual se encontra em um novo estilo de

pedagogia que favorece aprendizagens personalizadas e aprendizagem coletiva em rede, necessita ser re-contextualizada. Este raciocínio é extremamente pertinente para uma realidade em que o estudante optou por tal modalidade e já está com suas habilidades e competências básicas desenvolvidas possibilitando que ele seja autônomo e possa buscar o conhecimento por si mesmo. Tendo estas prerrogativas sido satisfeitas, o uso das TIC seria realmente um diferencial no aumento da possibilidade de troca de informações facilitando o acúmulo de conhecimento. Contudo, o que podemos perceber é que em vários momentos o discurso que defende a utilização das TIC na realidade brasileira coloca sua utilização como a solução para os problemas já existentes. Entretanto, “O problema da inovação escolar, mais que as questões sobre o uso das TIC, aponta para incorporação de ideário que possa, ao mesmo tempo, recriar o cenário escolar, ensejando uma lógica que afirme o papel da escola nos processos de ensino/aprendizagem, corroborando práticas pedagógicas que poderão, ou não, ser afetadas pelas TIC.”(ALONSO, 2008).

Ao discutir as TIC na educação, deve-se lembrar da necessidade de descontextualizá-las das suas áreas de origem e recontextualizá-las na educação, com todos os apagamentos aí implicados. (Bernteins,1996) Não podemos esquecer que esta é uma área que envolve formação de valores e afetividade.A educação não é uma área que se possa se apoiar em dados quantitativos para tomadas de decisões e como forma de avaliação. É uma área que necessita levar em consideração o fator humano. Valores e afetividade não podem ser medidos e apresentados em relatórios numéricos. A questão central, portanto, diz respeito aos modos de incorporação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) aos processos pedagógicos. (BARRETP, 2003). Ou seja, é necessário um processo que seja capaz de adaptar as TIC às necessidades educacionais. A realidade que se mostra na educação é aquela que possui uma grande parcela da população com uma formação básica deficitária. A tentativa de se incluir a tecnologia a fim de sanar,ou pelo menos amenizar, as discrepâncias já existentes precisa feita de forma responsável e gradativa ou se apresentará como mais uma forma de cruelmente excluir uma grande parcela da população, na verdade, exatamente aquela que os programas que defendem o ensino a distância gostariam de dar assistência. A população marginalizada, que não tem acesso à escola, na maioria das vezes, também não tem acesso à tecnologia e nem possuem habilidades e competências que lhe permitiriam fazer parte de um grupo de estudantes à distância ou mesmo que pudessem utilizar a tecnologia com autonomia. Portanto acreditar que os cursos EAD seriam uma forma de levar educação de formação à população que não tem acesso à educação presencial, seria um tanto simplista. É necessário diferenciar educação de formação e educação de programas de formação continuada. Nesse cenário,

afirmamos que considerarmos mister que a tecnologia seja utilizada na educação é não atentar para o que Manuel Castells brilhantemente expõe em “A Sociedade em Rede” que o conhecimento é excludente, já que a tecnologia possibilita o acesso à informação, contudo existem várias formas de acesso a elas. Ele afirma que a tecnologia serve ao modo de produção capitalista e que o informacionalismo é seu modo de desenvolvimento contemporâneo.

Impor a tecnologia no ambiente educacional sem uma prévia preparação é utilizá-la como mecanismo excludente. Ao contrário do que alguns defensores do uso das TIC na educação afirmam, estas podem inclusive funcionar como desmotivadoras por se tornarem uma barreira no processo de ensino e aprendizagem se os envolvidos no processo não estiverem preparados tecnologicamente falando. Um exemplo que pode servir para reflexão é uma simples atividade de pesquisa. Se os aprendizes, ou mesmo o professores não estiverem preparados, a imposição de utilização da tecnologia pode levar alguns alunos que poderiam executar a tarefa baseando-se em livros deixe de apresentá-la por não possuir habilidade ou acesso para utilizar a internet, ou seja, por si só a utilização das TIC não é motivadora e pode até mesmo constituir-se em uma barreira. Para que qualquer atividade pedagógica funcione, o responsável pelo processo, o professor, precisa ter conhecimento suficiente para poder aplicá-la. A formação como é proposta atualmente não prepara o professor para estas inovações. Ter o equipamento tecnológico substituindo antigas ferramentas não é sinônimo de sucesso é preciso também adaptar as práticas pedagógicas e as ferramentas cognitivas dos estudantes.

Precisamos manter em mente algumas afirmações feitas por Pretto e Júnior (2005) como a necessidade de uma nova compreensão sobre o papel das TIC demandar profundas transformações nas práticas pedagógicas.

[...] a presença dessas tecnologias na sociedade e, conseqüentemente, nas escolas, não devem ser compreendida como mera atualização de métodos, como a introdução de modernas ferramentas para as velhas práticas educacionais... Sua introdução na educação precisa trazer novos desafios, novas possibilidades e novos complicadores para a experiência da aprendizagem. (2005, p. 208)

Além disso, o ser humano é um ser social. Mesmo acreditando que a sociedade atingiu um estágio diferente dos anteriores no qual as relações já não mais são as mesmas e que as pessoas aprenderam se comunicar virtualmente, não se pode afirmar que esta socialização é eficaz para todas as pessoas. Algo que os pedagogos ha muito já perceberam e reconheceram é que o processo

cognitivo, assim como a interação social, e que tentar generalizar processos e posturas de aprendizado é extremamente simplista e comprometedor.

Ao impor a utilização de tecnologia no processo de ensino aprendizagem, o sistema está desprezando a individualidade dos seres envolvidos, tanto do estudante quanto do professor, além de ignorar estratégias que alcançam bons resultados. O fato de uma nova estratégia didático-pedagógica ser proposta não pode significar a exclusão ou o esquecimento de outras. É verdadeiro que alterações sociais são retratadas no ambiente escolar e que a linguagem utilizada em diferentes realidades sociais também devem ser diferentes.

Contudo, não há aqui a intenção de “prescrever” ou “proibir” a utilização da tecnologia na educação. Acredita-se na adaptabilidade às diferentes realidades para evitar que a sua utilização seja mais um fator que reafirme o que a triste realidade desenha. Um o processo capitalista, do qual a tecnologia está a serviço, não está, na realidade, preocupado em formar um cidadão ou mesmo possibilitar que este passe a ter acesso à uma educação de verdade e aos benefícios que ela lhes possibilitaria, mas sim uma redução de custos e uma descaracterização da autoridade do professor. O objetivo pode ser claramente observado nas novas propostas universitárias, principalmente instituições particulares, que estão preocupadas em formar o estudante para o mercado de trabalho, sem se preocupar com sua capacidade crítica e possibilidade de se tornar um cidadão autônomo como propõe Paulo Freire.

Quanto às políticas públicas, o que se pode observar é que muitas vezes os governantes se pautam em números para tomada de decisões sem conhecimento mais amplo da realidade. Contudo, é sabido que os números não são suficientes para analisar a real situação da educação. Não se pode esquecer de que a estatística só pode contribuir para uma análise real sobre algo quando leva todas, ou pelo menos as mais importantes, variáveis em consideração, além disso, o ser humano não pode ser quantificado quanto às suas habilidades e competências, mas sim qualificado.

Considerando tais fatos, “não se trata de, apenas, discutir a incorporação das TIC nas e pelas escolas. O resultado do ensino com uso mais intenso, por exemplo, de tecnologia eletrônica tem redundado em sistemas de baixíssima interação, de tele aulas.” (ALONSO, 2008), o que demonstra um retrocesso no processo de educação afinal, não é de hoje que se discute a necessidade de uma educação socio-interacionista. O mercado de trabalho exige profissionais que saibam trabalhar em equipe, daí considerar métodos que excluam ou reduzam a interação no processo de aprendizagem inaceitáveis. “Os educadores têm claro hoje que nem professor, nem o aluno têm controle do

processo da aprendizagem, mas ambos os sujeitos/personagens participariam dinamicamente dele pela troca de experiência e a socialização do conhecimento.

Percebe-se, portanto, que pelo fato da educação ser um processo cultural e social, é essencial levar em consideração a presença e o papel da tecnologia na educação e na sociedade. Entretanto, não é uma mera questão de ditar que a tecnologia deva ser utilizada, mas formar competências profissionais e estudantis a fim de que os envolvidos no processo percebam a potencialidade da tecnologia em trazer novos desafios e possibilidade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, K.M. De tecnologias da informação e comunicação e recursos educativos. In: SANCHO, J. M.; HERNANDEZ P. (ORG.). *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARRETO, R.G. *As tecnologias na política nacional de formação de professores a distância: entre a expansão e a redução*. Educ. Soc. Vol.29, nº104, 2008. PP.919-937. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1329104.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

BARRETO, R.G. *Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC*. Educ Pesqui., São Paulo, V.29, n.2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S1517-97022003000200006&Ing=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 05 Ago. 2007.

BELLONI, M. L. *Ensaio sobre a educação a distância no Brasil*. Educ. Soc. Vol.23 nº78, Abr2002, p.117-142. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>. Acesso em:22 fev. 2009.

CASTELLS, M. Prólogo: A rede e o ser. In: CASTELLS, M. *A sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura v.1.10 ed.* São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HERMOGENES, J.A.F. *Autoperfeição com Hatha yoga:um clássico sobre saúde e qualidade de vida*, 50 ed. , Rio de Janeiro, Nova Era, 2008.

LEMOS, A. A vida social contemporânea. In: LEMOS, A. *Cibercultura. Tecnologia e vida social contemporânea*. 4 e. Porto Alegre: Sulinas, 2008.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA JÚNIOR,A. S. ; PRETTO,N. DE L. Desafios para o currículo a partir das tecnologias contemporâneas, In PRETTO,N. De L. 9Org.) *Tecnologia & novas educações*. Salvador: EDUFBA, 2005.

PEIXOTO, J. Culturas digitais juvenis e as funções das tecnologias de informação e de comunicação na escola. In GALVÃO, A. C. T; SANTOS, G. L. dos. *Educação: tendências e desafios de um campo em movimento*. Brasília: Líber Livor Editora, 2008.

RUDIGER, F. Sociabilidade virtual . Subjetivismo moderno e informática de comunicação. In: Rudiger, F. *Elementos para a crítica da cibercultura*. São Paulo: Hacker, 2002

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único e consciência universal. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RESENHA

A SOCIEDADE SOB UM OLHAR SOCIOLÓGICO

Leila Silva de Moura*

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Trad. Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1972.

“As coisas não são o que parecem ser”
Peter Berger

Peter Berger em *Perspectivas sociológicas*, (1972) propôs refletir o papel do sociólogo frente às diversidades sociais, muitas vezes tão complexas ao conhecimento sociológico. Da mesma forma, nos apresenta o que vem a ser a Sociologia e do que ela se ocupa.

Segundo Berger, o sociólogo ao dedicar aos estudos sociológicos busca dentro de si um especial interesse sobre situações, aparentemente compreensíveis, mas com realidades intensamente complexas que surgem ao seu redor ou que fazem parte da sociedade. O que representa, na verdade, um interesse sobre o cotidiano ainda não explorado, de forma reflexiva, ou seja, se descobre algo que todos conhecem, mas não tem domínio de sua realidade. O sociólogo procura desvendar as situações ou interações sociais que aparentemente são reconhecidas apenas pela aparência e não pelas configurações que a constituem. “O sociólogo, então, é uma pessoa que se ocupa de compreender a sociedade de uma maneira disciplinada” (Berger, 1972, pág. 26)

A sociologia, muitas vezes, é percebida como um instrumento científico de caráter técnico e distante da realidade, mas ela é muito mais que isso. Pode representar um valioso instrumento analítico para diferentes realidades sociais que dificilmente poderiam ser compreendidas por outras práticas científicas. “A sociologia não é uma ação, e sim uma tentativa de compreensão. É evidente que essa compreensão pode ser de utilidade para quem age. (...) O conhecimento sociológico pode ser recomendado aos assistentes sociais, mas também a vendedores, enfermeiras, evangelistas e políticos – na verdade, a qualquer pessoa cujas metas obriguem ao trato com seres humanos, para qualquer justificação moral” (Berger, 1972, pág.13)

A sociologia é uma ciência e não um meio de benevolência social ou um fim para a assistência social, pois é possível perceber que a sociologia, em muitos casos, presta serviços para a

defesa de interesses particulares e de grupos econômicos, por exemplo. Com isso, a ilusão de que a sociologia serve para fins positivos num dado meio social, como a defesa de minorias e outros grupos sociais. Ocorre com frequência, mas devemos compreender o papel da sociologia como realmente é. Em todo o caso, a sociologia pode representar uma tomada de consciência, por meio do conhecimento. É possível revelar sentidos, sensações e realidades antes inatingíveis a olhos nus. “O fascínio da sociologia está no fato de que sua perspectiva nos leva a ver sob nova luz o próprio mundo em que vivemos. (...) As coisas não são o que parecem ser” (Berger, 1972, pág. 31-32)

O trabalho do sociólogo deve sempre estar pautado na prática científica, em dados estatísticos e metodologia apropriada. Mas todo o trabalho só será realmente passível de se tornar reflexão sociológica caso seus elementos estejam relacionados entre si. “Por si só, dados estatísticos não constituem sociologia. Só se tornam sociologia quando sociologicamente interpretados, quando situados dentro de um quadro teórico de referência que seja sociológico. (...) Esses números só tem validade em termos de suas implicações muito mais amplas, para a compreensão das instituições e dos valores de nossa sociedade” (Berger, 1972, pág.20-21)

A sociologia busca significados para a sociedade ou coletividades ou, até mesmo, interações. O exercício sociológico não é tarefa de fácil aplicação, pois uma sociedade apresenta uma vasta complexidade de relações e representações. “A trama de significados, expectativas e conduta que resulta dessa orientação mútua constitui o material da análise sociológica”. (Berger, 1972, pág. 37)

Para Peter Berger, a sociologia atravessa obstáculos para desempenhar seu papel investigativo. “(...) A perspectiva sociológica envolve um processo de ver além das fachadas das estruturas sociais” (Berger, 1972, pág. 41)

A consciência sociológica, na sociedade moderna, tende a se transformar como quase todos os elementos sociais, ou seja, a mobilidade social, o dinamismo próprio da modernidade reforça o efeito relativizador que dá sentido às transformações. A consciência esperada se torna, nesse cenário, a consciência da relatividade. “Em vista dessa fluidez geral de cosmovisões na moderna sociedade, não espanta que nossa era se venha caracterizando como uma era de conversão. Nem deve surpreender que, sobretudo os intelectuais se mostrem propensos a mudar suas cosmovisões radicalmente e com assombrosa frequência”. (Berger, 1972, pág.61)

A sociedade é constituída de fenômenos objetivos, mas, sobretudo subjetivos. Os significados, os sentidos, a religião, os valores, a moral, os costumes e a representação da vida e das relações sociais são os fundamentos que norteiam o comportamento social. O próprio sociólogo vive nessa sociedade de valores em que ele mesmo tenta se afastar para compreendê-la, de forma

diferente. Vivemos de significados sociais e representações sociais. “Somente os loucos ou raros gênios podem habitar sozinhos em seus mundos” (Berger, 1972, pág. 76)

As coerções sociais são, em muitos casos, severos aos que não compartilham os valores sociais em uma sociedade ou grupo social. Os valores e normas sociais servem como controles sociais e, geralmente, agem violentamente. As transformações e a burocracia são os elementos constitutivos da sociedade moderna, mas as formas tradicionais de vida social ainda são os princípios dessa sociedade. “(...) Vivemos de moralidade, costumes e convenções” (Berger, 1972, pág.87)

Editor Responsável

Edmar Aparecido de Barra e Lopes
edclio@terra.com.br

1 – Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. De preferência redigidos em português, a REVISTA publicar eventualmente textos em língua estrangeira (inglês, francês, espanhol).

2 – Os originais serão submetidos apreciação do Conselho Editorial, após prévia avaliação do Conselho Consultivo, o qual poder aceitar, recusar ou reapresentar o original ao autor com sugestões para alterações. Os nomes dos relatores permanecerão em sigilo, omitindo-se também os nomes dos autores perante os relatores.

3 – Os artigos e comentários críticos devem ser apresentados com original e cópia e devem conter entre 10 (dez) e 18 (dezoito) laudas e 70 (setenta) toques de 30 (trinta) linhas. As resenhas devem conter 05 (cinco), os resumos de TCC 03 (três) e a entrevistas até 15 (quinze) laudas.

4 – Os originais devem ser encaminhados através do email: edclio@terra.com.br (fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5).

5 – Cada artigo deve vir acompanhado de seu título e resumo em português e inglês (abstract), com aproximadamente 80 palavras e título em inglês; e de, no máximo cinco palavras-chave em português e inglês.

6 – No cabeçalho do original serão indicados o título (e subtítulo se houver) e o nome do(s) autores, com indicação, em nota de rodapé, dos títulos universitários ou cargos que indiquem sua autoridade em relação ao assunto do artigo.

7 – As notas do rodapé, quando existirem, deverão ser de natureza substantiva, e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. As menções a autores, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (ADORNO, 1968) ou o ano serão identificados por uma letra depois da data. Ex.: (PARSONS, 1967^a), (PARSONS, 1964b).

8 – A bibliografia (ou referências bibliográficas) ser apresentada no final do trabalho, listada em ordem alfabética, obedecendo aos seguintes esquemas:

a) No caso de livro: SOBRENOME, nome. Título sublinhado. Local de publicação, Editora, data. Ex.: GIDDENS, Anthony. Novas regras do método sociológico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Solicita-se observar rigorosamente a sequência e a pontuação.

b) No caso de coletânea: SOBRENOME, Nome. Título não sublinhado. In: SOBRENOME, Nome, org. Título do livro sublinhado. Local de publicação, editora, data, p. ii-ii. Ex.: FICHTNER, N. A escola como instituição de maltrato infância. In: KRINSKY, S., org. A criança maltratada. São Paulo, Almeida, 1985. p. 87-93. Solicita-se observar rigorosamente a sequência e a pontuação.

c) No caso de artigo: SOBRENOME, nome. Título do artigo. Título do Periódico Sublinhado, local de publicação, número do periódico (número do fascículo): página inicial-página final. Mês(es) e ano de publicação. Ex.: CLARK, D. A. Factors influencing the retrieval and control of negative connotations. Behavior and Therapy, Oxford, 24(2): 151-9. 1986. Solicita-se observar rigorosamente a sequência e a pontuação.

d) No caso de tese acadêmica: SOBRENOME, Nome. Título da tese sublinhado. Local, data, número de páginas, dissertação (Mestrado) ou Tese (Doutorado). Instituição em que foi defendida. (Faculdade e Universidade). Ex.: HIRANO, Sedi. Pré-capitalismo e capitalismo: a formação do Brasil Colonial. São Paulo, 1986, 403 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Solicita-se observar rigorosamente a sequência e a pontuação.

GUANICUNS III 2006 24-09-06.pmd 294 24/9/2006, 20:20

9 – Uma vez publicados os artigos remetidos e aprovados pelo Conselho Consultivo e pelo Conselho Editorial, A REVISTA, se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução com transcrição e com devida citação da fonte.

10 – Os conceitos emitidos nos trabalhos serão de responsabilidades exclusiva dos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião do Conselho Consultivo e do Conselho Editorial.

11 – A REVISTA de caráter interdisciplinar e pretende se consolidar como um instrumento de reflexão crítica, contribuindo para dar visibilidade produção técnico-científica do corpo docente e discente da instituição.

12 – A REVISTA aceita colaborações, sugestões e críticas, que podem ser encaminhadas ao Editor, através do e-mail supracitado.

13 – Originais não aproveitados serão devolvidos, mas fica resguardado o direito do autor(a) em divulgá-los em outros espaços editoriais. Naturalmente toda a responsabilidade pelos artigos a seus respectivos autores.

Endereço: Avenida Bandeirantes, n. 1140, Setor Leste
CEP: 76.170-000/Caixa Postal: 07
Dúvidas: Tel/Fax: 62-81259000
E-mail: edclio@terra.com.br
Solicita-se permuta/Exchange desired.